

OTONIEL FERNANDES DA SILVA JÚNIOR
JAMILSON AZEVEDO SOARES
JIONALDO PEREIRA DE OLIVERIA

AS FACES URBANAS CONTEMPORÂNEAS DE MOSSORÓ:

INTERAÇÕES E DINÂMICAS
GEOGRÁFICAS



OTONIEL FERNANDES DA SILVA JÚNIOR
JAMILSON AZEVEDO SOARES
JIONALDO PEREIRA DE OLIVEIRA

**AS FACES URBANAS CONTEMPORÂNEAS DE MOSSORÓ:
INTERAÇÕES E DINÂMICAS GEOGRÁFICAS**

MOSSORÓ- RN
2024



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretor da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Chefe do Setor Executivo da Editora Universitária - EDUERN

Jacimária Fonseca de Medeiros

Chefe do Setor de Editoração da Editora Universitária da Uern - EDUERN

Emanuela Carla Medeiros de Queiros

Conselho Editorial das Edições UERN

Edmar Peixoto de Lima

Emanuela Carla Medeiros de Queiros

Filipe da Silva Peixoto

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Jacimária Fonseca de Medeiros

José Elesbão de Almeida

Maria José Costa Fernandes

Maura Vanessa Silva Sobreira

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Rosa Maria Rodrigues Lopes

Saulo Gomes Batista

Diagramação

Selton Deolino da Silva

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Silva Júnior, Otoniel Fernandes da.

As faces urbanas contemporâneas de Mossoró: interações e dinâmicas geográficas [recurso eletrônico]. / Otoniel Fernandes da Silva Júnior, Jamilson Azevedo Soares, Jionaldo Pereira De Oliveira. – Mossoró, RN: Edições UERN: FAPERN, 2024.

191 p.

ISBN: 978-85-7621-448-9 (E-book).

1. Comunidades Urbanas. 2. Geografia urbana. 3. Desenvolvimento urbano. 4. Mossoró – RN. I. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. II. Título.

UERN/BC

CDD 307.76

Bibliotecário: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783

Editora Filiada á



O Projeto Institucional de Fortalecimento de Ações de Divulgação e Popularização da Ciência nos Territórios do RN, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a **Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN)**, em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuir para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

Governadora do Rio Grande do Norte



Parceria pelo

Desenvolvimento Científico do RN



A Fundação de Amparo à Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê **a publicação de mais de 300 e-books**. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, **a FAPERN terá investido R\$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais)** oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Os editais lançados abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/ organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande do Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados. No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de e-books sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou

a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 22/2022 – FAPERN, realizou a chamada para a publicação de e-books com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e divulgação da pesquisa a partir dos programas de pós-graduação e dos Grupos de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Norte.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguaras, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Gilton Sampaio
de Souza*

Diretor-Presidente da FAPERN

Cicilia Raquel

Maia Leite

Presidente da FUERN



Sumário

A VERTICALIZAÇÃO URBANA EM CIDADES MÉDIAS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO NOVA BETÂNIA EM MOSSORÓ	14
Areillen Ronney Rocha Reges, Otoniel Fernandes da Silva Júnior	
A FUNÇÃO SOCIAL DA HABITAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTATUTO DA CIDADE: A SITUAÇÃO ATUAL DE MOSSORÓ-RN	33
Jionaldo Pereira de Oliveira	
A CIDADE ENTRE MUROS NAS CIDADES MÉDIAS: A PRODUÇÃO DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM MOSSORÓ-RN	50
Mikaelly Oliveira Souza, Otoniel Fernandes da Silva Júnior	
A PRODUÇÃO DA CIDADE SITIADA NO CONTEXTO ESPACIAL URBANO CONTEMPORÂNEO EM MOSSORÓ/RN	68
Jamilson Azevedo Soares, Nadja Gabriele da Silva	
O TERRITÓRIO URBANO DA INFORMALIDADE: OS CAMELÔS DO BAIRRO CENTRO DE MOSSORÓ (RN)	82
Erik Albino de Sousa, Fábio Ricardo Silva Beserra	
AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO EM MOSSORÓ/RN: ENREDOS, AGENTES E PROTAGONISMO	107
Américo Barreto Damascena Júnior, Jamilson Azevedo Soares	
LIMIARES DA CENTRALIDADE INTERURBANA EM MOSSORÓ-RN: DINÂMICAS E EXPRESSÕES ESPAÇO-TEMPORAIS	119
Moacir Vieira da Silva	
A CENTRALIDADE URBANA REGIONAL DO ENSINO SUPERIOR EM MOSSORÓ/RN ATRAVÉS DA MOBILIDADE ESPACIAL DE ESTUDANTES	140
Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida, Ademir Araújo da Costa	
A CIDADE ENQUANTO ESPAÇO DE LUTA DA JUVENTUDE ATIVISTA CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO PELO CLIMA, MOSSORÓ (RN)	160
Erik Albino de Sousa, Enaira Liany Bezerra dos Santos, Heloíse Almeida Luna	
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL E TERRITORIAL JUVENIL EM MOSSORÓ/RN	175
Luana Eduarda da Silva, Jamilson Azevedo Soares	

APRESENTAÇÃO

Este livro, intitulado ‘ As faces urbanas contemporâneas de Mossoró: interações e dinâmicas geográficas’, apresenta uma análise criteriosa sobre a dinâmica da produção do espaço na cidade de Mossoró. Com enfoque em questões territoriais, o livro aborda temas como a produção de espaços habitacionais, centralidades urbanas e interurbanas, uso e apropriação de espaços públicos e a territorialização da juventude na cidade. Escrito por geógrafos, destaca a importância desses temas no contexto da disciplina, sem, porém, prescindir de uma abordagem interdisciplinar ao tratar de questões territoriais. O livro apresenta uma abordagem original, combinando elementos da geografia, arquitetura, urbanismo e sociologia, para apresentar uma compreensão necessária acerca da dinâmica da produção do espaço urbano na cidade de Mossoró.

O livro é uma leitura indispensável para estudantes de geografia, arquitetura, urbanismo, sociologia e outras disciplinas afins, além de profissionais e especialistas na área das ciências humanas. Ele oferece uma visão inovadora e interdisciplinar da produção do espaço urbano e seus impactos na vida urbana, e será de grande valia para aqueles interessados na exposição das questões territoriais no contexto das cidades.

A produção e fragmentação do espaço urbano é um tema central neste livro, entendendo que o espaço é construído historicamente e socialmente e que a partir de sua (re) produção é mediada pela interação entre forças econômicas, políticas e culturais como já anunciava Mark Gottdiener (1993) em *Produção Social do Espaço Urbano*. São essas estruturas dominantes e suas interações que influenciam as relações sociais e os usos dos espaços. No mesmo sentido Henri Lefebvre, escreveu em “A produção do Espaço” (1991) e “A reprodução das relações de Produção” (1973) que o espaço urbano é uma construção social, fruto das relações de poder e de controle político e econômico. Assim, podemos inferir que a produção do espaço é o resultado da interação entre as forças sociais, políticas, econômicas e que as relações sociais e as estruturas econômicas são determinantes na produção do espaço.

Nesse mesmo sentido as compreensões sobre esta produção do espaço e a coletânea de textos aqui presentes embora dialoguem com distintas fontes teóricas, corroboram ainda com a perspectiva marxista de David Harvey (2005), em que a produção do espaço é determinada pela sua capacidade de gerar lucro, em que as relações sociais e o uso dos espaços urbanos são moldados por essa lógica capitalista. O espaço urbano é então condição e produto das relações sociais capitalistas que se desenvolvem de forma desigual no espaço urbano, com áreas selecionadas por distintos segmentos sociais que assim, promovem e elevam a estratificação do tecido urbano. Esta desigualdade espacial é resultado das lutas pelo poder e controle do espaço urbano e tem impactos na vida das pessoas que vivem na cidade. Esse conjunto de teorizações que buscam mostrar como o espaço é produzido de forma desigual seguindo a lógica formal do

mundo da mercadoria lastreiam a proposta de organização desta coletânea de textos resultados de trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e pesquisas científicas ora apresentadas.

O presente livro está organizado em dez capítulos que dialogam através das temáticas sobre a produção do espaço urbano sob diferentes óticas que tratam acerca das interações e dinâmicas a envolver as forças econômicas, as relações sociais, os agentes espaciais, os espaços vividos e os reflexos como marcas condicionantes na estruturação do espaço da cidade.

No primeiro capítulo “A Verticalização Urbana em Cidades Médias: Uma Análise da Produção do Espaço no Bairro Nova Betânia em Mossoró”, os autores Areillen Ronney Rocha Reges e Otoniel Fernandes da Silva Júnior, analisam o processo de verticalização na cidade de Mossoró, especificamente no bairro Nova Betânia, que tem uma elevada concentração de empreendimentos imobiliários. A pesquisa inclui uma análise quantitativa e qualitativa com construtores e sindicatos da construção civil e a verificação da legislação urbana local. Os autores apontam que o processo de verticalização de Mossoró está associado à reestruturação urbana e regional, com uma tendência à localização concentrada em áreas de retorno ao capital investido pelo setor imobiliário.

No segundo capítulo, intitulado “A Função Social da Habitação no Âmbito do Estatuto da Cidade: A Situação Atual de Mossoró-RN”, Jionaldo Pereira de Oliveira discute a habitação no Brasil como fenômeno social, tendo em vista o Estatuto da Cidade. A legislação é analisada em relação ao contexto urbano nacional e à cidade de Mossoró-RN, especificamente. O autor aponta paradoxos entre a existência da lei e a ausência de sua aplicação pela administração municipal e enfatiza a importância da moradia para a existência individual e coletiva.

Ainda sobre a ótica de análise da produção do espaço a partir da habitação de mercado no texto “A Cidade Entre Muros nas Cidades Médias: a produção dos condomínios horizontais fechados em Mossoró-RN”, Mikaelly Oliveira Souza e Otoniel Fernandes da Silva Júnior analisam o surgimento dos condomínios horizontais fechados no contexto das cidades médias e em específico na cidade de Mossoró-RN, como resultado também da reestruturação urbana da cidade. A pesquisa aborda as transformações no contexto urbano e nos padrões de consumo imobiliário na moradia, comércio e consumo.

O estudo apresentado por Jamilson Azevedo Soares e Nadja Gabriele da Silva, intitulado: “A produção da cidade sitiada no contexto espacial urbano contemporâneo em Mossoró/RN”, analisa como a insegurança e o medo influenciam na configuração espacial da cidade. Através de uma revisão de literatura e uma pesquisa de campo com empresários de segurança privada e moradores, os autores concluem que há uma influência da violência e da insegurança na organização espacial da cidade, notadamente nas áreas de maior poder aquisitivo. Nesse sentido o presente estudo dialoga com os anteriores que apresentaram as dinâmicas da produção dos espaços de auto segregação verticais e horizontais.

Seguindo a lógica de discussão da produção do espaço e evidenciando a relação entre forças econômicas e sociais no uso e apropriação dos espaços urbanos, Américo Barreto Damascena Júnior e Jamilson Azevedo Soares concentram suas análises nas transformações do espaço público no centro da cidade de Mossoró. Em “As transformações do espaço público em Mossoró/RN” a partir de uma revisão de literatura e visitas *in loco*, os autores identificaram como principais formas de uso do espaço público as práticas informais de comércio por ambulantes e o uso periódico por empresas de festas. Eles também revelam uma oscilação entre a regulamentação e a permissão dos usos do espaço público pelos órgãos públicos, mas sobretudo mostram como os usos e as práticas que norteiam o sentido do espaço público perdem a razão de ser em nome da apropriação privada mercantilista dos espaços com reflexos na perda da sociabilidade e convivência dos moradores.

Erik Albino de Sousa e Fábio Ricardo Silva Beserra apresentam um estudo sobre o território urbano da informalidade, concentrando-se nos camelôs instalados no bairro Centro de Mossoró/RN. Os autores analisam os conflitos, incômodos e relações que esses vendedores desenvolvem em suas territorialidades e como isso se relaciona com o desenvolvimento e a espacialização territorial na economia urbana. Eles utilizaram revisão bibliográfica, levantamento de dados e pesquisas de campo para chegar à conclusão de que há uma relação íntima e contraditória entre os camelôs, lojistas, poder público e população geral.

Por sua vez, Moacir Vieira da Silva apresenta um ensaio sobre a centralidade interurbana de Mossoró-RN, buscando analisar o processo de formação histórica e espacial da centralidade interurbana na cidade. O autor se concentra nas dinâmicas e expressões espaço-temporais da centralidade interurbana de Mossoró, desde a década de 1850 até a década de 1910-1920. Ele utiliza a leitura e análise de textos teóricos e escritos históricos e geográficos para argumentar que o patamar de evidência interurbana atual da cidade foi influenciado por dinâmicas socioeconômicas passadas.

A Centralidade Urbana Regional do Ensino Superior em Mossoró/RN através da Mobilidade Espacial de Estudantes” de Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida e Ademir Araújo da Costa, mostra o estudo da presença de Instituições de Ensino Superior (IES) em Mossoró, no Rio Grande do Norte e a influência dessas instituições na mobilidade espacial dos estudantes. A pesquisa utiliza dados secundários de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e e-MEC, para identificar as cidades de origem dos estudantes e se há IES presenciais nessas cidades. O estudo conclui que a centralidade das IES em Mossoró tem consolidado a dinâmica da população estudantil na cidade, mesmo com a oferta de ensino superior presencial nas cidades próximas.

Os autores Erik Albino de Sousa, Enaira Liany Bezerra dos Santos e Heloíse Almeida Luna discutem o papel do movimento Jovens Pelo Clima (Fridays For Future) na busca pela justiça climática, tomando a cidade de Mossoró-RN como espaço de luta e resistência. Através

de pesquisa bibliográfica e documental, eles realizam um levantamento de legislações voltadas à justiça climática, identificam quais eixos e legislações o movimento se apoiou, bem como quais são as conquistas e lacunas do grupo. Por fim, os autores traçam um histórico das ações do movimento no espaço urbano de Mossoró (RN) nos últimos três anos (2019-2022). Eles concluem que essas pesquisas servem de respaldo para analisar a eficiência do uso dos espaços urbanos pelos movimentos da sociedade civil na busca por metas e direitos específicos, indicando caminhos para melhorar o desempenho do movimento Jovens Pelo Clima.

Por fim, em a Construção da Identidade Cultural e Territorial Juvenil em Mossoró/RN”, temos um estudo realizado por Luana Eduarda da Silva e Jamilson Azevedo Soares que analisam a importância da religião na formação da identidade cultural e territorial dos jovens em Mossoró/RN, na atualidade. Através de formulários aplicados a jovens da cidade, a pesquisa conclui que a juventude está reorganizando a forma como vive a fé, não seguindo molduras institucionalizadas, e que as doutrinas religiosas não têm tanta influência na vida cotidiana dos jovens e na formação de suas identidades como já tiveram em gerações passadas.

Em resumo, o livro constitui uma leitura obrigatória e indispensável para aqueles que querem adentrar com mais afinco no conhecimento sobre a realidade urbana contemporânea para compreender seus caminhos, impasses, desafios e alternativas na perspectiva de contribuição para ampliarmos as possibilidades para melhorar o viver no urbano. Assim, essa obra é um convite para a reflexão sobre a cidade e, sobretudo, sobre existência, resistência e o cotidiano de todos nós.

Otoniel Fernandes da Silva Júnior

Jamilson Azevedo Soares

Jionaldo Pereira de Oliveira

A VERTICALIZAÇÃO URBANA EM CIDADES MÉDIAS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO NOVA BETÂNIA EM MOSSORÓ

Areillen Ronney Rocha Reges

Otoniel Fernandes da Silva Júnior

Introdução

O estudo sobre verticalização urbana revela uma revolução nas técnicas e formas de construir habitações, produzindo uma nova dinâmica na acumulação e reprodução do capital. A verticalização na paisagem urbana representa também o processo contraditório da produção da cidade, nesta perspectiva produzir a cidade a partir da verticalização tornou-se um grande negócio para o mercado imobiliário e a construção civil, ao mesmo passo em que se aprofundam as desigualdades e o processo de segregação espacial.

Enquanto um fenômeno intrínseco aos espaços metropolitanos, esse processo de verticalização se expande a partir da apropriação e produção dos espaços a partir do seu valor de troca, realizando de forma diferenciada a apropriação e consumo desses espaços. O consumo do espaço verticalizado no contexto da urbanização brasileira atual rompeu com os limites metropolitanos e passou a atingir também a reprodução do capital imobiliário nas cidades médias, que incorporaram essas novas formas de moradias no seu caráter simbólico social.

As cidades médias brasileiras vivenciaram profundas transformações econômicas e sociais a partir da década de 1970, que contribuíram para redefinir seus papéis e funcionalidades no âmbito da hierarquia urbana nacional. Enquanto espaços que vem registrando um significativo acréscimo populacional, sobretudo das classes médias e a chegada de investimentos de grandes corporações internacionais do setor de serviço e comércio, tem também modificado suas estruturas nas formas de moradia nas cidades médias. A difusão do apartamento na sociedade brasileira foi adotada, sobretudo pela classe de maior poder de renda, que vem se reproduzindo também em cidades não metropolitanas.

O crescimento vertical na cidade de Mossoró está ligado reprodução de um modelo e padrão de moradia que não está associado a uma escassez ou saturação de áreas na cidade para construir. As produções de espaços verticais promovido pelos agentes produtores do espaço introduzem um novo conceito de moradia, para acumular/reproduzir o capital, tendo em vista que existe uma classe com demanda solvável. Contudo, a leitura sobre o processo de verticalização em Mossoró está relacionada com os processos sociais e econômicos que comandaram

a estruturação/reestruturação econômica, apoiada na produção salineira, petrolífera e a forte presença do agronegócio, que por sua vez proporcionou uma ampliação do setor de serviços e do comércio.

Mossoró, seguindo a tendência das cidades médias brasileiras, apresentou um desenvolvimento da verticalização considerável nos últimos dez anos, promovido pela ação de diversos agentes espaciais transformando a paisagem urbana. Para além de uma relação de escala geográfica, investigar sobre o processo de verticalização nos espaços urbanos, sobretudo nas médias cidades, requer compreender a lógica da financeirização do mercado imobiliário e da construção civil. As nuances de cada processo se revelam à medida que se introduz novas formas e padrões de moradias ali onde não haveria necessidade de verticalizar, uma vez que essas áreas urbanas possuem uma extensa porção a ser construídas.

Por se tratar de um fenômeno recente e em expansão significativa em Mossoró, o presente artigo visa compreender a distribuição desse fenômeno e as principais causas desse processo de verticalização. Ao identificar o Bairro Nova Betânia como a área mais verticalizada da cidade, encontramos explicações iniciais: por tratar-se de uma área onde se concentra a população com maior renda e também pela crescente atividade de valorização imobiliária, através da ação das empresas construtoras e imobiliárias, apoiadas pela normatização urbanística do poder municipal. A pesquisa ainda investigou a atuação das construtoras e imobiliárias na produção dos espaços verticalizados, compreendendo a lógica de localização dos empreendimentos e as especificidades do mercado imobiliário mossoroense.

Para desenvolver as reflexões sobre o processo de verticalização em Mossoró, dividimos o trabalho em três partes: no primeiro momento discutiremos as bases teóricas para compreender a formação do processo de verticalização no espaço urbano brasileiro e, sobretudo, nas cidades médias. Em seguida apresentaremos as circunstâncias espaciais que possibilitaram a construção de espaços verticalizados em Mossoró, apontando os momentos de reestruturação econômica e seus agentes. Por fim será discutido o bairro Nova Betânia, sua importância para essa reestruturação e como se tornou a área mais verticalizada da cidade, trazendo dados da pesquisa feita com as construtoras e sindicato da construção civil e com usuários desses empreendimentos verticalizados.

1. A verticalização na produção do espaço urbano das cidades médias

A verticalização no espaço urbano, sem dúvida, foi uma revolução na forma de construir, que afetou a dinâmica de reprodução e acumulação do capital no setor da construção civil e mercado imobiliário e financeiro. O espaço urbano, como condição, meio e produto das relações sociais de produção acumuladas historicamente, apresenta-se como o lócus onde o capital se materializa, no caso em estudo os edifícios verticalizados constituem essa materialidade da (re) produção do capital.

A verticalização é também entendida, como uma consequência encontrada pelas grandes cidades para solucionar os problemas do grande aglomerado de pessoas que nela vivem. Esse fator pode ser apontado como uma verdadeira identidade da urbanização, para uma modelagem da paisagem e do espaço urbano. A verticalização sempre é colocada como um marco revolucionário na paisagem urbana, destacando-se as transformações profundas na morfologia e funcionalidade urbana baseados em progresso técnico. Souza (1994) ressalta que:

A verticalização realiza espetacularmente a acumulação e a reprodução do capital na cidade, que aparece, num dos lados da urbanização brasileira e na relação de vários agentes e diferentes tipos de capital que ora usam de estratégias e interesses mútuos para sua reprodução, a citar tem-se o capital imobiliário, financeiro, fundiário e produtivo. (SOUZA, 1994)

O surgimento destas novas formas de habitar relaciona-se em um primeiro momento a necessidade de reprodução dos capitais aliados ao estímulo das transformações dos hábitos de consumo em relação à habitação. A ação dos agentes produtores e construtores imobiliários é estimulada pelo consumo da produção dos agentes produtores e construtores imobiliários que vendem, sobretudo o valor simbólico de status social e segurança. A segurança, por sua vez, é uma das estratégias incorporadas pelo discurso do mercado imobiliário para promover a vida em condomínios fechados, tanto horizontais quanto verticais. Nesta configuração, as novas formas de moradia surgem como reflexo das transformações do modo de produção capitalista e culturais da sociedade.

Mossoró vem reproduzindo este modelo em seu espaço urbano, com a expansão urbana a partir da década de 1970, e a chegada de novos agentes econômicos como a atividade petrolífera e posteriormente as atividades do agronegócio, deram base para o surgimento de um potencial mercado imobiliário. O surgimento de edifícios verticalizados residenciais, aparecem inicialmente no centro tradicional e se expandem por outras áreas da cidade.

A necessidade de morar em áreas cercadas e muradas advém inicialmente da insegurança instalada e propagadas nos grandes e médios centros urbanos, além de se vender também a ideia da qualidade de vida, nesses empreendimentos. Uma nova forma de habitar nas cidades, que está incorporado no capital imobiliário, a seletividades dos lugares, e a garantia de segurança. Nessa perspectiva a verticalização surge como uma nova proposta de habitação, onde se procura fugir dos problemas causados pelo crescimento desordenado das cidades, destacando-se entre eles a falta de segurança, qualidade de vida e melhor infraestrutura, essa nova forma de moradia tende a desestimular o convívio social, uma vez que a estrutura de muros e das formas de habitar predominam o enclausuramento das classes sociais mais privilegiadas.

No contexto atual esse fenômeno da verticalização chega também às cidades não metropolitanas em expansão, como as cidades médias. Ao contrário dos grandes centros, o fenômeno da verticalização não surge por grandes aglomerações e falta de espaços para construir ou saturação do solo urbano, mas por outros motivos, quais sejam: venda de um padrão de moradia de alto status, modernização do modelo de moradia, de casas para apartamento, venda do discurso da falta de segurança e, em contrapartida, os condomínios se tornam os símbolos de viver em segurança, com conforto e infraestrutura de lazer, configurando-se numa autosegregação e diferenciando os espaços de moradia.

O processo de verticalização urbana nas cidades médias brasileiras tem revelado características e dinâmicas próprias de reprodução ampliada do espaço urbano. Novos produtos foram necessários para atender as necessidades daqueles que para lá se dirigiram. Assim, articulados, os agentes imobiliários com seus produtos, e o Estado fornecendo as condições necessárias de infraestrutura, apresentam o edifício, produto principal da verticalização, que, até então, presente nos núcleos urbanos de maior porte, passa a fazer parte da paisagem das cidades médias brasileiras.

A verticalização surge nas cidades médias brasileiras a partir da década de 1980. Essa produção do crescimento vertical nas cidades médias brasileiras podem estar associada a alguns fatores, tais como: a grande perda no desenvolvimento econômico-social através do aumento da inflação e planos econômicos para combater a recessão, deixando um pouco de lado a questão dos investimentos nas moradias populares, abrindo espaço, para as construtoras se expandirem e buscarem investir na produção de edifícios para as classes média e alta; está ligado também a dinâmica socioespacial brasileira, tendo como fator os grandes aglomerados urbanos, com elevada taxa do aumento da população e a formação de uma elite consumidora nesses centros médios. Assim como a saturação dos grandes centros, atraindo parte destas camadas sociais para centros médios.

Com relação sobre a discussão sobre a verticalização no espaço urbano brasileiro, o livro de Souza (1994) “A identidade da metrópole” é referência de estudo para essa área, a ideia central do livro é estudar a verticalização em São Paulo como parte do processo de urbanização, bem como a (re) produção do espaço urbano, permitindo identificar a relação entre o capital imobiliário financeiro, fundiário e o produtivo, além de identificar algumas singularidades das cidades, em particular de São Paulo. Não podemos comparar a verticalização que existe em metrópoles com o processo que ocorre em cidades médias, por exemplo, através de uma escala menor, podemos trazer esse conceito de verticalização para cidades como Mossoró, a qual mostra um crescimento satisfatório desse novo modelo de expansão urbana das cidades.

2. O processo de verticalização de Mossoró e seus fatores de reprodução.

Nosso objeto de estudo é o bairro Nova Betânia, localizado na cidade de Mossoró-RN. A referida cidade é a segunda mais importante do Rio Grande do Norte. Localiza-se no noroeste potiguar, entre duas regiões metropolitanas, Fortaleza (CE) e Natal (RN), e dista cerca de 200 km de cada uma, essa boa localização da cidade entre duas capitais é apontado por alguns pesquisadores, como Elias e Pequeno (2009), como um dos fatores do crescimento e desenvolvimento da cidade. Tem se percebido um processo intenso de urbanização revelado pelos índices populacionais, se comparado pelos últimos censos do IBGE, mas também pelas transformações da morfologia urbana, atreladas as reestruturações econômicas que tem revelado novas formas de morar e habitar em Mossoró.

Mossoró teve como principal força motriz de suas transformações os processos econômicos, entre elas se destacam três principais atividades econômicas culminaram no processo de expansão urbana de Mossoró. No livro “Expansão urbana de Mossoró”, (ROCHA, 2005) aborda a expansão urbana de Mossoró no período de 1980 a 2004 e aponta três atividades econômicas responsáveis pela expansão urbana de Mossoró, são elas a salineira mecanizada, fruticultura e petrolífera (extração de petróleo e gás), como promotoras da atual organização sócio espacial, com reflexo na expansão urbana do município, podendo, inclusive, levar à compreensão desse processo.

Dessas três atividades, a extração de sal é a que ocorre há mais tempo, cerca de um século, tendo passado por forte reestruturação produtiva na década de 1970, comandado por capitais externos, nacionais e multinacionais, de destaque no ramo, resultando em significativas metamorfoses no processo produtivo, assim como em forte concentração no setor, que passou a se constituir por cerca de $\frac{1}{4}$ do total de empresas existentes antes do processo de reestruturação.

A fruticultura e a petrolífera poderíamos dizer que estão entre as mais recentes e importantes realizadas em Mossoró e região. A fruticultura, por exemplo, está associada à chegada de capitais externos, nacionais e multinacionais, entre os mais significativos no mundo nos respectivos ramos, tais como a multinacional Del Monte Fresh Produce, que atua na fruticultura em mais de cinquenta países em todos os continentes, uma das três mais importantes empresas produtoras e exportadoras de frutas do mundo, teve instalado escritório administrativo na cidade de Mossoró, assim como a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras). A instalação dessas empresas em Mossoró ou na região sob sua influência constitui um verdadeiro marco para periodização que se faça sobre a cidade ou região, dados os profundos impactos socioeconômicos e espaciais que advêm desde então.

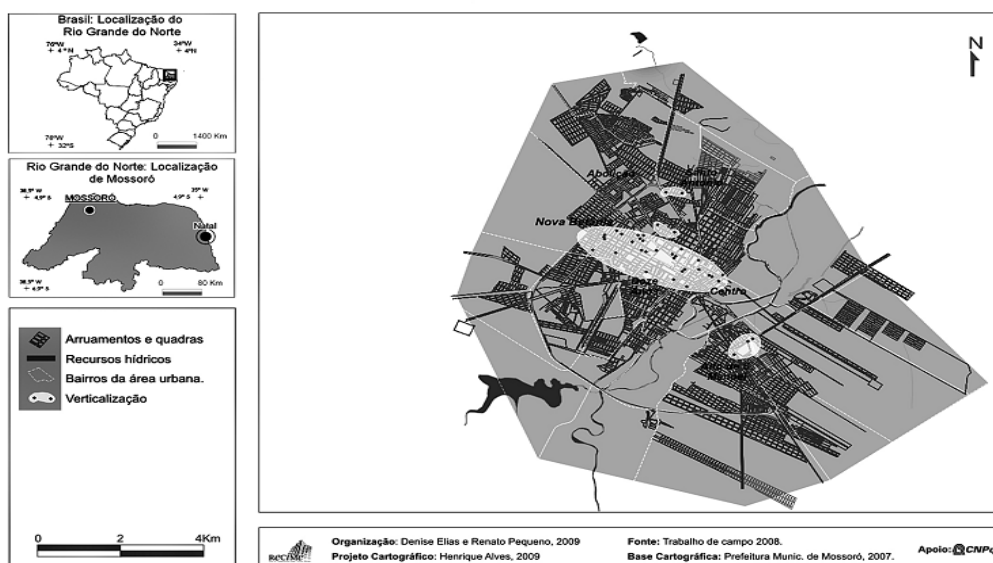
O início do crescimento da verticalização em Mossoró não ocorreu diferente das outras cidades médias do país, começa a ocorrer com a construção de prédios comerciais no centro com dois ou três andares, e esse processo se deu a partir deste período áureo do sal, no início dos anos 80. Alguns prédios começaram a surgir no centro da cidade, exemplos como o Pax,

onde hoje se encontra a loja de roupas Marisa e um hotel onde hoje está situada a loja também de roupas Mercadão das malhas. Os prédios mais antigos do Centro de Mossoró, foram construídos no final da década de 1980 e destinavam-se as funções comerciais. A partir da década de 1990 foram construídos edifícios de até três pavimentos para moradia, essas construções ainda que em pequeno número e de poucos pavimentos pode ser considerado o momento embrionário do processo de verticalização. Apenas nos anos 2000 que se iniciam as grandes construções de prédios verticalizados, com mais de 4 pavimentos.

Tentando suprir as necessidades que a cidade de Mossoró-RN começava a ter com as demandas por moradia verticalizada por uma classe de rendimentos médios a alto, foi que na década de 1990 iniciou-se um pequeno crescimento dos condomínios verticais, intensificado a partir do ano de 2004. Uma cidade que era composta por moradias uni familiares e predominantemente horizontal, em pouco mais de dez anos foi adensada por condomínios horizontais e verticais. A verticalização na cidade de Mossoró encontra-se em sua maior parte concentrada desde o centro tradicional, indo em direção a oeste, onde os loteamentos fechados passam a ser implantados. Voltados para famílias de renda média alta, os condomínios verticais ocupam grandes lotes remanescentes da primeira fase de ocupação do bairro Nova Betânia, marcada pela construção de residências uni familiares em grandes lotes.

No mapa (figura 01) de Elias e Pequeno (2009), podemos observar o surgimento do fenômeno da verticalização em Mossoró, como dito, o destaque para o centro e indo para o bairro Nova Betânia.

Figura 01 - Processo de verticalização de Mossoró -2009



Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Fonte: Denise Elias e Renato Pequeno, 2009.

Mossoró como uma cidade média ganhou uma função de caráter comercial e de serviços para atender a demanda regional e se tornou um centro articulador de grande importância, com pontos privilegiados para o desenvolvimento da economia local. Sobre essa perspectiva das transformações das funções das cidades médias, Santos (1993) expõe que as cidades médias são as receptoras de grandes fluxos das classes médias, enquanto as metrópoles continuam a receber os pobres e os despreparados, embora estas mesmas, também permaneçam atraindo riquezas.

Aos poucos a cidade de Mossoró foi ganhando sinais de verticalização. O primeiro empreendimento vertical pequeno construído na cidade foi o edifício O Portal do Oeste (Figura 02), construído no ano de 1983, está situado na rua Alexandre Baraúna, número 32, bairro Paredões, próximo a Cobal. O edifício possui em sua estrutura três torres com três pavimentos com o total de sete apartamentos por torre. Logo em seguida começaram a surgir novos empreendimentos verticais no centro da cidade, inicialmente voltados ao comércio e moradia. O Edifício Portal do Oeste continua com as mesmas características, mas com uma estrutura um pouco mais moderna depois de algumas reformas feitas.

Figura 02: Edifício O Portal do Oeste.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2016.

A maioria dos primeiros edifícios verticais para moradia com quatro pavimentos e elevador tinha surgido no centro, o que poderia ser explicado pela concentração das moradias das famílias de classe média e alta, e uma constante valorização do solo urbano nessa área. Com o processo de expansão espacial da cidade ocorre o surgimento de novos espaços de moradia para classes de maior poder aquisitivo, que buscaram se distanciar das áreas centrais. Em Mossoró uma das áreas que seguiram a expansão e construção de moradias de alto padrão, foi o bairro Nova Betânia, o surgimento dos novos empreendimentos verticais passaram a buscar o metro quadrado mais valorizado da cidade, onde se encontra o referido bairro.

Portanto, hoje apesar do Centro da cidade dominar a oferta de comércios e serviços, pode-se perceber despontar novas centralidades, um dos impactos da verticalização está na descentralização dos comércios e serviços e esse processo ocorreram em Mossoró, enquanto desponta atualmente o Bairro de Nova Betânia como um dos eixos de verticalização. Em Mossoró, se estabelece a constituição de uma nova centralidade urbana, localizada na parte noroeste da cidade, no Bairro Nova Betânia, segundo Elias e Pequeno (2010). O crescimento vertical da cidade de Mossoró, assim como nas grandes cidades brasileiras, surge como uma variável determinante no processo de expansão mesmo nas áreas periféricas.

3. O bairro Nova Betânia e sua importância no processo de verticalização de Mossoró

Para compreender como se espacializava o processo de verticalização desenvolveu-se um levantamento prévio, junto as construtoras e com base na distribuição espacial dos condomínios verticais, constatou-se que no até o ano de 2016 o bairro Nova Betânia, ganhava destaque pela área adensável do número de empreendimentos e pela valorização do solo urbano. O bairro Nova Betânia, que concentra um perfil de classe de rendimentos médio e alta da cidade, tem se transformando em uma área atrativa para implantação de novas formas comerciais, educacionais, habitacionais e de serviços, processo intensificado com a chegada do shopping, supermercados de grandes redes internacionais do ramo do atacado e varejo, potencialmente tornando-se em uma nova centralidade.

O centro se tornou um espaço limitado, para construção de novas moradias, com isso o processo de verticalização que se inicia nessa porção da cidade, se expandiu para o bairro Nova Betânia, pela disponibilidade de grandes lotes de terra e da valorização do solo urbano que foi se intensificando nesta área.

Destacando-se dos demais, o bairro Nova Betânia concentrava o maior número de chefes de família com mais de 20 salários mínimos. Tal fato já era um sinalizador nos anos 2000 que se configurava em um bairro com alto potencial para a construção de novas formas de moradia de padrão elevado. Em seguida, com a construção da Avenida João da Escócia, uma das principais avenidas da cidade, a qual corta todo o bairro, é atraído então um número significativo de empreendimentos comerciais e serviços. Com esse perfil de residenciais e condomínios fechados, o bairro começa a se diferenciar nos padrões de moradia em relação aos outros bairros da cidade. Tal fato é reflexo do processo de segregação residencial.

O bairro está localizado na Zona Oeste da cidade de Mossoró. É em suas imediações onde se localiza grandes empreendimentos imobiliários, como o Residencial Spazio di Vicenza e Residencial Porto Asturias (ambos verticais); importantes instituições de ensino superior privado. Além disso, a instalação de grandes grupos do setor de atacado e varejo do ramo supermercadista

internacional, como a rede Atacadão do grupo Carrefour e dois outros das redes Hiper Bom preço e Maxxi do grupo Wal Mart, estão instalados no bairro.

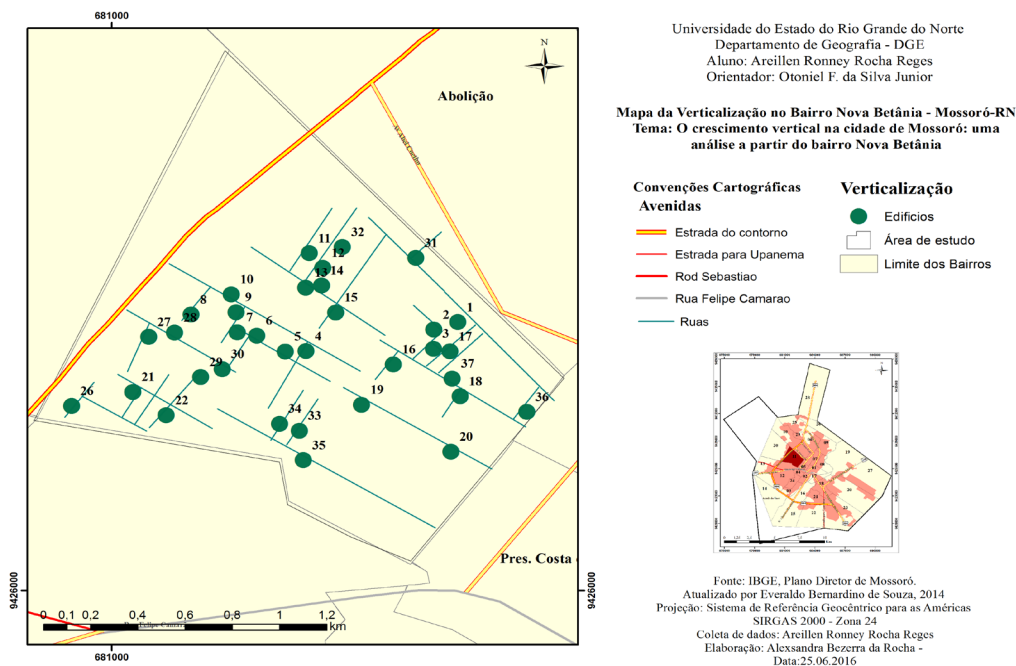
As principais avenidas do bairro são: Antônio Vieira de Sá, Diocesana e João da Escócia. A Avenida João da Escócia, localizada no bairro, se tornou uma das principais Avenidas de Mossoró, atribuído ao intenso fator de fluxo de pessoas diariamente, atraídos pelas ofertas de serviços, como a educação de ensino superior, uma vez que para o ano de 2016 eram em média 5.000 (cinco mil) alunos da única universidade privada naquela avenida. Além do shopping que atende não só a demanda da cidade como também da região com oferta de serviços e uma rede de comércio moderna, bem como os supermercados de atacado e varejo que atraem uma enorme clientela de Mossoró e cidades circunvizinhas. O surgimento de grandes empreendimentos em torno do bairro foi primordial para se tornar uma referência para a cidade. Já que a valorização e a especulação imobiliária do local têm contribuído na formação de uma nova centralidade. O investimento realizado pela iniciativa privada, com a construção do shopping, UNP (Universidade Potiguar), comércio e serviços e grandes condomínios trouxe uma valorização econômica do espaço.

O referido bairro tem uma diferente estrutura comparada a grande parte da cidade, sofreu mutação em seu perfil nas últimas décadas, expandindo-se sua área de moradia também para a área comercial, atingindo os limites até a BR 304, foram instalados nos mesmo diversos estabelecimentos comerciais, desde lojas, postos de combustíveis, clínicas, etc . Construindo uma área de destaque pela influência exercida com a contribuição na dinâmica socioeconômica do município de Mossoró.

O bairro Nova Betânia tornou-se espaço de disputa e de valorização, o que acentua o grau de diferenciação socio espacial em relação aos bairros circunvizinhos. Tal fato é perceptível, pela valorização do solo em função de grandes empreendimentos de grande porte instalados no local. Transformando-se em um espaço não só de moradia, mas também de empreendimentos comerciais, públicos e privados, mostrando uma forte descentralização na cidade. Neste caso, tais infraestruturas e o processo de expansão urbana do bairro começa a criar um espaço residencial seletivo, onde a elite local resolve morar, devido à proximidade com o centro, e a oferta de loteamentos para construção de residências de padrão elevado.

Até a época de realização da pesquisa existiam espaços não ocupados de grandes extensões de terra, o bairro rapidamente se modificou e encontra-se ocupado em quase toda sua totalidade, e a verticalização surge forte nesse contexto urbano . Por sua localização próxima ao centro, sua ocupação e desenvolvimento foram acompanhando o mesmo ritmo, se destacando mais para a área de moradia, com condôminos e residenciais verticais. No mapa a seguir (figura 03) visualizamos a distribuição e concentração da verticalização na área total do bairro.

Figura 03 – Mapa da Verticalização no Bairro Nova Betânia – Mossoró – RN.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, IBGE, adaptado por Alexandra Bezerra, 2016.

Analisando o mapa, está destacado o bairro e os pontos (em verde) onde se encontram os prédios verticais, com sua grande maioria por condomínios e residenciais. Na área central do bairro é possível observar um intenso processo de verticalização, apesar da área do bairro ainda ser densamente constituída por residenciais horizontais de grandes lotes e unifamiliares, tem crescido visivelmente na paisagem o número de edifícios em relação a outros no bairro.

Como podemos notar grande parte desses prédios ou em sua maioria, estão no entorno da Avenida João da Escócia, a concentração ao longo da avenida, deve ao fácil acesso as vias de intenso fluxo principais e secundárias. No levantamento feito a partir do georreferenciamento em 2016, foram identificados na área total do bairro Nova Betânia 41 condomínios verticais, alguns com dois e até três blocos, totalizando 48 prédios verticais. Tal concentração deve-se aos fatores destacados por PINHEIRO, 2006, em que destaca:

Os bairros centrais de Mossoró continuaram dentro do principal vetor de crescimento da cidade, e por isso continuaram sendo a região da cidade com melhores condições de acessibilidade e de infraestrutura. Já os bairros residenciais destinados às camadas mais pobres, enquanto vão se integrando ao novo vetor de crescimento, vão assistindo a uma gradativa especulação imobiliária que, aos poucos, expulsa o morador inicial para as áreas mais longínquas da cidade, deixando essa área livre para ocupação das camadas sociais mais abastadas. (PINHEIRO, 2006, p. 8).

A diferenciação sócio espacial advinda daí aprofunda as desigualdades socio espaciais, e, ao mesmo tempo, fragmenta os espaços de vida. As cidades médias passam a incorporar modelos e padrões de moradias antes vistos em cidades e regiões metropolitanas, o crescimento dos condomínios e residenciais verticais é parte da expressão de uma tendência a valorização do solo urbano na área do bairro Nova Betânia, assim como atende as necessidades de novos padrões de moradia onde a segurança e a praticidade são os álibis para incorporar os modelos de empreendimentos verticais na cidade. Podemos constatar através da tabela a baixo (Tabela 01), que esse crescimento teve seu auge a partir do ano de 2004, nela está o número de lançamentos de prédios verticais a partir de quatro pavimentos por ano no bairro.

Figura 04 - Total de Lançamentos de prédios por ano, no bairro Nova Betânia.

ANO	TOTAL DE UNIDADES
2004	1
2005	1
2006	2
2007	0
2008	1
2009	3
2010	1
2011	6
2012	2
2013	2
2014	3
2015	1
2016	3

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2016.

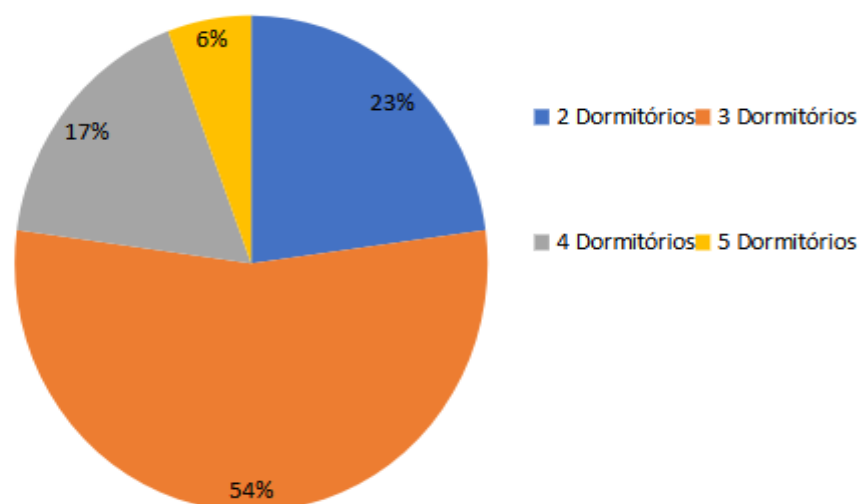
Um dos principais pontos destacados pelos moradores entrevistados para a procura de empreendimentos verticais é o fator segurança, bem como a necessidade de emular padrões de moradia típicos dos grandes centros urbanos, a necessidade de figurar apenas entre os iguais e se apartar do convívio e do contato com pessoas de outras classes sociais. Até mesmos os moradores mais antigos com seus casarões, segundo Pedro, Vice-presidente da SINDUSCON, começaram a vender ou alugar para viver nessa nova forma de moradia. A tabela 01 mostra destaque no ano de 2011, como o período que teve maior número de lançamentos, um total de seis. Seguido pelos anos de 2009, 2014 e 2016, cada um com três unidades lançadas. Entre todos esses anos, apenas em 2007 não teve nenhum lançamento de condomínio.

Um dado importante informado pelos moradores mais antigos é que o primeiro prédio construído no bairro foi o condomínio “Brasiluso”, com construção independente, situado na Rua Mota Neto, número 428. O mesmo possui três blocos, com três andares, doze apartamentos e três dormitórios cada.

Segundo as empresas entrevistadas, a WSC e REPAV, o referido bairro Nova Betânia possui o metro quadrado mais caro da cidade. O valor do metro quadrado, em 2016, estava em torno de quatro mil reais. De acordo com dados das construtoras consultadas em 2016, o valor se aproximava dos preços praticados na capital Natal, que variavam naquela época entre R\$ 4.700 a R\$ 5.300.

Do levantamento feito durante a pesquisa de campo em 2016, constatou-se que os condôminos verticais do bairro Nova Betânia, em sua maioria, predominam os apartamentos com três dormitórios, representados no gráfico a seguir com 54%, em segundo com 23% de dois dormitórios, seguido por quatro com 17% e por último com cinco dormitórios com 6% (ver Gráfico 01). Todos eles ressaltaram que já estão incluindo o quarto da empregada doméstica. O valor médio do imóvel pronto com três dormitórios custa em torno de 400 a 450 mil reais, segundo as construtoras. O que confirma que o valor médio dos empreendimentos neste bairro é, em sua maioria, consumidos por grupos sociais de renda média a alta.

Gráfico 01: Número de dormitórios por apartamento do bairro Nova Betânia



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2016.

Os maiores prédios verticais em número de pavimentos de Mossoró também se encontram no Nova Betânia. O Residencial “Spazio di Vicenza” (figura 05), localizado na rua Antônio Vieira Sá, número 116, esse prédio foi lançado no ano de 2015 e possui 28 andares, o maior de Mossoró, construído pela Construtora Unidade, vale destacar que apenas um apartamento deste residencial custa em média o valor de quatrocentos mil reais. Ele hoje é referência na cidade e além de ser o maior é também um dos mais luxuosos. O segundo prédio mais alto de Mossoró, também se encontra no bairro, é o Residencial “Porto Asturias” (figura 06), na rua Lauro Leite de Souza, número 2.080, lançado no ano de 2014 com 26 andares, com três apartamentos por andar. A maioria desses empreendimentos se destacam em amenidades com áreas de lazer, academia, sala de jogos, piscinas aquecidas, quadras esportivas, e uma série de equipamentos que fazem com que o morador tenha mais elementos ainda para autosegregação.

Figura 05: Residencial Spazio di Vicenza.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2016.

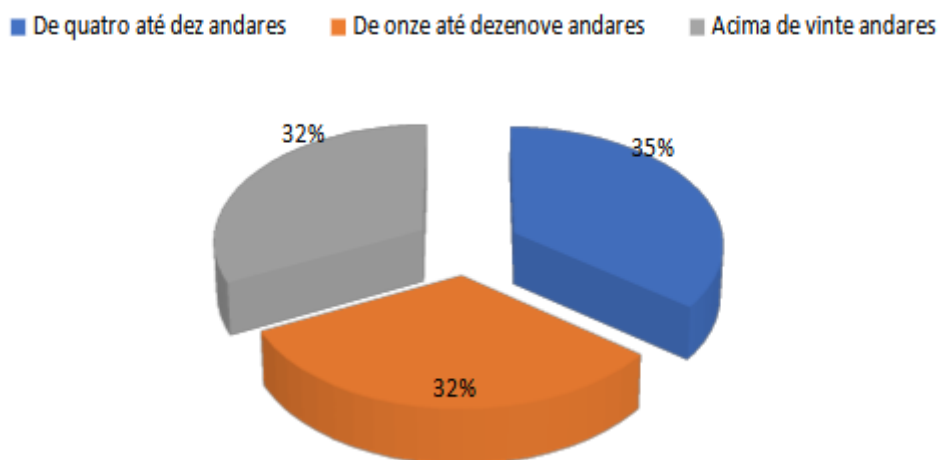
Figura 06: Residencial Porto Asturias.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2016.

No gráfico seguinte (Gráfico 02), analisamos os prédios por pavimentos, ou seja, por andares que cada um possui. Destaque para os prédios com sete e vinte andares, cada um com o total de cinco unidades. Os mais antigos, lançados a mais de oito anos, são em sua maioria abaixo de dez andares, a pesquisa mostra a construção de prédios com mais pavimentos nos anos mais recentes. Logo em seguida predominam os prédios com seis andares, com quatro unidades no bairro. Também existe uma média razoável para condomínios com dezesseis andares, são três ao todo localizados no Nova Betânia. A maioria dos prédios é os acima de vinte andares com 36% a maioria sendo de vinte com cinco prédios no bairro, em seguida vem os de onze até dezenove e de quatro até dez andares, ambos com 32%.

Gráfico 02: Prédios classificados por andares.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2016.

Diante das informações e dados expostos até aqui sobre o mercado da construção civil e as características de infraestrutura física, é preciso entender a lógica de produção do espaço mediada pela relação entre o setor empresarial e o Estado. Para isso, buscamos o SINDUSCON (Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Mossoró), e empresas construtoras de Mossoró de modo a identificar as principais empresas construtoras e suas áreas de atuação. A SINDUSCON surgiu na cidade de Mossoró em 1957, fundando por grupos representantes do setor da industrial de construção civil e mobiliário de Mossoró e região por um grupo de empresários local, inicialmente por chefes de quatro construtoras, sendo elas a WSC, Weber engenharia, Construtora de Zelitos Nunes e a Construtora Tomé edificações. Ela surgiu pela necessidade de um sindicato local com sua própria dependência, pois por existir na época apenas em Natal os preços eram barateados e para Mossoró eram diferentes, tornando-se mais caros.

Para o vice-presidente do Sinduscon em 2016, o grande momento da expansão do crescimento vertical em Mossoró se deu nos últimos 10 anos (ou seja, a partir de 2006). É relevante destacar que até o momento de levantamento da pesquisa existiam cento e vinte construtoras em Mossoró registradas, contudo, o número de empresas atuando girava em torno de trinta. Os motivos para redução de empresas atuantes, segundo o vice-presidente do Sinduscon, devem ao fato de que até 2016 os contratos públicos destinados à “Minha Casa Minha Vida” tornaram-se mais raros.

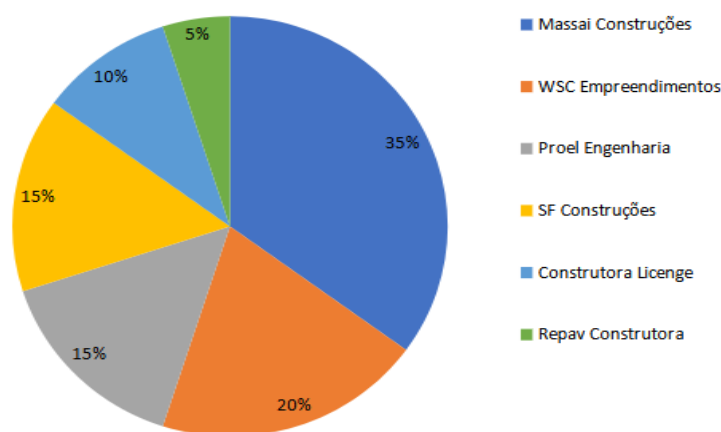
Para o Sinduscon, a maior dificuldade encontrada na construção dos primeiros prédios verticais é a mão-de-obra local que não possuía qualificação para execução das obras. Destaca, também, que a falta de cursos para profissionalizar os trabalhadores da região, colocava-se como outro empecilho, e forçava as empresas a buscar mão de obra especializada fora da região. Relata a dificuldade enfrentada pelo sindicato em relação aos órgãos públicos, principal-

mente com a administração para liberação de alvarás, deficiência do corpo técnico da prefeitura da cidade para acompanhar e liberar as atividades da construção.

O Sinduscon destaca o desenvolvimento e a importância do bairro Nova Betânia para a cidade de Mossoró, onde se encontra a maior concentração de prédios verticalizados. Para o vice-presidente do Sinduscon o desenvolvimento do setor da construção civil nesse bairro deve-se ao alto poder aquisitivo dos seus moradores, que abraçaram a ideia de transformar seus antigos casarões em condomínios verticais, visando à segurança e conforto em primeiro lugar.

Em um levantamento realizado pela coleta de dados de campo e junto ao Sinduscon em 2016, registrou-se as empresas que detinham a maior quantidade de empreendimentos construídos no bairro Nova Betânia, como podemos constatar no Gráfico 03. A Construtora Massai lidera na construção de condomínios verticais no bairro Nova Betânia com cerca de 35%, seguida pela WSC Empreendimentos com 20%. O que se pôde constatar durante a pesquisa de campo é que existiam onze prédios em construção no bairro, a maioria deles estava sendo feitos pela empresa Repav Construtora. Os dados coletados sobre o aumento do número condomínios verticais construídos e ainda o lançamento de projetos na planta para o bairro Nova Betânia até o momento em que a pesquisa foi realizada em 2016, mostrava uma tendência de aumento da demanda de oferta dos empreendimentos de moradia verticais. Destaca-se que o ano de 2016 iniciava-se um período de redução dos incentivos de contratos públicos do governo federal para construção de moradias pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

Gráfico 03: Maiores Construtoras de prédios verticais no Bairro Nova Betânia.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2016.

Em uma vista panorâmica registrada do terraço do maior edifício de Mossoró até 2016 – o Residencial Spazio de Vicenza – (Figura 08) se tem uma percepção da concentração de

edifícios verticais de moradia no bairro Nova Betânia, registrando-se também como um espaço de produção e disputa pela valorização solo urbano pelas agentes da construção civil que transformam o espaço possivelmente impactos ambientais e sociais para a região.

Figura 07: Maiores Prédios do Bairro Nova Betânia.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2016.

Vários agentes espaciais são responsáveis tanto pelas transformações no espaço urbano como no processo de verticalização, os agentes imobiliários, os consumidores, as construtoras, as incorporadoras e o Estado que através de seus subsídios disponibiliza todo o suporte ao processo de verticalização. Neste sentido a paisagem nesta parte da cidade vai sendo transformada pelo conjunto dessas ações e a implantação de novos objetos. Durante a coleta de dados e das atividades de campo da pesquisa em 2016, constatou-se um crescente número de empreendimentos em fase de construção, como podemos observar abaixo nas figuras 08 e 09. O registro sobre edifícios em fase de construção aquela época, momento que se iniciava uma redução dos investimentos públicos na promoção da construção civil, mostrava uma tendência ao crescimento dessas formas de moradias, mas também a atuação das empresas em aumentar a oferta de estoque da mercadoria apartamento para movimentar o mercado e setor da construção civil.

Figura 08: Prédios em construção.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2016.

Figura 09: Prédios em construção.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor, 2016.

Esse grande número de prédios em construção nos mostra que a cidade, apesar da crise enfrentada no país, tem conseguido manter as vendas de apartamentos, mesmo que abaixo dos números dos anos anteriores. O setor é um dos mais importantes para a cidade, além das atividades econômicas já relatadas, a geração de emprego ainda era bastante considerável. As novas formas de moradia tornaram-se desejo de muitas famílias de classes alta e média, onde a moradia em condomínios verticalizados deixou de ser uma realidade distante para se tornar uma realidade possível atualmente. Contudo, deve-se destacar que a necessidade de moradia verticalizada no bairro Nova Betânia, explica-se em parte pelo fator localização devido à proximidade com o centro comercial tradicional e o acesso aos principais empreendimentos comerciais modernos como o Shopping Center e os mercados de grandes superfícies (Atacadões e Hipers) que situam no território do bairro.

Até o momento de finalização da pesquisa em 2016 registrou-se que existiam ainda muitos projetos de lançamento para a área do bairro, muitos desses vendidos ainda na planta iniciavam as construções com a totalidade dos apartamentos vendidos. A tendência ao crescimento das moradias verticais em Mossoró tem um lugar como constatamos na pesquisa, o bairro Nova Betânia concentra a maioria dos empreendimentos, seguido do bairro Santo Antônio, o lugar privilegiado pelas construtoras para valorização do solo tem a ver com as perspectivas de autosegregação e de homogeneização das classes sociais e seus locais de moradias pelo poder aquisitivo. A pesquisa em tela apresenta dados e números que até a época da sua realização nos apontava que a moradia verticalizada recebeu adesão em função venda associada ao fator de insegurança urbana, mas também as formas modernas de moradia, possibilitando a concentração de atividades e amenidades tudo dentro das áreas comuns estritamente para os moradores.

Considerações finais

Ao desenvolvermos essa pesquisa procuramos analisar o crescimento vertical da cidade de Mossoró, especificadamente o bairro Nova Betânia. Identificamos os condomínios verticais como nova forma de moradia moderna, tendo um expressivo crescimento nos últimos anos na cidade de Mossoró. Para a realização do presente trabalho, estruturamos nossa pesquisa com um levantamento bibliográfico e uma pesquisa de campo aplicada em todos os prédios verticais localizados no bairro Nova Betânia, área identificada em 2016 como a de maior concentração.

Constatamos que o processo de verticalização se configura de modo singular e extremamente característico em Mossoró, que apesar de em escala menor, esse processo de verticalização vem ganhando força na reestruturação urbana da cidade. Também ficou evidenciado que os condomínios verticais praticam a autosegregação ao considerar suas principais características, os grandes muros com sistemas de segurança que possibilitam aos grupos sociais que optam por esse novo habitat urbano, mantendo distância das classes menos privilegiadas.

Observamos também o surgimento da verticalização na cidade de Mossoró, surgindo de forma tímida com o crescimento das atividades econômicas ocorridas décadas atrás, as quais imprimem novas formas de produção, distribuição, armazenamento e consumo, culmina em significativo aumento da densidade técnica e normativa do espaço urbano e agrícola de Mossoró e região e, conseqüentemente, em processos de reestruturação urbana e regional causando o início do processo de verticalização da cidade.

Na pesquisa podemos constatar que os condomínios verticais se desenvolveram no bairro mais nobre da cidade, o Nova Betânia, onde tem a maioria e mostrou-se ser o mais verticalizado da cidade com grandes e luxuosos prédios, além de ter ainda grandes projetos de verticalização em seu entorno. Vimos a importância da Avenida João da Escócia para o bairro, com fluxo alto diariamente de pessoas e o desenvolvimento em seu entorno, motivado também pelas grandes construções no bairro Bela Vista.

Concluimos que esse crescimento vertical do bairro está associado com o processo de reestruturação urbana de Mossoró, já que se verifica na cidade um forte crescimento econômico, resultado de sua intensificação a partir da década de 1980. Nesse contexto evidenciamos que atualmente Mossoró é uma cidade média em expansão que oferece à parte de sua população a opção pela busca de novas formas de moradia, colaborando para a expansão dessa nova tendência, a qual são os condomínios verticalizados.

4. Referências Bibliográficas

ELIAS, D.; PEQUENO, R. **Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais** 2009. In: _____ SPOSITO, M. E. B.

ELIAS, D. e PEQUENO, R. **Tendências da urbanização e os espaços urbanos não metropolitanos**. 2010

PINHEIRO, Karisa L. C. B. **O processo de urbanização da cidade de Mossoró: dos processos históricos à estrutura urbana atual**. 219f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

XXXXX, XXXXX XXXXX XXXXX. **O crescimento vertical da cidade de Mossoró: Uma análise a partir do bairro Nova Betânia**. Monografia para conclusão do curso de Geografia/UERN, 2016.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró (período de 1980 a 2004): geografia dinâmica e reestruturação do território**. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SINDUSCON, **Sindicato da Indústria da Construção Civil**, vice-presidente Pedro Augusto da Escóssia Chaves, 2016.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A Identidade da Metrópole: a verticalização em São Paulo**. 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias: espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

A FUNÇÃO SOCIAL DA HABITAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTATUTO DA CIDADE: A SITUAÇÃO ATUAL DE MOSSORÓ-RN

Jionaldo Pereira de Oliveira

Introdução

A discussão a respeito do sentido e significado da habitação na cidade enquanto afirmação da função social, conforme preconiza a Constituição Federal no seu capítulo da política urbana, permite um diálogo que perpassa determinadas concepções. Sabemos que a acepção tem ênfase porque no Brasil, não obstante o amparo formal da legislação, é notória nas cidades a presença da desigualdade e diferenças na garantia para sociedade, em todas as suas classes, a uma moradia com pleno acesso à todas as condições sociais de infraestrutura, serviços, assim como o acompanhamento do poder gestor para a efetivação destes princípios.

Este texto propõe esta discussão, tomando como referência espacial a cidade de Mossoró no estado do Rio Grande do Norte. O mesmo está dividido em dois tópicos. No primeiro aborda a habitação no Brasil e a desigualdade como condição inerente a sua história e traz o caso mossoroense como referência e exemplo de ocorrência desta situação, que compõe sua formação espacial ao longo de sua história. No segundo, analisa a função social da propriedade como noção constitucional no país, acompanhando do caso de Mossoró que, em sua trajetória de fragilidades na política urbana, contribui nesta discussão. Para isso, é feito o debate teórico e prático da questão. O objetivo foi mostrar que não é suficiente a presença na lei deste direito e suas garantias porque a ausência de interesses diretos nas ações voltadas ao cumprimento das prerrogativas das leis (por exemplo o Estatuto da Cidade e o plano diretor municipal) muito contribuem na determinação dos problemas abordados nesse artigo.

Assim, pudemos perceber que a escala espacial em que as questões acontecem no Brasil são diferenciadas, sendo possível notá-las seja nas pequenas cidades, nas metrópoles, assim como em abrangências espaciais de maior expressão. O problema da habitação é um fenômeno histórico no Brasil. Nesse propósito as considerações que mencionam o contexto de Mossoró foram feitas tomando por fundamento as abordagens teóricas, com menções e citações de conteúdo que contemplam sua dimensão urbana específica. Também, são mencionadas ocorrências e marcos espaciais que podem ser interpretados como do cotidiano local. Isso para que não fique dúvida de que a escala local mossoroense tem a sua vinculação, no tocante aos problemas e características mencionados, com a dimensão nacional.

A moradia no Brasil como reflexo da desigualdade e segregação histórica: a inserção de Mossoró no debate

A habitação no espaço urbano pode compor mais um referencial para a definição da qualidade de vida social. Para o Brasil, esta abordagem tem sua importância, considerando os fundamentos históricos que embasam a formação social, política e territorial do urbano nacional. Mossoró, pela atual complexidade urbanística, detém peculiaridades que permitem considerações voltadas a interpretar sua unidade espacial. Muitas destas especificidades são também características de centros com determinadas expressões socioespaciais, como àquelas que se referem a centros de maior porte estrutural e demográfico. O caso da moradia pode ser considerado como exemplo.

Entender a trajetória da moradia, em específico a habitação social nesta composição, se trata de um significativo desafio. Isso porque, como consideramos nesta proposta, a dinâmica social e seus contextos espaciais são elementos necessários ao entendimento da formação histórica, considerando suas influências na diferenciação dos fenômenos espaciais. Ou seja, é fundamental manter a centralidade na análise das relações entre espaço e sociedade (CASTELLS, 2006). Da mesma forma, é preponderante buscar sua vinculação histórica pois, como afirma Milton Santos (2008), os componentes espaciais, também interpretados por ele como elementos ou variáveis, se acham em permanente transformações e redefinições. Nesta perspectiva a habitação pode ser definida como fundamento histórico importante neste movimento. Claro, sendo vista e analisada como um componente da dinâmica.

Assim, nos interessa considerar certos aspectos desta estruturação a partir do entendimento dos fatores que contribuem para fundamentar a realidade da habitação popular em Mossoró, com ênfase no período de vigência do Estatuto da Cidade no Brasil. Mesmo propondo uma abordagem neste contexto específico de espaço urbano, não podemos desconsiderar que, em razão da cada vez mais marcante aceleração espaço-tempo (HARVEY, 2004), ocorrem muitas e variadas influências inclusive originadas em diferentes escalas.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, passou a vigorar a partir do ano de 2001. Neste propósito centramos a atenção na consideração da moradia enquanto tópico e fenômeno espacial que possui função social a partir do caráter de propriedade, de acordo com esta lei. A noção de ‘função social da propriedade’ se constitui na mais importante prerrogativa do Estatuto da Cidade, não obstante ser importante notar que a prática desta garantia por parte de seus principais responsáveis por fazer vigorar esta legislação, ou seja, as administrações municipais, tem sido limitada, incipiente e, em muitos aspectos, restrita quando se observa os fundamentos desta norma.

As condições habitacionais urbanas mossoroenses mostram seu perfil intrincado, sendo este traço uma consequência de fatores sociais, econômicos, políticos e administrativos, entre outros, que têm contribuído para condicionar Mossoró enquanto centro regional. Nessa acepção, a busca de compreender a complexa condição de Mossoró enquanto espaço urbano requer uma consideração na sua dinâmica enquanto forma e conteúdo. O espaço urbano específico de Mossoró agrega uma sequência de fatores que exigem observações para que não sejam confundidos. Neste íterim, como é característico de espaços urbanos de países subdesenvolvidos, na dimensão urbana de Mossoró estão agregadas diferenciações morfológicas (parcelas de segregação involuntária, de segregação voluntária, centro econômico tradicional, nova(s) centralidade(s), trechos urbanos passíveis de serem contemplados com a legislação urbanística (nacional e local) mas que são relegados à indiferença e negligência da gestão administrativa).

Tomar como parâmetro o Estatuto da Cidade nos permite delimitar certos tópicos. O Plano Diretor Municipal de Mossoró, aprovado em 2006, como principal aspecto da aplicação do Estatuto da Cidade, demonstra formalmente que o município seguiu a orientação da lei federal citada. Todavia, a efetivação do citado plano no cotidiano local é flagrantemente limitada, predominantemente esquecido, inclusive por aqueles que poderiam ser beneficiados por sua aplicação. A sociedade mossoroense, em muitos aspectos, sequer sabe da existência da lei.

No Brasil a habitação popular somente passa a ser considerada nas ações políticas governamentais a partir da década de 1930. Antes disso não havia condições institucionais voltadas à sua inclusão nas ações políticas do Estado principalmente porque, na República Velha (1888 – 1930), havia setores sociais que alcançavam importantes vantagens com o mercado imobiliário voltado à obtenção de renda, sendo estes grupos também influentes nos sistemas de governo em que conviviam. Assim, qualquer apreensão referente a precariedade da situação habitacional tinha como efeito, quase sempre, as medidas favoráveis aos negociadores imobiliários, como por exemplo a isenção de impostos para a construção de moradias, decisão adotada em todos os níveis de governo, o que aumentava os ganhos dos proprietários imobiliários (BONDUKI, 2011).

Sob o governo Vargas a questão passa a ser conduzida de outra maneira. Getúlio Vargas muda o enfoque da problemática. Não que o país, com relação a habitação popular, alcançou as melhores conquistas sociais nesta questão a partir da década de 1930, já no período conhecido como Estado Novo. A principal diretriz do movimento foi a conversão do tema em ideologia conduzida e estimulada pelo governo, considerando os significativos problemas socioespaciais vividos então, com ênfase aos centros urbanos. O Brasil, no anseio para instituir um processo de industrialização que viabilizasse a ocupação da mão de obra de forma crescente, considerando o progressivo crescimento dos seus centros urbanos, principalmente os maiores, enfrentava o caso da precariedade das moradias da população mais pobre assim como até sua ausência. Dessa forma, o governo, no interesse de melhorar sua imagem, aceitação e sua consideração

pela população em geral coloca em cena a ideologia da casa própria. No discurso de então havia o reforço do sentido da importância da casa para o trabalhador enquanto unidade e ambiente da família. Neste propósito, esta condução ideológica foi preparada com o anseio de respaldar o Estado populista conduzido, então, por Getúlio Vargas, no qual pretendia estabelecer uma concepção, por parte da população, de mudança nas ações administrativas no que diz respeito a casa própria para o trabalhador.

Na interpretação deste período histórico, Nabil Bonduki dispõe de argumentos que contribuem no entendimento da sucessão de fatores que favoreceram a elaboração das políticas de habitação social pelo Estado na época. Ele diz:

O clima político, econômico e cultural durante a ditadura Vargas (1930-45) colocou em cena o tema da habitação social com uma força jamais vista anteriormente. Num quadro em que todas as questões econômicas tornaram-se preocupação do poder público e das entidades empresariais envolvidas na estratégia de desenvolvimento nacional, o problema da moradia emergiu como aspecto crucial das condições de vida do operariado, pois absorvia percentagem significativa dos salários e influía no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores (BONDUKI, 2011, p. 73).

Quando o autor considera a ênfase nacional assumida pelo problema em questão, estimula também uma reflexão a respeito das condições que fundamentam o sentido histórico que o assunto assume no período em destaque.

Podemos considerar que a habitação popular se constitui como um problema nacional há muito tempo, sendo também extenso o período decorrido de sua conversão, por parte do Estado, em uma pilastra circunstancial de política pública. Desde o primeiro governo Vargas até o presente foram muitas as elaborações de leis, normas e ações governamentais implementadas no Brasil sendo, parte delas, bastante questionadas. Para Villaça (1986), com a expansão do capitalismo no Brasil principalmente a partir de meados do século XIX, a habitação popular começa a se integrar num problema. Ele diz:

O problema da habitação popular urbana começa a se constituir no Brasil na segunda metade do século XIX com a penetração do capitalismo, da mesma forma como se constituíram na Inglaterra cem anos antes. Naquela época começou a surgir aqui, como anteriormente havia surgido lá, o 'homem livre'. Este é antes de mais nada um despejado. Despejado de sua terra, de sua oficina, de seus meios de trabalho, de seus meios de vida. Começam então a afluir às nossas cidades milhares desses despossuídos, tanto brasileiros como estrangeiros (VILLAÇA, 1986, p. 35).

Uma abordagem diretamente relacionada à questão da moradia e que tem assumido, na dimensão urbana brasileira, cada vez mais o aspecto de problema diz respeito à propriedade da terra urbana. Se trata de uma pauta motivadora de discussões em virtude dos dramas sociais a ela ligados, principalmente pelo seu vínculo urbano. Ao mesmo tempo, considerando o refe-

rencial teórico existente, também é possível compreender que são muitos os casos de situações convergentes com este tema no Brasil, sejam os de ordem estrutural, arquitetônicos, políticos, sociais, etc. Para Maricato (2010), a propriedade da terra é, de maneira contínua, um entrave porque é marcado por entraves, conflitos sociais. Isso porque em sociedades patrimonialistas ou oligárquicas (como a brasileira) o poder social, político e econômico está relacionado ao domínio do patrimônio.

No contexto mossoroense essa discussão tem uma contemplação cabível porque com a sua emancipação política, ainda na década de 1870 a formação espacial local passou a uma composição de 'identidade urbana' semelhante ao que se confirmava historicamente no Brasil. Por isso, a apropriação e domínio das parcelas formais da cidade foi uma ocorrência comum, e muito bem tolerada, por todas as pessoas que viviam no espaço. A força do poder, confundida e/ou intercalada com a influência financeira, determinava quem podia e quem não podia controlar o espaço local (OLIVEIRA, 2014; 2016). É evidente que esse controle sempre foi muito além do mero domínio de dotes físicos e estruturais do urbano então em formação, ele foi decisivo também na determinação das escolhas eleitorais sucessivas no lugar, com mais ênfase a partir da década de 1940. Essa situação local tem importante convergência com a reprodução histórica da formação do espaço urbano brasileiro.

No tratamento da questão da propriedade fundiária urbana de Mossoró é fundamental compreender o papel do Estado enquanto agente de planejamento e de gestão, sob o enfoque do Plano Diretor municipal, buscando definir a situação da propriedade fundiária sem, contudo, desvincular as ações do capital imobiliário e seus interesses, normalmente voltados à sua reprodução econômico-financeira. Neste sentido, com o propósito de esclarecer o processo de reprodução das ações do mercado imobiliário local, é preponderante definir as práticas e interesses de agentes atuantes nesta área de produção econômica e suas relações com esferas específicas como a administrativa municipal, principalmente.

É importante o entendimento da ação dos poderes gestores do espaço urbano de Mossoró. É notória a intensidade do mercado imobiliário atual, à qual é expressa pela oferta de imóveis construídos, sejam os condomínios verticais, horizontais e até loteamentos. Nesse propósito, cabe dizer que a 'produção' dessas parcelas urbanas não necessariamente têm a garantia do atendimento dos direitos assegurados nas legislações, como o Estatuto da Cidade e do plano diretor municipal de Mossoró. O mercado imobiliário contribui para a compreensão do atual estágio de aquecimento da economia local, intensamente ligada aos movimentos da produção econômica do país. Tal movimento em muito contribui para que se possa notar que a intensa produção imobiliária local, além dos vínculos com outros degraus e setores da economia, encontra amplo impulso com a atuação da administração municipal que, a partir de determinadas iniciativas, disponibiliza a estas empresas e segmentos da construção civil estimulantes incentivos através da oferta de infraestrutura e serviços, que se tornam alentadores de sua efetiva

atividade, no mercado, em detrimento de muitas áreas da cidade que não encontram tais ações, apesar das demandas serem consideráveis (OLIVEIRA, 2014).

Ao tomarmos conhecimento do gradativo reconhecimento internacional do Estatuto da Cidade enquanto legislação que expressa uma conquista política nacional, entendemos que, quando correr, a compreensão de seu significado jurídico, urbanístico e, por que não, político, por parte da população brasileira poderá ser decisivo para as perspectivas de mudanças e transformações na cidade, enquanto meta da Lei, considerando os problemas existentes. Não há dúvida quanto a sua importância, mesmo se compreendendo que sua mera existência não significa a solução dos inúmeros entraves presentes na realidade urbana brasileira. Neste sentido Fernandes (2010) afirma:

[...] é crucial que juristas, urbanistas e a sociedade brasileira se dêem conta de que a aprovação do Estatuto da Cidade não encerrou a batalha pela reforma urbana no Brasil[...]. Embora tenha sido uma vitória importante, há uma disputa renovada em torno do sentido da política urbana ocorrendo em todas as cidades brasileiras e também nos tribunais (FERNANDES, 2010, p.69).

Quando este autor vincula o Estatuto da Cidade ao movimento de reforma urbana, propõe o nexo histórico entre ambos na medida em que a reforma urbana, fundamentada na noção de interesse social, assume expressão pelo menos desde a década de 1950, sendo o Estatuto da Cidade um de seus mais significativos resultados.

Nesta conotação, Ermínia Maricato (2007; 2010) reforça esta interpretação ao dizer que não é em razão da ausência de legislação que as cidades brasileiras possuem tantos problemas como no presente. Esta autora não deixa de reconhecer as virtudes do Estatuto da Cidade, inclusive definindo-o como uma legislação importante, cujas qualidades não se esgotam no caráter técnico ou jurídico de sua expressão, pois se trata de uma conquista da sociedade brasileira, que possui marco histórico, considerando o enfoque holístico que detém. Daí a sua defesa preponderante para que ocorra sua efetiva prática. Mas, diante da vívida contradição representada na presença da lei e a notória indiferença por parte de quem deveria fazê-la vigorar, o contexto pode ser entendido como confuso. Mas, numa observação mais apurada, esse apontamento pode ser melhor interpretado, no sentido de que a legislação somente é posta em destaque quando de fato interessa. E quem melhor tem autoridade para isso é o segmento social dominante na cidade.

Uma análise que pondera a ênfase da legislação urbanística brasileira com relação ao seu significado é expressa no reconhecimento do mérito jurídico e político alcançado pela esfera municipal com esta nova legislação. Definido como um processo de descentralização política que viabiliza o fortalecimento da autonomia municipal prevista na Constituição Federal de 1988, a partir da regulação e gestão de suas demandas e questões, o plano diretor municipal

representa uma importante manifestação desta consecução de vantagens.

Para Fernandes (2010) esta redefinição política ensejada pelo Estatuto da Cidade disponibilizou as bases de uma nova ordem jurídico-urbanística. Para ele, a lei estabelece consistente suporte jurídico à ação dos governos, sobretudo municipais, viabilizando o controle dos processos de uso, ocupação, parcelamento e desenvolvimento do espaço urbano. Ainda, como relata este autor, neste sentido, a expressão das práticas políticas nesta direção já ocorria antes da aprovação do Estatuto da Cidade. Muitos municípios, com a Constituição de 1988, já faziam aprovação de leis urbanísticas e ambientais, inclusive planos diretores, o que para ele tornava o Brasil um laboratório de planejamento e gestão urbana, contribuindo também para a manutenção da proposta de elaboração do Estatuto da Cidade, que era ensejada por estudiosos e movimentos sociais.

Contudo, diante de inegáveis mudanças que permitiram, pelo menos na ordem legal e institucional, uma consideração aproximada entre os gestores no tratamento e consideração das cidades, é do município que se espera intervenções coerentes com este novo momento. A questão está nas estratégias e modelos de ação adotadas. Se a legislação em análise viabiliza o enfrentamento de históricos problemas urbanos, seja a partir dos instrumentos definidos com o incentivo, inclusive, da participação da população no planejamento e execução de medidas, é essencial que o município (poder gestor, população, etc.) manifeste empenho e interesse nas ações a serem adotadas.

No contexto do objeto desta análise, é possível notar que em Mossoró, apesar das perspectivas existentes com a disponibilidade da lei, não é clara a verificação de mudanças na sua realidade a partir desta prerrogativa. Local historicamente dominado politicamente por grupos oligárquicos de origem familiar que, a partir da prática de dominação política não incomum no Brasil desde o período imperial, lançou mão de muitas modalidades de domínio visando seu controle e que, ainda hoje, é possível perceber tal força e hegemonia. A cidade tem à disposição um Plano Diretor (aprovado em dezembro de 2006) que, em muitos aspectos, permite interpretar que, se houvesse interesse, não seriam tão inviáveis, formalmente, pelo menos algumas transformações propostas no Estatuto da Cidade (OLIVEIRA, 2016).

O dilema constituído por tal paradoxo faz entender que, por exemplo, na questão da moradia, o domínio e a influência do capital se fazem presente na constituição dos tópicos componentes do plano diretor municipal. Com relação a isso, Renato Pequeno e Denise Elias (2010) afirmam que, apesar das desigualdades na estrutura de moradia, o Plano Diretor de Mossoró faz perceber a permanência destes problemas, mesmo com a disposição no documento de boa parte dos instrumentos presentes no Estatuto da Cidade. Os autores relatam a definição das ZEIS, ou seja, das Zonas Especiais de Interesse Social e de áreas diretamente passíveis de receberem intervenções de combate a especulação imobiliária. Contudo, a questão são os critérios elencados

para nortear tais ações administrativas.

Os fatores econômicos têm sempre lugar de destaque na explicação destas questões que envolvem disputas de interesses, como ocorre com a perspectiva da moradia para as famílias. Nosso desafio aqui é encontrar as mais coerentes explicações para os processos que convertem a cidade em um cada vez mais valorizado patrimônio, intensamente influenciada e estruturada pelos ditames do mercado, o que, por consequência, tem redefinido seu significado, cada vez mais compatível com o sentido da valorização econômica (RODRIGUES, 2003; CARLOS, 2001; MARICATO, 1997), mesmo quando se questiona a legitimidade do capital imobiliário e suas ações especulativas (SINGER, 1982).

O resultado deste seguimento na atualidade em Mossoró, conforme esta proposição, revela um espaço urbano que, no tocante às condições sociais de moradia, possui acentuadas variações e diferenças. Como exemplo destas distinções e desigualdades no contexto deste espaço vê-se a marcante proliferação de construções imobiliárias em determinados setores da cidade, constituindo os condomínios com seus modelos e requintes, além dos loteamentos, cada vez mais divulgados e difundidos. Suas prerrogativas são os fatores qualificativos da infraestrutura urbana, apontados como vantagens diferenciadoras, geralmente oferecidas pelo poder público municipal. Em detrimento a esta situação específica está o avanço dos chamados aglomerados subnormais, assim como das áreas periféricas. O sentido do termo ‘aglomerado subnormal’ se refere à classificação de setores censitários, não a pessoas ou domicílios. Ferreira et al. (2011) destacam que o IBGE caracteriza tais setores como marcados pela precariedade habitacional e de infraestrutura, alta densidade demográfica e situação fundiária irregular, ou seja, o termo substitui a denominação de ‘favela’. Além disso, há o critério do limite mínimo de unidades habitacionais ser de 50 domicílios para que haja sua identificação nesta situação.

Como adendo a esta descrição deve-se destacar o histórico processo de autoconstrução imobiliária, determinante na caracterização da evolução urbana brasileira, no qual um importante aspecto intrínseco, muitas vezes, é a inerente precariedade estrutural dos imóveis que são construídos, acompanhado das restrições de infraestrutura da área urbana em que se localiza. Estes traços e aspectos contribuem muito para o ‘estabelecimento’ da cidade ilegal, que coexiste com a cidade formal, num paradoxo típico da dinâmica urbana brasileira contemporânea.

Especificamente no tocante a disponibilidade urbanística da infraestrutura dos setores da cidade, esta muitas vezes reflete, na sua composição estrutural e arranjo existencial de serviços essenciais, as condições socioeconômicas de seus habitantes. Neste propósito, é visível que há diferenças na produção espacial da cidade, conforme tratado acima, sendo, por sua vez, o Estado um considerável tributário para tal diferenciação. Tal movimento endossa os processos de segregação, o que, como sabemos, contraria o Estatuto da Cidade.

Tomando estas considerações como componentes referenciais, buscamos justificar alguns fundamentos no âmbito da questão habitacional proposta no contexto mossoroense. A primeira aponta que há no horizonte local uma conjuntura de situações, problemas e desníveis sociais que são essenciais para situar Mossoró, de maneira coerente, na dinâmica urbana brasileira. A habitação, enquanto condição e produto histórico, se constitui numa referência individual, todavia ela é componente da complexidade espacial formada por uma quantidade de elementos, fatores que interagem no condicionamento espacial. Uma outra se baseia na noção de que, embora o município cumpra, formalmente, os requisitos e indicações da legislação nacional (como por exemplo o Estatuto da Cidade), são acentuadas as contradições e desníveis socioespaciais, assim como a ausência efetiva de intervenções da gestão administrativa da cidade, o que condiciona uma situação de “formalismo burocrático”, no qual o poder gestor em certos aspectos se detém a prezar a existência da legislação, sem efetivamente assegurar seu cumprimento. Assim, a cidade cumpre a lei em vigor sem pô-la, efetivamente, em prática. Porém, diante de situações como estas, não é possível registrar mobilizações sociais, populares, protestos ou algo deste escopo. É o que Souza (2004; 2006) justifica como postura heterônoma da sociedade.

Nesta perspectiva é fundamental tratarmos do Estado enquanto importante responsável não somente na gestão/execução da legislação, mas também no seu planejamento. E, em contextos sociais e políticos com históricas fragilidades institucionais, com flagrantes limitações no processo de participação popular no planejamento e execução das normas, é que se pode notar o desafio existente nesta afirmação. O Estado tem condições para ser eficiente neste empenho, afinal possui a institucionalização da lei que legitima esta garantia. O que se deve buscar é, neste caso, a afirmação de sua autonomia, autoridade e transparência na atuação. O compartilhamento destas ações, com a sociedade e outros agentes interessados, se configura como mais uma perspectiva firme de sua prática efetiva.

Quando analisa a influência das noções de poder e liberdade na perspectiva da autonomia social, Marcelo Lopes de Souza (2006) define o Estado enquanto uma correlação de forças e afirma:

O Estado é uma instância de poder “separada” do restante da sociedade, por encarnar uma divisão estrutural entre dirigentes e dirigidos. Some-se a isso a forte correlação entre o exercício do poder estatal e a reprodução de privilégios econômicos e a exploração de classe e tem-se, pois, que o Estado é uma instância não somente de poder, mas de dominação (p.39, grifo do autor).

Não raro podemos acompanhar o Estado fazendo uso de suas “prerrogativas”, como quando impõe a força em prol do compromisso de manter a, então, ordem pública, embora se saiba também de denúncias referentes a ações abusivas de sua parte visando assegurar privilégios de grupos sociais, empresas ou até indivíduos isolados.

Ainda sobre esta abordagem, mais à frente o autor citado justifica a prática e a oferta de privilégios pelo Estado quando diz que:

O Estado não é “neutro”, não paira acima dos interesses de classe como árbitro [...] isento, e nem poderia pairar; mas, tampouco, seria correto reduzi-lo a um simples utensílio nas mãos das classes dominantes. Ele é, na verdade, uma condensação de uma relação de forças (SOUZA, 2006, p. 50, grifo do autor).

A partir desta concepção, que propõe uma síntese dos aspectos do perfil do Estado, é possível ver no cotidiano alguns sinais efetivos de sua validade. Contudo, ao mesmo tempo, não se deve desconsiderar que, ao se examinar esta questão na escala nacional, é inevitável perceber que variações e diferenças se mostram. Por exemplo, no conjunto dos municípios brasileiros é possível que existam distintas representações do Estado, considerando o arranjo político de sua composição administrativa presente, entre outros fatores. Nestes, o aspecto da estrutura das instâncias e instituições do Estado, assim como a legitimidade da suposta democracia que muitos garantem manter são passíveis de questionamento, entre outras razões, pela ausência prática do cumprimento e efetivação da legislação, mesmo que esta seja ostentada como um baluarte. Tal situação, em muitos aspectos, cabe o Brasil como exemplo.

Trazendo esta discussão para o caso específico do nosso objeto de análise, afirmamos que o município de Mossoró, formalmente, atende aos requisitos da legislação referente à política urbana, ou seja, há plano diretor em efetiva vigência, conforme preconiza o Estatuto da Cidade, assim como existe o Conselho da Cidade, o Conselho Municipal de Habitação e o Plano Local de Habitação de Interesse Social. Mas, não obstante estejam constituídos estes fundamentos de lei, a ausência de efeitos de suas garantias denota as fragilidades existentes.

A função social da propriedade como prerrogativa constitucional e o desafio brasileiro de efetivar sua condição no espaço urbano

Nesta sequência, colocamos mais um componente que fundamenta a proposta de considerar o contexto da moradia popular em Mossoró e seu significado, a partir da vigência do Estatuto da Cidade e seus componentes norteadores, com a perspectiva de avaliar a sua realidade.

Consideramos a discussão da função social da propriedade, tendo como destaque a moradia. É importante lembrar que este tema é central no Estatuto da Cidade. Isto porque esta abordagem consta da Carta Magna desde seu princípio. O Artigo 5º, inciso XXII, garante o direito de propriedade que, na sequência, o inciso XXIII, define que a propriedade atenderá sua função social. Assim, o Estatuto da Cidade se constitui como a regulamentação do capítulo da política urbana da Constituição Nacional, que vigora desde 1988. Esta composição, que tem como fundamento a noção da função social da cidade e da propriedade, viabilizou ao Estatuto da Cidade normatizar as ações gestoras do poder administrativo na perspectiva da intervenção direta nas

cidades onde o município, pela primeira vez, tem preponderância no processo de ação pois as cidades passaram a dispor de um conjunto inovador de instrumentos de intervenção sobre seus territórios, além de nova concepção de planejamento e gestão (ROLNIK, 2001). O tema central do Estatuto da Cidade é a orientação para o estabelecimento da função social da propriedade.

Ainda na Constituição Federal, o tópico ‘Da Política Urbana’ corresponde ao capítulo II do título VII, denominado ‘Da Ordem Econômica e Financeira’, composto pelos Artigos 182 e 183. É no primeiro que a referência ao vínculo da política urbana com a noção de função social da propriedade é definida, quando descreve:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§1º O plano diretor, aprovado pela câmara municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenamento da cidade expressas no plano diretor.[...]

§4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: Parcelamento ou edificação compulsórios;

I- Imposto sobre a propriedade predial e territorial progressivo no tempo;

II-Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública(...).

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (BRASIL, 2008).

A extensa descrição acima aborda a inserção e o fundamento da noção de ‘função social da propriedade (e da cidade)’, contidos no texto. Vemos que, tanto no Artigo 182 (onde a abordagem é mais direta e delimitadora), quanto no Artigo 183, é possível notar, na sequência da descrição, que o esclarecimento das modalidades possíveis de intervenção a serem praticadas pelo poder municipal assume a conotação de forma compulsória ou como sugestão.

O plano diretor do município, conforme orientação regulamentada do Estatuto da Cidade, se constitui, em componente de um processo que pode viabilizar um novo panorama para o planejamento e gestão das cidades, principalmente para àquelas que efetivamente buscam novas

perspectivas diante da realidade. Sua referência no segundo parágrafo do Artigo 182 é direta. Esta ênfase é resultado da expressão assumida pela cidade, no caso o poder municipal. Com o Estatuto da Cidade, no âmbito do movimento pela reforma urbana, afirma-se o sentido pelo que tem sido denominado de ‘direito à cidade’, manifestados em propostas de práticas políticas e ações que integram pessoas e grupos sociais (SILVA, 2003).

Em consonância com este entendimento, Pereira (2008) afirma que a Constituição de 1988 mudou a configuração do estado brasileiro a partir da perspectiva de descentralização da intervenção política. Não obstante o reconhecimento a esta lei, não se deve esquecer que a mesma entra em vigor no Brasil com atraso expressivo. No tocante a descentralização administrativa que esta legislação viabiliza, o poder municipal ocupa um importante e inédita condição, assumindo uma centralidade que lhes permite autonomia em muitas ações e decisões que sejam necessárias. Porém este atributo pode fazer emergir fragilidades e limitações.

Como resultado da normatização do capítulo de política urbana, o Estatuto da Cidade propõe, em seu conteúdo, o propósito constitucional de viabilizar a execução, na cidade, do desenvolvimento das funções sociais da estrutura que a compõe. No Estatuto da Cidade, seu Artigo 2º do Capítulo I diz: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...]” (BRASIL, 2001). Na sequência, são relacionados dezesseis Diretrizes Gerais, cujo teor converge para este propósito.

Em seu terceiro capítulo, intitulado ‘Do Plano Diretor’, é ainda mais enfático nesta abordagem quando no Artigo 39, que o introduz, descreve:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende à exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas [...] (BRASIL. 2001).

Três aspectos se destacam para fundamentar a referência social: a qualidade de vida, a justiça social e o desenvolvimento das atividades econômicas. Estas condições devem estar expressas no plano diretor municipal que, de acordo com a Lei, corresponde à participação mais direta e imediata do poder público no movimento de efetivação e cumprimento deste aporte legal.

Para Maricato (2010, p. 07), o Estatuto da Cidade faz o tratamento “[...] de uma utopia universal: o controle da propriedade fundiária urbana e a gestão democrática das cidades para que todos tenham o direito à moradia e à cidade”. Segundo esta autora, embora a abordagem holística constituída por diferentes temáticas seja um marco do documento, seu tema prioritário é a função social da propriedade, que propõe a regulação da propriedade urbana visando a racionalização dos processos econômicos para que não constituam obstáculo ao direito à moradia

para a população, restringindo maximamente a segregação e a exclusão social do processo.

Convergente com a proposta de reconhecimento da importância da noção referente à função social da propriedade, Fernandes (2010) aponta que o princípio da função social se sustenta na noção de que, por assumir o caráter de propriedade particular, a mesma deve ter obrigações sociais. Para ele, se há resistências ainda na compreensão e aplicação, isto se deve historicamente ao fracasso do Estado brasileiro em reformar o liberalismo jurídico clássico que tem direta influência na forma de propriedade imobiliária difundida no país. Assim, complementa, se o conceito de função social da propriedade consta dos textos constitucionais da nação desde 1934, designando uma presença histórica, um processo excludente acompanha esta trajetória do conjunto de leis representado no reforço do reconhecimento de direitos individuais de propriedade, paradigmático do Código Civil brasileiro desde 1916. Somente com a aprovação do Novo Código Civil (Lei Nº 10.406) em 2002, se reconhece mudanças nesta abordagem. Um exemplo pode ser visto quando do tratamento do Título III desta lei, referente a propriedade. No seu Capítulo IV há a descrição das formas possíveis de perda de propriedade. O Artigo 1.275 aponta os seguintes modos possíveis para tal ocorrência: I- por alienação; II- pela renúncia; III- por abandono; IV- por perecimento da coisa; e, V- por desapropriação. O Artigo seguinte, 1.276, descreve que o imóvel urbano que o proprietário abandonar, pela falta de intenção de manter o patrimônio, poderá ser definido como bem vago e passar, três anos depois, à propriedade do município (NOVO CÓDIGO CIVIL, 2006).

Ao procurarmos a origem do emprego do termo ‘função social da propriedade’ no Brasil é importante, para situarmos a fase histórica de sua definição, o período de referência deste uso. Para Maricato (2011) a sua aplicação, para dar o sentido previsto na Constituição de 1988, assim como no Estatuto da Cidade, foi motivada principalmente pela produção de livros e teses que criticavam, há quase quatro décadas, a má localização, e suas causas, de conjuntos habitacionais populares. Mesmo com a inegável conquista legislativa, afirma a autora, a captação e a reprodução da renda fundiária e imobiliária continuam gerando o crescimento urbano e o descontrole sobre o uso e a apropriação do solo no país. Por isso, mesmo diante das garantias legislativas, é expressiva a discussão referente às práticas políticas e econômicas que negam o cumprimento da lei.

Também é necessário destacar, de acordo com a abordagem de Fernandes, que toda e qualquer lei urbanística ou ambiental atual implica fazer valer os fundamentos da função social da propriedade (FERNANDES, 2008). Basta considerar as transformações ensejadas na ideia de democratização contidas nas propostas de processos sociais da cidade suscitadas pela perspectiva de participação popular. Porém são invariavelmente obstadas pela concepção patrimonialista, arraigada historicamente pelos quase seculares princípios do Código Civil nacional, entre outras referências.

Especificamente em relação a Mossoró, e trazendo sua realidade para esta abordagem, a referência à função social da cidade e da propriedade está presente no segundo capítulo do atual Plano Diretor, no qual sua menção, nesta altura do texto, vem como princípio norteador dos tópicos que estruturam o documento. Desta feita, como componente do Capítulo II, é mencionado nos Artigos 04 e 05, sendo acompanhados pelos Artigos 06, 07 e 08 do Título II denominado ‘Princípios Fundamentais, Diretrizes e Objetivos Gerais da Política Urbana’, no qual o Art. 08 define as condições para o cumprimento desta função social atribuída.

Mesmo reconhecendo a importância política da aprovação da legislação, Fernandes (2008) defende que o princípio da função social da propriedade ainda se restringe, em regra, a uma figura de retórica na efetiva prática da gestão urbana. Para ele é notória a relação entre o capital privado e o poder público, na qual se pauta pela noção de direito de propriedade individual ir-restrito. Da mesma forma Silva (2003), diz que a conquista representada pela aprovação do Estatuto da Cidade no tocante às possibilidades de construção de cidades mais justas e humanas, enfatiza o caráter de desafio presente em sua aplicação, num país em que as cidades expressam marcante injustiça social na sua forma e dinâmica, além da falta de compromisso político dos gestores.

O movimento de reforma urbana no Brasil é caracterizado, sobretudo, por diferentes fases, as quais refletem também os acontecimentos políticos, sociais, econômicos, etc. da realidade nacional em que se compõe. Este movimento também traduz importantes referências da história brasileira. Neste sentido podemos situar a inserção do termo ‘função social da cidade e da propriedade’ no processo da política urbana do país como uma experiência que alcançou afirmações. Se asseguramos que ele esteve presente nos textos constitucionais desde 1934, é com o Estatuto da Cidade que seu significado se torna preponderante, enquanto norma. Isto é, a partir da transição democrática, estruturada com a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade e seu fundamento da função social da cidade e da propriedade encontram condições de afirmação ao preconizar que o espaço urbano é funcional aos interesses da coletividade social, o que viabiliza, com seu conteúdo, a participação social e popular na produção da cidade, embora sua efetivação na realidade tenha determinadas exigências. Estas, por conseguinte, podem ter como referência a característica desmobilização social e apatia, acompanhadas do desconhecimento do significado textual da lei, e da omissão dos poderes administrativos que podem estimular ações visando mudar esta situação.

Nesse propósito, a concepção da atual complexidade habitacional de Mossoró diante de alguns paradoxos mencionados nesse texto deve ser observada como uma determinação do espaço vivido local. Uma sociedade pouco vigorosa na compreensão de suas garantias legais e a apatia quanto a um posicionamento político que lhes permita ser correspondida quando necessitar do poder público no sentido da garantia de seus direitos são determinantes para a atual dinâmica de precariedades existentes. Um aspecto que permite essa definição é diferenciação

de situações que denotam tal problemática: uma ampla periferia com acentuadas incertezas e fragilidades na infraestrutura e nos serviços públicos. Essa condição compromete de forma intensa a vida cotidiana.

Considerações Finais

A habitação enquanto componente espacial permite contribuir no entendimento deste espaço em sua complexidade geográfica. Em contexto específico como o brasileiro, no qual a desigualdade, a segregação e suas contradições resultantes compõem a reprodução da realidade, é essencial a compreensão de sua dinâmica com estes componentes. Entre outras razões, esta exigência de atenção é imposta pela necessidade de atenção num dos atributos do espaço que se assenta no sentido de que ele é condição e resultado das relações sociais em suas múltiplas e intrincadas circunstâncias. A análise da função social da residência urbana, um objetivo central deste texto, teve como foco estes pressupostos que compõem o movimento da reprodução do espaço urbano.

Entender o fenômeno da moradia no Brasil, e no caso específico de Mossoró, nestas referências, voltado às considerações de sua função social a partir das influências e condicionantes socioespaciais apresenta certos desafios. Ao especificar o propósito à questão política da existência de uma legislação urbanística nacional que indica uma orientação para um convívio social compartilhado do complexo espaço urbano brasileiro é compreensível os desafios que os responsáveis (sociedade, poderes administrativos, etc.) para o cumprimento das normas devem encarar. Principalmente porque o espaço da cidade, regido por diferentes forças e certos interesses manifesta o predomínio da influência do mercado, no caso do mercado imobiliário, que muitas vezes prepondera nas decisões de ordem administrativa.

O espaço da cidade evidencia, na sua dinâmica, este apontamento. Por isso também que a problemática é específica. Entendê-la é essencial para a busca de alternativas que amenizem os problemas. A responsabilidade para isso é bem definida: da classe política da administração do espaço, dos segmentos empresariais produtivos e da sociedade.

Referências

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BRASIL. Lei n. 10.257/2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília, DF, 2001.

_____. Lei n. 10.406/2002. **Novo Código Civil**. 2. ed. Brasília, DF, 2006.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Subsecretaria de edições técnicas, 2008.

CARLOS, A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FERNANDES, E. Do código civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do direito urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, M. (Org). **Cidade (I)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 43-62.

_____. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In: CARVALHO, Celso Santos.; ROSSBACH, A. (Orgs.). **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança das Cidades, 2010. p. 55-70.

FERREIRA, M. et al. **Uma metodologia para a estimação de assentamentos precários em nível nacional**. 2011. Disponível em: www.fflch.usp.br/dep/assets/docs/eduardo/A08_CE-MassentMeidades.pdf. Acesso em: 19 set. 2011.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARICATO E. **Habitação e cidade**. 3. ed. São Paulo: Atual, 1997.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 121-92.

_____. O Estatuto da Cidade periférica. In: CARVALHO, C.; ROSSBACH, A. (Orgs.). **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades. Aliança das Cidades, 2010. p. 05-22.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOSSORÓ. **Plano Diretor de Mossoró, RN**. Mossoró, RN, 2006.

OLIVEIRA, J. **Mossoró: espaço urbano e questões habitacionais**. Mossoró,RN: UERN, 2014.

OLIVEIRA, J. **Mossoró: política urbana e habitação**. Mossoró,RN: UERN, 2016.

_____. **Mossoró: política urbana e habitação**. Mossoró,RN: UERN, 2016.

PEQUENO, R.; ELIAS, D. Tendências de urbanização e os espaços urbanos não metropolitanos. **Cadernos Metrópole/ Observatório das metrópoles**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 441-65, 2010. p. 441-65.

PEREIRA, E. Políticas municipais de habitação: qual conteúdo para qual cidade? In: PEREIRA, E. (Org.). **Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó, SC: Argos, 2008. p. 127-43.

SILVA, J. Estatuto *da* Cidade versus Estatuto *de* cidade - eis a questão. In: CARLOS, A.; LEMOS, A. (Orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-34.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 21-36.

SOUZA, M. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RODRIGUES, A. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986.

A CIDADE ENTRE MUROS NAS CIDADES MÉDIAS: A PRODUÇÃO DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM MOSSORÓ-RN

Mikaelly Oliveira Souza

Otoniel Fernandes da Silva Júnior

Introdução

Os padrões de moradia no Brasil nos últimos trinta anos têm se alterado em suas formas e funções. Tal fenômeno é decorrente das ações coordenadas de atores que produzem o espaço tanto de áreas metropolitanas como de cidades médias. O espaço urbano construído é então disputado pelas empresas da construção civil e grandes incorporadoras que buscam como fim primeiro aumentar as cifras de lucros com o menor custo possível na construção de equipamentos de habitação. O surgimento dos condomínios horizontais fechados, tem um público alvo restrito de altos rendimentos, com uma demanda solvável para as construtoras e incorporadoras imobiliárias. Neste sentido são construídos enclaves cercados, onde o principal alibi para a autossegregação está no controle da segurança que a cidade e suas avenidas e ruas já não proporcionam, além de vender o pacote com algumas amenidades como áreas de lazer e amplo espaço verde.

Os condomínios horizontais fechados revelam-se como padrão de moradia que reúnem as condições acima descritas. Este modelo de moradia caracteriza um novo padrão de segregação no espaço urbano, além de serem habitações muradas que surgem como novo conceito de viver, sobretudo, por serem vendidas como uma solução para as questões de violência urbana. É com esse discurso que o grande e médio capital imobiliário se reproduz nos espaços das grandes e médias cidades no país. Esses empreendimentos, antes característicos, das grandes metrópoles, são atualmente encontrados também nas cidades médias, como Mossoró.

Mossoró, como uma cidade média potiguar no semiárido, vem reproduzindo este modelo de habitação em seu espaço urbano, em que se caracterizam por extensas áreas cercadas de muros, com construções para um grupo de médio a altos rendimentos. Esses empreendimentos atuam como forma de diferenciação sócio espacial, fragmentando ainda mais o espaço urbano local. A expansão dos condomínios horizontais fechados no espaço urbano de Mossoró inicia-se a partir de 2004, com modelos de residenciais fechado, que nessa fase inicial ocupam áreas territoriais de pequeno a médio porte. O crescimento significativo no número de condomínios fechados e das extensões de solo urbano ocupado, só é possível pela mediação entre os agentes produtores do espaço: O Estado e as empresas de construção civil, esse primeiro flexibilizando as legislações urbanísticas e promovendo a expansão de infraestrutura urbana para as futuras áreas de ocupação dos empreendimentos.

Outros fatores podem contribuir para esse crescimento de novos padrões de moradia são o desenvolvimento das forças econômicas como as atividades locais/regionais, a produção petrolífera, forte presença do agronegócio e a mecanização salineira. A ampliação do setor de serviços (instituições de ensino técnico e superior), e do setor do comercial, pode também entrar na lista de fatores favoráveis a ampliação do mercado de imóveis em Mossoró. A ampliação das atividades de extração petrolífera e de sal, assim como da agroindústria associado a ampliação da oferta de setor de serviços, poderá ter uma relação intrínseca a produção habitacional de mercado.

Concomitante ao crescimento de enclaves murados residenciais, tem-se registrado também outra demanda pela construção de condomínios residenciais verticais, com um crescimento a partir de 2006. Ambos padrões de moradia correspondem ao movimento dos capitais imobiliários para além das áreas metropolitanas em busca de mercados com possibilidade de retorno do capital investido. A reprodução dos condomínios residenciais fechados em cidades médias tende a reproduzir as formas e conteúdo das áreas metropolitanas, contudo faz necessário compreender as especificidades e as dinâmicas que esses empreendimentos promovem no âmbito tanto da legislação urbanística quanto da fragmentação sócio espacial dessas cidades.

Sabendo-se da significativa expansão de unidades dos condomínios fechados horizontais na produção do espaço mossoroense, o presente trabalho tem por intuito compreender as principais razões da reprodução espacial desses empreendimentos, fomentando uma análise da expansão imobiliária e seu papel na construção e valorização do espaço urbano de Mossoró. Além de se realizar uma identificação das áreas urbanas ocupadas pelos condomínios horizontais fechados na cidade e caracterizar os moradores desses empreendimentos, a pesquisa com coleta e sistematização de dados foi desenvolvida durante o ano de 2014, resultando na produção de um trabalho monográfico de conclusão de curso.

Como forma de pontuar essas reflexões, dividimos o trabalho em três partes: na primeira mostramos a dinâmica dos condomínios horizontais fechados como uma nova forma de habitat. Posteriormente foi realizado um levantamento correspondente ao número de empreendimentos imobiliários de médio a alto padrão, destacando suas características e a valorização da terra urbana em Mossoró. E por fim foi elaborado o perfil dos moradores do condomínio horizontal fechado: Veronique através de questionários, para saber as motivações que levam essas pessoas a escolherem esse tipo de moradia.

1. Os condomínios fechados como novos padrões de habitação de mercado nas cidades médias

No contexto do desenvolvimento das cidades brasileiras torna-se perceptível que a moradia representa uma estabilidade material e social, e que as características das habitações

variam conforme o nível de renda da população. Nesta perspectiva destaca-se nesse cenário um produto imobiliário que tem crescido vertiginosamente, marcado pela propriedade privada cercada por muros, os condomínios residenciais fechados têm estampado as paisagens dos grandes centros e arredores urbanos brasileiros.

Esse fenômeno é acompanhado pela valorização da terra urbana, destinando as melhores áreas da cidade para produção imobiliária futura, formando verdadeiros extensões de vazios urbanos. A necessidade de morar em áreas cercadas e muradas advém inicialmente da insegurança instalada e propagadas nos grandes e médios centros urbanos, além de se vender também a ideia da qualidade de vida, nesses empreendimentos. Os condomínios horizontais fechados então marcam uma nova forma de habitar nas cidades, que está incorporado no capital imobiliário, a seletividades dos lugares, e a garantia de segurança.

Os condomínios horizontais fechados são configurações espaciais do processo de urbanização brasileira a partir da segunda metade do século XIX, porém, sua intensificação é recente. Esse processo de expansão dos condomínios horizontais fechados, não atinge somente as grandes metrópoles, também passam a ser produzidos nas cidades médias. As cidades médias passaram por um rápido processo de urbanização após a década de 1970 no Brasil, culminando no surgimento e intensificação dos condomínios horizontais fechados como novo padrão de moradia. A partir dessa década surgem novas modalidades habitacionais, principalmente nas grandes cidades e principais capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo. Esses tipos de moradias eram inseridos ultrapassando as áreas do perímetro urbana, seguindo a perspectiva da urbanização expandida nas regiões metropolitana, onde as propostas feitas pelo mercado imobiliário para as camadas da população interessadas constituíam-se de flats, casas, condomínios verticais, edifícios de apartamentos, loteamentos e os condomínios horizontais fechados.

Nessa perspectiva os condomínios horizontais fechados surgiam como uma nova proposta de habitação, onde se procurou fugir dos problemas causados pelo crescimento desordenado das cidades, destacando-se entre eles a falta de segurança, qualidade de vida e melhor infraestrutura. O anseio por segurança é citado como um dos principais motivos para a procura por este tipo de moradia nos espaços urbanos de grande e médio porte.

Os condomínios fechados podem figurar como formas de diferenciação social e também de separação, de segregação que alteram a configuração do espaço urbano, fragmentado ainda mais às áreas da cidade. A segregação sócio espacial, através dos condomínios fechados, passam a ser entendidos como um processo que promove a autosegregação, como coloca Villaça (2001):

“A segregação é tida como um processo onde diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (Villaça, 2001: p.142)

Para Caldeira (2003, p. 258) “os condomínios fechados são a versão residencial de uma nova forma de segregação nas cidades contemporâneas”. Já Castells (1983) avalia o processo de segregação socioespacial como espelho da distribuição espacial das diferentes classes sociais, conforme o nível social das pessoas, a partir de determinações políticas ideológicas e econômicas. Para o autor supracitado, a segregação é “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 1983, p. 210).

Esse novo modo de viver é um fenômeno do espaço urbano que vem marcando as cidades. Conferindo ao espaço urbano uma nova reestruturação, um novo valor e uma nova paisagem. Spósito (2003) caracteriza os condomínios horizontais fechados como espaços de previsibilidade e seleção espacial do que é indesejável, uma vez que são planejados beneficiando uma valorização no mercado, se diferenciado das áreas urbanas onde a carência de planejamento é assinalada pela “heterogeneidade econômica, social, urbanística e arquitetônica” (SPÓSITO, 2003: p. 28).

A produção do espaço e a construção de condomínios horizontais fechados têm sido objeto de crítica por autores como Teresa Caldeira, Sérgio Sobarzo e Maria da Encarnação Spósito. Caldeira (2003), em seu livro “Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo”, argumenta que esses condomínios fechados são resultados da “busca por segurança e privacidade, mas acabam por criar espaços separados e excluídos do resto da cidade” (CALDEIRA, 2003, p. 25). A autosegregação neste sentido contribui para aprofundar a separação entre as classes sociais e seus espaços de vida. Além disso, esses espaços são protegidos por muros altos e segurança privada, o que sugere “que a população que reside neles não confia nas autoridades públicas para garantir sua segurança” (CALDEIRA, 2003, p. 27). Isso sugere que “a produção do espaço está diretamente ligada à desigualdade social e à exclusão de certos grupos da sociedade” (CALDEIRA, 2003, p. 28).

Por sua vez, Spósito e Sobarzo (2002), em seu trabalho “Novos Territórios Urbanos e Novas Formas de Hábitat no Estado de São Paulo, Brasil”, destaca a relação entre a construção de condomínios fechados e a concentração de poder e riqueza nas mãos de uma minoria da população. Esses espaços se tornam ainda mais exclusivos ao serem protegidos por muros, o que impede o acesso de pessoas que não residem lá (SPÓSITO e SOBARZO, 2002, p. 67). Some-se a este fato a atuação do Estado com as flexibilizações na normatização urbanísticas para ampliação das áreas de expansão desses empreendimentos fechados.

Esses condomínios fechados expressam a vida intramuros, portanto, esta nova forma de moradia está separando do convívio social às classes privilegiadas da sociedade. Através da criação de um “mini universo” ou de um espaço dotado de autossuficiência, deixando de ser uma tendência só dos grandes centros e passando a fazer parte da urbe das médias cidades,

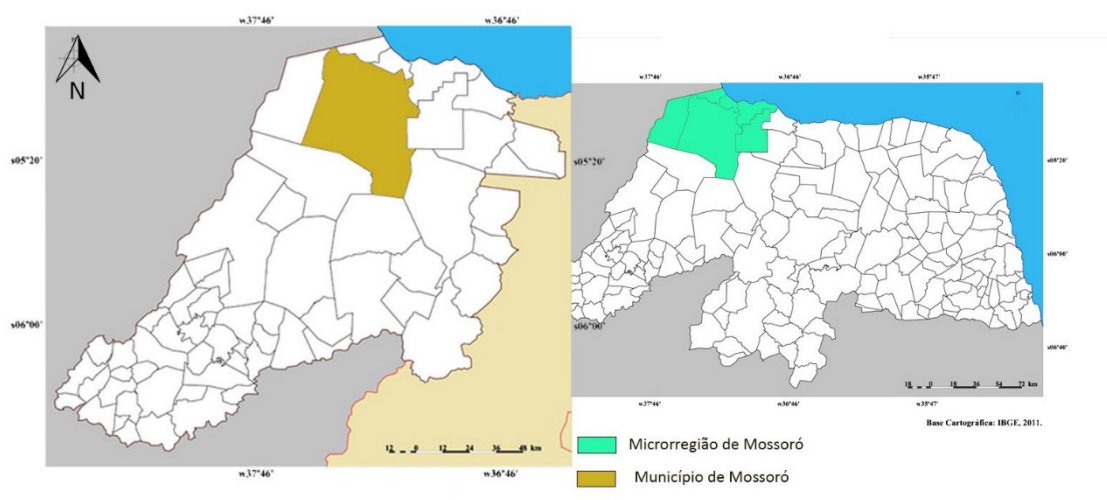
como Mossoró. São vários os estudos que destacam a dinâmica dos condomínios horizontais fechados nas cidades médias brasileiras, como Spósito (2003), Sobarzo (2002), Elias; Pequeno (2010), entre outros.

Em resumo, a produção do espaço e a construção de condomínios horizontais fechados têm sido criticadas por sua relação com a segregação social, a perda de cidadania e a concentração de poder e riqueza em mãos de uma minoria da população (CALDEIRA, 2003; SPÓSITO e SOBARZO, 2002). Esses espaços são vistos como obstáculos para a construção de cidades mais inclusivas e democráticas.

2. A produção e expansão dos condomínios residenciais fechados na cidade de Mossoró

O município localiza-se na mesorregião do Oeste Potiguar (Figura 1), a uma distância de 245,6 km da capital do estado do Rio Grande do Norte, Natal, ocupando uma extensão de 2.108,9 km², equivalente a 3,96% da superfície estadual. Possui como principais acessos à rodovia BR304 que passa por Mossoró, ligando Fortaleza a Natal.

Figura 01: Mapa Localização de Mossoró - RN



Fonte: Base Cartográfica IBGE 2011, adaptado por Otoniel Fernandes, 2016

Mossoró como uma cidade média ganhou ao longo das décadas uma função de caráter comercial e de serviços para atender a demanda regional e se tornou um centro articulador de grande importância, com pontos privilegiados para o desenvolvimento da economia local. Destacando as transformações das funções nas cidades médias, Santos (1993, p.122 e 123) expõe que as cidades médias são as “receptoras de grandes fluxos das classes médias, enquanto as metrópoles continuam a receber os pobres e os despreparados, embora estas mesmas, também permaneçam atraindo riquezas”.

A cidade de Mossoró passou por um processo de urbanização intensa, onde sua população em 1970 era de 97.245 e passando a ter uma população de 259.815 habitantes (IBGE, 2010). Em 2014 essa população estava estimada em 284.288. Essa reestruturação urbana da cidade ofereceu uma homogeneidade nas moradias de médio a alto padrão, valorização da terra urbana. Segundo Elias; Pequeno (2010);

Toda essa reestruturação da cidade explica também o significativo crescimento do ramo da construção civil. O crescimento da atividade da construção civil demonstra a expansão das infraestruturas, de muitos novos fixos artificiais, que estão sendo construídos em espaços antes rugosos, diminuindo o meio natural e aumentando o percentual de meio técnico e mesmo do meio técnico-científico-informacional. (ELIAS; PEQUENO, 2010, p.271)

Ainda segundo os autores citados anteriormente, a reestruturação urbana de Mossoró está se instalando na vida dos indivíduos e também na coletividade mossoroense, mas não na totalidade. As áreas onde residem a população com maior nível de renda são privilegiadas com o desenvolvimento de equipamentos urbanos modernos. São essas áreas o alvo do mercado imobiliário para a construção de moradias de médio e alto padrão.

Mossoró vivenciava, no momento da pesquisa, 2014 um constante processo de especulação imobiliária com expansão de novas áreas, dada à existência de um considerável número de terras ainda não loteadas. Essas terras não loteadas geram a produção de novas formas de morar e também mudam as paisagens urbanas em Mossoró decorrentes da intensificação do processo de fragmentação e valorização do solo urbano pelo capital imobiliário.

Atualmente essa demanda por condomínios horizontais fechados também se dá por Mossoró, representar um centro urbano que tem concentrado um significativo número de atividades comerciais como os supermercados, o Atacadão, Hiper Bom preço (atualmente Carrefour), A Rede de Supermercados Queiroz, Rede Rebouças, dentre outros e o Partage Shopping (antes West Shopping Mossoró) tendo contribuído para aumentar o valor da terra urbana e possibilitar loteamento de áreas em volta, elevando assim o preço da terra urbana. Com essa expansão urbana, principalmente a partir do ano de 2010 em Mossoró, outras atividades ganharam destaque, além dos supermercados, dos hipermercados, outro tipo de estabelecimento comercial vem consolidando-se em Mossoró: as redes de vendas de artigos eletrônicos, de eletrodomésticos, lojas de departamentos e magazines, que cada vez mais têm se instalado no comércio mossoroense, tanto no Centro como nas imediações da cidade.

A tabela 01 trabalhada em pesquisa de SOUSA (2010) apresenta a divisão desses empreendimentos por bairro, o espaço em metros quadrados da área total, a área vazia com a porcentagem por bairro, na intenção de melhor visualizar as áreas susceptíveis a expansão urbana e as possíveis tendências de aglomerações habitacionais.

Tabela 01 - Localização dos empreendimentos, área vazia e área total por bairro, com porcentagem de áreas vazias

Nome do Empreendimento	Localização (Bairro)	Áreas Vazias (m ²)	Área Total (m ²)	% do Bairro
Alphaville, Quintas do Lago, Jardins de Mossoró, Sunville, Green Park e Lot. Portal da Lagoinha	Abolição	2.771.615	6.576.386	42,1
Cidade Oeste, Lot. Tropical Ville	Itapetinga	1.200.582	5.010.273	24,0
Ecoville, Lot. Portal de Mossoró e Ninho Residencial	Bairro Rincão	2.717.244	5.154.298	52,7
Cristais de Mossoró e Bela Vista	Bom Jesus	1.153.962	4.290.736	26,9
Bosque do Sumaré	Alto do Sumaré	5.061.942	8.891.148	56,9
Veronique	Dix Sept Rosado	4.515.335	5.306.204	85,1
Ecorresidencial Genesis	Dom Jaime Câmara	2.861.100	3.873.084	73,9
Isla Verde	Santo Antônio	1.773.442	4.194.827	42,3

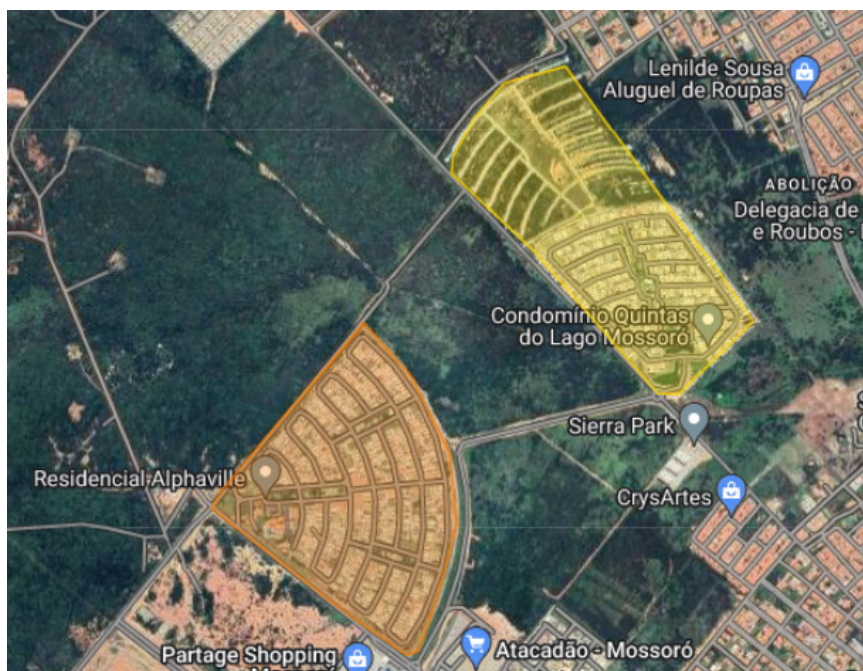
Fonte: Dados coletados em pesquisa de SOUSA, 2010, pag. 5.

Pela tabela apresentada percebemos uma quantidade de condomínios nas áreas citadas por Elias e Pequeno (2010), na porção oeste da cidade, no bairro Nova Betânia, onde somando todos os condomínios ocupa 42% da área total do bairro, com uma área total de 6.576.386 m². E na parte Leste, o destaque para o bairro Rincão onde possui uma área ocupada por três grandes condomínios residenciais

A área ocupada por esses empreendimentos em alguns casos, conforme constatado na pesquisa de campo em 2014, corresponde a quase metade da área total dos bairros, em geral, para um número pequeno de famílias, revelando a segregação espacial. Para Villaça, (2001) a segregação social é um processo onde “diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142). Esse fator de ordem cultural comandou os interesses imobiliários a fim de entender ao novo estilo de vida, nas moradias, das camadas de alta renda.

No prolongamento da Avenida João da Escócia, a expansão de atividades comerciais modernas como o Partage Shopping e o Atacadão, entre outros empreendimentos como a instalação de uma universidade privada, provavelmente motivou a construção de áreas residenciais verticais e horizontais fechadas. A expansão territorial urbana neste sentido deu espaço a criação de um novo bairro: o Alto da Bela Vista. A partir de 2007 registra-se nesta área a produção de loteamentos destinados aos condomínios fechados de alto e médio padrão, tais como: o Residencial Sunville, Alphaville, Quintas do Lago (Figura 02), entre outros.

Figura 02 – Áreas dos Condomínios Alphaville e Quintas do Lago– Bairro Bela Vista



Fonte: Google, 2014

As demandas por novos espaços de moradia e serviços nessa porção da cidade, tem concomitantemente necessitado de ampliação do perímetro urbano para construção civil, ampliando assim as áreas de produção do espaço na cidade de Mossoró, através da ação conjunta dos agentes imobiliários, construtores e dos agentes influentes do poder público municipal. Agregado a essa produção do espaço, temos as ações de agentes que dinamizaram a oferta de comércio e serviços local, ao introduzir outras técnicas de distribuição, comercialização e consumo.

O bairro Alto da Bela Vista é produto desta pressão dos setores de construção civil e imobiliário pela extensão de áreas de valorização para além do Bairro Nova Betânia.

Outro exemplo dessas áreas em expansão encontra-se a Avenida Francisco Motta, estrada que vai para Areia Branca, no bairro do Rincão, BR-110, onde se localiza um dos primeiros residenciais de grande porte construídos em Mossoró, o condomínio horizontal fechado Ecoville. Depois da construção do Ecoville veio à edificação de outro condomínio horizontal fechado, o Ninho Residencial. Essa área é considerada uma área de expansão nas suas adjacências já está sendo construído outro empreendimento. A valorização desta área é visível, sendo que depois da construção dos condomínios os preços da terra nos arredores dos residenciais multiplicaram de preço.

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) em Mossoró, Weber Siqueira, revelou que o valor do metro quadrado em 2014, período de levantamento de

dados da pesquisa, de R\$ 2.700 reais no Bairro Nova Betânia, área de intensa valorização imobiliária. Nos bairros Costa e Silva, Alto de São Manoel e bairros vizinhos ao centro da cidade, como Doze Anos, Boa Vista e parte do Santo Antônio os valores em 2014 custavam em torno de R\$.1000,00 a R\$ 2.000,00 o metro quadrado.

3 - A expansão urbana horizontal: um estudo de caso a partir do Condomínio Veronique

Em um levantamento prévio sobre a localização dos condomínios horizontais fechados no sítio urbano de Mossoró em 2014, procurou-se selecionar aqueles empreendimentos residenciais que ocupavam uma extensa área do bairro de localização. Após o procedimento de seleção, identificou-se que naquele ano o Condomínio Veronique era o que se apresentava como mais representativo nos critérios de maior extensão de área ocupada no bairro proporcional a área total do bairro.

O Condomínio Veronique localiza-se no bairro Governador Dix Sept Rosado (Figura 3) na rodovia RN-015, que segue para o município de Baraúnas/RN. Construído em 2010, é um condomínio horizontal fechado que se diferencia da maioria das habitações de seu bairro por ser um condomínio de médio padrão. O residencial foi construído pela Terra Nossos Empreendimentos Imobiliários LTDA. Tem uma área total de 149.467,49 m², sua área de arruamento corresponde a 20% dessa área total e sua área verde a 5%. O condomínio consta de um total de 493 (quatrocentos e noventa e três) lotes. Na Figura 4 observamos a localização do condomínio Veronique que toma quase metade de todo o bairro (85%), onde o mesmo se localiza.

Figura 04 – Localização do condomínio horizontal Veronique.



Fonte: Google Maps, 2014 adaptado por Mikaelly Oliveira Souza.

Segundo dados coletados da administração do condomínio em 2014, viviam cerca de 73 famílias, se consideramos um número médio de três pessoas por família a projeção de pessoas compartilhando o condomínio seria de 519 habitantes. Segundo o responsável pela administração do condomínio Veronique, as residências edificadas no condomínio devem seguir as diretrizes do Código de Obras e do Plano Diretor da cidade de Mossoró de 2010.

O condomínio Veronique conta com quatrocentos e noventa e três lotes, cada lote corresponde a uma residência, foram entrevistadas dez pessoas por se tratar de uma pesquisa qualitativa/quantitativa, envolvendo uma amostra pequena¹. A média de idade dos moradores entrevistados, variou entre 30 a 71 anos, sendo que sete são do sexo feminino e três do sexo masculino.

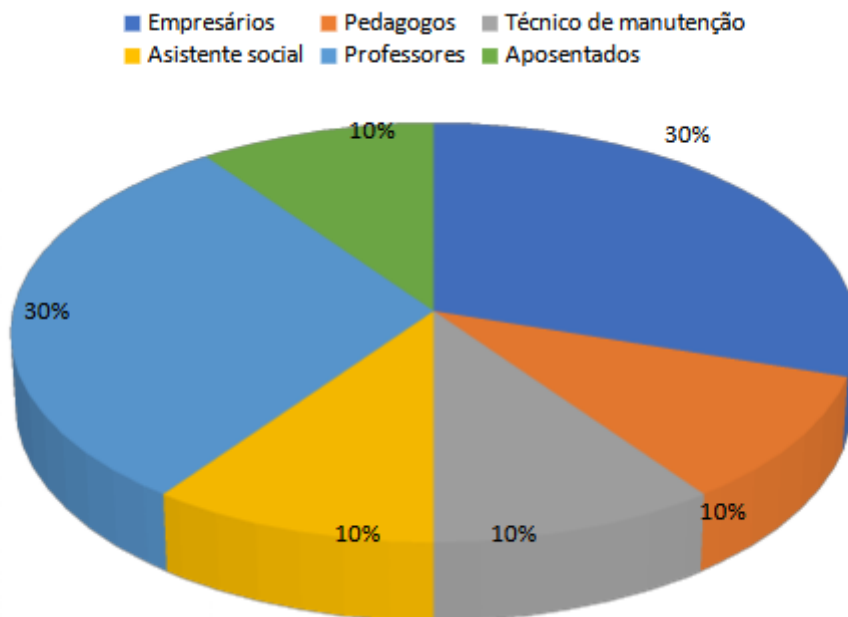
Todos os entrevistados moravam no condomínio a menos de cinco anos na época da coleta dos dados (2014) e grande parte dos moradores do condomínio Veronique eram naturais de Mossoró, o restante de Fortaleza. Esses números apontam a tendência das classes com rendimentos médios e altos em buscar as formas de moradias nesses enclaves fechados residenciais. A valorização do solo urbano, ancorada no alibi da insegurança, era vendida diariamente pelas empresas ao promoverem os condomínios residenciais, tanto horizontais como verticais, para um grupo específico que poderia pagar pelas formas modernas de moradia.

Com relação às condições de moradia em relação à compra ou aluguel a maioria declarou que residia em casa própria. O número de residentes em cada unidade residencial é de no máximo seis pessoas, dentre os entrevistados corresponde a 70%. Percebemos que nas famílias entrevistadas a tendência é o baixo número de filhos, predominando de um a três filhos no máximo (30%). 90% dos moradores entrevistados compraram sua residência no condomínio e 10% alugaram as casas. Em pesquisa de campo buscou-se traçar um perfil de quem eram esses moradores, como veremos a abaixo sobre o quadro profissional (Gráfico 01). Todos os entrevistados residiam a menos de cinco anos² no condomínio, conforme indicaram durante a aplicação do formulário de pesquisa.

1 Outro fator determinante para o número reduzido de aplicação dos questionários semi-estruturados, relaciona-se a recusa dos moradores em participar da pesquisa, uma vez que trata de questões de ordem da vida privada. Tivemos durante o momento de aplicação a dificuldade de entrar no condomínio por fazer parte do grupo de moradores/proprietários de imóveis.

2 A pesquisa foi realizada no ano de 2014, os dados aqui apresentados ao longo do texto se referem a este período.

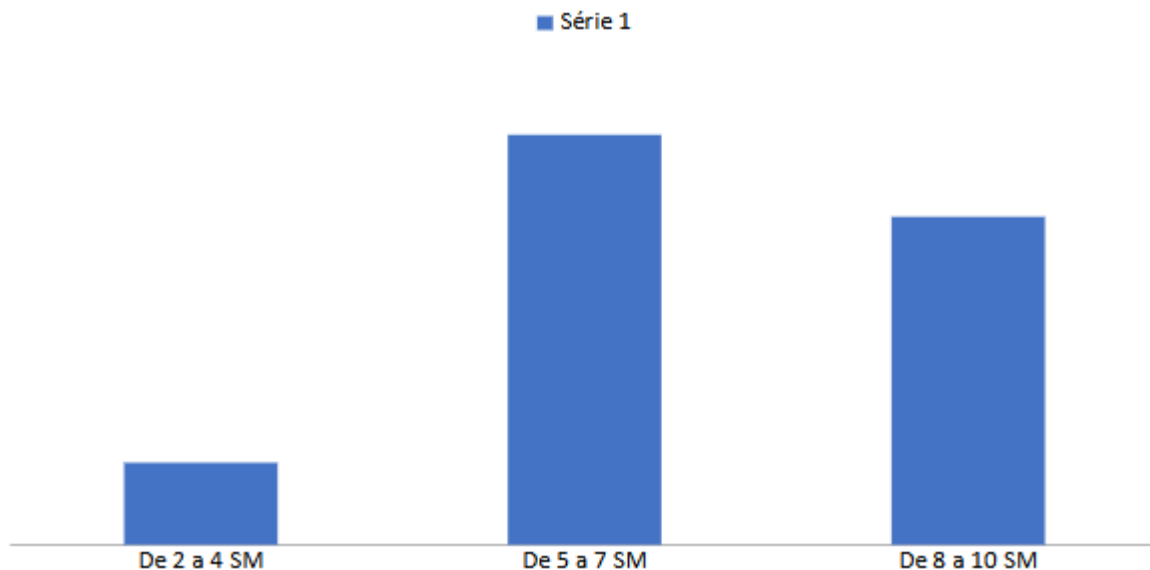
Gráfico 01 – Profissão dos entrevistados - 2014



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em novembro de 2014.

Os dados apresentados no gráfico 01 mostra uma diversidade de profissões, com destaque para profissionais liberais do setor empresarial e profissionais docentes tanto do setor privado quanto público. Observando o gráfico 02, percebemos que a faixa de rendimentos mensais que aparece com maior frequência varia de 5 a 7 salários mínimos, abarcando um total de 50% dos moradores entrevistados do condomínio Veronique. A segunda classe de rendimento que aparece com maior incidência está entre 8 a 10 salários mínimos, totalizando 40% e apenas um entrevistado possui rendimento mensal de um a quatro salários mínimos, ou seja, 20% dos entrevistados. Os dados então corroboram com as indicações sobre o perfil de moradores dos condomínios residenciais fechados, estar reservado a uma população com demanda solvável. A produção dos condomínios fechados como espaços de diferenciação sócio espacial, aprofundam o processo de fragmentação e desigualdade em relação aos grupos de baixos rendimentos salariais.

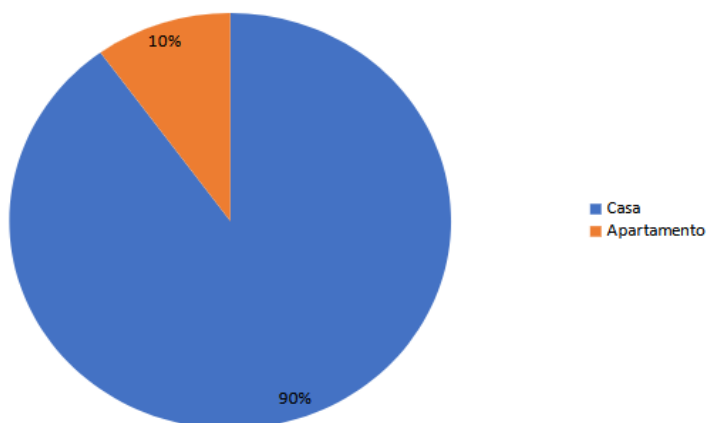
Gráfico 02 – Renda Mensal dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em novembro de 2014.

A partir desses números fica evidenciado que esses empreendimentos são voltados para um grupo seletivo de pessoas, ou seja, eles procuram atender as famílias com poder aquisitivo, correspondendo aos moradores de alta classe. A condição socioeconômica elevada dos moradores do condomínio Veronique, também foi constatada quando se questionou o tipo de moradia anterior a moradia em condomínios fechados (gráfico 03). De modo geral, trata-se de pessoas que já moravam em residência de médio a alto padrão de construção ou apartamentos localizados nos bairros elitizados de Mossoró.

Gráfico 03 – Tipo de Moradia anterior



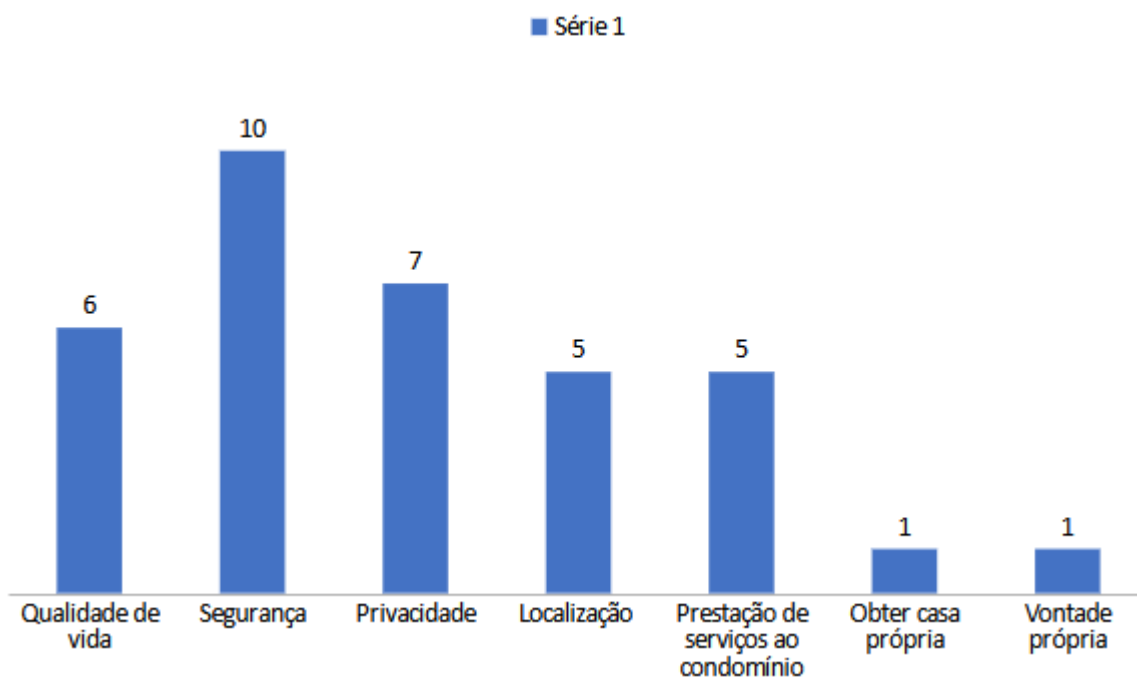
Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em novembro de 2014.

Os números da pesquisa mostram que 90% dos moradores entrevistados residiam anteriormente em casas, apenas 10% tinha como moradia anterior os apartamentos, nos relatos afirmaram que decidiram mudar para o condomínio horizontal fechado porque o mesmo combina qualidade de vida com segurança.

O *marketing* empregado nas vendas das unidades residenciais mostra os elementos dos condomínios horizontais fechados da seguinte forma: área com um número limitado de famílias, que tentam manter uma relação de convívio com os vizinhos. Também se assemelham às unidades da vizinhança, já que contam com a presença de equipamentos comunitários privativos à comunidade que nele habita.

A questão da segurança é uma das principais justificativas dos moradores optarem por um condomínio horizontal fechado. É um item diferencial comercializado estrategicamente pelo setor imobiliário, sendo parte da imagem do condomínio. No gráfico 04 percebemos que dos 10 moradores entrevistados, todos citaram o fator segurança como motivação de mudança da residência anterior para o condomínio, destacamos também a qualidade de vida e a privacidade como fatores mais citados pelos moradores. A violência e a criminalidade são fatores que ditam uma nova configuração na cidade, pontuada por bairros ou condomínios fechados e residências com altos muros e cercas eletrificadas.

Gráfico 04 – Motivos da mudança de moradia



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em novembro de 2014

Conforme apontou os dados da pesquisa aplicada em 2014, a segurança é o fator de maior destaque para escolha da moradia em condomínios fechados pelos moradores entrevistados. A segurança é um dos principais elementos destacados na venda dos empreendimentos associados ao conforto com as áreas de lazer comum para os moradores. O sentimento de insegurança é então capturado pelo poder de transformação do capital imobiliário que o transforma o seu antônimo em mercadoria, uma vez que os planejamentos urbanísticos e as estratégias de segurança pública são insatisfatórias com o aumento de casos de violência e criminalidade.

A privacidade é um fator importante e possivelmente um dos motivos que levaram as pessoas a escolher um condomínio fechado para residir. Deste modo, a vida em um condomínio horizontal fechado é vendida pelo mercado imobiliário como retorno à vida tranquila de outrora, aliada ao sentimento de privacidade. Apesar dos moradores do condomínio investigado se sentirem seguros em seu interior, classificando-o como ótimos 50%. Todavia, existem os moradores que não enxergam o condomínio como sendo de total segurança, conforme apontaram na pesquisa aplicada. O medo e a sensação de insegurança, apesar da vigilância e controle que os condomínios fechados oferecem, ainda permanecem no cotidiano das pessoas ao percorrerem as ruas da cidade.

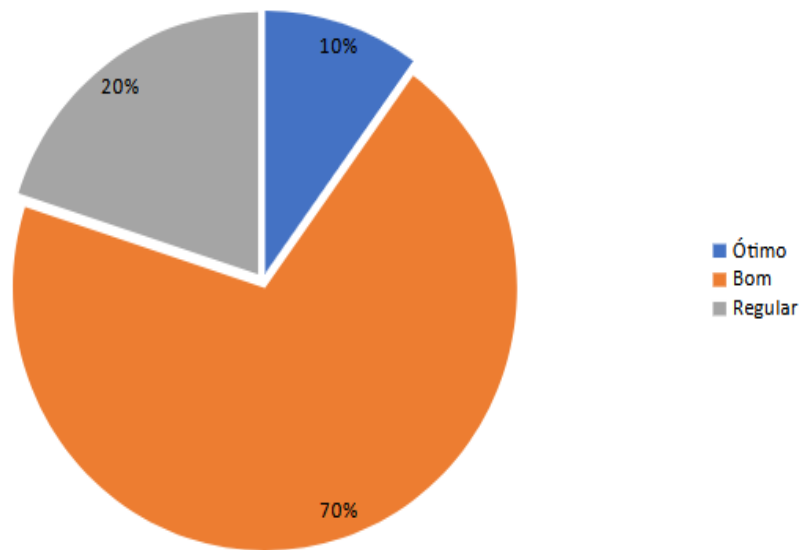
Alguns entrevistados, apesar do condomínio possuir câmeras, vigilantes e controle de entrada, destacaram que o mesmo não tem segurança máxima e que acham os muros baixos. Isso demonstra que o muro representa mesmo a figura do condomínio horizontal fechado, é ele que impede o livre movimento de pessoas, é o muro que impede que as relações sejam observadas e as paisagens presentes ali dentro. O muro separa a cidade dos moradores, tanto no nível interno quanto externo, e deixa evidente a relação dialética na produção desses enclaves residenciais fechados dos espaços públicos com o privado.

Tais condomínios são vistos por muitos como uma cidade intramuros, os muros destroem qualquer possibilidade de pessoas comuns transitarem por suas ruas, isso é se ainda podemos chamá-las assim, uma vez que não exercem mais a função que lhe é atribuída. A qualidade de vida está aliada a sensação de um lugar tranquilo com espaço arborizado e cercado de áreas verdes, fato explicitado na pesquisa aplicada, onde cinco pessoas, número correspondente a 50% dos entrevistados, que caracterizaram o condomínio como ótimo no que diz respeito ao sossego e tranquilidade, 40%, quatro entrevistados, declararam que o condomínio se apresenta como bom e apenas um relatou que o condomínio é regular em relação à tranquilidade e sossego.

Essas pessoas são conquistadas por propagandas que prometem tranquilidade e acima de tudo segurança, associados a uma busca incessante por “status” e de conviver entre iguais e separado dos diferentes. O condomínio oferece inúmeras formas de lazer a seus moradores, dentre eles podemos citar os playgrounds, praças, áreas de lazer destinadas às crianças. É com esses atrativos que as empreendedoras passam a oferecer lotes, ou casas prontas em lugares com toda a infraestrutura necessária, além de serviços de lazer e cultura.

Com espaços públicos vistos como zonas proibidas, principalmente por parte da população que escolhe pela moradia em condomínios horizontais fechados ganham atributos da cidade que seriam de âmbito público, pavimentação, como saneamento, iluminação, arborização, entre outros, e especialmente segurança passam a ser tratados de forma diferenciada, evidentemente privativa. No gráfico 05 observamos que esses atributos não se referem apenas ao interior dos condomínios como também em seus arredores externos.

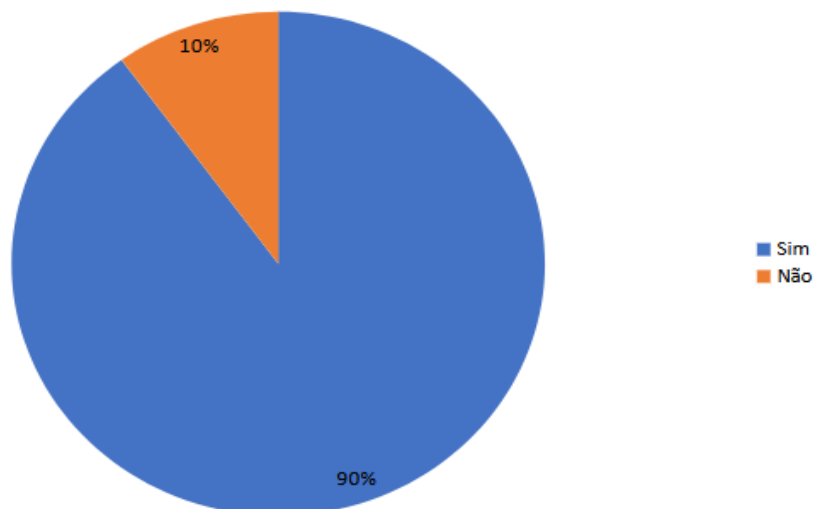
Gráfico 05 – Vias de acesso ao interior do condomínio



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em novembro de 2014

É por isso que analisando a relação dos condôminos com o espaço externo, destacando pontos como pavimentação, iluminação externa, 70% dos entrevistados qualificou como bom. Dois moradores, 20%, classificaram como regular e apenas um condômino, 10% classificou como ótimo. No que se refere as vias de acesso ao interior do condomínio (gráfico 9), 70% classificou como bom e 20% como regular, apenas 10% classificaram como ótimo. Mesmo com todos os conflitos existentes, os moradores entrevistados afirmaram que se sentem satisfeitos com a atual moradia. O gráfico 06 evidencia essa realidade ao apresentar que 90% dos condôminos afirmam gostarem de sua moradia no condomínio Veronique, apenas 10% responderam que não estão satisfeitos, sendo que a justificativa foi à questão da privacidade.

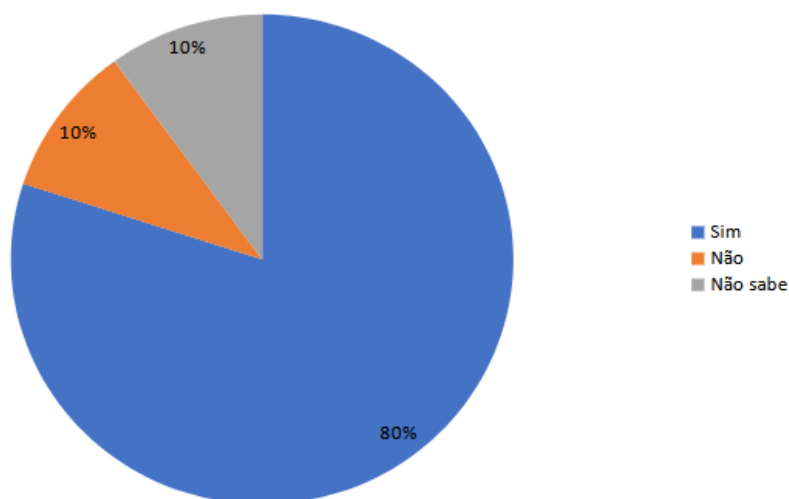
Gráfico 06 – Satisfação em morar no condomínio



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em novembro de 2014.

Esse novo conceito de moradia, articula cinco elementos básicos: segurança, isolamento, homogeneidade social, equipamentos e serviços. A residência vista com um ambiente fortificada e isolada. Segundo Caldeira (p. 265, 2000) “um lugar seguro no qual alguém pode usar vários equipamentos e serviços e viver só com pessoas percebidas como iguais é a imagem mais sedutora que confere o maior status”. No gráfico a seguir vemos a pretensão em continuar morando no condomínio Veronique.

Gráfico 07 – Pretensão de continuar morando no condomínio



Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora em novembro de 2014.

Para finalizar vale salientar que os dados da pesquisa apenas vislumbram uma das dimensões da investigação sobre esses novos habitats, mostrando uma visão daqueles que moram em um condomínio horizontal fechado. A pesquisa em questão não procurou ver os impactos que esses empreendimentos causam para o espaço urbano e seus arredores. E por tratar-se de um estudo de caso, também deve-se fazer uma ressalva de que os dados apresentados não representam a totalidade do morar em condomínios residenciais fechados em Mossoró ou em cidades médias. Os resultados deste estudo de caso são norteadores para pensar a relação que se estabelece entre o público e o privado ao abordar modernas formas de moradia no espaço fragmentado das cidades.

2. Considerações finais

Ao desenvolvermos a presente pesquisa procuramos analisar os condomínios horizontais fechados no espaço urbano de Mossoró, contudo diante da quantidade e extensão territorial urbana resolveu-se fazer um recorte de apenas um condomínio fechado. A decisão de selecionar apenas um se deu em função da necessidade de investigar aspectos relacionados aos fatores que determinaram a expansão dos condomínios horizontais fechados, neste sentido os rumos da pesquisa nos levaram para conhecer o perfil dos grupos sociais que tinham o poder de esco-

lher morar em ambientes murados e separados do entorno da cidade.

Também foi de grande importância a discussão sobre o capital imobiliário, pois permitiu compreender a lógica e os interesses que permeiam a expansão dos condomínios horizontais fechados no âmbito geral e local. As relações de troca que medeiam o acesso aos espaços de moradia com infraestrutura suficiente para assegurar uma qualidade de vida a alguns cidadãos, aqueles que são antes de tudo consumidores de alto ou médio padrão. Deste modo o espaço é o foco da valorização capitalista que estabelece onde e quem pode morar na cidade, a escolha das áreas das cidades para os moradores é anterior ao ato de compra e construção. Os agentes espaciais ao produzir os espaços estabelecem as áreas de maior ou menor valorização em função da construção da imagem de raridade do espaço e da necessidade de modernas formas de moradia. Tal ação agrava o problema da justiça sócio espacial na cidade, pois como já afirmava Valença (2008, p. 248) o “capital constrói, destrói e reconstrói o espaço à sua semelhança de maneira que quem tem, tem, e quem não tem, fica sem”.

O desenvolvimento de nossa pesquisa permitiu entender que a expansão desses empreendimentos em Mossoró se dá por fatores diversos como: considerável volume de terras para a construção dos mesmos, a formação de uma demanda solvável, a atuação do Estado como mediador e facilitador por meio de flexibilização de normas urbanísticas, o surgimento de novos pontos de comércio, serviços em áreas que se tornaram novas centralidades e principalmente os investimentos do setor imobiliário.

O perfil dos moradores do condomínio Veronique, evidenciou que esses empreendimentos são direcionados a uma parcela privilegiada de pessoas, com um alto poder aquisitivo para financiar o desejo de melhor qualidade de vida, privacidade e mais segurança.

Durante a pesquisa constatou-se que os condomínios horizontais fechados são edificados, em sua maioria, nas áreas mais privilegiadas da cidade ou em localizações que já se encontram em processo de grande especulação, com um fluxo de comércio e consumo, reafirmando a consolidação do mercado imobiliário em Mossoró.

Referências bibliográficas

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed.34/EDUSP, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. **Mossoró**: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: _____ SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D. ; SOARES, B. R. Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. P. 103-283.

MAIA, Doralice Satyro. **Lotes e ruas**: componentes para análise da produção dos loteamentos fechados. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOUSA, Michele de. **Condomínios fechados em Mossoró/RN**: novas formas de moradia e a produção de novas áreas habitacionais, 2010.

SOBARZO, Oscar Miño. Os condomínios horizontais em Presidente Prudente. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente**: Ed. UNESP, 2002, p. 193-214.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A cidade dentro da cidade**: uma Edge City em São José do Rio Preto. **Scripta Nova** (Barcelona), Barcelona, v. VII n. 146(045), p. 1-15, 2003.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Loteamentos Fechados Em Cidades Médias Paulistas-Brasil**. In: **Cidades médias: Produção do espaço/ Eliseu Savério Spósito, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Oscar Sobarzo (organizadores)**- - 1 ed.- - São Paulo: Expressão Popular, 2006. 376 p.

VALENÇA, Márcio Morais (Org.). **Cidade (i) Legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

A PRODUÇÃO DA CIDADE SITIADA NO CONTEXTO ESPACIAL URBANO CONTEMPORÂNEO EM MOSSORÓ/RN³

Jamilson Azevedo Soares

Nadja Gabriele da Silva

Introdução

A partir dos anos 1980, o processo de urbanização do território nacional ganha maior amplitude devido a mudanças no seu padrão quando não apenas as metrópoles e capitais se evidenciam no mapa urbano do país. Nesse contexto, também as cidades médias ganham relevo nesse quadro em projeção.

Nessa perspectiva, Mossoró/RN se insere entre os centros de porte médios de maior crescimento no interior do Nordeste brasileiro, desde então, ao se tornar polo receptor de uma forte migração do rural para o urbano e do urbano de outras cidades da região. Tais contingentes foram atraídos em decorrência do surgimento de novas atividades em seu cenário econômico, a exemplo do petróleo e da fruticultura que impulsionaram o comércio e o seu setor de serviços, reforçando a sua condição de capital regional como local de reprodução e acumulação de capital ao concentrar fluxos crescentes de pessoas, atividades e serviços.

Contudo, a exemplo de outros centros urbanos do país, o crescimento econômico local que passou a atrair expressivo fluxo migratório para a cidade também induziu ao surgimento de problemas urbanos similares à urbanização acelerada, caótica e desigual que se verificou no espaço urbano nacional, em períodos anteriores, entre os quais, o desemprego crônico e o subemprego, a expansão de moradias precárias, o tráfico de drogas, e o aumento da violência e da criminalidade.

Nesse cenário em redefinição, o medo e a sensação de insegurança passaram a se tornar aspectos cada vez mais evidentes em espaços urbanos como Mossoró, tendo em vista que os seus índices de violência passaram a apresentar um crescente e preocupante aumento a partir da última década deste século. Em função das dificuldades apresentadas pela segurança pública, tal realidade instigou a uma incipiente busca por segurança e proteção entre alguns de seus segmentos sociais.

Assim, consoante a essa realidade em gestação passaram a surgir mais empresas privadas de segurança na cidade, assim como novos produtos imobiliários ofertados pelo mercado

3 O texto, em sua primeira versão, foi publicado na revista Pensar Geografia: SILVA, N. G.; SOARES, J. A. A. Na presente versão procedemos a algumas modificações.

como os espaços residenciais - verticais ou horizontais fechados -, como também ocorreu o aumento do uso de aparatos de segurança - cercas elétricas, alarmes e câmeras, entre outros. São novos arranjos e objetos que tendem a reconfigurar o espaço urbano a partir da projeção desse quadro em curso, produzindo a cidade sitiada com base na aplicação de um modelo em que se evidencia uma aparente militarização do espaço urbano, algo somente visto quando em situações de guerras ou conflitos como demonstra a história.

Com base no exposto, o estudo buscou resposta para a seguinte questão: como a cidade de Mossoró passou a reconfigurar a produção de seu espaço a partir do medo e da insegurança gerados pelo aumento da violência e da criminalidade?⁴

A escolha do tema relacionado à violência urbana contemporânea se deu a partir de leituras e reflexões sobre a insegurança presente nos espaços urbanos de porte médio, a exemplo de Mossoró, e de como o espaço dessas cidades passa a ser reconfigurado a partir do medo e da insegurança gerados no cotidiano da população local.

A pesquisa empreendida utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica sobre os conteúdos relativos às transformações do espaço urbano, acerca da segurança pública e privada, assim como sobre a violência urbana e a produção do modelo “da cidade militarizada”. Em seguida, realizamos um levantamento sobre os índices de criminalidade em Mossoró enfatizando a sua distribuição espacial. Para finalizar, utilizamos os recursos das entrevistas com empresários do ramo de segurança privada e a aplicação de questionários com alguns moradores de residências e condomínios fechados.⁵

O tema proposto como objeto de pesquisa configura-se como uma oportunidade para a efetivação desse estudo introdutório que, esperamos, possa contribuir para o debate que resulte na realização de novas leituras e pesquisas na perspectiva de compreensão da reconfiguração do espaço de cidades médias a partir do medo e da insegurança como facetas do urbano em redefinição.

O medo e a sensação de risco nas cidades

O espaço é o elemento central da estruturação da sociedade e particularmente da sociedade contemporânea, segundo Lefebvre (2001). Quando se trata do processo que gera a problemática urbana e a caracteriza, o referido autor diz que o tecido urbano não se limita à sua morfologia, mas é o suporte de um “modo de viver” intenso ou degradado para a sociedade, onde o espaço induz comportamentos e hábitos e gera preocupações como a segurança.

4 A pesquisa, realizada em 2019, considerou as mudanças espaciais que produzem esse modelo de “cidade militarizada” até esse ano.

5 Convém frisar que, devido aos limites de um estudo introdutório ao tema e considerando dificuldades de acesso a alguns agentes, tais aspectos impossibilitaram uma amostra mais expressiva para entrevistas e aplicação de questionários. Assim, realizamos entrevista com um empresário da segurança privada e aplicamos questionários com 15 moradores da cidade..

O fato é que vivemos em uma sociedade cheia de incertezas e medos o que leva a busca cada vez maior por segurança e proteção, como indica Bauman (2008). Para este autor, vivemos em um mundo negativamente globalizado, o que torna as ações fora de controle e enquanto as soluções não forem buscadas globalmente a insegurança e o medo continuarão presentes no cotidiano da população.

Nesse contexto, as cidades se tornam crescentemente um lugar inseguro para os seus moradores, e uma parte destes evita cada vez mais os espaços públicos e busca os estabelecimentos controlados e mediados por seguranças, câmeras, grades, ronda policial, etc.

Assim é que, nas cidades contemporâneas configura-se um quadro revelador da desigualdade social em que as camadas sociais desprovidas dos recursos de segurança privados e com pouca atenção da segurança pública se sentem cada vez mais desprotegidas, e as classes média e alta se fecham dentro dos seus condomínios exclusivos providos dos mais diversos equipamentos de segurança. Ou seja, até o medo é distribuído desigualmente em conformidade com uma realidade em que as cidades são cada vez mais fragmentadas e se dá a autossegregação das elites, constituindo tal fato como uma solução escapista por parte desse segmento, uma vez que isso representa uma fuga dos problemas e não o seu real enfrentamento (SOUZA, 2008).

Assim, evidencia-se cada vez mais na cidade moderna fragmentada a venda dos condomínios fechados com a ideia de cidade “nova”, livre dos problemas que a afetam, inclusive da violência urbana. Segundo Lefebvre (2001), os espaços podem influenciar e provocar comportamentos, inclusive os prejudiciais à sociedade, como os atos de crimes. A presença dos condomínios fechados provoca transformações comportamentais tanto entre os que habitam esses espaços como para aqueles que estão separados por seus muros.

A sensação de insegurança gera nas pessoas e em seu imaginário uma psicoesfera, a qual vem a ser o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos, como expressa Santos (2008). Paralelo a essa realidade, ainda segundo este autor, projeta-se uma tecnoesfera crescente como expressão da artificialização do meio.

Com o aumento frequente da criminalidade e da violência, a tecnoesfera e a psicoesfera atuam no sentido de favorecer o crescimento do mercado de segurança privada; este, cada vez mais aumenta suas ofertas como solução eficaz para a garantia de uma segurança que seja capaz de proporcionar aos moradores urbanos ávidos pela prevenção de uma segurança que atua assim como sintoma ou expressão de uma melhor qualidade de vida. Assim, em seu cotidiano, as cidades parecem territórios que vivenciam a experiência de uma guerra sem tréguas, e para a qual se preparam de todas as formas para o seu enfrentamento, como estivesse em curso uma espécie de militarização do seu espaço.

A militarização do espaço urbano como resposta à violência?

Com o aumento cada vez maior dos serviços ofertados pela segurança privada e a falta de confiança no serviço público, a população sente cada vez menos os efeitos da segurança pública visto que esta muitas vezes deixa a desejar ou até mesmo inexistente em certas áreas das cidades.

A segurança pública é a segurança do público, a segurança dos cidadãos, seja em espaços públicos ou em espaços privados de residência e trabalho, aponta Souza (2008). Melgaço (2010) expressa que segurança é a inexistência do risco real quanto à sensação de tranquilidade dada pela ausência de insegurança. A segurança pública está prevista na Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 144, que atribui ao Estado a sua garantia como um direito a todos. Contudo, os mecanismos de segurança preconizados pelo Estado parecem não ser suficientes para minar o crescente aumento da sensação de medo e da insegurança até mesmo como resultantes do aumento dos índices de violência que se intensificaram, desde então. Assim, o Estado busca através de projetos e de políticas públicas de segurança diminuir os índices de criminalidade, como por exemplo, o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2018).

Apesar dos projetos e propostas dos sucessivos governos para o combate à violência e a redução da criminalidade, a população ainda percebe a fragilidade na oferta dos serviços e, os segmentos com mais renda recorrem à segurança privada, a qual ganha cada vez mais espaço, emergindo como reflexo do enfraquecimento da atuação do setor público nessa área. A segurança privada é constituída por empresas de segurança eletrônica que oferecem os mais variados serviços para a prevenção e proteção dos espaços privados.

A liberdade e a segurança, ambas igualmente urgentes e indispensáveis são difíceis de conciliar sem atrito, conforme Bauman (2003). Assim, para termos um mínimo de segurança teríamos que abdicar de nossa liberdade? Talvez parte das pessoas nem se dê conta, mas abrimos mão de nossa privacidade desde quando passamos a ser monitorados por equipamentos de segurança, notadamente no caso dos espaços fechados onde existe uma série de fatores e barreiras que nos distanciam do público, mas que nos trazem a sensação de segurança por estarmos cercados pelos mais diversos aparatos.

O mercado da segurança privada cresce cada vez mais gerando investimentos, empregos e movimentando a economia. A falta de segurança e o medo fazem com que a população adquira com frequência esse tipo de serviço, sendo, esta, uma das estratégias de discurso do mercado da segurança privada para promover a venda dos seus equipamentos e serviços.

Nas urbes modernas, o novo estilo de vida para se sentir mais seguro são os espaços fechados e de acesso restrito, os chamados enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000,) que, em tese, oferecem uma proposta de qualidade de vida já não encontrada no espaço urbano. Segundo a autora, esses espaços possuem uma rotina voltada para a segurança e tem como caracte-

rísticas comuns à existência de guaritas, muros altos, cercas elétricas, alarmes, câmara e seguranças armados, entre outros. Esses locais promovem e justificam então uma nova segregação.

Além dos espaços fechados de moradia, o mercado que cresce em função do medo e da sensação de insegurança constante oferece diversos tipos de serviços voltados a espaços como *shoppings centers*, clubes e espaços privados destinados ao consumo e ao lazer seguros, tendo como alvo principalmente os segmentos das classes média e alta que são as mais propensas ao uso desses espaços que se configuram como fortalezas vigiadas e cercadas por dispositivos de segurança.

Tais espaços expressam a desigualdade nas cidades e reforçam a segregação urbana, uma vez que as pessoas buscam conviver com outras do mesmo grupo social e, assim, mantêm-se longe de interações indesejadas e do perigo e imprevisibilidade das ruas. Para assegurar ainda o direito do morador de “não ser incomodado”, há ainda a oferta de serviços e produtos para que não seja necessário se deslocar até a cidade. Os exemplos vão desde a área de lazer com academia, salão de festas, piscina, praças e parquinhos para as crianças e até mesmo a opção de oferta de festas internas e carrinhos de lanches, entre outros itens de consumo.

A presença dos espaços fechados gera um contexto de empobrecimento das relações das pessoas nas cidades e se configura como um aspecto da questão urbana contemporânea ao desestimular a interação social ao criar e fortalecer o isolamento. Esses espaços são isolados por vontade e desejo dos que ali residem e que acreditam e compram a ideia que estão seguros e protegidos.

O fato é que passou a existir um processo que se pode identificar e nomear como de militarização das cidades em função da criminalidade e violência. Tal realidade se configura quando as pessoas buscam se proteger e com isso surgem os meios ou equipamentos para a segurança privada. As cidades têm hoje aparatos de controle típicos de zonas de combate, porém, com uma questão fundamental: o inimigo já não vive a milhares de quilômetros de distância, podendo ser qualquer um de nós (GRAHAM, 2016). O que antes só era possível se vê em guerras e zonas de combate, atualmente é possível perceber nas cidades, como é o caso de Mossoró, ainda que, nesta, de forma incipiente e parcial, tendo em vista o alcance de tal realidade apenas em parte de seu espaço e também por se restringir a setores de renda mais elevada de sua população.

A produção da cidade sitiada: o incipiente urbanismo militar em Mossoró

Localizada na Mesorregião do Oeste Potiguar, Mossoró é a segunda do Rio Grande do Norte em população e economia. Desde meados da década de 1980, a cidade amplia a sua influência regional concomitante ao processo em que redefine seu espaço urbano, acompanhando a tendência nacional em relação às cidades médias do país.

Algumas das principais atividades econômicas como a petrolífera, a fruticultura e a salineira contribuíram para a nova dinâmica espacial local, sendo o setor terciário também representativo da realidade urbana em transformação.

A expansão urbana trouxe consigo os mais diversos problemas, sendo a violência e a criminalidade um dos aspectos mais preocupantes a influenciar na reorganização do seu espaço. Desde então, o medo gerado nas pessoas se tornou não apenas algo do imaginário, mas como elemento a repercutir nas transformações das paisagens urbanas, passando a incidir sobre a dinâmica e a organização da sociedade especialmente em relação aos seus espaços de moradia e de trabalho.

O aumento populacional provocou a expansão de áreas periféricas desprovidas de infraestrutura urbana e mais propensas às vulnerabilidades sociais, entre elas o crescimento da violência, embora a violência não esteja circunscrita apenas em tais bairros, estando presente em todos os espaços da cidade em maior ou menor escala.

Segundo dados do OBVIO/RN⁶, Mossoró é a segunda cidade com maiores índices de violência no estado, tendo registrado de janeiro a maio de 2019 a marca de 75 Condutas Violentas Letais Intencionais. Com o medo generalizado na cidade, alguns setores do conjunto de seus moradores buscam meios para se proteger e se prevenir da violência e criminalidade, utilizando as mais diversas alternativas postas pelo mercado da segurança e do setor imobiliário.

A partir da última década do presente século, ao espaço urbano de Mossoró foram incorporados diversos condomínios verticais e horizontais com os mais diversos tipos de sistema de segurança e controle. Com o aumento da criminalidade e o medo gerado, foi possível perceber essa modificação em praticamente todos os bairros, porém, o Centro, Nova Betânia, Bela Vista, Rincão e Abolição são exemplos de bairros com modificações em seu espaço com os mais variados tipos de condomínios e espaços equipados por segurança privada.

Com a violência e o medo cada vez mais presentes no cotidiano dos moradores da cidade de Mossoró, tais temas passaram a pautar o debate sobre os rumos dessa cidade, a exigir medidas defensivas e repressivas.

Segundo dados do Atlas da Violência/2019, em 2017, o Brasil registrou 65.602 homicídios. No *ranking* dessa violência, os estados do Nordeste posicionaram novamente no seu topo, com uma taxa de homicídios de 48 mortes por 100 mil habitantes. O Rio Grande do Norte teve um dos maiores crescimentos na taxa de homicídios, tendo nesse ano um índice de 62,8 homicídios por 100 mil habitantes.

Até 2018, com dados elevados e crescentes no Rio Grande do Norte, Mossoró seguiu essa tendência dos índices de criminalidade. Fatores diversos podem estar relacionados a esse

6 Obvio - Observatório da Violência do Rio Grande do Norte. Instituto Marcos Dionísio Medeiros Caldas. Organização Não Governamental (ONG).

aumento dos índices na cidade. O fato é que a cidade cresceu, mas sem uma estrutura econômica correspondente que desse suporte para uma política distributiva da riqueza gerada com a oferta de empregos, elevação da renda, moradia e assistência social e um aparato policial condizente a esse crescimento, entre outros aspectos.

O mercado de segurança privada também teve aumento considerável em vendas e serviços ofertados ao longo dos anos e lucra com o aumento da violência.⁷ Como mercado em expansão, a segurança privada atende desde serviços de segurança pessoal, como também a segurança residencial, de condomínios, comércios, empresas de grande porte, bancos, entre outros. São diversos tipos de serviços oferecidos, vigilância patrimonial, segurança pessoal e para grandes eventos, escolta armada, transporte de valores, controles de acesso, central de segurança, consultoria e projetos de segurança, diversos tipos de equipamentos e a tendência é que surjam cada vez mais inovações no setor.

Em Mossoró, é possível perceber a presença de diversos empreendimentos na área de segurança privada. Buscamos conhecer uma empresa que oferece esse tipo de serviço, a qual tem como um dos seus objetivos zelar pela segurança pessoal e da família. Esta empresa trabalha com câmeras eletrônicas, cercas elétricas, alarmes, concertina, motor para portão, em que vende os equipamentos e oferece a instalação e manutenção dos serviços. Questionamos o seu proprietário sobre como surgiu a ideia de abrir uma empresa de segurança privada em Mossoró e acerca do crescimento da demanda:

A ideia surgiu há 5 anos. Como trabalho na área do comércio em uma loja de material de construção, percebi a procura crescente por esses serviços aliado ao fato que os meus clientes na época reclamavam sobre a falta de empresas com compromisso em entregar bons serviços na área de segurança privada.⁸

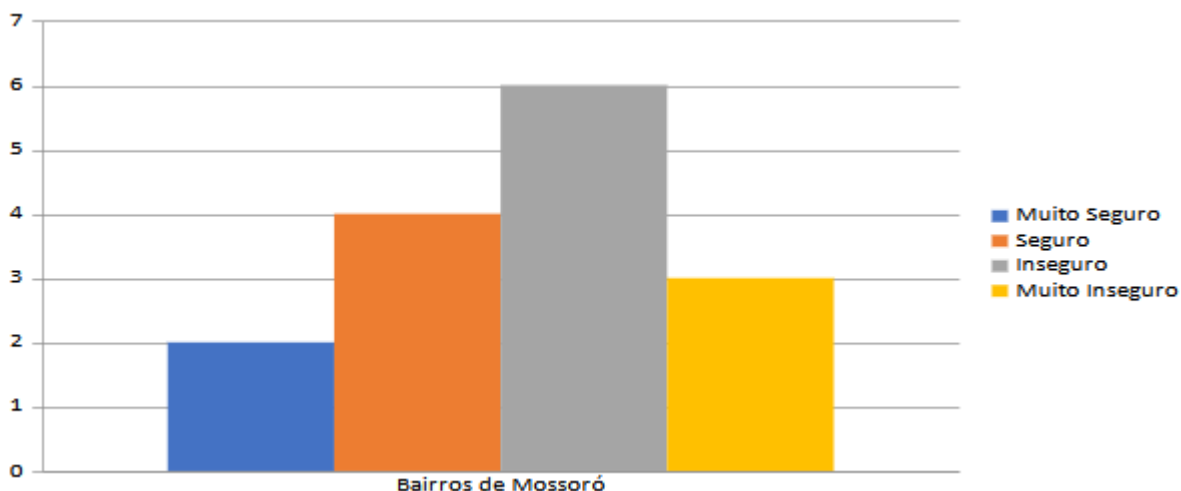
Com o aumento da violência na cidade a procura cresceu bastante nos últimos anos desde a abertura da empresa. O que há 5 anos eu já percebia como um forte mercado, atualmente, a busca está cada vez maior com perspectiva de crescimento nos próximos anos. O que antes só se encontrava em presídios como concertinas, hoje estão nas casas e condomínios.

Como outra etapa do estudo, procedemos à aplicação de uma pesquisa de campo com amostragem entre 15 moradores de casas em ruas e bairros distintos da cidade, os quais escolhidos de forma aleatória para que pudéssemos perceber se, entre eles, a violência contribuiu para o aumento de vendas e serviços da segurança privada e qual a percepção das pessoas referente aos índices de criminalidade na cidade e o que poderia ser feito para aumentar a segurança dos moradores.

7 Segundo Breno Machado, vice-presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do RN – (SINDESP) a procura por proteção e segurança tende a crescer. Entrevista ao Jornal tribuna do Norte (2019).

8 Paulo Mairton, proprietário da Protech. Entrevista concedida aos autores, em julho de 2019.

Figura 01: Grau de segurança quanto ao bairro

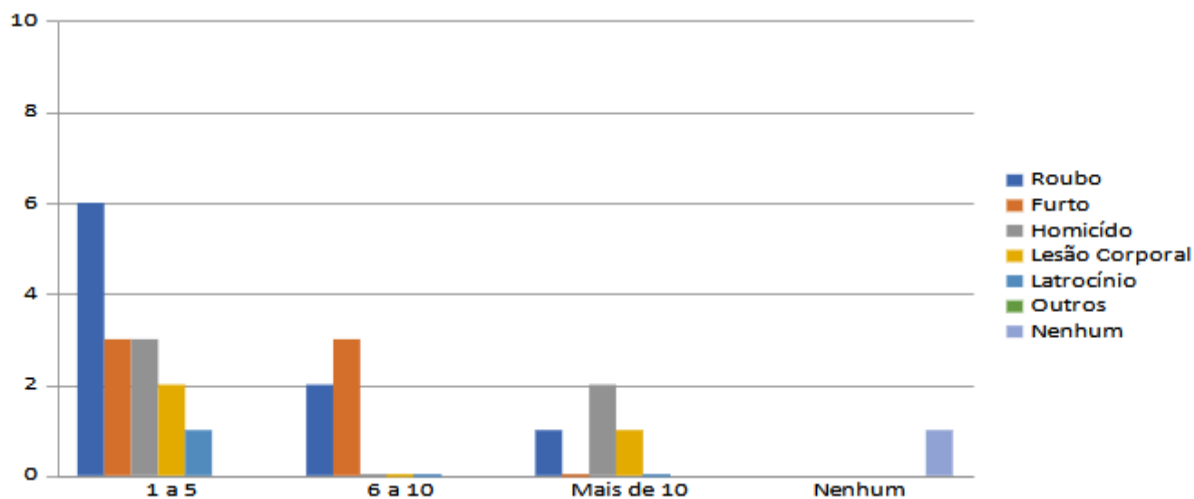


Fonte: Pesquisa de campo realizado pelos autores, 2019.

Quando indagados acerca da confiança quanto à segurança nos espaços onde residem (figura 1), as respostas dos entrevistados revelam que a maioria dos moradores de residências oscila entre inseguros e muito inseguros, embora com uma parte que declarou se sentir seguro.

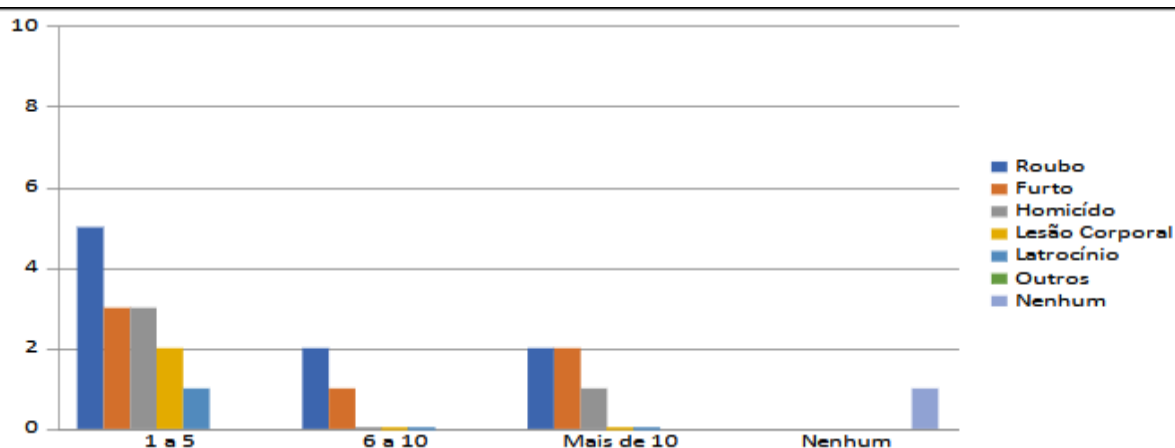
Outros dados importantes constantes na pesquisa referem-se aos tipos de crimes presenciados e/ou sofridos na cidade/bairro pelos participantes. (figuras 2, 3 e 4),

Figura 02: Presenciou em alguma área da cidade algum crime?



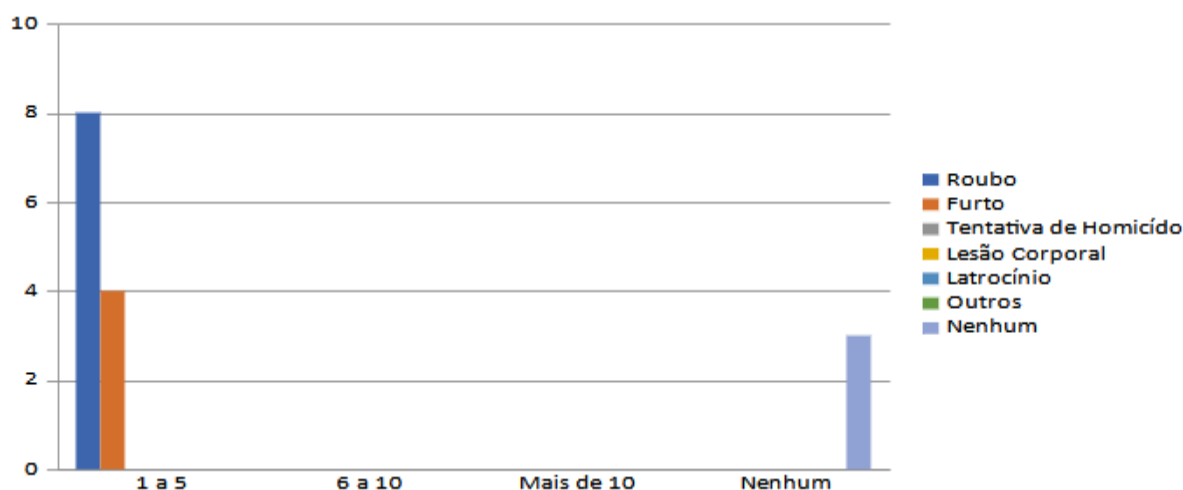
Fonte: Pesquisa de campo realizado pelos autores, 2019.

Figura 03: Presenciou algum tipo crime no bairro onde mora?



Fonte: Pesquisa de campo realizado pelos autores, 2019.

Figura 04: Sofreu algum tipo de crime?



Fonte: Pesquisa de campo realizado pelos autores, 2019.

A pesquisa nos mostra que a maioria dos moradores de casas como moradia presenciou na cidade e/ou no bairro pelo menos um tipo de crime e com frequência de 1 a 5 vezes, tendo apenas 1 entrevistado que nunca presenciou. Quando questionados sobre se já sofreram algum dos crimes relacionados, 3 dos entrevistados afirmou nunca ter sofrido nenhum crime e os demais apontaram que sofreram roubo e furto numa média de 1 a 5 vezes.

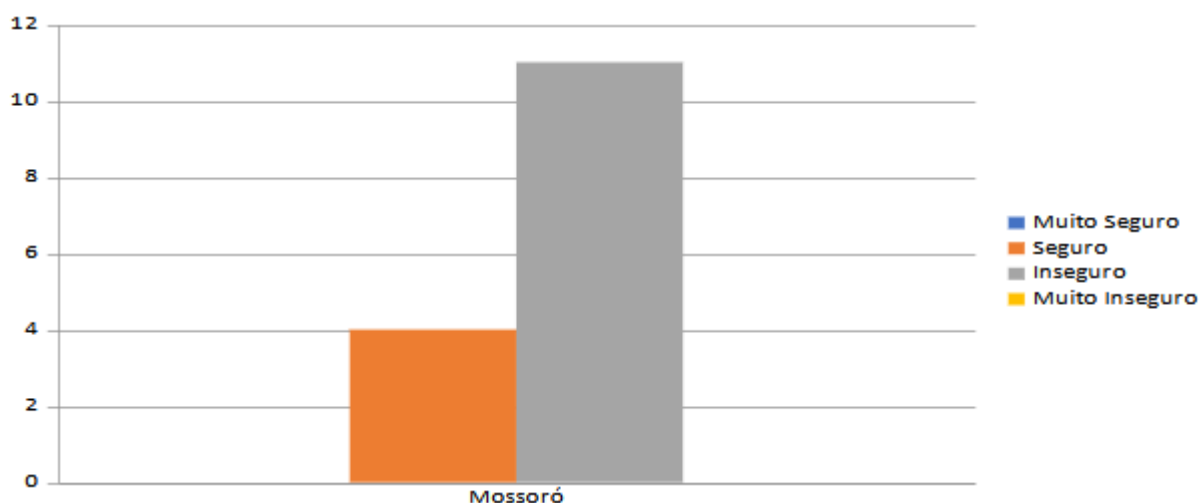
Questionados sobre a ação que tiveram logo após o crime sofrido, 6 dos entrevistados fizeram boletim de ocorrência e os demais não tomaram nenhuma atitude, tão somente afirmaram que passaram a andar nas ruas com mais atenção. Dos 6 entrevistados que fizeram o boletim, 2 deles colocaram cercas elétricas com concertinas em casa e seguros nos automóveis. Os entrevistados relataram também que buscam ir a lugares que possam oferecer algum tipo de segurança como, por exemplo, restaurantes e lanchonetes com segurança particular.

Procedemos também à aplicação de questionários com moradores de condomínios fechados em bairros da cidade. Inicialmente, questionamos junto aos entrevistados quanto aos bairros que residiam antes de morar nos condomínios e se moravam em casas. Constatamos que todos moravam anteriormente em casas e, quando da realização da pesquisa, os entrevistados declararam morar nos condomínios numa média de 2 a 3 anos.

Questionados também sobre o que motivou a morar nesses condomínios, os entrevistados relataram como itens relevantes no momento de escolha: a segurança, tranquilidade, disponibilidade de áreas de lazer dentro do condomínio, status social e infraestrutura. A maioria mora longe do trabalho e escola dos filhos, mesmo assim, expressaram se sentirem confortáveis na escolha do condomínio para moradia.

Para avaliar a situação da segurança, questionamos os moradores quanto ao nível de confiança no bairro onde residem. (figura 5)

Figura 05: Grau de segurança quanto ao bairro em que residem

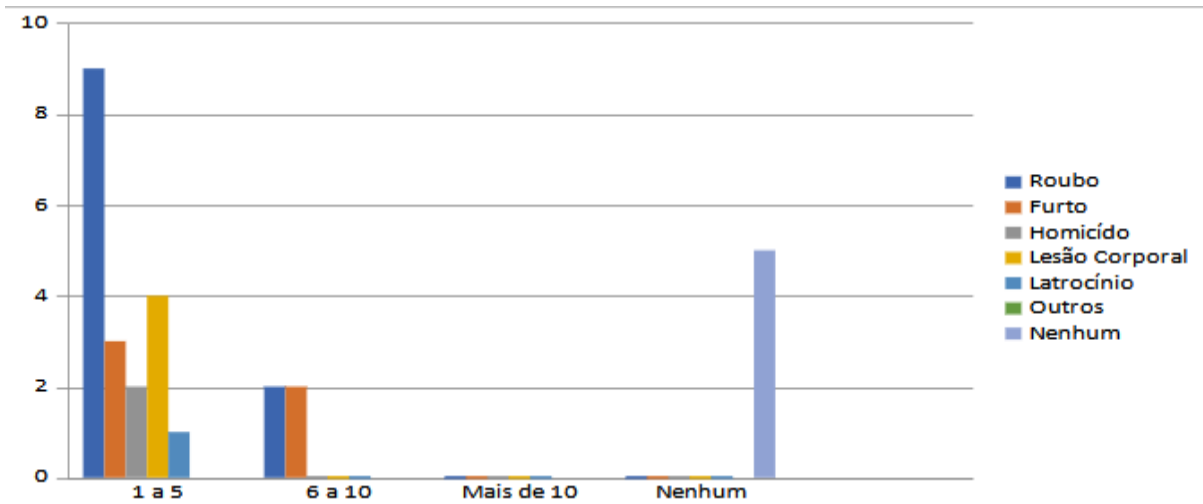


Fonte: Pesquisa realizada pelos autores, 2019.

Conforme os pesquisados, mesmo morando em condomínios fechados com muitos aparatos de segurança, os bairros que eles se encontram não garantem segurança aos moradores. Sendo assim, 11 dos entrevistados acham inseguro o bairro onde moram e só se sentem realmente seguros no interior do condomínio.

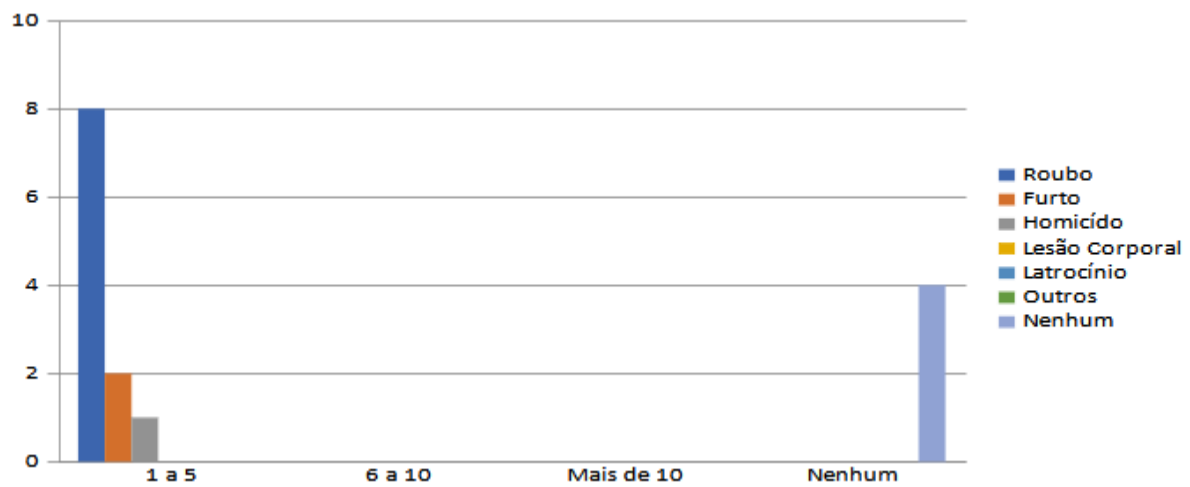
Outros dados importantes relatados na pesquisa foram quanto aos tipos de crimes que os entrevistados presenciaram ou sofreram. (figuras 6, 7 e 8)

Figura 06: Presenciou na cidade algum tipo de crime?



Fonte: Pesquisa de campo realizado pelos autores, 2019.

Figura 07: Presenciou no bairro onde mora algum tipo de crime?



Fonte: Pesquisa de campo realizado pelos autores, 2019.

Figura 08: Sofreu algum tipo de crime?



Fonte: Pesquisa de campo realizado pelos autores, 2019.

Constatamos que a maioria dos moradores de condomínios presenciou na cidade e/ou no bairro algum tipo de crime com a frequência mínima de 1 a 5 vezes. Quando questionados sobre se já sofreram algum dos crimes relacionados, 5 dos entrevistados nunca sofreram nenhum crime e os demais sofreram roubo e furto no mínimo de 1 a 5 vezes. Sobre a ação que tiveram logo após o crime sofrido, 7 dos entrevistados que sofreram crimes fizeram boletim de ocorrência e todos relataram que a partir do ocorrido começaram a andar nas ruas com mais atenção. Quando precisam ou decidem fazer alguma atividade fora do condomínio, os mesmos buscam lugares com aparatos de segurança e de preferência ambientes fechados como *shopping center* e bares/restaurantes com segurança particular.

Para finalizar as pesquisas, questionamos tanto aos moradores das residências como aos de condomínios sobre se eles haviam percebido alguma mudança em relação ao aumento da insegurança na cidade. Todos os entrevistados responderam que sim e eles associaram tal fato aos seguintes fatores: aumento de roubos e furtos, pouco efetivo policial, os bairros não contam com bases policiais o que facilita a criminalidade e a vinda do presídio federal para a cidade.

Quando questionados sobre o que poderia ser feito para aumentar a segurança na cidade, os mesmos sugeriram a adoção de medidas tais como, o aumento do efetivo policial em que cada bairro deveria ter uma base policial, investimentos sociais, políticas de segurança pública e investimento em educação para os jovens.

O fato é que a crescente militarização do espaço urbano com a edificação da ‘cidade sitiada’ calcada em um modelo de urbanismo militar parece ser a alternativa mais viável e imediata para os segmentos de renda mais elevadas que veem o uso de certos aparatos tecnológicos e o controle de áreas pela vigilância dos agentes de segurança privada como possibilidades de proteção contra o medo e a insegurança gerados pela cidade hostil em tempos sombrios. Para

os demais segmentos sociais deserdados das possibilidades para acesso a esse modelo de urbano, resta a luta pelo direito à cidade justa, cidadã e livre.

Considerações finais

O fenômeno do modelo da militarização das cidades se faz cada vez mais presente no meio urbano, sendo possível constatar a edificação de grandes muros, cercas elétricas e concertinas, especialmente em áreas mais valorizadas da cidade. Tal realidade em projeção no meio urbano contemporâneo era somente vista em presídios e zonas de guerra, por exemplo. Graças ao medo gerado pela violência, são muitas e diversificadas as tecnologias criadas pelo mercado da segurança. Quanto mais as pessoas sentem o medo na cidade, mais produtos e serviços são ofertados, sejam estes através da aparente solução posta pelo mercado imobiliário com os enclaves fortificados representados pelos condomínios exclusivos ou por meio dos mais modernos equipamentos de segurança que surgem no mercado.

No decorrer do texto, procuramos descrever e analisar a influência da violência e da insegurança na produção espacial de Mossoró. Identificamos como a violência afeta as pessoas e, como estas, buscam soluções para se proteger no dia a dia. Constatamos como os índices de criminalidade na cidade geram medo e apreensão nas pessoas, quando mesmo vivendo em realidades diferentes, os moradores de residências e condomínios fechados partilham da mesma sensação de insegurança já que a violência está em todos os lugares da cidade.

A violência está presente no cotidiano e na imaginação das pessoas. Assim, os segmentos de renda mais elevada buscam soluções escapistas como morar em condomínios fechados e frequentar apenas ambientes vigiados e controlados, uma vez que, descrentes em soluções para a questão da violência e da insegurança, passaram a confiar que estão protegidos pelos diversos aparatos de segurança que é oferecido. Por outro lado, os moradores de casas em bairros mais afastados por sua vez buscam soluções mais viáveis à sua realidade como andar com mais atenção nas ruas, evitar conversas nas calçadas e quando possível colocar cercas elétricas e frequentar lugares que ofereçam o mínimo de segurança.

Conforme os resultados apontados pela pesquisa, infere-se que a violência e a insegurança de fato contribuem na reorganização do espaço urbano da cidade. Contudo, tal realidade se manifesta ainda parcialmente em alguns espaços e com alcance limitado a alguns segmentos sociais, uma vez que, somente aqueles com mais recursos podem demandar as condições em termos de equipamentos e serviços para tentar garantir a sua proteção e segurança em tempos tenebrosos dominados pelo medo e pela sensação de risco permanente.

Contudo, a luta pela construção de uma cidade mais humana, justa, solidária e livre de riscos e ameaças deve contar com a participação de todos os segmentos que desejam uma cidade inclusiva e cidadã com direito pleno aos seus espaços e a convivência fraterna e democrática.

Cumprе ressaltar que, o estudo realizado tem caráter introdutório, tendo em vista o tema ser bastante amplo e complexo, requerendo uma abordagem mais abrangente, o que, efetivamente, não teria correspondência com os limites do estudo empreendido. Tal fato sinaliza para a necessidade de mais pesquisas que possibilitem a ampliação do estudo com mais reflexões e análises referente à temática enfocada.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

Atlas da Violência. Brasília, IPEA, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

_____. **Atlas da Violência. Brasília, IPEA**. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 01 julho de 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. Ed. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2011. 400 p.

GRAHAM, Stephen. **Cidades Sitiadas: O Novo Urbanismo Militar**. São Paulo: Boitempo, 2016. 504 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **Securização Urbana: Da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança**. 2010. 274 f. **Tese** (Doutorado) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OBVIO-RN. **Índices de Criminalidade no Rio Grande do Norte e em Mossoró**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ObvioRN/>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

O TERRITÓRIO URBANO DA INFORMALIDADE: OS CAMELÔS DO BAIRRO CENTRO DE MOSSORÓ (RN)

Erik Albino de Sousa

Fábio Ricardo Silva Beserra

Introdução

O presente trabalho foi fruto de desenvolvimento de monografia para conclusão do curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o mesmo teve como objetivo analisar através da atividade dos camelôs a dinâmica da economia informal. Como recorte espacial, foi-se estabelecido o bairro Centro devido ser o ponto de maior fluxo de pessoas, capital, transportes e serviços na cidade.

Os camelôs se assemelham aos demais agentes prestadores de serviços do setor informal em características como a escolha de locais de maior fluxo de pessoas para se estabelecerem, todavia, é um agente que apresenta algo que o distingue da grande maioria: o seu ponto fixo.

Este ponto fixo, em geral localizado num espaço público devido ao baixo poder aquisitivo do vendedor, pode ser compreendido como o território do camelô, ou seja, um espaço apossado e mantido através de influências e relações de poder de forma consciente.

Esse território é mantido através da resistência, haja vista que esta é alvo de conflitos entre os próprios camelôs, a economia formal, o poder público e a própria população. Para Corrêa (2002) e Carlos (2013) a cidade é o encontro de diversas classes sociais que vivem e se reproduzem, onde, há entre essas classes conflitos e disputas pelo uso do solo urbano.

Diante dessa perspectiva, surgiram questões que se tornaram norte para o desenvolvimento do trabalho, tais como: a) Como se originou e se desenvolve as ações e estratégias dos territórios dos camelôs na cidade de Mossoró e quais os principais espaços onde se estabelecem esses agentes? b) Qual a relação da população, dos vendedores da economia formal e a do poder público acerca dos espaços ocupados por esses vendedores?

A partir desses questionamentos, a análise do trabalho se deu por cima do objetivo geral da pesquisa que passou a ser: Analisar a dinâmica, apropriação e relações de poder dos camelôs a partir do território ocupado e conquistado por esses agentes.

Concomitantemente os objetivos específicos se tornaram:

a) Investigar e caracterizar como ocorre o processo de uso e ocupação do espaço urbano no bairro Centro pelos camelôs; b) Analisar o território dos camelôs e pesquisar a visão dos vendedores da economia formal e da população acerca dos espaços ocupados por esses agentes.

Para responder as questões surgidas e chegar aos objetivos, foram necessárias revisões bibliográficas de livros, teses, dissertações, monografias e artigos a respeito da cidade de Mossoró, do desenvolvimento do bairro Centro, das economias de da cidade, economia informal, camelôs, território e espaço público. O segundo passo se deu em campo, onde a partir de coletas de dados e entrevistas foram:

-Contabilizados 212 camelôs no bairro Centro, com diversos produtos e serviços.

-Entrevistados 14 camelôs de distintos produtos e serviços no bairro Centro, o número se deu devido a resistência dos camelôs para serem entrevistados.

-Entrevistados transeuntes de diferentes idades e perfis socioeconômicos distintos para compreender a relação desses com os camelôs assim como ponto de vista a respeito dos espaços ocupados pelos vendedores informais.

-Entrevistados lojistas da economia formal de distintos produtos e em diversos espaços do bairro Centro.

Ao todo, a pesquisa teve duração entre novembro de 2018 e setembro de 2019. É importante ressaltar que, devido a ilegalidade da apropriação do espaço público, os camelôs tiveram resistência em fazer as entrevistas, o que só ocorreu através da mediação de um de seus companheiros.

Analisar a territorialização dos camelôs no bairro Centro da cidade se faz uma investigação inteiramente geográfica pois diz respeito a um território que foi desenvolvido para atender as necessidades não do Estado ou das classes dominantes, mas sim de classes menos favorecidas que adaptam o espaço público para suas necessidades.

Como instrumento de análise e compreensão social percebeu-se que o espaço ocupado pelos camelôs foram espaços primeiramente estratégicos, e que, a partir da apropriação houve a resistência, logo, como irá ser percorrido de acordo com a pesquisa e leituras irá perceber-se que os espaços ocupados pelos camelôs são espaços não somente de sobrevivência, mas também espaços de lutas.

2. A economia informal em Mossoró: uma análise a partir dos camelôs do bairro Centro

Compreender a economia informal é uma tarefa complexa, haja vista que não há entre os pesquisadores um conceito definido. Todavia, é possível entender essa atividade como “composto por unidades produtivas com trabalhadores não regulamentados e com os direitos trabalhistas não assegurados” (FERNANDES, 2008, p. 17).

Segundo Fernandes (2008), Rodrigues (2008) e Silva (2012) os indivíduos adentram esse setor, na maioria das vezes, pela falta de oportunidades na economia formal, que a partir de sua modernização substituiu o trabalho humano pelas máquinas, exigindo cada vez mais dos trabalhadores níveis de escolaridades nem sempre alcançados. Para Fernandes (2008):

À medida que aumenta o número de desempregados, aumenta também a quantidade de pessoas em busca de um lugarzinho no setor informal; afinal, é um espaço onde há vagas para todos, apesar das dificuldades que devem enfrentar. Esse setor absorve pessoas de ambos os sexos; com formação escolar ou não; faixas etárias diferenciadas; entre outras pessoas, mas todos com o mesmo objetivo: garantir uma renda financeira (FERNANDES, 2008, p. 37).

A economia informal é compreendida enquanto meio de sobrevivência permeado de riscos para sua mão de obra, já que não garante direitos trabalhistas como aposentadoria, licença-maternidade e paternidade, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e auxílio-doença, além da carga horária não fixa, fazendo com que muitos desses comerciantes cheguem a trabalhar em situações precárias, diversas horas por dia, e sem garantias ou perspectivas de melhoras da situação trabalhista.

2.1 Os camelôs

Estudar a atividade dos camelôs como campo da economia informal se faz relevante para a geografia por inúmeros fatores. Primeiro devido sua presença no espaço global, em cidades de diversos países independentes de suas diferenças políticas, econômicas, culturais, sociais ou demográficas. Em segundo lugar por ser uma atividade historicamente determinada, haja vista ser uma antiga prática que ressignifica-se de acordo com as transformações dos determinados espaços onde estão localizados. Em terceiro lugar por ser uma tarefa que, como citado, estabelece seu ponto fixo, sua apropriação de um espaço público, constituindo territórios que influenciam diretamente os cidadãos, a paisagem urbana e a economia local. Com isso “apesar da aparente invisibilidade, o camelô existe no circuito econômico, na estrutura social, e ocupa definitivamente um espaço físico nas cidades” (JESUS, 2011, p. 173).

Entre as formas de trabalho da economia informal há os camelôs, agentes selecionados aqui para o estudo das formas de espacialização e organização da informalidade na cidade. Muitas vezes confundidos com os ambulantes, os camelôs se diferenciam pelo fato de que “possui ponto fixo independentemente de estar em um camelódromo ou nas ruas e calçadas, sendo o que o diferencia do vendedor ambulante é exatamente a posse do ponto fixo” (RODRIGUES, 2008, p. 04).

É esse ponto fixo do camelô que faz com que o mesmo desenvolva seu território. O ambulante, como não tem um ponto fixo, pode percorrer pelas ruas e praças da cidade, migrando de acordo com que encontre uma melhor oportunidade para sua venda, ou indo de encontro aos seus clientes, não conseguindo assim criar uma apropriação e relação de poder sobre um espaço.

A apropriação territorial do espaço, que é chamado de “ponto”, podendo ser ele um boxe ou uma barraca, é apenas uma etapa do comércio, já que “é necessário também ter dinheiro para comprar as mercadorias e se manter sem revendê-las nos períodos de declínio” (RODRIGUES, 2008, p. 4).

A falta de dinheiro para a permanência no ponto, gera o ápice da contradição da apropriação privada do espaço público: sua venda. Não é incomum entre os camelôs a venda, ou o aluguel, do seu ponto em ruas e praças, caracterizando formas particulares de apropriação territorial.

Para Alves (2012) apesar da apropriação territorial e delimitação de poder sobre o espaço, este, é público, fazendo com que o camelô nunca se encontre em vivência passiva no seu ponto, mas sim, tenha uma permanência nele conseguida através da resistência devido sua aquisição instável já que este ponto tanto pode ser tomado por um outro, quanto retirado pelo poder público.

Com isso os camelôs sofrem frequentes pressões, tanto do poder público, por estarem se apropriando ilegalmente de um espaço público, como dos lojistas, que muitas vezes se sentem prejudicados com a concorrência dos camelôs, quanto da própria população que tem seu fluxo dificultado. Através desses embates é notório que a permanência desses vendedores nos locais ocupados se torna uma resistência contínua de sobrevivência.

Quanto aos espaços escolhidos para instalarem seus pontos e assegurarem a posse e o controle do mesmo, para Rodrigues (2008), são geralmente as praças públicas e calçadas por onde passam grande fluxo de pessoas, sendo estes locais os que apresentam um maior potencial de compradores e palco das disputas entre os camelôs com os ambulantes e os donos dos comércios formais, assim como, também, disputa entre os camelôs e o poder público.

2.2 Os camelôs em Mossoró: origem e organização

A economia informal se desenvolve de forma mais intensa em Mossoró a partir das últimas décadas do séc. XX, quando, a partir da modernização das atividades econômicas produtivas, os trabalhadores se deparam com seus empregos substituídos pelas máquinas.

Para Silva (2012) a partir desse momento, o trabalhador não consegue vender sua força de trabalho para empresas, restando-o procurar um meio de sobrevivência a partir de atividades de sua própria renda, desenvolvendo a economia informal, haja vista que esses trabalhadores, em sua maioria, não possuem capital suficiente para investir na economia formal.

Em Mossoró verificou-se que as atividades desse setor se espalham principalmente no bairro Centro, devido o maior fluxo de pessoas e mercadorias nesse espaço. Silva (2012), descreve que:

Estas vêm sendo praticadas com maior intensidade nas imediações do centro da cidade, especificamente, em locais como o Mercado Público e calçadas das principais ruas, onde há maior concentração de pedestres. Isso acontece em virtude do centro da cidade oferecer vantagens, por ser um terminal de transportes de carga e de passageiros e o lugar em que as diferentes camadas sociais se encontram (SILVA, 2012, p. 28).

Entre essas atividades, estão presentes os camelôs, com seus boxes e barracas, demarcando território a partir dos seus pontos fixos, a presença desses agentes é significativa na paisagem urbana da cidade, dividindo espaços entre os pedestres e disputando clientela com a própria economia formal, para Alves (2012), os camelôs espalhados nesses espaços são um resultado de exclusão social, tornando-se símbolo do caos da cidade.

A pesquisa de campo para o trabalho realizada no bairro Centro, foi produzida entre os meses de novembro de 2018 e setembro de 2019. Além do trabalho de percepção e análise da paisagem, foram aplicados questionários com os vendedores camelôs para compreender a dinâmica de suas atividades.

Também foram realizadas pesquisas de opinião com transeuntes, consumidores ou não, e proprietários e/ou vendedores de lojas acerca dos camelôs, dos espaços por eles ocupados e a relação que desenvolvem entre si.

Houve tentativas de entrevistas com o poder público através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente, Urbanismo e Serviços Urbanos, para a partir da mesma observar a visão do poder público quanto os espaços ocupados pelos camelôs, todavia, não fora possível a realização da entrevista devido a resistência do serviço público em disponibilizar informações para a pesquisa.

O acesso aos camelôs ocorreu a partir de contato prévio com um de seus representantes, para o qual foi explicada a natureza e os objetivos desse trabalho monográfico. A seguir, por intermédio desse representante, foi possível obter a concessão por parte dos demais camelôs para a realização das entrevistas. Isso foi necessário decorrência de tentativas frustradas de abordagem direta com os camelôs, na medida em que não se sentiam confortáveis para apresentar informações devido às circunstâncias de conflito com o poder público.⁹

Os dados foram analisados e categorizados, a partir dos seus produtos, motivo de entrada na atividade, quanto tempo desenvolvem a atividade, por quais motivos entraram nela, apropriação do território e opinião a respeito dos espaços ocupados, categorias estas que serão discutidas no próximo capítulo.

2.2.1 Características dos camelôs de Mossoró

Neste tópico serão analisados os camelôs em Mossoró a partir dos trabalhos de campos realizados. A partir da pesquisa observou-se o quanto a atividade dos camelôs estava fixada na cidade se tornando já algo cotidiano nas calçadas do Bairro Centro. A figura 01 demonstra uma imagem referente aos camelôs nas calçadas da cidade

Figura 01: Calçada da rua Coronel Gurgel cobertas pelos produtos dos camelôs



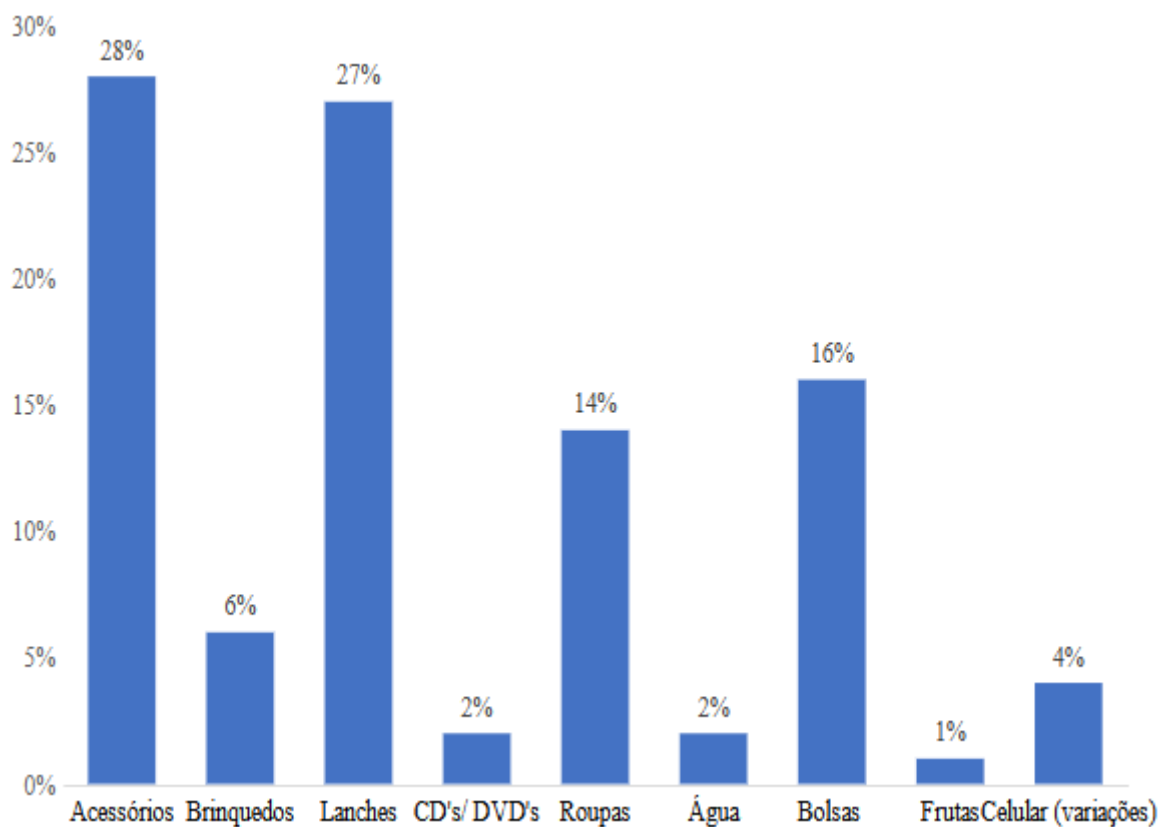
Fonte: Autor (2019).

⁹ Na mesma época das entrevistas, Abril de 2019, o Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) arbitrou o prazo de 90 dias para a retirada dos camelôs e ambulantes pela Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM), a partir disso, os camelôs não sentiram-se à vontade para a entrevista.

Observou-se a presença dos camelôs na paisagem urbana mossoroense, cujo é um reflexo de algo maior. Para Miranda (2005) a paisagem dos camelôs representa o dano desemprego, a visibilidade da precarização do trabalho e a (re) produção de alternativas de sobrevivência financeira numa sociedade desigual que buscam as ruas como uma reinclusão no mundo do trabalho.

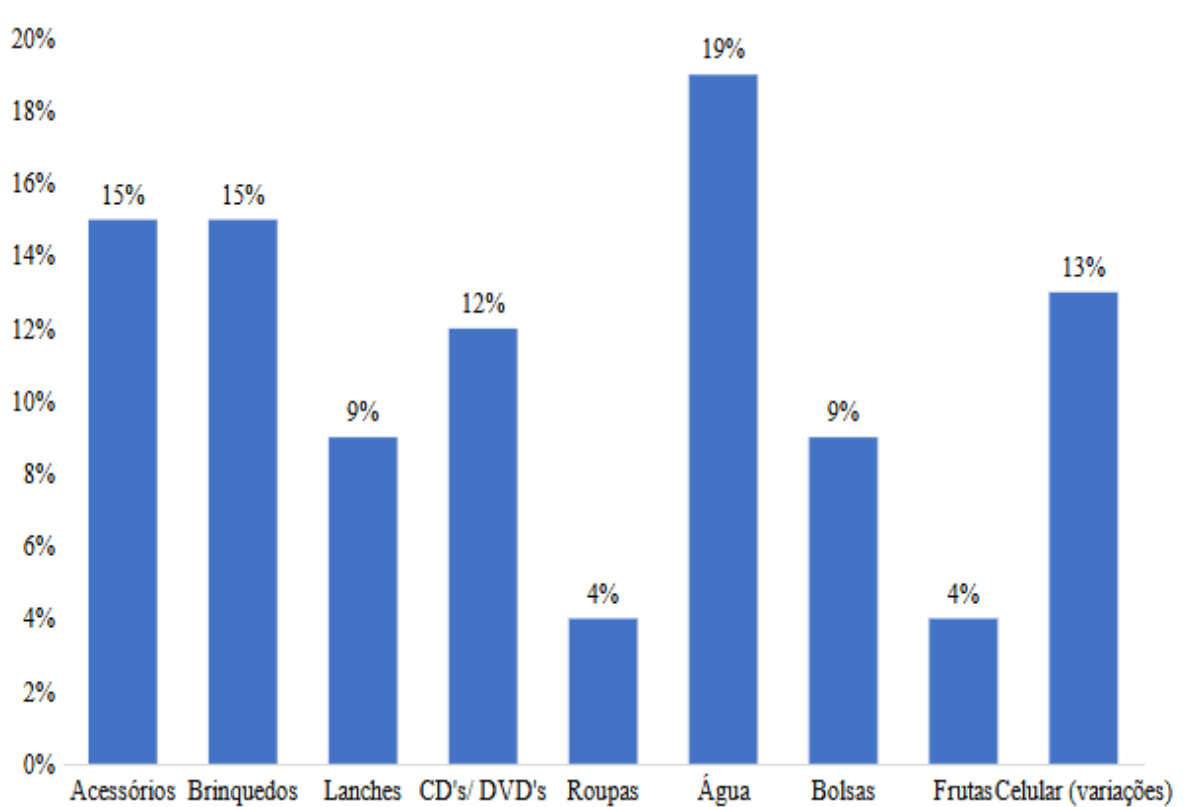
A partir da pesquisa de campo foram contabilizados os camelôs e separados por tipo de venda para haver uma compreensão de quais principais produtos ofertados e quais os mais consumidos pela população, como demonstrado nos Gráficos 1 e 2:

Gráfico 01- Produtos vendidos pelos camelôs



Fonte: Autor. Pesquisa de campo realizada no dia 14/11/2018.

Gráfico 02- Produtos consumidos pela população



Fonte: Autor. Pesquisa de Campo realizada no dia 24/04/2019.

Um dado relevante para a pesquisa foi, no registro com os camelôs, compreender a flexibilidade existente no tipo de produto vendido. Isto é, os camelôs procuram sempre revender produtos de menor tempo de circulação. Exemplo dado foi a venda de CD's e DVD's, bastante intensa há alguns anos, mas na época da pesquisa este produto já estava substituído por outros. Segundo a fala de um dos camelôs:

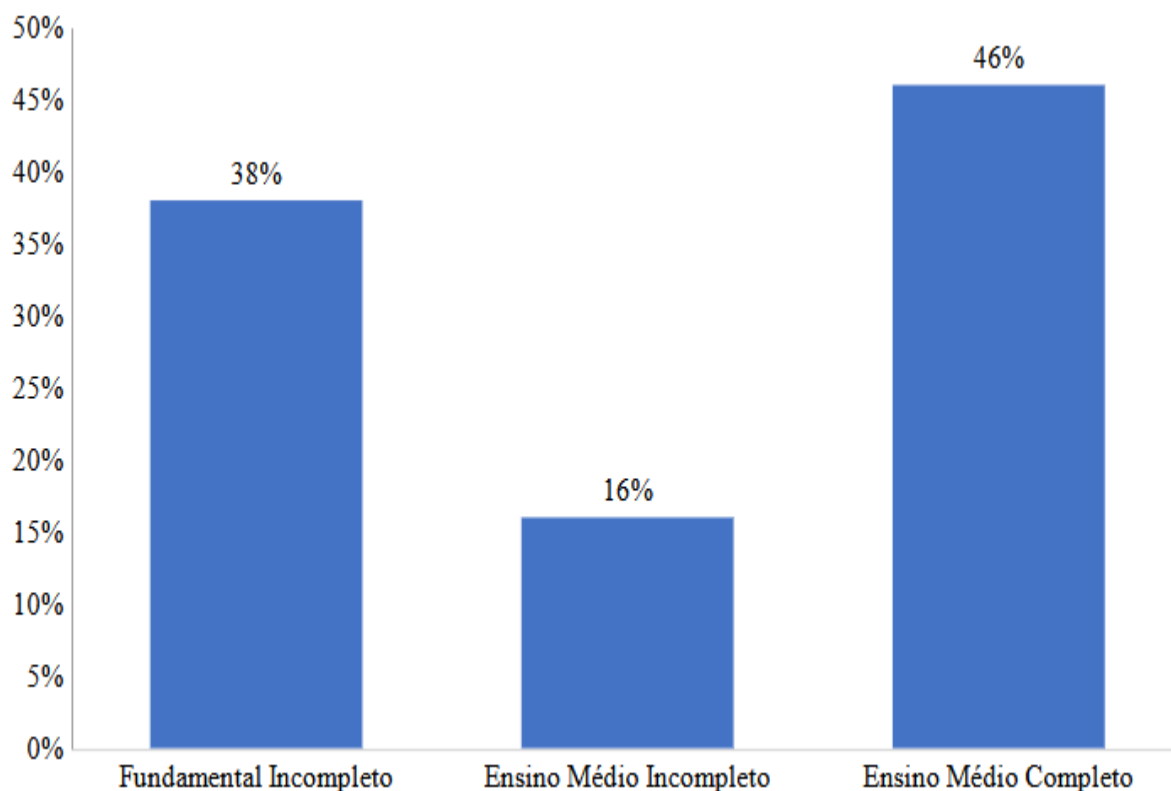
Um amigo meu falou que a venda de CD's e DVD's estava em alta, eram muitas vendas, conseguia vender meus produtos muito rápido muitas vezes em um só dia. (Entrevistado 04, 50 anos, camelô há 22 anos).

Nota-se, a partir da pesquisa, que a venda de CD's e DVD's já não se encontrava tão presente como antes. Já eram outros produtos como capas e películas de celulares que estavam cada vez mais em alta. Essas mudanças ocorrem pois os camelôs são “os atores que absorvem mais rapidamente as inovações tecnológicas e tentam se adaptar mais rapidamente a formas de consumo impostas” (SILVA, 2012, p 46).

Para Jesus (2011) o produto dos camelôs não é tão pré-determinado como no caso dos ambulantes, como os pipoqueiros e engraxates por exemplo, que apresentam apenas um serviço durante todo o ano, os camelôs ao contrário dessas demais atividades variam seus produtos de acordo com os momentos propícios e as oportunidades. Isso se torna ainda mais nítido em determinados momentos do ano, como início de ano letivo, no qual os camelôs abastecem seus estabelecimentos de materiais escolares; ou enfeites de datas comemorativas, como as festas juninas, Natal, Dia dos Namorados, Carnaval, Dia de Finados, Dia das Mães e na tradicional festa de Santa Luzia, padroeira da cidade.

Conquanto ao perfil dos camelôs, foi possível conhecer dados como grau de escolaridade, local de origem e motivos de entrada na economia informal. No que tange o grau de escolaridade entre os camelôs, a entrevista nos mostrou que 50% não tinham completado o Ensino Médio e nenhum nem chegou a entrar na faculdade. Segue os dados nos Gráfico 3:

Gráfico 3- Grau de Escolaridade dos camelôs



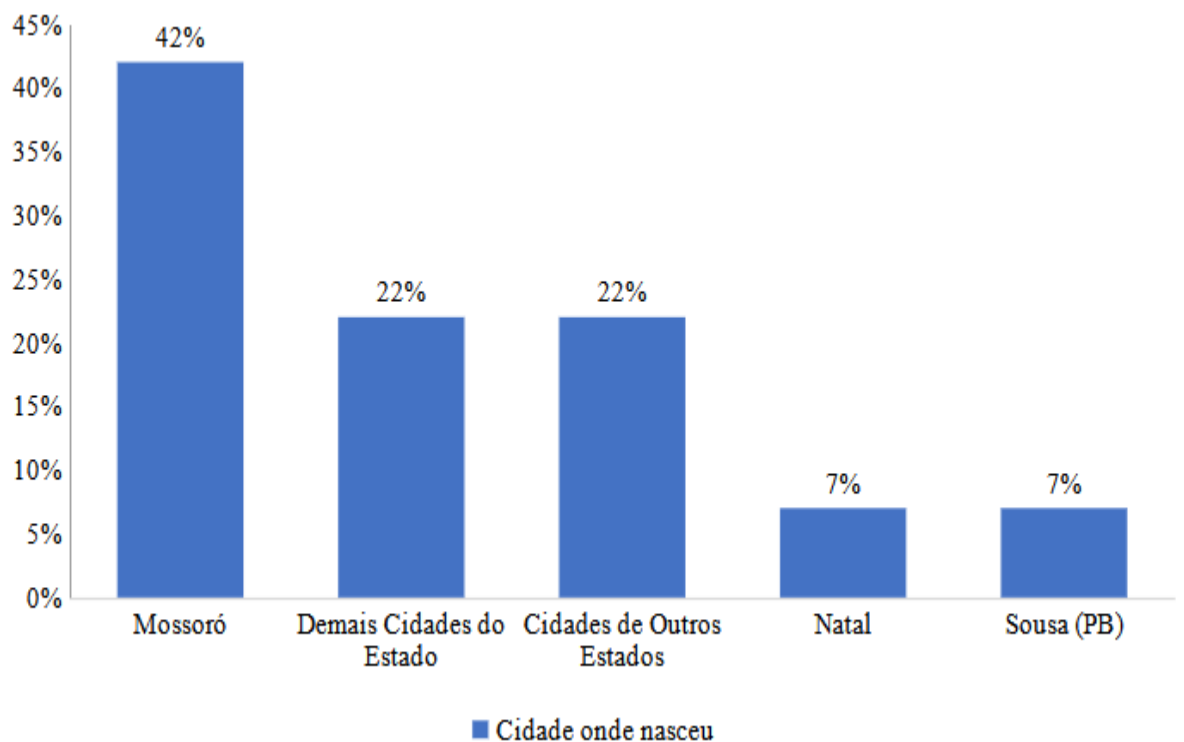
Fonte: O autor (2019).

Jesus (2011) afirma que a economia informal não é uma área visada por pessoas de maior grau de escolaridade que tem condições de dar continuidade nos estudos, já que é a economia formal que apresenta mais estímulos, melhor salário e seguridade de direitos.

Enquanto suas origens 46% eram migrantes nascidos em cidades vizinhas como Areia Branca, da capital Natal e de demais estados como Paraíba, fora os que nasceram em Mossoró

cujo os pais são migrantes de cidades e estados vizinhos. Os dados são apresentados no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Cidade onde nasceu



Fonte: O autor (2019).

Os vendedores de outras origens, os imigrantes, fazem uma atividade que sempre existiu durante a história da humanidade, que é o deslocamento no espaço em busca de melhor condição de vida. Para Silva (2012), esses deslocamentos ocorrem hoje mais do que nunca por pura questão econômica, e em Mossoró a baixa qualificação profissional desses imigrantes acarreta uma baixa expectativa de emprego, restando para essa população a sobrevivência na economia informal, e, muitos deles, no comércio informal, dos camelôs e ambulantes.

A partir disso nota-se que a economia informal se torna um refúgio para a população de baixa escolaridade e para os imigrantes que não encontram empregos na economia formal. Santos (2008) descreve que o ingresso na atividade é fácil “na medida em que, para isso, é mais fácil o trabalho que o capital. E como a mão-de-obra é barata, não é difícil começar um negócio” (SANTOS, 2008, p. 204) e “é possível até que analfabetos tenham mais oportunidade de encontrar trabalho do que aqueles que passaram por uma escola” (SANTOS, 2008, p. 205).

A economia informal, além de atividade utilizada para renda para imigrantes e desempregados também evita um desconforto para os governantes que deixam de serem pressionados por empregos formais pelos trabalhadores dessa atividade.

Quando questionados o motivo da entrada na economia informal observou-se que 71% adentrou na atividade por falta de oportunidades, o restante 29% relatou entrar na atividade por identidade ao trabalho ou por questão de continuidade do trabalho familiar. Abaixo algumas falas dos camelôs respondentes ao questionamento do motivo a qual fez entrarem na atividade:

Eu não sabia ler e tive que me virar, né. O cara não sabe ler e tem que correr atrás para sustentar a família e garantir o pão. Eu me acordo de 4 da manhã para chegar aqui e abrir a minha barraca (Entrevistado 13, 47 anos, camelô há 30 anos).

Quem começou a trabalhar aqui foi meu pai, ele abriu um outro ponto no final da rua, eu trabalhava com ele então assumi esse aqui (Entrevistado 11, 20 anos, camelô há 4 anos).

Eu trabalhava no setor formal, na época eu chegava a ganhar até 9 salários mínimos, porém os negócios foram caindo e eu fui perdendo minha renda e vi uma oportunidade no informal de uma melhor renda na época de muitas vendas dos CD's e DVD's (Entrevistado 04, 50 anos, camelô há 22 anos).

Entrei aqui por falta de emprego e por me identificar com esse trabalho, gosto da relação com o público. (Entrevistada 12, 45 anos, professora e camelô há 19 anos).

Identifica-se nas diferentes falas dos camelôs que há diversos motivos da entrada na atividade como falta de oportunidades, no qual não há apenas o fato de falta de oportunidades, mas também a entrada por preferências do próprio trabalhador por questões de identidade ou oportunidade de melhor renda, segundo Rodrigues (2008) os vendedores camelôs fazem parte da classe trabalhadora e muitos deles tem origem na economia formal, porém, com os fenômenos do desempregos esses trabalhadores encontraram-se fora do campo de visão dos órgãos oficiais do governo .

A falta de oportunidades advinda da estagnação do emprego formal, faz com que os trabalhadores migrem para a economia informal, onde “os trabalhadores recorrem a esse setor, na maioria das vezes, com o objetivo maior de garantir a sobrevivência, independente de que maneira essas atividades estejam sendo desenvolvidas” (FERNANDES, 2008, p. 138).

Essa independente maneira a que sejam desenvolvidas suas atividades, são independentes de formas de comércio, produtos e serviços para venda e local para venda. A partir disso, observa-se que é, esse independente local, o espaço público, devido a maior facilidade de se estabelecer neste local. Fernandes (2008) descreve que:

Essa realidade evidenciou que falar do setor informal da economia é de certa forma, falar da apropriação de espaços públicos. Isto, porque, na sua maioria, esse setor, desenvolve-se, em alguns casos, mediante apropriação desses espaços, os quais são fragmentados em territórios, emergindo, naturalmente, problemas ligados direta ou indiretamente à sociedade (FERNANDES, 2008, p. 73).

No próximo capítulo será feita uma discussão a respeito dessa apropriação do espaço público feita pelos camelôs e qual a relação desse território desenvolvido com a população, o poder público e o comércio formal.

3 Apropriação do espaço público: os camelôs e os territórios como espaço de sobrevivência

O território é um dos conceitos chaves da Geografia. Segundo Rogério Haesbaert (2004) e Marcelo Lopes de Souza (2012) este conceito é definido como espaço delimitado por e a partir das relações de poder com consciência ou sentimento de sua apropriação. Sobre o território Milton Santos (2007) descreve que:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (SANTOS, 2007, p. 13).

Para Souza (2012) os limites do território, apesar de ser um espaço concreto, não são imutáveis, podendo modificar-se durante o tempo e o espaço. Santos (2002), em seu conceito de território usado, mostra de forma mais clara como o conceito de território correlaciona com os vendedores camelôs. Para o autor, “o território são as formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”, e o é, dessa forma, a partir das relações não apenas de poder, mas também econômicas.

Para Santos (1998) o território, se torna, espaço de apropriação, produção e organização econômica pelos diversos agentes que se apropriam dele, sendo-os as firmas, advindas da iniciativa privada, o Estado e as demais instituições, e as pessoas que agem no processo de distribuição, troca e consumo das relações econômicas do território usado, onde “território e mercado se tornam conceitos xifópagos” (SANTOS, 2006, p. 154), interligados, onde o território e o mercado caminham juntos e um não se desenvolve sem o outro.

Através disso percebe-se a ideia de importância de domínio do território, pois, o domínio do território nada mais é do que o domínio do espaço, em que “devemos a ideia de que o domínio do espaço é uma fonte fundamental e pervasiva de poder social na e sobre a vida” (HARVEY, 1992, p. 207).

Observa-se que os camelôs, mesmo como agentes micro em relação as grandes iniciativas privadas e ao Estado, apresentam-se como agentes válidos no conceito de território usado tendo em conta que “essa inteligência das grandes empresas e dos Estados não é, porém, a única. Em níveis inferiores, o fenômeno se reproduz, ainda que com menos eficácia mercantil” (SANTOS, 2006, p. 154).

3.1 Os camelôs e o espaço público: a apropriação e a visibilidade da desigualdade

Devido os espaços ocupados pelos camelôs serem espaços públicos, é, necessário fazer uma análise a respeito do que seja esse espaço para uma melhor compreensão a respeito do que os camelôs estão territorializando. Para Carlos (2011):

A geografia permite pensar o espaço público como um lugar concreto da realização da vida na cidade como espaço-tempo na prática social, lugar da reunião e do encontro com o outro, o que significa que o seu sentido é o de alteridade em que a história particular de cada um pode realizar-se enquanto história coletiva muito maior do que simples localização da ação (CARLOS, 2011, p. 133).

Segundo Gomes (2012) o espaço público deve ser percebido não apenas pela sua forma física (uma rua, praça, praia, etc.), mas também pela forma abstrata que o caracteriza como espaço público, que é a característica de um espaço democrático e comum à todos, onde os sujeitos podem expressar como iguais sua vida política.

Logo, pode-se perceber o espaço público como local de encontro e sociabilidade coletiva entre indivíduos que, neste espaço, são indivíduos em comum, não importa as distinções classe econômica, de idade, cor, sexo ou origem geográfica, é, no espaço público onde estes não são divididos em classes ou categorias, mas estão em convivência como iguais.

É, nesse espaço, que se encontra à população que não consegue obter um espaço seu (seja para comércio, trabalho ou até mesmo moradia), a partir disso, o espaço público se torna o lugar de visibilidade da desigualdade, expressando de forma translúcida as classes menos favorecidas, é nesse espaço onde encontram-se os camelôs, ambulantes, flanelinhas, mendigos, prostitutas e pessoas que vendem sua mão de obra a qualquer preço.

Os agentes encontrados nos espaços públicos do bairro Centro como visibilidade da desigualdade e do desemprego, se diferenciam dos que obtém os espaços privados nesse bairro, levando em consideração ser um bairro de alta valorização do espaço onde os indivíduos que concentram os espaços privados nessa área possuem um médio ou alto capital.

Esses espaços se tornam propícios para à atividade dos camelôs pois estes não detêm capital suficiente para a compra de um espaço seu e abrir uma loja, desse modo os camelôs fazem pensar o espaço público como “lugar da exclusão, onde determinados grupos são expostos e visto como não cidadãos ou como sub cidadãos” (GOMES, 2012, p. 33).

Porém, devido esses encontros, o espaço público, torna-se não somente o espaço da liberdade entre indivíduos, mas também, de conflitos entre estes, haja vista que seja um espaço de tensões, pois “se o espaço público é o lugar de realização da vida urbana como possibilidade do encontro, é também o lugar da copresença como negação do outro” (CARLOS, 2011, p. 134).

No próximo tópico será debatido como o espaço público do bairro Centro de Mossoró é utilizado não apenas como território para trabalho, mas também, como espaço de luta e resistência desses vendedores camelôs.

3.1 Camelôs, território e resistência

Para Carlos (2008) a cidade é a materialização social, espaço de reprodução do capital e local de encontro de distintas classes com desejos, necessidades e características dessemelhantes, onde, essas diferenças podem, na maioria das vezes, gerar conflitos por suas diferentes formas de ocupar e utilizar os espaços territorializados. Estas distintas classes usufruem do espaço da cidade para seu abrigo e sustento onde:

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado das escolhas e condições de vida (CARLOS, 2008, pp. 46-47).

Entre os agentes que utilizam o solo urbano para produção e relações mercantis está o camelô, que, como agente da economia informal, concorre diretamente com a economia formal. A figura 02 demonstra nitidamente essa concorrência entre as duas formas econômicas.

Figura 02 – Produtos da economia informal concorrendo diretamente com loja do mercado formal



Fonte: Autor (2019).

Essa concorrência entre as duas formas de economias se dá advinda das distintas classes sociais da cidade, para Santos (2013) a cidade “torna-se o lugar de todos os capitais e todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades ‘marginais’ do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro” (SANTOS, 2013, p. 10).

No que diz respeito ao grande fluxo de pessoas percebe-se que este é o motivo principal da escolha de seus territórios haja vista que são os espaços de principais movimentos que os camelôs escolhem para desenvolver suas atividades, geralmente nas principais ruas e praças dos centros das cidades onde há potenciais de compradores.

Devido essa ocupação em espaços com potencial de compradores os camelôs ficam “preservando um espaço público como seu território, as calçadas, fator este que vem causando uma série de enfrentamentos com o poder público e com os próprios pedestres, que transitam pelas ruas do centro comercial da cidade” (SILVA, 2012, p. 45), através disso, percebe-se que “a cidade é uma produção humana. Dentro dela convivem os homens que produzem e reproduzem seu cotidiano, vivendo muitas vezes em conflito pelo direito a cidade” (ALVES, 2012, p. 84-85).

O território conquistado pelos camelôs não é um espaço passivo, pelo contrário, é um espaço de resistência e lutas, devido ser um espaço público e suas atividades concorrerem diretamente com a economia formal o seu território é “fator fundamental dos inúmeros conflitos que permeiam esta atividade” (RODRIGUES, 2008, p. 6).

Se manter como camelô é ser um constante alvo de pressões que sempre precisa batalhar por seu espaço na cidade, a partir disso é possível “pensar o espaço também como produto de lutas, fruto de relações sociais contraditórias, criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do capital” (CARLOS, 2008, p. 71), onde, as lutas irão refletir os interesses incomuns entre os agentes que usufruem esses espaços conquistados.

3.2.1 Camelôs em Mossoró e o Espaço como campo de lutas e resistência

Os camelôs, como agentes que precisam resistir para manter-se em seu território conquistado, utilizam o espaço não apenas como meio de sobrevivência financeira, mas, também, como campo de lutas para sua resistência diária, e, nos seus ápices de confrontos com o poder público.

Em 2015, durante o mandato do prefeito Francisco José Júnior, houve a determinação do Juiz Pedro Cordeiro Júnior para a retirada dos camelôs das calçadas do bairro Centro da cidade. Na época fora criada uma associação dos camelôs a partir do presidente da Câmara Jório Nogueira para que os vendedores se organizassem melhor quanto à situação com o Ministério Público.

Por meio da associação dos camelôs, estes, apresentaram a proposta de saírem das atuais ruas que ocupavam para ocuparem as ruas do Beco dos Artistas, com 88 vagas, a rua 30 de Setembro com 18 vagas e o beco da rua Machado de Assis com 26 lugares, todavia, eram espaços apertados e de pouco fluxo, o que fez com que os próprios camelôs desistissem da ideia.

Outros espaços ofertados foram o Shopping Popular, com alugueis entre 350R\$ à 650R\$, e o Mercado da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Segundo o prefeito da época, Francisco José Júnior (2013-2016), esses espaços eram medidas temporárias, a medida definitiva seria o deslocamento de todos os vendedores para a Praça do Carcará.

Os espaços oferecidos aos camelôs não foram aceitos entre eles, ao contrário, houve resistência para a continuação da ocupação nos espaços antigos. O Entrevistado 09 relata que na época:

O shopping foi uma armação (acredito) do prefeito junto com os porcos. Eles pediram que os ambulantes e camelôs fizessem um cadastro, depois de feito o cadastro se descobriu que os pontos não eram de graça, muito pelo contrário custariam até R\$700 mensal, diante disso os ambulantes desistiram de se mudar para o Shopping. Quanto ao Beco dos Artistas, houve uma reunião da prefeitura com os ambulantes, mas não houve acordo. A prefeitura então demarcou uns locais com tinta ao lado do café Mossoró, mas os ambulantes não aceitaram. (Entrevistado 09, 52 anos, camelô há 17 anos.)

Já em 2019, durante o mandato da prefeita Rosalba Ciarlini, no dia 10 de abril o Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) surpreendeu os camelôs com a notícia de que estes teriam o prazo de 90 dias para saírem dos seus locais de trabalho.

Quando questionados durante a mesma época do mandato do MPRN se trocariam o atual espaço para algum outro, dos 14 entrevistados, 13 responderam que não trocariam, observa-se a fala de alguns vendedores:

Não, aqui é o centro comercial e tem dias que já vendemos fraco, imagina se fossemos para outro local. Sairia se houvessem camelódromos em lugares de fluxo. (Entrevistado 05, 52 anos, camelô há 40 anos).

Não, devido a localidade, uma esquina no centro... no coração da cidade de Mossoró... onde tem movimento. Se eu sair daqui vou vender a quem? (Entrevistado 09, 37 anos, camelôs há 10 anos).

Depende do lugar. Aqui é o coração da cidade e consigo vender bem, sem falar que eu gosto muito desse espaço. (Entrevistada 01, 39 anos, camelô há 10 anos).

Baseado em Rodrigues (2008) compreendemos que a troca de território gera insegurança entre os camelôs pelos seguintes fatores:

- a) A distância entre o novo local territorializado e as ruas de principais fluxo de pessoas e comércios;
- b) O apego ao território antes conquistado devido as vivências e relações sociais ali obtidas;
- c) O comodismo de trocar de espaço após estabelecimento do seu ponto fixo;
- d) A insegurança de não lucrar no novo território;
- e) A perda total do antigo território.

Novamente houve resistência dos vendedores para manter-se nos espaços ocupados, a Figura 03 registra uma manifestação ocorrida no bairro Centro da cidade para demonstrar visibilidade à indignação dos camelôs pela ação do Ministério Público.

Figura 03 – Manifestação dos camelôs em Abril de 2019



Fonte: Tales Augusto (2019).

Quando entrevistado a respeito sobre a atitude no Ministério Público e as pautas para o problema, o camelô organizador da manifestação respondeu:

Eu tomei a frente do movimento e sai chamando cada um de cada vez, eles deram 90 dias para a prefeitura e nos movimentamos para mostrar nossas pautas, já vimos lutando com isso a uns 10 anos pedindo calçada para ocuparmos e fiscalização da prefeitura (Entrevistado 03, 38 anos, camelô há 15 anos).

Diante desses protestos, pode-se compreender que os espaços apropriados pelos camelôs não devem ser vistos apenas como espaço de sobrevivência, mas também espaço de luta. Segundo Carlos (2008) os espaços não são apenas produzidos quanto função de reprodução do capital, mas também quanto função de reprodução da vida humana.

Para Jesus (2011) a resistência dos camelôs por seus espaços se faz pertinente devido ao fato do aumento do número de vendedores, a antiga e crescente territorialização sobre o espaço e a dinâmica social desenvolvida em seu turno devido suas atividades, esses fatos, transformaram os camelôs em um grupo poderoso, para o autor “a apropriação do espaço urbano revela um traço importante da luta de classes que rebate na espacialidade” (JESUS, 2011, p. 20).

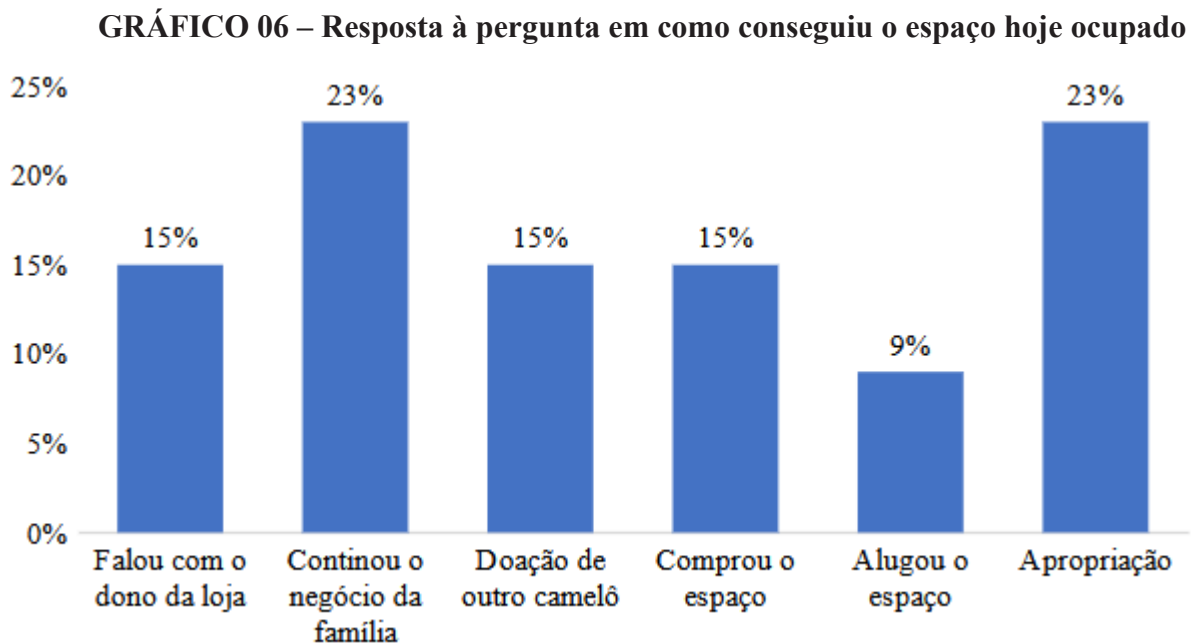
Para o geógrafo Roberto Lobato Corrêa no que diz respeito às visibilidades das classes menos favorecidas “o espaço da cidade é assim, também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania pela e igual para todos” (CORRÊA, 2002, p. 9).

3.3 O território dos camelôs: apropriação do espaço conquistado

Como visto em Carlos (2008) o uso do solo urbano é disputado por distintos segmentos originados das desigualdades sociais, os quais desenvolvem seus territórios que muitas vezes são motivos de conflitos entre si.

Logo, território dos camelôs como segmento social, é uma realidade urbana e motivo de constantes lutas e resistência. Como analisado, para haver território é necessária uma apropriação consciente de sua posse sob o espaço delimitado através de relações de poder, isto ocorre, pois, “A conquista e o controle do espaço [...] requerem antes de tudo que concebamos o espaço como uma coisa usável, maleável e, portanto, capaz de ser dominada pela ação humana” (HARVEY, 1992, p. 231).

Com isso, para entender o uso do território pelos camelôs de Mossoró é necessário, antes de tudo, compreender sua apropriação. O gráfico 6 faz uma síntese com relação as respostas dos camelôs em suas respostas a respeito de como estes conseguiram o espaço que hoje ocupam:



Fonte: O autor (2019).

Os vendedores explicaram a respeito de como foram suas apropriações a respeito do espaço:

Meu pai fazia 40 anos que trabalhava aqui e cedeu-me o espaço, me perguntou se eu queria vim, ele foi um dos primeiros que chegou aqui. (Entrevistada 01, 39 anos, camelô há 10 anos)

Eu cheguei e fui me encostando, o dono foi ficando com cara feia, não falou nada e fiquei (Entrevistado 04, 50 anos, camelô há 22 anos).

Aqui era de outra pessoa e eles não tinham condições de trabalhar, ofereceram para mim, então dei uma gratificação para não saírem de mãos abanando (Entrevistado 09, 37 anos, camelô há 10 anos).

Observa-se que em todos os casos o espaço público é apropriado, adquirindo feições privadas após sua apropriação, onde esse espaço é vendido, alugado, doado e passado para familiares, logo “o espaço torna-se mercadoria, entra no circuito de troca, e com isso espaços antes desocupados se transformam em mercadoria, entrando na esfera da comercialização” (CARLOS, 2013, p. 175).

O espaço é territorializado a partir do momento em que o camelô se fixa nele, seja através de formas fixas como o próprio camelódromo, ou de formas semifixas como barracas, bancas e tendas. O que importa, para o espaço se tornar território, é a relação de sentimento de espaço conquistado, e, sua presença contínua sempre no mesmo espaço, chamado de ponto.

Como visto, territorializar e se apropriar do espaço não significa harmonia e pacificação do local de trabalho, afinal, este espaço deve ser constantemente conquistado, através de conflitos diários para garantir que seu território conquistado seja mantido. Todos os vendedores relatam já ter tido algum problema, seja com outro vendedor ou com o poder público.

Quanto aos problemas com outros vendedores, alguns relataram problemas a respeito de fatos como concorrência de venda dos mesmos produtos, ou, algum outro camelô querer tomar seu ponto já conquistado, e no que diz respeito aos problemas com o poder público:

Os conflitos permanecem na medida em que os camelôs vivem constante situação de insegurança, pelo fato de que possivelmente nunca irão adquirir o título de posse definitivo de um boxe, isto é, este será sempre uma concessão do Poder Público, porque é um espaço de uso público (RODRIGUES, 2008, p. 48).

Como observado e já debatido com relação ao poder público, a atividade dos camelôs tanto é um ato de resistência, quanto uma atividade que muitas vezes resolve certo problema que deveria ser de preocupação do Poder Público, que é o do desemprego. A atividade de venda informal abarca parte da população desempregada, onde, a partir disso, o Poder Público passa a não se preocupar com essa população.

3.4 O território dos camelôs e relação com os demais agentes do espaço

Os camelôs, fazendo parte da realidade da economia urbana, influência direta ou indiretamente as relações da população e da economia formal, seja por dificultarem a passagem dos transeuntes, ou seja, pela concorrência de vendas com os demais vendedores e lojistas.

Para Fernandes (2008) apesar de algumas vezes esta relação não ser pacífica, vale ressaltar que a economia informal, entre seus segmentos os camelôs, são alimentados pela economia formal e pela própria população, haja vista que estes necessitam da renda dos trabalhadores assalariados para se manterem.

Para ter uma ideia de como a presença dos camelôs fazem parte do convívio social da população, quando em pesquisa de campo perguntado à população se esta já comprou algum produto dos camelôs 93% disseram já ter comprado algo.

Quanto aos espaços ocupados, foi observável que este não era um problema na opinião da população e na opinião dos comerciantes da economia formal, os comerciantes, 83% relataram nunca ter tido problemas com os camelôs enquanto 66% descrevem não se sentirem prejudicados.

Os vendedores que se sentiram prejudicados relataram situações como concorrência e o fato de os camelôs dificultarem a visibilidade da loja:

Eu acho que acaba atrapalhando um pouco pelo fato de tirar visibilidade da loja, e o fluxo de pessoas e a concorrência, tipo nós temos umas meias onde o camelô vende na calçada de forma bem mais baratas por conta dos impostos, isso gera uma concorrência desleal (Entrevistado 19, presente na cidade há 41 anos).

Como visto, os camelôs em Mossoró, apesar de dificultarem a visibilidade de suas lojas e da concorrência direta com a economia formal, convivem entre esse agente de forma relativamente passiva, onde até mesmo os “rivais de vendas” recorrem aos camelôs para usufruir de seus produtos e serviços.

Com isso, consolida-se também a realidade de que a economia informal sobrevive devido à economia formal, haja vista que os trabalhadores informais necessitam do capital dos trabalhadores assalariados que consomem os seus produtos.

Quanto a população, quando questionada se achava positiva a presença dos camelôs nos espaços ocupados por estes hoje, 66% disseram que sim, a seguir algumas respostas a respeito à pergunta:

Acho positiva, é o meio de vida deles, as vezes procuramos nas lojas e não encontramos, sem falar que nos camelôs é bem mais barato (Entrevistada 30, 42 anos).

Eu acho que de certa forma atrapalha a mobilidade, mas acredito que deveria haver um espaço para eles, uma espécie de Shopping Popular (Entrevistado 21, 21 anos).

Acho positiva, mas que deveriam encontrar um espaço para eles porque no Centro fica muito tumultuado, atrapalha a gente, pois eles usam as calçadas onde na verdade é o espaço dos pedestres (Entrevistada 34, 33 anos).

Não acho positiva, atrapalha o movimento, estão ocupando às calçadas e mal podemos passar, era para ter um local, como o Vuco-Vuco (Entrevistado 24, 58 anos).

Observa-se que, mesmo sendo diretamente prejudicada em seu fluxo e tendo seus espaços públicos reduzidos, a população não se sente prejudicada com a presença dos camelôs, pois, reconhecem que os espaços atuais não são adequados, todavia, acima disso, reconhecem os benefícios da atividade dos camelôs, como o baixo preço de seus produtos e uma maior variedade que as vezes não são encontradas nas lojas da economia formal.

Considerações finais

O estudo a respeito da apropriação e territorialização da economia informal dos camelôs na cidade de Mossoró demonstrou que o principal motivo, em síntese, que leva esses vendedores a ocupar as praças e calçadas, é o desemprego e a falta de oportunidades.

Fruto de uma modernização que substituiu o trabalho braçal pela máquina, os trabalhadores tentam buscar formas de renda alternativas para sua sobrevivência financeira, ocasionando o desenvolvimento das atividades informais, aumento o número de camelôs, ambulantes, flanelinhas, moto-táxi, etc.

Como citado, a atividade dos camelôs se desenvolve a partir de buscas alternativas de renda, e esta, se caracteriza pela venda em um ponto fixo, podendo ser este um camelódromo, uma barraca ou tenda. A partir do momento em que o camelô fixa o seu espaço, este, estabelece território sob ele, já que o delimita como sua posse, tendo a ideia de que este espaço é sua propriedade.

Tal qual a verdade o que diz Belchior¹⁰ “o sol não é tão bonito [...] pra quem vai viver na rua”, a rua, como os demais espaços públicos, vai demonstrar-se como espaços de visibilidade dos indivíduos de pouco poder aquisitivo, do desemprego e da desigualdade, onde, os camelôs, se tornam um dos agentes que materializam nas ruas o reflexo desses problemas sociais.

10 “Fotografia 3x4”, música e letra de Belchior do LP “alucinação” (1976).

Os vendedores procuram os espaços mais movimentados para ocuparem, por serem os espaços onde estes abarcam um maior número de clientes, todavia, os espaços ocupados por estes indivíduos são ocupados de forma ilícita, haja vista que um espaço público não deve ser privatizado (apropriado, alugado, vendido), e dificulta o direito de ir e vir da população.

A pesquisa demonstrou que houveram várias formas de territorialização do espaço, enquanto alguns vendedores pediam permissão dos vendedores de lojas para ocuparem o espaço nas calçadas, outros chegavam e se estabeleciam sem antes haver uma conversa com o dono de estabelecimento, enquanto outros compraram, alugaram ou herdaram de familiares os pontos fixos.

Realizar pesquisa com esses agentes tornou-se algo de bastante dificuldades, haja vista que os mesmos na maioria das vezes pensavam que a pesquisa serviria como fonte de informações para o poder público como argumentos de retiradas dos mesmos de seus locais de trabalho, logo a pesquisa só conseguiu ser desenvolvida a partir da mediação de um de seus colegas.

Devido essa apropriação de espaços públicos, os camelôs sempre devem tomar constantes cuidados pois seu território não é assegurado, o seu ponto sofre pressão de perca tanto de um outro camelô, quanto de retirada do poder público, tornando o camelô um agente símbolo de resistência por seu espaço.

A pesquisa demonstrou que apesar da obstrução das ruas, parte da população não se sente prejudicada pela presença dos camelôs nos espaços que estes hoje ocupam, ao contrário, foram observadas falas que relatavam que acham positiva a presença dos camelôs nas praças e calçadas por ser um local de fácil acesso aos produtos e serviços ofertados por estes.

Quanto aos vendedores formais, estes, em maioria, relataram nunca haver tido problemas com os camelôs, apesar de alguns relatos sobre a concorrência injusta devido a ausência de impostos pagos pelos comerciantes informais, causando um menor preço em seus produtos.

Vale ressaltar que os vendedores camelôs não sofrem essas pressões porque a querem, estes, como citado, são frutos de um sistema excludente que expulsa a mão de obra menos qualificada, como observado alguns desses vendedores eram trabalhadores da economia formal, porém perderam os seus empregos.

Deveria caber ao poder público, enquanto representação maior da população, formar estratégias junto com esses agentes para um espaço mais adequado, ou elaborar formas (junto, ou não do poder privado) de geração de emprego que abarque essa população.

Este estudo, busca uma reflexão e compreensão da realidade desses vendedores que são um reflexo materializado da realidade da cidade, almeja-se, que este trabalho se sirva de

conscientização para com esses vendedores e de inspiração para demais estudos geográficos a respeito de agentes da economia informal encontrados nas ruas da cidade, que buscam nos espaços públicos locais como forma de sobrevivência.

Referências

- ALVES, Danilo Rubens. **Disputas pelos usos da cidade: o caso dos camelôs da Campinas.** Monografia em Geografia. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 8. Ed. São Paulo. Ed: Contexto. 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos caminhos da geografia.** Ana Fani Alessandri Carlos (org.) 6. ed., 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial.** São Paulo. Ed. Contexto. 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** Rio de Janeiro. Ed. Ática. 2002.
- FERNANDES, Gilberto Oliveira. **Setor informal da economia e a dinâmica dos territórios nas praias da cidade do Natal/RN.** 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço.** (org.) CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2012.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiteritorialidade.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo. Edições Loyola. 1992.
- JESUS, Cláudio Roberto de. **A Geografia Urbana do Camelô Belo-Horizontino.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- MIRANDA, Ana Luisa. **O uso do território pelos homens lentos: a experiência dos camelôs**

de Ribeirão Preto. 2005. 166p. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, São Paulo.

RODRIGUES, Ivanildo Dias. **Dinâmica geográfica da camelotagem**: a territorialidade do trabalho precarizado. 2008. 186 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

SANTOS, Milton. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina 3. Ed, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço Dividido**: Os dois circuitos da Economia Urbana dos países sub-desenvolvidos. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. fundamentos

Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo .1988.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L., **Território: Globalização e fragmentação**. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

SILVA, Romero Rossano Tertulino da. **O circuito inferior da economia urbana em Mossoró**: a dinâmica do comércio ambulantes. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Geografia**: conceitos e temas. Org: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. 15ªed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO EM MOSSORÓ/RN: ENREDOS, AGENTES E PROTAGONISMO¹¹

Américo Barreto Damascena Júnior

Jamilson Azevedo Soares

Introdução

O espaço público contemporâneo tem sentidos que diferem em relação à ideia de espaço público de outros tempos quanto aos usos e práticas pelos agentes espaciais das urbes modernas. Hoje, tais espaços expressam a perspectiva das grandes transformações atreladas ao novo, moderno e segregado, já que eles cumprem funções que beneficiam a grupos produtores do espaço urbano em detrimento de outros.

As ressignificações sofridas nos espaços públicos ao longo dos anos, tanto na esfera global como na esfera local apontam certas incongruências entre distinguir o que é público e o que é privado, uma vez que estes estão subvertidos em suas identidades no âmbito atual, mantendo, portanto, a ideia de usos e apropriações de locais públicos pelos mais diversos agentes que os privatizam.

As contradições mencionadas quanto aos usos e atividades desenvolvidas nos espaços públicos das cidades, na atualidade, também se verificam em Mossoró/RN a partir do processo de renovação do seu espaço urbano como reflexo da modernização de sua economia. Igualmente influencia o processo de reestruturação de seu espaço urbano de tal forma que as transformações alcançam também o espaço público local, uma vez que, este, passa servir como objeto para a ação de agentes espaciais distintos.

O espaço público local assume papéis diferentes no âmbito atual, considerando que o sentido do espaço público destinado à troca de conteúdo social, torna-se subvertido pelas diferentes formas de sua apropriação, tonando-se apenas local de visibilidade e sem a troca entre os diversos segmentos sociais.

Não obstante a existência de diversos espaços públicos também ocupados em outras áreas da cidade, o presente estudo tem como objetivo a compreensão das diversas formas de apropriação existentes no Centro de Mossoró/RN pelos agentes espaciais distintos, ressaltando-se a ocupação e os seus usos pelas atividades e agentes espaciais, ao passo que mostra como o poder público atua em relação a essa questão, assim como evidencia como o espaço público

11 O texto, em sua primeira versão, foi publicado como: Xxxxxx Xxxxxx Xxxxx e Xxxxx Xxxxxx Xxxxxx Xxxxxx Xxxxxx Xxxxx e Xxxxx Xxxxxx Xxxxxx. A versão que ora inserimos neste livro contém algumas alterações com vistas a situar o espaço público não apenas com seus enredos e agentes, mas o analisando também como protagonista na produção espacial urbana contemporânea.

também atua como protagonista no contexto da produção espacial contemporânea. A escolha por essa área justifica-se por ser esta o espaço mais cobiçado na cidade para esses fins e, por isso mesmo, onde tal processo é mais intenso e percebido. Nessa direção, a pesquisa empreendida buscou dar respostas aos seguintes questionamentos: Quais as formas de apropriação do espaço público no Centro da cidade de Mossoró? Quem são os agentes/atividades que se apropriam do espaço público? Como o poder público local compreende e atua para garantir a autonomia da esfera pública diante da interferência do privado nessa parte da cidade?

A realização desse estudo consistiu na revisão da literatura disponível sobre espaços públicos e seus diversos usos e apropriações em livros e *sites*, como também, nas observações realizadas por meio de visitas ao Centro da cidade de Mossoró/RN, no período de um ano de 2018 a 2019, a fim de identificar os locais mais propensos a apropriações por parte dos diferentes agentes, assim como as suas formas de usos.

Nesse estudo realizamos algumas etapas como procedimentos metodológicos para atendimento dos objetivos definidos: levantamento bibliográfico acerca dos principais teóricos que discorrem sobre o espaço público. Para tanto, nos fundamentamos em Arendt (2010); Carlos (2011); Gomes (2002); Lefévre (1991); Serpa (2016) dentre outros. Utilizamos também de reportagens publicadas em *sites* da mídia local, a fim de colher dados secundários que fundamentassem a proposta desse estudo.

A análise do fenômeno investigado baseia-se na visão crítica da realidade em que os usos e as formas de apropriação do espaço por seus agentes produtores, acabam por revelar as desigualdades espaciais no meio urbano como expressão das contradições que norteiam a produção do espaço capitalista.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela compreensão do tema trabalhado e o modo de interpretá-lo para o processo de análise do problema da pesquisa, o que nos permitiu atribuir significados mais concretos ao fenômeno observado.

O presente estudo pretende contribuir para um maior conhecimento acerca das formas de apropriação do espaço público no Centro de Mossoró, constituindo-se como uma oportunidade para se refletir e discutir sobre essa realidade em curso na esfera local, com ênfase para a maneira como diferentes agentes se apropriam e usam o espaço conforme seus interesses e necessidades, instigando-nos a promover a indagação que nomeia nossa proposta de estudo: as metamorfoses nesse cenário urbano e público contemporâneo em construção - para quê e para quem?

O espaço público e suas transformações

O espaço público e suas formas de usos e apropriações sofrem ressignificações no espaço-tempo de modo a não se configurar como imutável. As problematizações propostas, a serem elucidadas por esse estudo transcorrem sobre essa temática.

O espaço público surge como um local adequado para a excelência dos desempenhos humanos e reservado à esfera pública onde toda a atividade desenvolvida atingia a um vasto público e não estava preso ao particular, assim, há presença de um público se fazia necessária conforme nos mostra Arendt (2010). Assim, o termo público está centrado na ideia de “comum a todos”, uma vez que a realidade do mundo possui um interesse comum, que é o artefato, os negócios humanos que são compartilhados entre eles, essa ideia de esfera pública conexas ao mundo comum, provoca interação entre públicos.

O espaço público é o lugar do discurso político onde os problemas se exibem e ao mesmo tempo são resolvidos, havendo, portanto, uma racionalidade, conforme aponta Gomes (2002, p. 160): “[...] o espaço público é simultaneamente o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos [...]”. Carlos (2011) nos mostra que o espaço público se apresenta como sendo palco principal da troca do conteúdo social, pois, lá são difundidos hábitos, culturas, costumes, sendo, portanto, um local de interação, do movimento, das festas e dos referenciais constituidores da identidade.

Atualmente, há certa dificuldade em se compreender a concepção do espaço público, como Gomes (2002, p. 159) observa: “[...] há uma condição espacial importantíssima e absolutamente necessária, a concepção de um espaço público. Em torno desta noção, aparentemente tão simples, há certas incompreensões que devem ser comentadas.” Entendê-lo tão somente como “aquilo que não é privado”, é uma concepção errônea, pois, existem outros preceitos que definem esses espaços comuns e coletivos. Assim, este autor afirma que não devemos concebê-lo como uma área juridicamente delimitada e arquitetá-lo segundo a concepção de livre acesso, já que há vários espaços públicos que não possuem essa qualidade e nem por isso deixam de ser percebidos como tais:

[...] conhecemos diversas formas de espaço público que não tem essa qualidade, hospitais, áreas militares, administrativas, escolas etc.; todos estes não possuem como regra um acesso aberto a todos e nem por isso perdem sua qualidade de locais públicos. (GOMES, 2002, p. 159-0)

Porém, na cidade contemporânea os espaços públicos atravessam um processo de ressignificação, em que outras formas de apropriação e uso lhes são atribuídos. De acordo com Serpa (2016), alguns espaços públicos, como é o caso de alguns parques modernos, surgem como sendo destinados às manifestações culturais, não obstante, nem sempre estes, atingem um

público em geral, e subverter a lógica de um espaço destinado a troca social por inúmeros motivos que perpassam, desde um público não se interessar por esses equipamentos disponíveis, até aqueles que não podem dispor do mesmo, criando áreas com diferentes formas de apropriação socioespacial que, por sua vez, fomentam as dimensões simbólicas da segregação.

Estes espaços são vistos por Serpa, sobretudo, como meio de controle social, por parte das classes médias, uma vez que, o uso de políticas públicas em benefício dessa classe, multiplica o consumo e valoriza o solo urbano, aonde elas venham a ser aplicadas, revelando assim um caráter de segregação espacial: “[...] os processos de apropriação e reprodução do/no espaço público vão revelar os conteúdos simbólicos da segregação [...]” (2016, p. 172).

Os espaços públicos nos são apresentados como ambientes condicionados por representações segregacionistas, tendo em vista a privatização desses espaços com barreiras simbólicas, como aponta Serpa (2016, p. 176): “Em verdade os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes, invisíveis.”

Dessa maneira, esses ambientes são transformados em um ajuntamento de espaços privatizados e divididos por diversos grupos e agentes, ainda como aponta o autor: “É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes [...]” (SERPA, 2016, p. 176).

Esta condição se faz presente nos espaços públicos da cidade de Mossoró/RN onde diferentes grupos e agentes se apropriam dos mesmos e de maneiras distintas, em que é possível perceber a segregação social e espacial, visto que, as políticas públicas atuam de modo a favorecer a elite dirigente local. Como exemplo das barreiras simbólicas e segregação social, podemos citar as festas sazonais que ocorrem na cidade e provocam segregação com a instalação de camarotes privados em festas públicas como o Mossoró Cidade Junina¹², separando os que podem ou não pagar por um lugar em um espaço público, como também, as apropriações por parte de comerciantes informais em vários pontos da cidade, gerando uma territorialização desses espaços, que resulta numa falta de interação em espaços acessíveis a todos, conforme Serpa (2016, p. 176): “[...] consequentemente, a acessibilidade não é generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente [...] em um espaço que é acessível – fisicamente – a todos”.

Convém ressaltar que, apesar de todas as contradições acerca dos usos do espaço público em Mossoró já mencionadas, a Prefeitura local trabalha com algumas iniciativas de sociabilização no espaço público, destacando-se o “Viva Rio Branco”¹³ que ocorre ao longo do percurso do Corredor Cultural aos domingos, quando as ruas são fechadas e diversas atividades

12 O Mossoró Cidade Junina, criado em 1999, configura-se, hoje, como o principal evento público local, sendo realizado no Corredor Cultural e de Lazer da cidade.

13 O “Viva Rio Branco” é um projeto de iniciativa da Prefeitura de Mossoró criado em 01.09.2013 e acontece todos os domingos, na Avenida Rio Branco, Centro, entre as 17:00 e 19:00 horas.

esportivas e recreativas são realizadas com o público que ocorre ao referido espaço.

No presente tempo, verifica-se a ocorrência de movimentos organizados pela sociedade civil com vistas à retomada de usos dos espaços públicos em alguns centros urbanos, resgatando a ideia de um espaço visando ao encontro, à diversão e à cultura, a exemplo da cidade de São Paulo, quando o poder público local disponibiliza a Avenida Paulista nas tardes de domingo para ponto de encontro entre os diversos por meio de festas que aproximam pessoas de várias idades e origens, bem como, as reivindicações por parte da população pela criação de novos espaços destinados ao lazer e trocas culturais.¹⁴A volta do carnaval de rua em diversas cidades do País a partir de iniciativas de blocos carnavalescos, é outra forma de valorização do espaço público que ganha amplitude como festa popular, além da luta pela criação, manutenção ou ampliação dos parques urbanos existentes.

Porém, iniciativas como essas ainda tem alcance limitado quando comparadas a outras realizações como, por exemplo, a construção de calçadões permanentes destinados ao passeio público e a revitalização de espaços em áreas degradadas em outros lugares do Brasil e do mundo.

Diante do exposto, cabe apresentarmos e discutir sobre as formas atuais de usos e ocupações dos espaços públicos no Centro da cidade de Mossoró/RN, bem como sobre as iniciativas e posições do poder público local diante dessa questão.

Uso e ocupação dos espaços públicos no Centro de Mossoró/RN

O município de Mossoró encontra-se localizado na Mesorregião do Oeste Potiguar, exercendo uma extensa área de influência que abrange municípios do Oeste do estado do Rio Grande do Norte, estendendo-se a municípios próximos da Paraíba e do Ceará.

A partir da década de 1980, a economia de Mossoró passou por transformações com a inserção de novas atividades sintonizadas com o mercado global, a exemplo do petróleo e da fruticultura irrigada, que se juntam a atividade salineira tradicional para provocar como decorrência uma maior dinamização no comércio e serviços locais.

A modernização de suas principais atividades econômicas refletiu-se também na definição de um novo ambiente empresarial na cidade, o qual passou a despertar crescentes interesses de empresas nacionais e estrangeiras, resultando na atração de novos investimentos de acordo com as potencialidades oferecidas pelo mercado local. (SOARES, 2015).

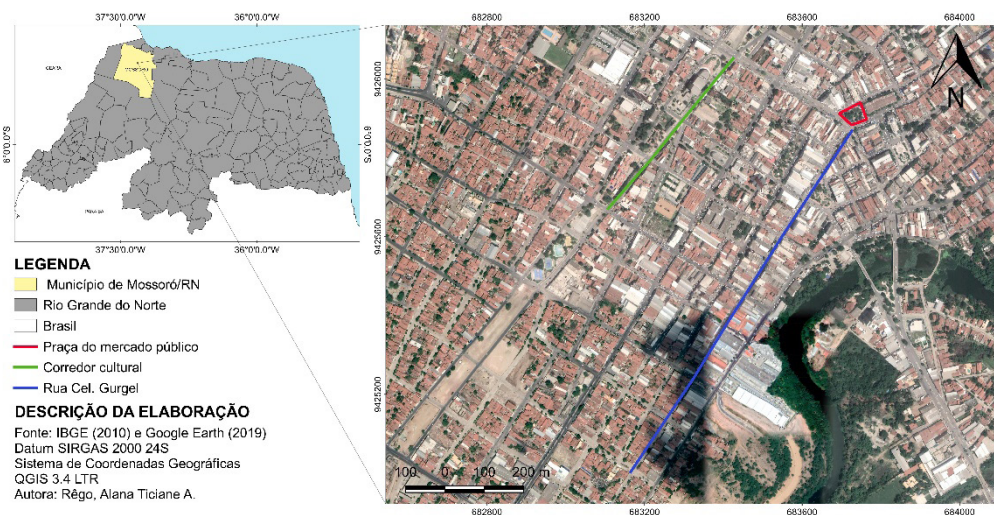
Em Mossoró, percebemos que tais transformações se expressam nas revitalizações de suas praças públicas, de modo a servirem como cartão postal da cidade, assim como através do surgimento do Corredor Cultural e de Lazer local, onde se concentram parte das atividades culturais e de lazer oferecidas pela cidade. Conforme Soares (2015), o espaço

¹⁴ Para mais informações acerca dessa questão, consultar: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/a-vida-no-centro/a-retomada-do-espaco-publico-como-caminho-para-as-cidades/page/148/>. Acesso em: 11.07.2019

público representado pelo Corredor Cultural torna-se cenário para o visível, o previsto e para os espetáculos grandiosos, como lugares programados para segmentar e diferenciar, não se configurando, efetivamente, como o espaço para o encontro, o imprevisto e a troca social nos moldes preconizados por Lefébvre (1991).

Nessa perspectiva, enfatizamos o uso de parte do espaço público local, referente ao Centro da cidade, como é caso do Corredor Cultural e alguns locais no seu entorno para a promoção de festas privadas, exposições de feiras de negócios, a cessão de espaços públicos para investimentos privados, assim como a apropriação por trabalhadores do comércio informal de praças, canteiros, calçadas e áreas verdes da cidade, conforme figura 1.

Figura 1: Localização das áreas estudadas no Centro de Mossoró/RN



Elaboração: Alana Ticiane A. Rêgo – 2019.

Ao realizarmos um recorte espacial a fim de compreender os espaços públicos mais propícios a o uso e ocupação por parte dos mais diversos agentes, identificamos que a Praça da Independência Jornalista Rafael Negreiros (antiga Praça do Mercado Municipal), localizada na parte central da cidade e próxima a áreas históricas no âmbito de circulação, bem como de eventos históricos ocorridos na primeira e segunda metade do Século XX na cidade, abriga atualmente comerciantes informais que atuam como camelôs vendendo os mais diversos tipos de produtos. (figura 2). O fato é que essa prática desvirtua a sua função principal, uma vez que a armação de barracas e bancas em toda sua extensão impossibilita a utilização da praça enquanto um espaço comum para a prática da convivência e do lazer dos seus moradores.

Figura 2: Ocupação da Praça do Mercado Central pelo comércio informal



Fonte: autores, 2019.

Outro espaço ocupado pelos camelôs no Centro de Mossoró é a Rua Coronel Gurgel, a rua de maior movimento no centro da cidade e onde estão presentes grandes empresas de varejo e serviços da cidade, sendo este um fator atraente para que camelôs e ambulantes se utilizem de suas calçadas e canteiros para a venda de suas mercadorias. Contudo, tal apropriação acaba por afetar a utilização das calçadas enquanto local para passeio público, gerando descontentamento e o conseqüente afastamento de alguns segmentos sociais de renda mais elevada dessa área e reclamações constantes dos lojistas.

Figura 3: Ocupação da rua Cel. Gurgel por agentes do comércio informal



Fonte: Autores, 2019.

A partir de 2008, surgem a Praça da Convivência e o Memorial da Resistência no contexto do Corredor Cultural e de Lazer, na Avenida Rio Branco, o qual se constitui como um conjunto de equipamento que tem por finalidade a valorização e expressão da cultura local, assim como a interação entre os diversos setores por meio de equipamentos de cultura, lazer

e convivência. Entretanto, é um espaço periodicamente ligado a grandes eventos nos quais comerciantes informais ocupam os canteiros e calçadas para vender determinados produtos durante os eventos e os empresários locais do ramo de entretenimento promovem seus eventos como a realização de festas privadas num espaço público como a Estação das Artes e a instalação de camarotes com fins lucrativos durante o evento “Pingo da Mei Dia” na abertura do Mossoró Cidade Junina.

Figura 4: Uso das calçadas para Camarotes no “Pingo Da Mei-Dia”



Fonte: Autores, 2019.

Como é de se notar, uma forma muito comum de apropriação desses espaços no Centro Mossoró, consiste na utilização diária e contínua desses locais por trabalhadores do comércio informal, fato que evidencia as ressignificações desses lugares. Com a persistente crise econômica, o número de comerciantes de ruas na cidade tem aumentado de forma significativa, ocupando ruas e praças do centro da cidade. De certa forma, o inchaço no setor terciário formal, principal fonte de empregos na cidade, seja nos serviços ou no comércio contribui para que parte da população busque na informalidade um meio de sobrevivência, frente às grandes adversidades econômicas que o Brasil vem sofrendo.

Figura 5: Ocupação da Praça de Eventos na Av. Rio Branco



Fonte: Autores, 2019.

Em matérias veiculadas pela imprensa local, constatamos que, de certa forma, há por parte do poder público iniciativas de repressão aos ambulantes e suas atividades, como por exemplo, em 2017, quando comerciantes que atuavam na praça do teatro da cidade com brinquedos infantis foram impossibilitados de usufruir desse espaço público, tendo sido oferecido posteriormente outro espaço público, porém sem infraestrutura: “Nós precisamos de um local com iluminação e estrutura. Infelizmente, aquele local oferecido pela prefeitura não possui isso. Estamos sem trabalhar direito, nossas famílias estão passando dificuldades”.¹⁵

Em 2019, a Prefeitura do município recebeu a recomendação do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), que solicitou a retirada dos comerciantes das calçadas e praças num prazo de 90 dias e foi orientada a não os deixar sem local para o desenvolvimento de suas atividades conforme aponta o documento do órgão¹⁶. Após essas recomendações propostas pelo Ministério Público, os mercadores ameaçados de perderem seus locais de comercialização saíram às ruas em protesto contra essa medida, solicitando diálogo para a resolução desse problema com o executivo municipal.¹⁷

15 Edivania Santos da Silva, comerciante que se utilizava da praça do Teatro Municipal Dix-Huit Rosado para a utilização de motos infantis. Disponível em: https://www.mossoro.rn.leg.br/institucional/noticias/2017/_comerciante-protesta-contraproibicao-das-motos-infantis-em-praca-de-mossoro-1. Acesso em: 16.06.2019

16 Para maiores informações acerca das premissas impostas pelo MPRN, consultar: https://www.mprn.mp.br/Portal/images/files/2019/20190410_Mossoro_PlanoRegularizacaoViasPublicas.pdf. Acesso em: 19.06.2019

17 “Nós queremos uma audiência com a prefeita Rosalba Ciarlini. Queremos que a prefeitura receba a gente e veja a nossa reivindicação. Se ela receber a gente, queremos ouvir dela o que a prefeitura tem a nos oferecer.

Diante das manifestações ocorridas pelos ambulantes, a prefeitura de Mossoró divulgou em nota que não pretendia retirar os ambulantes do Centro, uma vez que, o Ministério Público apenas recomendou e não determinou a saída deles. Divulgou ainda que apresentaria um projeto que adequasse os espaços do Centro para permanência dos ambulantes.¹⁸

Outra forma de apropriação de espaços públicos no Centro de Mossoró são as festividades do “Mossoró Cidade Junina (MCJ). Esse evento conta com vários projetos que ocorrem ao longo do Corredor Cultural, entre os quais destacamos o “Pingo da Mei-Dia” e os shows que acontecem na Estação das Artes Elizeu Ventania¹⁹ como importantes ao entendimento do nosso estudo. Ainda que seja um evento sazonal ocorrido apenas no mês de junho e pago com o dinheiro público, a Prefeitura local instala camarotes que são propostos aos seus convidados e ainda abre oportunidades para empresários do ramo de festas privadas promover eventos paralelos dentro da festa pública.²⁰

Os fatos até aqui apresentados, apontam para o tratamento ambíguo quando se trata dos usos e ocupações dos espaços públicos do Centro de Mossoró por agentes distintos, pois, uma parcela desses ocupantes sofre constates proibições e enfrentamentos para realização de suas atividades. Por outro lado, temos facilitações por meio de regulamentações que acontecem através de decretos e permitem os seus usos pelo segmento empresarial.

Desse modo, a relação entre o que é público e privado sofre uma subversão que ressignifica e naturaliza a apropriação particular e específica da realidade urbana em transformação, **já que estes espaços acabam por evidenciar o espaço público também como um agente com protagonismo capaz de promover através dos usos e práticas a elevação de conteúdos que induzem à segregação social e espacial e ao favorecimento de alguns de seus agentes em detrimento dos interesses mais gerais quanto ao sentido e finalidade do espaço público.**

Considerações finais

A realização do presente estudo oportuniza algumas reflexões acerca da dinâmica local com vistas à apreensão sobre o espaço público e suas reais atribuições e sentidos, com considerações sobre os enredos, os agentes e o protagonismo exercido pelo espaço público, tendo como recorte espacial o Centro de Mossoró.

Nesse sentido, considerando as principais formas de uso e ocupação do espaço público do

Estamos nas mãos de Deus e dela nesse momento” Antonio Canuto, presidente da Associação dos Comerciantes Ambulantes de Mossoró (ASCAM). Disponível em: <http://defato.com/mossoro/81531/em-nota-pmm-esclarece-que-no-h-inteno-de-retirada-de-ambulantes-do-centro>. Acesso em: 19.06.19.

18 Para ler a nota divulgada pela Prefeitura de Mossoró, acessar: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/prefeitura-esclarece-que-nao-ha-intencao-de-retirada-de-ambulantes-do-centro/>. Acesso em: 13.07.2019

19 O espaço é parte dos ambientes do Corredor Cultural e de Lazer da cidade, onde ocorre a maior quantidade dos eventos festivos.

20 Para o acesso ao decreto N°5370 que autoriza a utilização de espaços públicos para atividades no Mossoró Cidade Junina, acessar: <http://jom.prefeiturademossoro.com.br/2019/05/10/jom-n-o-509/>. Acesso em: 13.07.2019.

Centro de Mossoró cabe ressaltar a questão dos usos, práticas e apropriações quanto aos agentes envolvidos e os interesses e necessidades que permeiam a realidade que os movem.

Cumprir lembrar que há um comportamento dúbio e controverso por parte do poder público local no tocante aos agentes da cidade, uma vez que o uso de calçadas do Centro pelos agentes do comércio informal passa por constantes questionamentos e atitudes repressivas, enquanto que quando a ocupação se dá por agentes do setor formal e de *status* no meio empresarial local, a Prefeitura organiza a regularização do uso desses espaços por meio de decreto publicado no diário oficial do município.

Conclui-se que, a modernização em curso na cidade de Mossoró atinge os espaços públicos locais de modo a ressignificar esses ambientes e dar-lhes outros sentidos de usos e ocupações pelos mais diversos agentes, o que modifica a lógica de um local voltado para mais diversas interações humanas, as quais, verdadeiramente deveriam ocorrer nesses espaços como, o lazer, as manifestações culturais e a prática da sociabilidade. Nesse sentido, poderíamos dar respostas mais expressivas em seu significado para a indagação que permeia nossas inquietações ante as transformações por que passa o espaço público na cidade contemporânea: para quem e para quem?

Este estudo não esgota o tema enfocado e seus desdobramentos, então em curso, como parte constitutiva do processo urbano contemporâneo local. Evidencia-se como uma contribuição e estímulo para que outros estudos da geografia acerca dessa proposta temática sejam realizados em outros momentos.

Referências

- ARENDDT, H. *A Condição humana*. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CARLOS, A. F. A. *A Condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GOMES, P. C. da C. *A Condição urbana: Ensaio de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- . *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- LEFÉBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- SERPA, A. *Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea*. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs). *A cidade contemporânea: Segregação Espacial*. São Paulo: Contexto, 2016.
- SOARES, J. A. *A juventude nos enredos da cidade, da cultura e do lazer: panis et circenses no 'país de Mossoró'?* Recife, 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco.

LIMIARES DA CENTRALIDADE INTERURBANA EM MOSSORÓ-RN: DINÂMICAS E EXPRESSÕES ESPAÇO-TEMPORAIS ²¹

Moacir Vieira da Silva

1 Palavras introdutórias

Ao longo do tempo e no espaço, algumas cidades se conformam como áreas ou espaços de influência; apresentam-se como lugares de atração ou de convergência de fluxos materiais e imateriais (de pessoas, mercadorias, capitais, ideias). Essas cidades influenciam outros espaços, tanto urbanos como rurais, estabelecem e mantem elos de dependência e complementaridade com estes. Esse entrelaçado de pontos, de áreas ou de cidades ligadas entre si, forma o que se denomina de *Redes Geográficas*, e de modo particular, de *Redes Urbanas*.

As redes urbanas são definidas como um conjunto de centros funcionalmente articulados ou ligados entre si; nessa trama, os vértices ou os “nós” dessa rede correspondem aos diferentes núcleos de povoamento dotados de funcionalidades cidadinas (CORRÊA, 1997); sua existência depende dos pontos fixos que há no espaço – das urbes, por exemplo; das relações ou dos fluxos que existem (se movimentam) entre esses espaços; e de uma sociedade vivendo sobre as lógicas de mercado, da reprodução capitalista e da gestão território (CORRÊA, 1997; SOUZA, 2005).

As relações estabelecidas e mantidas entre as cidades de uma rede urbana são produtos e ratificações das diferenciações hierárquicas e das especializações produtivas existentes (ibid); são resultados do movimento dialético que (re) produz o espaço geográfico, que congrega forças contrárias e simultâneas (concentração, dispersão) e que geram enclaves urbanos com diferentes níveis de desenvolvimento geográfico (HARVEY, 2015). Assim sendo, as diferenças existentes entre as cidades de uma malha cidadina são resultado do modo de produção capitalista vigente em cada período; o valor de cada área nessa rede urbana depende dos níveis de desenvolvimento qualitativo e quantitativo desse modo de (re) produção, e da maneira como eles se combinam no tempo e no espaço (SANTOS, 1977).

Nessa perspectiva, Moraes e Costa (1987) enfatizam que o espaço acumula trabalhos passados, materializados por meio de formas e estruturas; guarda ciclos de criação, reposição e transformação; e contém a sobreposição dos resultados dos processos naturais, socioculturais e econômicos que coexistem na contemporaneidade.

21 Esse texto-artigo é um produto direto da dissertação O terciário e a Centralidade Urbanorregional de Mossoró-RN) desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRN entre os anos de 2015 e 2017.

Além dessa justaposição de trabalhos no espaço e no tempo, Santos (2012, p. 257) frisa que também existe a sobreposição “de influências originárias de múltiplos pontos ou múltiplos espaços”; e explica que “[...] todas essas superposições atribuem a cada lugar uma combinação específica, uma significação particular que é, ao mesmo tempo, temporal e espacial” (ibidem). Assim, o papel de importância (o destaque, ou a evidência) de uma cidade dentro de um cenário urbanorregional – ou a sua expressividade como Centralidade Interurbana – está relacionado à sua trajetória espaço-temporal e à combinação dos processos que configuraram essa situação espacial (geográfica) atualmente.

Tomando por base as ideias aqui apresentadas, o presente escrito se propõe a analisar o processo de conformação histórica e espacial da centralidade interurbana da cidade de Mossoró (Rio Grande do Norte), destacando as principais dinâmicas que influenciaram “o pulsar” desse fenômeno e suas expressões no tempo e no espaço. Nosso recorte e nossas reflexões temporais estão circunscritos ao período de 1850 e ao momento entre décadas: de 1910 a 1920.

Nesse lapso temporal, Mossoró se configurou como Empório Comercial, estabeleceu os seus primeiros traços de centralidade interurbana, teve o declínio do seu status de Empório e a abertura de novos horizontes urbanos e econômicos: Período Agroindustrial.

No que se refere ao caminho metodológico, este texto foi construído a partir de uma revisão bibliográfica pautada na leitura de textos acadêmicos (livros, artigos, dissertações, teses e outros) que versam sobre a temática central desse artigo, qual seja, a centralidade interurbana; além de textos de cunho histórico e geográfico que explicam e contextualizam esse fenômeno em Mossoró. Utilizamos como referências básicas para essa leitura espaço-temporal os escritos de Andrade (1981), Felipe (1980; 1982; 1988; 2007), Silva (1983), Cascudo (2001), Pinheiro (2007), Rocha (2009), Oliveira (2012; 2014) e Silva (2017).

Antes de apresentarmos o processo de formação da centralidade urbana de Mossoró, no âmbito das relações entre cidades (na escala urbanorregional), consideramos importante situar e definir esse fenômeno espacial. Sposito (2018) explica que a centralidade urbana é a condição e a expressão que uma área central pode exercer e representar; ela não é concreta, mas pode ser sentida, percebida e representada, fazendo parte da memória e da vida urbana.

A referida autora ainda assinala que esse fenômeno pode ser abordado ou investigado a partir de duas escalas territoriais: a *intraurbana*, na qual a referência principal é o território interno da cidade; e a *interurbana* (ou âmbito urbanorregional), tendo como base, uma cidade principal em relação a um conjunto de outros centros (SPOSITO, 1998).

Em uma perspectiva lefebvriana, a centralidade é definida pela identificação, a reunião, o encontro, a simultaneidade e a coexistência dos elementos que há no espaço; ela é uma forma vazia, um espaço que chama conteúdo (LEFEBVRE, 2006). Silva (2013) também explica que a centralidade está relacionada à concentração de atividades e pessoas em uma área; ela é uma

“força de atração” que só existe a partir de uma base física, de um centro (de uma cidade, por exemplo), refletindo assim, as ideias de concentração e a oferta de bens e serviços e de fluxos. Entendemos que a centralidade é um atributo urbano-espacial ou uma força de atração que é manifestada principalmente por meio da concentração de atividades (das funções ou aparatos urbanos) presentes em uma determinada área e através dos fluxos que circulam por e para esses lugares (TOURINHO, 2004; PEREIRA; FRANÇA; SILVA, 2015; SILVA, 2013). Entretanto, também pontuamos que a apreensão da centralidade não pode ficar restrita ao viés funcional das urbes, uma vez que ela se constitui como a essência do fenômeno urbano (LEFEBVRE, 1999, 2001; 2006), ou seja, todo e qualquer espaço (lugar) possui ou é dotado de centralidade, mudando-se as expressividades e abrangências dessa força.

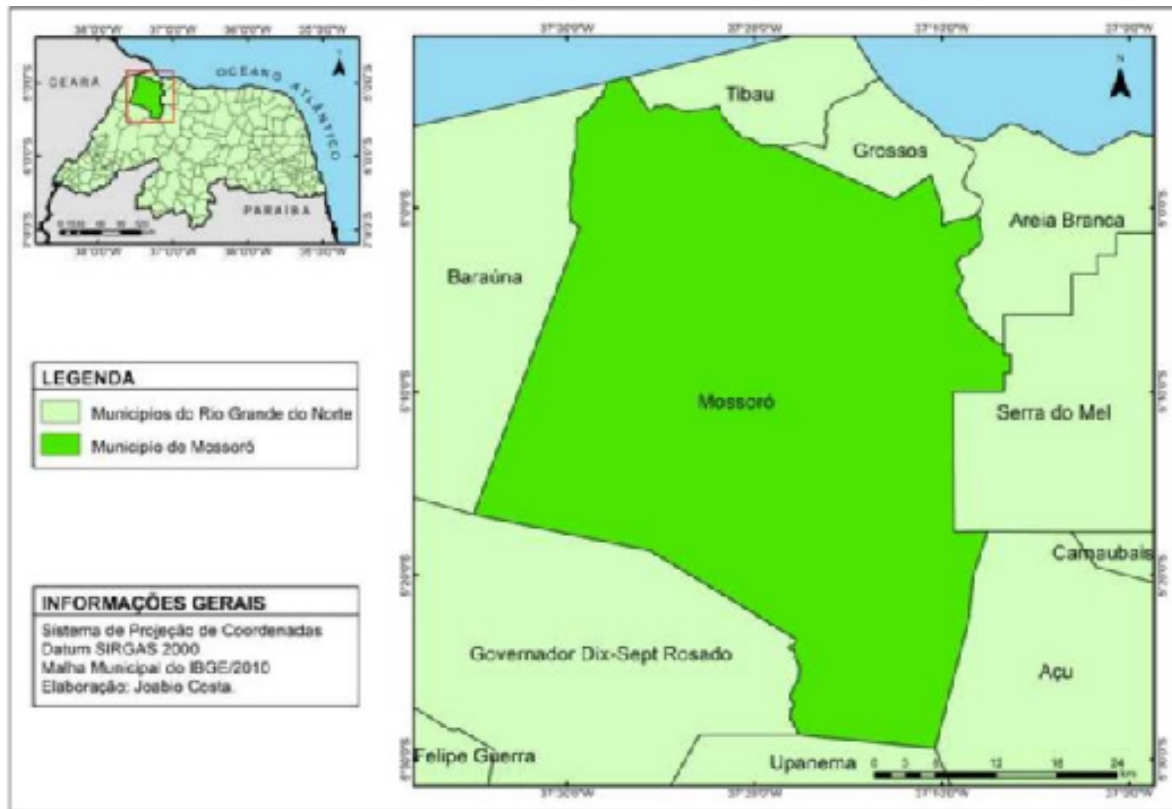
Complementando tais ideias, Pereira, França e Silva (2015) enfatizam que a centralidade é passível de mudanças, de modo que uma área central pode passar por processos de formação, redefinição ou involução, e espaços sem proeminência, podem dar lugar a dinâmicas sociais, econômicas e espaciais que as consolidarão com centralidades interurbanas; essa capacidade de polarizar, ou de ser central, pode ser redefinida, seja em escalas espaciais – áreas de influência maiores ou menores, com abrangência locais, regionais, nacionais ou globais; ou em escalas temporais – de longo, médio ou curto prazo; de expressividade diária, sazonal.

Posto isso, dividimos o artigo aqui apresentado em duas seções: no primeiro momento apresentaremos, de forma sucinta, alguns elementos socioeconômicos e espaciais de Mossoró, e sua área de influência urbanorregional; na sequência, analisaremos o processo de formação da centralidade interurbana desse centro a partir de 1850 até o período entre 1910-1920.

2 APRESENTANDO A CENTRALIDADE INTERUBANA DE MOSSORÓ

Mossoró está localizada, geograficamente, na região Nordeste do Brasil, no interior do estado do Rio Grande do Norte, pertencendo à mesorregião do Oeste Potiguar, e microrregião homônima. Apresenta a maior extensão territorial do estado, com uma área de 2.099,333 Km², o que equivale aproximadamente a 3,97% da superfície total do RN. Está localizada entre duas capitais nordestinas, Natal (RN) e Fortaleza (CE). Do ponto de vista locacional, limita-se, ao *Norte*, com os municípios de Aracati (Ceará), Grossos e Tibau; ao *Sul*, com Governador Dix-Spet Rosado e Upanema; ao *Leste*, com as cidades de Areia Branca, Serra do Mel e Açú; e ao *Oeste*, com Baraúnas (conforme exposto na Figura 01).

Figura 1 – Mapa da localização geográfica do município de Mossoró-RN



Fonte: Organizado pelo autor (2017); apresentado na dissertação de mestrado (SILVA, 2017, p. 30).

De acordo com as informações (dados) do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, essa cidade contava com um contingente populacional de 259.815 habitantes e uma população relativa (ou a densidade demográfica) de 123,76 habitantes por quilômetros quadrados. Para 2021, a população estimada desse município era 303.792 pessoas²²; esse volume populacional concede à Mossoró, o status de segunda cidade mais populosa do estado do Rio Grande do Norte.

Ainda com base no Censo Demográfico de 2010, mais de 91% da população de Mossoró vivia na área urbana desse município (o que equivalia a 237.241 habitantes). Cabe enfatizarmos que Mossoró só ganhou esse perfil populacional (predominantemente urbano) entre as décadas de 1960 e 1970, período em que essa cidade passou por uma nova especialização funcional de suas atividades econômicas. Sobre tal transformação, Felipe (1982) explica que até as décadas citadas, a economia mossoroense estava diretamente interligada às atividades tradicionais, tais como, a salinicultura (de base rudimentar), a extração de matéria-prima para as agroindústrias tradicionais e a pecuária; por consequência, grande parte de sua população estava concentrada no campo – em virtude desse quadro econômico.

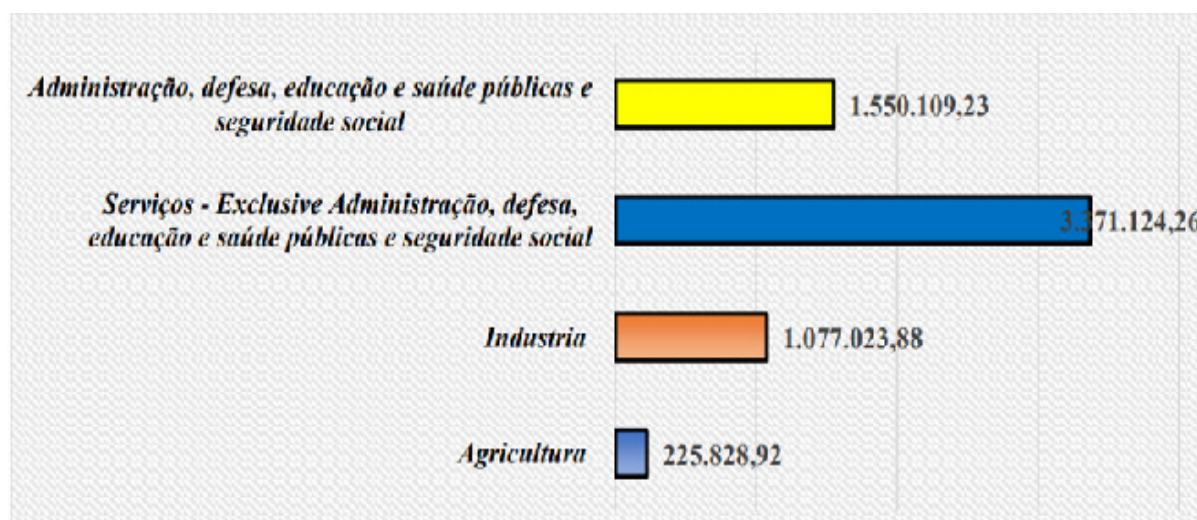
22 Informação obtida no site do IBGE. Link de acesso: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>

Com a mecanização da salinicultura, o declínio das agroindústrias e a intensificação das atividades terciárias (comércio e serviços), esse perfil populacional se inverteu: grande parte da população rural saiu do campo, expulsa pelas novas dinâmicas socioeconômicas, e migrou para a cidade, atraída pela oferta de produtos, de trabalho e de serviços disponibilizados nesse centro urbano (FELIPE, 1982).

Do ponto de vista econômico, Mossoró configura-se como o segundo município mais importante no território norte-rio-grandense, apresentando, no ano de 2018, o segundo maior Produto Interno Bruto do RN (o equivalente a 9,6% do PIB estadual), ficando atrás apenas da cidade de Natal (com 36,6% do PIB estadual) (dados do IBGE, 2018). Para o ano de 2020 (dado mais próximo disponibilizado pelo IBGE), o PIB a preço corrente do município de Mossoró foi de, aproximadamente, 7,1 bilhões de reais ²³.

Atualmente, a base econômica de Mossoró está ancorada em 04 atividades principais: a salinicultura, a exploração do petróleo, a fruticultura irrigada e as atividades terciárias (serviços e comércios). O desenvolvimento desse conjunto econômico-produtivo tem permitido que essa cidade se mantenha em destaque na malha urbana potiguar. Consideramos importante assinalar que das atividades supracitadas, o setor de serviços ocupa um patamar de evidência no cenário urbano-econômico de Mossoró, despontando como a principal atividade no que se refere aos valores do PIB (Figura 2); além disso, frisamos esse setor tem colaborado de forma significativa na importância socioespacial e econômica – centralidade interurbana – de Mossoró na e para a região (com base nos dados da REGIC, 2008; 2020).

Figura 02 – Gráfico do PIB de Mossoró (valor adicionado bruto a preço corrente, por atividade/setor)



Fonte: Organizado pelo autor (2023) com base nos dados do IBGE (2020) ²⁴

23 Dados do IBGE. Link de acesso: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>

24 Link de acesso: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-inter-no-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=2408003> (observação: valores multiplicados por 1000).

De acordo com o estudo das “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC)²⁵, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2007 e publicado em 2008, Mossoró era um centro de destaque no território potiguar no que tange às atividades terciárias. Essa pesquisa definiu, com base na quantidade total de classes de atividades comerciais e de serviços (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE), o nível de centralidade dos municípios brasileiros, partindo da ideia de que, quanto maior o número de classes presentes em um centro, maior a sua diversidade e possibilidade de oferta, por consequência, maior a sua centralidade. Por meio desse estudo, foram estabelecidos os seguintes níveis de centralidade em relação ao comércio e aos serviços (Figura 03).

Figura 03 – Tabela com os Níveis de Centralidade Urbana com base no Comércio e nos serviços

Níveis de Centralidade		Porcentagem (%) de Classes do Comércio	Porcentagem (%) de Classes dos Serviços
Máxima	01	100	97,01 – 98,10
Muito Elevada	02	92,01 – 99,99	84,01 – 97,00
Elevada	03	76,01 – 92,00	74,01 – 84,00
Intermediária	04	50,01 – 76,00	50,01 – 74,00
Baixa	05	27,71 – 50,00	10,61 – 50,00
Muito Baixa	06	1,30 – 27,70	0,60 – 10,60

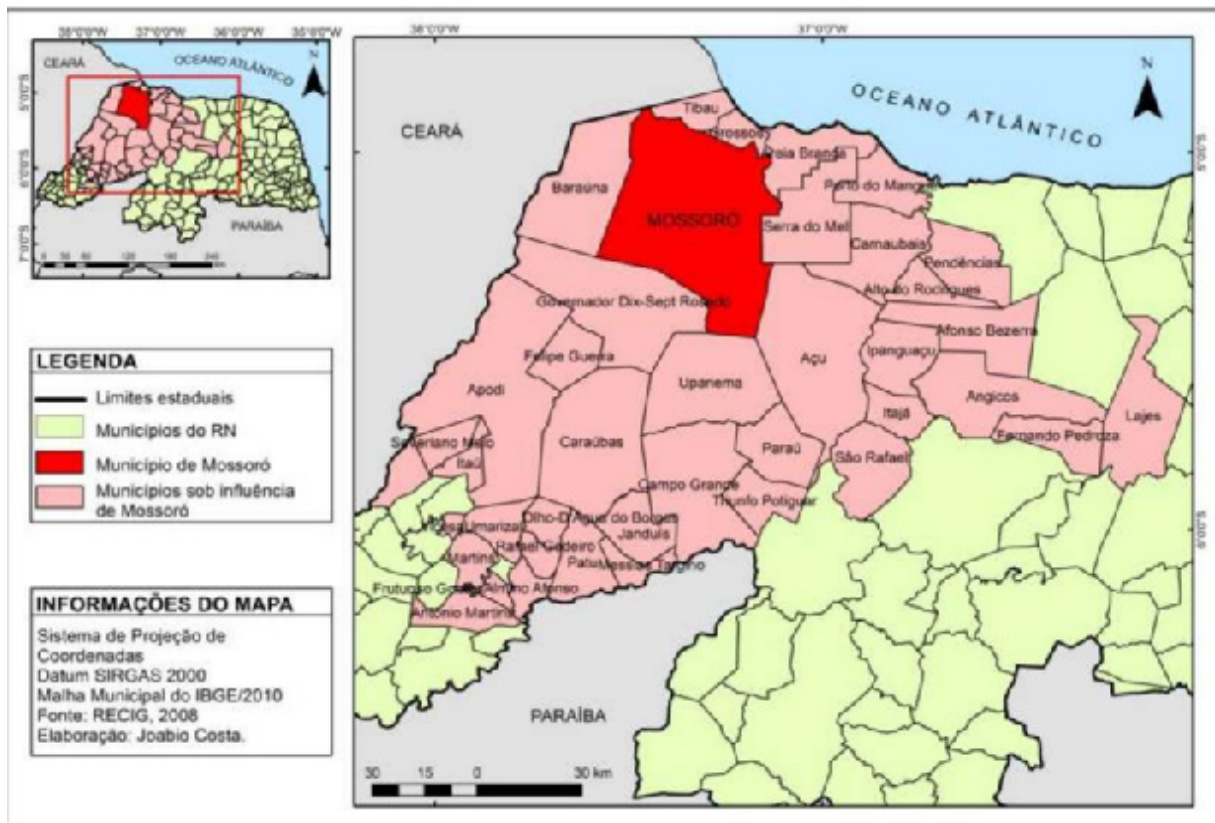
Fonte: Região de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2008).

A partir dessa classificação (Figura 03), referente a REGIC de 2008, as urbes brasileiras foram ordenadas segundo níveis decrescentes de centralidade, a saber: Metrôpoles, subdividido em Grande Metrôpole, Metrôpole Nacional e Metrôpole; Capitais Regionais do tipo A, B e C; Centros Sub-regionais do tipo A e B; Centros de Zonas A e B; e por fim, Centros Locais. Dentro dessa hierarquia urbana, e nesse contexto espaço-temporal (analítico-classificatório), o estado do Rio Grande do Norte possuía 01 Capital Regional do tipo A; 01 Capital Regional do tipo C; 02 Subcentros Regionais do tipo A e 11 do tipo B; 11 Centros de zona do tipo A e 11 Centros de zona do tipo B. Os demais municípios potiguares, 148, foram classificados Centros Locais.

Neste cenário hierárquico da rede urbana potiguar, a cidade de Mossoró se apresentou como uma Capital Regional do tipo C, exercendo influência sobre 39 municípios do RN (Figura 4), e sendo influenciada diretamente pelas cidades de Natal (Capital Regional tipo A), Recife e Fortaleza (classificadas como Metrôpoles Regionais).

25 O estudo do REGIC de 2007 foi a quarta edição de uma série de pesquisas realizadas pelo IBGE sobre a rede urbana no Brasil (1972, 1987, 1993, 2007). Esse estudo estabeleceu a classificação hierárquica dos centros urbanos no Brasil, delimitou a área de atuação e polarização destes. Nesse estudo “[...] foram consideradas informações secundárias correspondentes a equipamentos e serviços – informações sobre conexões aéreas, deslocamentos para internações hospitalares, áreas (continuação) de cobertura das emissoras de televisão, oferta de ensino superior nos níveis de graduação e pós-graduação, diversidade de atividades comerciais e de serviços, instituições financeiras e oferta de serviços bancários, e presença de domínios de internet – capazes de dotar uma cidade de centralidade, complementando a identificação dos centros de gestão [...]” (IPARDES, 2009, p. 6).

Figura 04 – Mapa da Região de Influência de Mossoró – RN (referente a REGIC de 2008)



Fonte: Organizado pelo autor (2017); apresentado na dissertação de mestrado (SILVA, 2017, p. 55).

Tomando por base os níveis de centralidade estabelecidos pela REGIC de 2008 (Figura 03), Mossoró possuía 67 classes de comércio de um total de 72 classes. Esse valor correspondia a mais de 93% das tipologias de comércio existentes (IBGE, 2008). Esse quadro classificou a atividade comercial de Mossoró com um nível de centralidade 02, considerada *muito elevada*, em uma escala que variava de 06, nível de centralidade *muito baixo* a 01 nível de centralidade *máxima*. Essa diversidade comercial vem colocando Mossoró em evidência quando comparada aos centros urbanos de sua região. Por exemplo, dos 39 municípios que integravam a sua área de influência (Figura 04), mais de 36 (92%) deles apresentavam menos da metade das tipologias de comércios existentes, e apenas uma cidade dessa região, o município de Assú, superava essa metade, com 40 classes de comércio.

No que se refere à oferta de serviços encontrados nesse centro citadino, de acordo com os dados da REGIC (2008), das 152 classes totais de serviços existentes (CNAE 1.0), essa urbe possuía 104, o que correspondia a aproximadamente 66% das tipologias. Essa diversidade, expressa por meio desses valores, qualificou (classificou) os serviços de Mossoró com um nível de centralidade 04, considerado *intermediário*, em uma escala que variava de 01 (*nível máximo*) a 06 (*nível muito baixo*) (Figura 03). A diversidade e a densidade de serviços disponíveis em Mossoró também a coloca (ou a tem colocado) em um patamar de destaque quando

comparada aos demais municípios que compõem a sua região de influência (Figura 04).

De acordo com os dados do REGIC (ainda referente ao ano de 2008), dos 39 municípios que formavam esse espaço regional, 33 deles apresentavam menos de 20 tipologias de serviços (aproximadamente 85%); 05 deles apresentavam entre 21 e 60 classes (aproximadamente 13%); e apenas a cidade de Assú possuía 62 tipologias de serviços.

Assim, percebe-se que a economia em “efervescência” e a disponibilidade de atividades terciárias são elementos ou vetores que vêm impulsionando/influenciando as dinâmicas sociais e espaciais em Mossoró, e que fazem dessa cidade um espaço de destaque na escala interurbana. Sobre esse contexto econômico e espacial, Felipe (2007) assinala que para além da economia salineira, petrolífera e da fruticultura irrigada, o comércio e os serviços vêm “mantendo a força polarizadora de Mossoró sobre uma vasta região [...] do Rio Grande do Norte, com reflexos em alguns municípios dos estados vizinhos – Paraíba e Ceará” (p. 66); e dinamizando as relações de Mossoró com a sua região de influência.

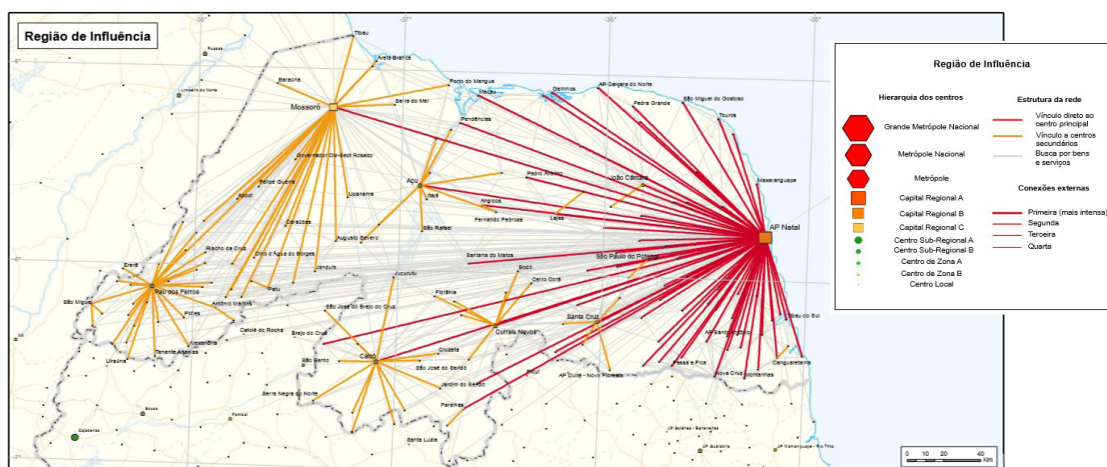
Cotidianamente, constantes e densos fluxos de pessoas chegam à Mossoró a procura dos serviços (educacionais, saúde, jurídicos), dos produtos (comércios) e das vantagens econômicas e espaciais que essa cidade oferece; tais movimentos ou fluxos diários evidenciam (manifestam) a centralidade interurbana dessa cidade, e explicitam o poder de atração que essa urbe tem em relação aos espaços circunvizinhos. Contudo, o que se vê no momento, ou no passado próximo, não explica por si só essa conformação espacial atual – a evidência urbanorregional da cidade de Mossoró; é necessário entender os processos, os movimentos e o modo como essa realidade foi arquitetada; apreender os passos que foram trilhados para se chegar à conjuntura atual – ou seja, a gênese desse fenômeno em Mossoró.

Antes de construirmos essa regressão temporal – dos limiares da centralidade de Mossoró – cabe pontuarmos algumas informações sobre essa cidade e sua força de atração no contexto do estudo mais atual da REGIC (2020). Primeiro, destacamos que em 2018, a urbe mossoense influenciava 22 municípios a partir de vínculos diretos, e mais 30 municípios através de relações secundárias; frente a esse cenário, ela foi classificada como Capital Regional do tipo C na rede urbana do Brasil e do RN (IBGE, 2020), mantendo o mesmo nível hierárquico anterior (REGIC, 2008). Apesar da diminuição (ou retração) dos municípios que estão sobre sua influência direta, é fato que a sua relevância no cenário regional é mantida nos decursos dos anos e perdura até os dias mais hodiernos (algo que pode ser evidenciado em estudos recentes sobre essa cidade).

Podemos reforçar que Mossoró ainda apresenta o 2º maior nível de centralidade na rede urbana do RN, ocupando o posto de Capital Regional do tipo C, sendo ultrapassada apenas pelo Arranjo Populacional (AP) de Natal – Capital Regional do tipo A (conforme pode ser visto na Figura 05). Cabe frisarmos que ela está sobre as áreas de influência do AP de Natal e do AP de Recife (Metrópole A). Em relação à região de influência de Mossoró, encontramos sobre a sua

abrangência espacial, um Centro Sub-regional do tipo B (o município de Pau dos Ferros), três Centros de Zona do tipo B (municípios de Antônio Martins, São Miguel e Patu)²⁶ e quarenta e oito Centros Locais (IBGE, 2020)²⁷ (ver a região de influência no mapa a seguir; Figura 05).

Figura 05 – Rede Urbana do estado do Rio Grande do Norte (conforma REGIC de 2018)



Fonte: Adaptado do documento das Regiões de influência das Cidades (REGIC) (IBGE, 2020).

É importante mencionarmos que Mossoró apresenta valores expressivos de centralidade na rede urbana potiguar no que se referem a questão da centralidade das atividades financeiras, de ensino de graduação e de pós-graduação, de educação à distância, e de serviços de média e alta complexidade de saúde, além de outros eixos temáticos (IBGE, 2020).

Foi destacada com destino, direto ou indireto, de mais de 100 cidades, tanto do Rio Grande do Norte, como do Ceará e da Paraíba (IBGE, 2020).

É importante enfatizarmos (reforçarmos) que as atividades comerciais e a prestação de serviços são elementos-chave no processo de classificação da hierarquia urbana brasileira no decorrer dos estudos realizados pelo IBGE; nesse sentido, o fato de Mossoró ocupar um lugar ou um nível de destaque em sua rede urbana, comprovam que as atividades terciárias foram e continuam a ser fundamentais para a sua formação e evolução enquanto centralidade urbana, no âmbito dos relacionamentos entre cidades (SILVA, 2017).

26 Os municípios de Pau dos Ferros e de Patu estão vinculados diretamente à região de influência de Mossoró; já Antônio Martins e São Miguel, por sua vez, mantém relação direta com Pau dos Ferros. Porém, conforme a nota metodológica da REGIC, todos esses centros, juntamente com as cidades que compõem as suas áreas de influência, formam o espaço de influência regional de Mossoró (IBGE, 2020 – nota metodológica) (figura 02).

27 São municípios potiguares que estão sobre a influência de Mossoró, conforme a REGIC do ano de 2018 (IBGE, 2020): Almino Afonso, Apodi, Areia Branca, Augusto Severo, Baraúna, Caraúbas, Felipe Guerra, Rafael Godeiro, Patu, Governador Dix-Spet Rosado, Olho D'Água dos Borges Grossos, Janduí, Lucrécia, Messias Targino, Frutuoso Gomes, Pau dos Ferros, Porto do Mangue, Serra do Mel, Severiano Melo, Tibau (do norte), Umarizal, Upanema, Água Nova, Alexandria, Paraná, Doutor Severiano, Encanto, Ererê (Ceará), Francisco Dantas, Itaú, José da Penha, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Antônio Martins, João Dias, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, São Francisco do Oeste, Riacho de Santana, São Miguel, Coronel João Pessoa, Venha Ver, Viçosa, Serrinha dos Pintos, Taboleiro Grande e Tenente Ananias.

Posto isso, focaremos nossa atenção na descrição e na análise das dinâmicas formativas da centralidade interurbana em Mossoró, ou seja, na gênese desse fenômeno espacial.

3 GÊNESE DA CENTRALIDADE INTERURBANA EM MOSSORÓ

O processo de ocupação e formação do espaço norte-rio-grandense ocorreu inicialmente a partir do desenvolvimento de duas atividades econômico-produtivas principais: o cultivo de cana-de-açúcar e a pecuária (ANDRADE, 1981). Nos primórdios do século XVIII, as culturas canavieiras, provenientes originalmente das terras pernambucanas, adentraram no território do RN, ocupando as margens dos rios da costa leste (tais como, Curimataú, Trairi, Potengi e Ceará-Mirim). Essa atividade econômica propiciou o surgimento de alguns aglomerados urbanos na Capitania do Rio Grande, por exemplo de Ceará-Mirim e de Canguaretama (ANDRADE, 1981; FELIPE; 1988). Em paralelo ao cultivo da cana-de-açúcar, ocorreu a incorporação da pecuária no interior do território potiguar. Becker e Egler (1993) frisam que no início, essa atividade era desenvolvida nas imediações das grandes culturas canavieiras, visto que era uma “peça-chave” para a produção de açúcar, pois se obtinha da mesma, a força de tração dos animais – essencial à produção nos engenhos, o couro e a carne.

Contudo, em virtude do crescimento da produção canavieira, a pecuária foi “empurrada” para as áreas interioranas, uma vez que o gado podia ser transportado até as áreas litorâneas e para as feiras regionais. Os dois principais centros geradores e dissipadores dessa atividade no Nordeste foram Olinda e Salvador; dessas cidades saíram rebanhos de gado para o interior da região Nordeste, a exemplo do sertão e do agreste potiguar (ANDRADE, 1981).

Uma fazenda, uma capela, um rio e um pequeno amontoado de casas – esses elementos espaciais serviram de base para o surgimento de muitas cidades do interior nordestino. Mossoró, por exemplo, não fugiu a esta realidade, e “como quase todas as cidades do interior nordestino, [...] começou a organizar seu espaço através das atividades agropastoris” (FELIPE, 1980, p. 07) e dos elementos citados anteriormente. Como isso aconteceu? Passemos a narrar os fatos!

Em 1701, o Governador e Capitão general da Capitania de Pernambuco, Dom Fernando Mascarenhas, doava terras sertanejas localizadas às margens do rio Mossoró e do rio Paneminha (Capitania do Rio Grande) para o Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife, cuja missão era evangelizar os indígenas. Com a “pacificação” desses nativos, a ribeira (do rio) de Mossoró começou a ser ocupada por fazendas de gado. Dentre esses espaços rurais, estava a Fazenda de Santa Luzia, de posse do Sargento-Mor Antônio de Souza Machado, português que tinha fixado moradia na ribeira de Mossoró no ano de 1750.

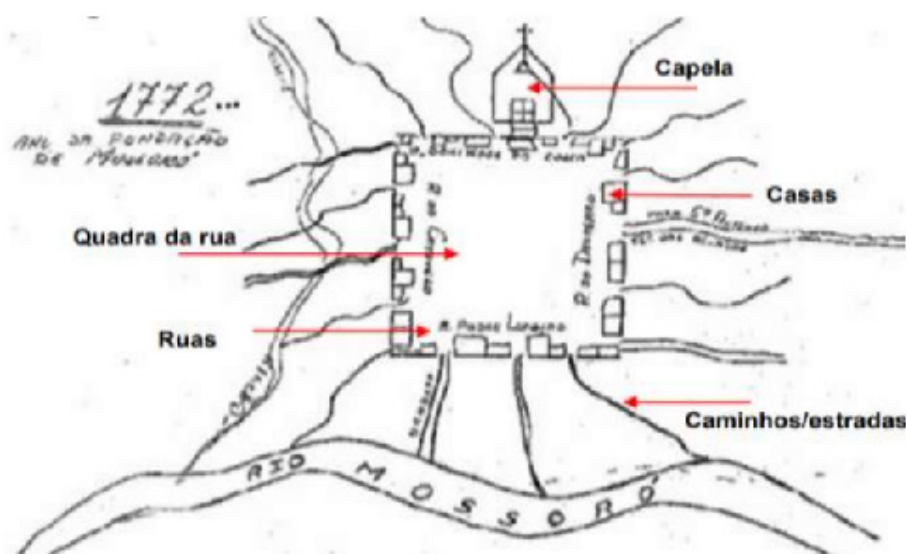
Em 1772, o Sargento-Mor Antônio e sua esposa Rosa Fernandes solicitaram a Provisão das Dignidades do Cabido de Olinda (instituição religiosa da época), a concessão para construir uma capela em sua fazenda – permissão concedida em 05 de agosto de 1772. A construção

da Capela de Santa Luzia é considerada como o marco inicial para o surgimento de Mossoró, visto que, é a partir da construção desse espaço que se funda a Povoação ou o Arraial de Santa Luzia de Mossoró (PINHEIRO, 2007). Silva (1983) descreve (citação no rodapé)²⁸ e ilustra alguns traços espaciais desse embrião urbano e a organização desse lugar em sua fundação (Figura 06).

Em 1842, o Arraial de Santa Luzia de Mossoró foi elevado à categoria de Freguesia, desmembrando-se da Freguesia do Apodi. Tal transformação representava, de forma aparente, certa autonomia religiosa e valorização social da Terra. Mesmo com esse “*status*”, Mossoró ainda era pobre, com um comércio quase nulo e agricultura incipiente; a maior riqueza desse lugar foi, até o ano de 1850, a indústria pastoril desenvolvida por alguns fazendeiros daquela área (PINHEIRO, 2007).

Depois da década de 1850, com o declínio das atividades pastoris, aparecem outras potencialidades ou vias econômicas em Mossoró, tais como, a exploração da cera de carnaúba, abundante nas margens do rio Mossoró, e do sal marinho. Sobre esse momento, Pinheiro (2007) assinala que a proximidade da Freguesia de Mossoró ao Porto Ilha (sete léguas de distância desse centro), propiciou o escoamento dessas mercadorias e a instalação de alguns armazéns nessa localidade, viabilizando os primeiros passos do que viria a ser uma praça comercial.

Figura 06 – Esboço do embrião urbano de Mossoró no ano de 1772



Fonte: Adaptado pelo autor (2023) a partir de Silva (1983, p. 09) e Silva (2017, p. 76).

28 DE PRINCÍPIO, ‘as ruas é que punham outrora a si próprias os seus nomes’, diante disso, faz de conta que amanheceu algum dia seguinte a 05 de agosto de 1772. Já então, existia um pátio na frente da capela. A QUADRA DA RUA, quase imaginária, era o começo de Santa Luzia de Mossoró. Não é possível invocar o tempo. Pois embora o tempo existindo não deixou marca nem registro dos dias, dos anos que se acumularam. O certo é que a quadra cresceu, ampliou-se, tomou forma. As casas surgiram pelos lados, em linha reta, umas, em linhas tortuosas outras, marcando uma comunidade. Esse alinhamento natural de construções fechava a quadra, era o que se podia de chamar, de ruas. Mas essas ruas não podiam ter nome. Não era tempo ainda de serem batizadas. Mas as coisas foram se passando, as casas aumentando e foi nascendo uma povoação (SILVA, 1983, p. 7).

Felipe (1980, 1982, 1988) pontua que dá origem de Mossoró até meados do século XIX, a ocupação e o desenvolvimento urbano desse lugar ocorriam a passos lentos. O referido autor enfatiza que essa realidade só foi alterada a partir de 1857, quando a Companhia Pernambucana de Navegação Costeira começou, a partir da subvenção concedida pelo Governo Provincial, a fazer escala (aportar) regularmente no Porto Franco, também chamado de “Porto de Mossoró”. Essa permissão incentivou o desenvolvimento urbano e econômico da Vila de Mossoró; atraiu comerciantes, firmas e capitais externos, incrementando e dinamizando o comércio local.

Sobre tais acontecimentos e transformações, Rocha (2009, p. 29) também destaca:

[...] Este fato, aparentemente simples, provocou transformações importantes na organização da então incipiente vida urbana da área setentrional das provinciais do Ceará e do Rio Grande do Norte. Tornaram-se mais frequentes as relações com a cidade de Recife, em detrimento daqueles que há muito mantinha com Aracati. O movimento comercial aumentou, o Comércio Marítimo conseguiria o que os comboios não haviam podido realizar (p. 29).

Esse novo momento urbano e econômico de Mossoró também foi impulsionado a partir de eventos (fatos) que ocorreram fora dos limites territoriais do RN, a exemplo do assoreamento do Porto Fluvial de Aracati, no Ceará. Com a inatividade desse espaço e a inserção de Mossoró nas rotas diárias da Companhia Pernambucana de Navegação Costeira, diversos comerciantes da região “que utilizavam esse porto [cearense] para o escoamento de suas mercadorias se viram impedidos de exercer suas atividades [...]” (ROCHA, 2009, p. 30), transferindo suas firmas para Mossoró. Nas palavras de Felipe (1982), a partir desse ano ou desse evento, a Vila de Mossoró se revestiu com uma dinamicidade até então desconhecida; o ciclo do gado ou da pecuária “saía de cena” e dava lugar ao comerciante comprador e exportador, fazendo florescer uma sociedade com características mercantis e comerciais.

Nesse sentido, Felipe (1988) ainda reforça que as atividades comerciais se constituíram como o elemento central (dinamizador) de Mossoró; elas passaram a refletir diretamente na sua organização social, econômica e espacial, projetando-a como uma área de evidência, como uma grande praça comercial, lugar de comercialização e de abastecimento entre o sertão e o litoral, com uma grande variedade de produtos e de mercadorias e intensos fluxos comerciais. Mossoró tornou-se, naquele momento, um *Empório Comercial* (FELIPE, 1988).

A organização de Mossoró passava então a ser guiada (ou orientada) pelos comerciantes. Cascudo (2001) destaca algumas leis ou ordens provinciais daquela época que foram elaboradas com o objetivo de favorecer a dinâmica comercial nesse espaço, destacando-se entre elas: a Lei 149, do mês de Abril de 1859, que autorizava abertura de estradas ligando a Vila de Mossoró a Aracati; a Lei 590, de 23 de Dezembro de 1865, que garantia a diminuição de impostos para negociantes estabelecidos no Porto Jurema no rio Mossoró; e a Lei 600, de 11 de junho de 1867, que isentava os comerciantes fixados na Vila de Mossoró do imposto de cinco

porcento (5%) em cima da exportação estrangeira, durante os três primeiros anos.

Entre 1860 e 1870, o ritmo de crescimento da Vila de Mossoró se intensificava; sua área urbana e comercial se expandia com a construção de casas, armazéns e espaços comerciais; esse período foi denominado de Década do Expansionismo (CASCUDO, 2001). Silva (1983) pontua que esse momento foi de trabalho intenso, de autorização de planos e da ampliação de Mossoró; foi um momento de intercâmbio comerciais, uma fase importante e decisiva para a caminhada financeira de Mossoró.

No ano de 1870, a Vila de Mossoró foi elevada à categoria de cidade; sua população e seus traçados urbanos expandiam-se significativamente (FELIPE, 1980). De 1839 até 1873, sua população passou de 4 mil para 7.748 habitantes (PINHEIRO, 2007); esse aumento influenciou, de forma direta, na expansão urbana desse lugar (OLIVEIRA, 2014). Entre os anos de 1872 e de 1874, algumas empresas estrangeiras já atuavam nessa cidade, dentre elas destacavam-se: a Graf & Cia, a Guynes & Cia, a Gustavo dos Prazeres Brayner, a Teles Finizola, a Leger & Cia e a Conrado Mayer (ibidem).

O destaque assumido pela cidade de Mossoró, enquanto centro comercial, “se refletia já naquele período na influência regional que a mesma exercia, cujo alcance espacial [econômico] [...]” (OLIVEIRA, 2014) se dava além das terras potiguares, abrangendo espaços interestaduais.

Naquele momento, o comércio desenvolvido em Mossoró influenciava áreas do Oeste Potiguar, do médio e baixo Jaguaribe no Ceará e expressiva faixa no noroeste da Paraíba, entre as bacias do rio Peixe e Piancó (PINHEIRO, 2007; ROCHA, 2009; OLIVEIRA, 2012; 2014).

Sobre esse alcance espacial, Pinheiro (2007, p. 60) destaca que o espaço mossoroense assumiu o papel ou a função de grande praça comercial, alcançando a escala regional; ela ainda escreve que “devido a sua privilegiada geografia [localização] – ponto de comunicação entre o sertão e o litoral, Mossoró abastecia todo o oeste, parte do centro-norte e ainda agreste potiguar. Eram ainda sua área de influência os Cariris Novos, no Ceará, e Vale dos rios Peixe e Piancó, na Paraíba”. Complementando tais ideias, a referida autora assinala que a cidade de Mossoró recebia produtos de diferentes lugares: algodão, couro, queijo, manteiga vindos dos sertões paraibanos; farinha, feijão, milho e arroz chegavam dos estados de Pernambuco e do Ceará. Em contrapartida, esse centro exportava sal, chapéus de palha carnaúba, velas de cera, esteiras ou cereais para diversos lugares (PINHEIRO, 2007).

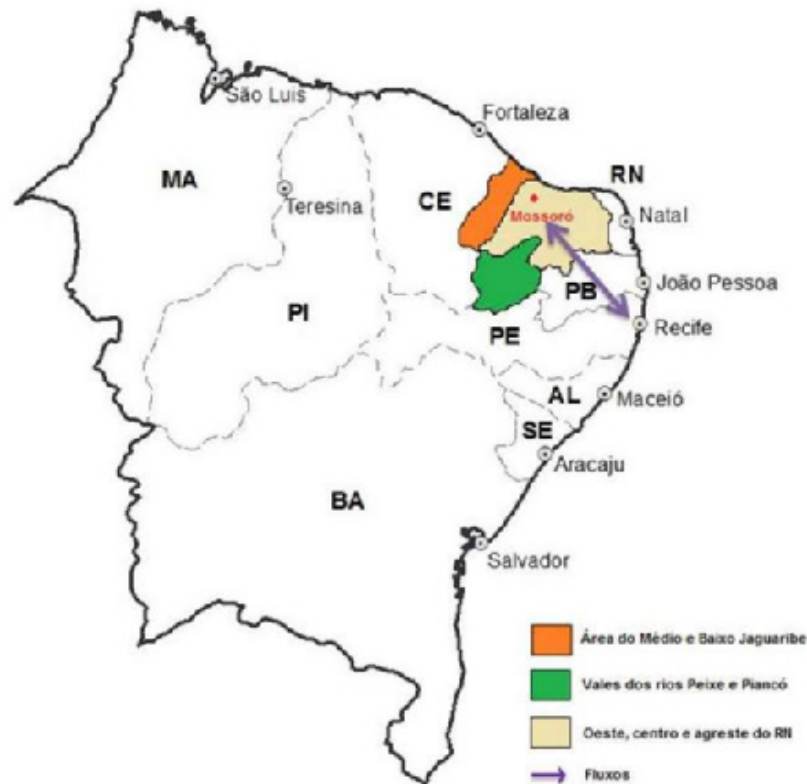
A figura 07 é uma tentativa de esboço e de espacialização das áreas de influência de Mossoró no período do Empório Comercial (uma ilustração estruturada a partir das informações dispostas anteriormente); nela, observamos a influência da cidade de Mossoró nos estados do Ceará, especificadamente na região do rio Jaguaribe, da Paraíba (nas porções oeste e noroeste) e sobre o território potiguar, nas regiões oeste, centro e agreste. A seta representada

nessa figura 07 ilustra as trocas comerciais realizadas entre Mossoró e Recife, centro urbano e comercial de destaque naquele período. Sobre essas trocas, Pinheiro (2007) sublinha que da cidade de Recife, Mossoró recebia produtos importados da Europa, a exemplo de bebidas, fumos e fazendas; por sua vez, de Mossoró eram exportados algodão, couro, queijo, cera de carnaúba e borracha de maniçoba (Ver a figura 07 na página posterior).

O processo de ascensão e consolidação da Vila de Mossoró como Empório Comercial possibilitou que esse espaço se conformasse como uma centralidade (inter) urbana, como um lugar de atração e dispersão de fluxos. Nesse sentido, Felipe (1980, 1982) assinala que existiram três fatos ou eventos históricos e geográficos que explicam a ocorrência desse processo, a saber: A) a chegada da Companhia Pernambucana de Navegação Costeira à Mossoró (já exposto); B) a localização de Mossoró entre o sertão e o litoral; C) e a seca ocorrida no ano de 1877.

Em relação ao segundo marco ou fato, Felipe (1980; 1982) frisa que esse centro aparecia naquele momento histórico como um lugar privilegiado, como uma área de transição entre a economia litorânea e sertaneja, recebendo produtos de outras praças comerciais do Brasil e do exterior, bem como, embarcando pelo seu porto, a sua produção local-regional. O terceiro fato ou marco para consolidação de Mossoró como Empório Comercial (e por consequência, como espaço central ou centralidade urbanorregional) foi a seca de 1877.

Figura 07 – Áreas de influência (comercialização) de Mossoró na fase do Emporio Comercial



Fonte: Organizado pelo autor e apresentado na dissertação (SILVA, 2017) a partir das ideias (dos textos) de Felipe (1980; 1982), Pinheiro (2007), Rocha (2009) e Oliveira (2012; 2014).

Felipe (1980) relata que durante esse “episódio climático”, Mossoró já se encontrava como um espaço de destaque na região, como uma localidade que concentrava “alternativas de sobrevivência” diante dessa problemática. Por apresentar tais aspectos, o Governo Geral enviou recursos para essa cidade com a finalidade de amenizar as mazelas sociais decorrentes dessa estiagem, atraindo, por consequência, um grande volume de pessoas (flagelos da seca) para esse espaço urbano. A população que chegava a Mossoró nesse momento, constituía-se como mão-de-obra, ou força de trabalho barata para os comerciantes e salineiros locais; configuravam-se, nas palavras de Felipe (1980), como uma força motriz para o crescimento comercial desse lugar. Sobre a utilização dessa mão-de-obra barata e a sua importância para a conformação econômica e interurbana de Mossoró, o referido autor explicita:

[...] essa população de flagelados era consumidora de mercadorias compradas pelo governo ao comércio de Mossoró, e essa população miserável em um dado momento, transforma-se em mão-de-obra barata (para não dizer de graça) em força de trabalho excedente e miserável, que tudo faria por um litro de farinha. Esta força de trabalho, é a alavanca do crescimento comercial de Mossoró, mão-de-obra farta e quase de graça, que podia trabalhar nas salinas, como realmente trabalharam por um pouco de comida, é nesta fase que as salinas começam a ser exploradas de maneira sistemática, e começam a gerar acumulação de capitais para os seus proprietários [...] esta mais valia absoluta [...] é em parte copiada pelos comerciantes, que utilizam essa força [...], como transporte para suas mercadorias (FELIPE, 1980, p. 11-12).

Entre os anos de 1887 e 1889, ocorreu outra seca no Nordeste brasileiro. Diferentemente do que tinha ocorrido no ano de 1877, essa estiagem enfraqueceu o comércio mossoroense, e especialmente o de exportação, pois faltavam produtos (exemplos: algodão, couro e peles). Em decorrência desse problema, diversas empresas estrangeiras “fecharam suas portas” e foram a procura de outras praças comerciais na região. É preciso frisar que essa estiagem só beneficiou os comerciantes locais (fornecedores de alimentos ao Governo) e os salineiros, que passaram a receber investimentos antes destinados somente as atividades comerciais (PINHEIRO, 2007; ROCHA, 2009). Com o término dessa estiagem, o comércio de Mossoró se recompõe (consegue se reestruturar) com a ajuda da salinicultura, mantendo-se em evolução e suprindo os “pedidos” do Sertão inteiro.

Entretanto, Rocha (2009) ressalta que a sua estrutura urbana de Mossoró era insuficiente para sustentar e viabilizar a sua função de Empório Comercial, não apresentando, por exemplo, boas condições de tráfego. Apesar de dispor dos transportes marítimos (fluviais), era necessário construir ferrovias e estradas pavimentadas para facilitar o escoamento (fluxo) de sua produção e manter-se em consonância com o capitalismo mercantil da época (PINHEIRO, 2007).

O sonho da estrada de ferro em Mossoró era algo (muito) antigo, existindo desde a sua emancipação política no ano de 1870. Algumas leis e ações políticas surgiram como medidas de viabilizar a inserção dessa cidade na malha ferroviária nacional ²⁹. Apesar das tentativas e das medidas viabilizadoras, esse sonho se tornou realidade somente no dia 19 de março de 1915, quando foi inaugurada a primeira estrada ferroviária da cidade de Mossoró: a Companhia de Estrada de Ferro de Mossoró S/A. Essa ferrovia interligava o Porto de Areia Branca a Mossoró. Apesar da inauguração da estrada de ferro, o espaço de influência de Mossoró, por meio de sua malha (rede) ferroviária, era significativamente reduzido quando comparado a outros Empórios Comerciais daquela época, a exemplo de Campina Grande. Esse atraso refletiu negativamente na economia de Mossoró, bem como no estado do RN (PINHEIRO, 2007; ROCHA, 2009).

Ainda sobre esse contexto, Felipe (1988) explica: com a desvalorização dos transportes marítimos e fluviais e a ascensão dos transportes ferroviários e rodoviários, ainda tardio na urbe de Mossoró, essa cidade entrou em um período de crise ou de instabilidade, caracterizado pelo declínio de suas atividades comerciais, e conseqüentemente, pela perda do *status* de Empório.

Nas palavras do referido autor, “[...] perda pela saída de capitais e empresas de Mossoró, perda pelo retardamento da chegada da estrada de ferro, mas, sobretudo pela não entrada de Mossoró na nova divisão social do trabalho” (FELIPE, 1988, p. 33).

Sobre tal momento, Rocha (2009, p. 44) destaca também os seguintes fatos:

[...] o transporte marítimo perdeu sua função dominante no transporte de mercadorias. O transporte ferroviário redirecionou os transportes locais e regionais, de modo que, na década de 1920, o desenvolvimento da estrada de ferro de Natal – RN e de Fortaleza – CE e da Paraíba – PB facilitou o intercâmbio comercial com o interior desses estados. Mossoró não teve como enfrentar os Empórios Comerciais que lhe tomaram a dianteira. A sua estrada de ferro pouco avança e faltavam estradas de rodagem (p. 44).

Além dos processos descritos, Rocha ainda aponta mais 02 fatores determinantes para o enfraquecimento do Empório Comercial de Mossoró, a saber: o fortalecimento da Praça de Campina Grande e a emergência de novas Redes de Intercâmbio Comercial, como por exemplo, a Rede Viação Cearense, que drenava parte da atividade comercial “[...] para Baturité, Crato e Jaguaribe, uma vez que tais cidades anteciparam a construção de suas ferrovias, atraindo para si os grandes comerciantes” (2009, p. 44).

Sobre tais imperativos, o comércio de Mossoró se enfraqueceu, perdeu força, vitalidade, suas fortunas desapareceram ou subdividiram-se; essa cidade voltava a ter como suporte de sua

²⁹ A Lei 646 do ano de 1870, que autorizava a contratação de engenheiros para a construção da estrada de ferro ligando a cidade de Mossoró ao Porto Franco; a Lei 662, estabelecida em 1873, que autorizava a abertura de uma estrada ligando Mossoró a Serra de São Miguel; e a Lei do Orçamento Provincial de 1875, que objetivava a construção da estrada de ferro entre Mossoró e a Vila do Triunfo (CASCUDO, 2001; PINHEIRO, 2007).

economia, as atividades agrícolas e extrativistas. Ela perdia a sua honrosa posição de Empório, e paralelamente, diminuía sua influência sobre a região, ou seja, a sua centralidade interurbana (ROCHA, 2009). De fato, o poder de atração ou de polarização dessa cidade diminuiu nesse momento, contudo, não cessou ou deixou de pulsar – uma vez que, novas dinâmicas passaram a desenhar e afirmar essa urbe no espaço (no contexto interurbano) e no tempo (SILVA, 2017).

4 A HISTÓRIA CONTINUA... PORÉM, UMA PAUSA PARA AS IDEIAS FINAIS

Entre as décadas de 1850 a 1920, Mossoró se estabeleceu como um Empório Comercial na região, um espaço de confluência de fluxos – centralidade interurbana; diferentes elementos e fatores influenciaram nessa configuração urbano-espacial. Entretanto, no final da década de 1910, outros vetores, tanto de ordem interna como externa, fizeram com que essa urbe perdesse, mesmo que de forma temporária, o seu status de lugar central na região.

Até 1920, período em que o comércio mossoroense entrava em decadência, a economia potiguar estava fortemente interligada às atividades agropastoris, com algumas particularidades econômicas e espaciais, como por exemplo, a produção de algodão junto à cultura de alimentos (no sertão), a exploração do sal (no litoral setentrional) e a cultura do agave e o extrativismo da carnaúba e da oiticica (nos vales dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró). Nesse momento, o centro-sul do Brasil, especificadamente (de forma mais intensa), o estado de São Paulo, iniciava o seu processo de industrialização em decorrência do lucro obtido com a produção e exportação de café; esse processo demandava ou requeria, além de maquinários, a aquisição de matérias-primas que serviriam de base para a produção das mercadorias a serem industrializadas.

A crise comercial mossoroense, exposta anteriormente, e as novas demandas/realidades econômicas e produtivas do sudeste brasileiro fizeram como que os comerciantes de Mossoró, fazendo uso das riquezas acumuladas durante o estágio anterior de sua economia, começassem a reorganizar o seu espaço urbano, social, econômico-produtivo, gerando outra (nova) dinâmica socioespacial e econômica. Sobre esse período, de crise e mudanças econômicas, Felipe pontua:

A especialização da cidade deixa de ser o comércio, agora, em dificuldades, por não ter se inserido na nova divisão territorial do trabalho [...] Neste período, nascem às agroindústrias, quase todas originadas ou com ligações ao capital comercial acumulado no período do ‘empório comercial’, e/ou com a economia salineira, em processo de expansão, que vai caminhar em termos dinâmicos a essa economia agroindustrial (1982, p. 40).

Mossoró conseguiu encontrar uma nova dinâmica socioeconômica; deixava de ser um centro urbano-comercial; passava a ter como base de sustentação econômica, o beneficiamento e a exportação dos seus produtos agrários e extrativistas para o Centro-Sul do Brasil (ROCHA, 2009). Emergia assim, uma nova ou outra fase na dinâmica urbano-espacial de Mossoró, e um novo processo de reafirmação de sua centralidade interurbana – que não cessa no tempo e no espaço, mas, se reinventa de acordo com as necessidades internas e externas (SILVA, 2017).

Posto isso, pontuamos que a conjuntura espacial da cidade de Mossoró hoje – como uma centralidade interurbana ou urbanorregional – é resultado direto das dinâmicas econômicas, produtivas, sociais, culturais e políticas que ocorreram nesse espaço no passado; é fruto das transformações vem desenhando e modelando esse centro ao longo de sua trajetória histórica; e os limiares de sua centralidade, no período entre as décadas de 1850 e 1920, foram essenciais para a construção e consolidação do que essa urbe é hodiernamente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel C. de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: UFRN, 1981.

BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

CASCUDO, Luiz Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró**. 4. ed. Coleção Mossoroense. Mossoró: ESAM, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajетórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FELIPE, J. L. A. Cidade, região e dinâmica econômica: O caso de Mossoró. In: NUNES, Elias *et al* (Org.). **Dinâmica e Gestão do Território Potiguar**. Natal: Edufrn, 2007. p. 61-71.

FELIPE, J. L. A. **Elementos de Geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Universitária, 1988.

FELIPE, J. L. A. **Mossoró: um espaço em questão**. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1980.

FELIPE, J. L. A. **Organização do espaço urbano de Mossoró**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque (Coleção Mossoroense), 1982.

HARVEY, David. Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais. In: _____. **Espaços de esperança**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional**: 2010. Cidades (Mossoró). Rio de Janeiro. IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População Estimada**. 2021. Cidades (Mossoró). Rio de Janeiro. IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>. Acesso em: 10 maio. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007 (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades 2018**. Rio de Janeiro. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=15975&t=sobre>. Acesso em: 28 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Nota Metodológica -Regiões de Influência de Cidades 2018**. Rio de Janeiro. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=15975&t=sobre>. Acesso em: 28 dez. 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Comentários sobre os resultados do REGIC 2007**. Curitiba: IPARDES, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Tradução do grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (original La production de l’ espace. Primeira versão: fev/2006).

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MORAES, Antônio C. Robert; COSTAS, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

OLIVEIRA, Jionaldo Pereira. **Mossoró - espaço urbano e questões habitacionais: Análises sobre a dinâmica urbana mossoroense e a inserção da questão habitacional na atualidade**. Mossoró-RN: UERN, 2014.

OLIVEIRA, Jionaldo Pereira. Reflexões a respeito da evolução histórica da centralidade regional de Mossoró-RN e suas influências no espaço da cidade. **Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 2, n. 1, p.73-86, 2012. Semestral.

PEREIRA, Anete Marília; FRANÇA, Iara Soares de; SILVA, Isabella Cristina Cordeiro Da. Centralidade regional e novos arranjos territoriais na cidade de Montes Claros/MG. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 14, p. 43, 2015.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **Processo de urbanização da cidade de Mossoró: histórico da expansão urbana da cidade de Mossoró desde 1772 até os dias atuais**. Natal: CEFET-RN, 2007.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró: período de 1980 a 2004**. Natal: UFRN, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 6. Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, 1977. p. 81-99.

SILVA, Moacir Vieira da. **O terciário e a Centralidade Urbanorregional de Mossoró-RN**. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, UFRN, Natal, 2017.

SILVA, O. T. da. O conceito de centro e centralidade com um instrumento de compreensão da realidade urbana. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. **Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: UERJ, 2013. 11 p.

SILVA, Raimundo Nonato da. **Evolução urbanística de Mossoró**. 2. ed. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da cidade individual à rede urbana. In: _____. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. Cap. 3. p. 49-61.

SPOSITO, M. E. B. A gestão do Território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: **Território** (LAGET), UFRJ. Ano 3, n.4. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. p. 27-38.

SPÓSITO, M. E. B. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (org.). **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. Segregação Espacial. São Paulo: Contexto, 2018. p. 61-93.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. **Do centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo**. 2004. 438 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estruturas Ambientais Urbanas, Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

A CENTRALIDADE URBANA REGIONAL DO ENSINO SUPERIOR EM MOSSORÓ/RN ATRAVÉS DA MOBILIDADE ESPACIAL DE ESTUDANTES³⁰

Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida

Ademir Araújo da Costa

Introdução

A expansão física da educação superior, somando-se com o atual estágio de urbanização brasileira, demonstra um cenário propício para a articulação de centros urbanos além dos limites territoriais das Regiões Metropolitanas (RM) do país. Trazer esses aspectos para a discussão a qual pretende debruçar-se neste trabalho possibilita a compreensão de qual nível de centralidade urbana determinadas cidades dotadas desse tipo de equipamento (público ou privado) desempenha em nível regional para a atração da população estudantil.

O caso específico de Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte, não se diferencia das demais cidades que foram contempladas pela expansão da educação superior, dentre essas modificações estão a presença de novas instituições privadas nas últimas décadas e a federalização de instituições já existentes em âmbito local. A cidade detém atualmente instituições públicas (das esferas estadual e federal) e privadas que ofertam o ensino superior.

Entre as instituições que foram criadas em Mossoró, algumas dessas também se expandiram para outras cidades que compõem a região de influência, mas é considerado o quão importante Mossoró ainda exerce influência atraindo a população estudantil em nível regional.

Desse modo, o presente trabalho pauta como objetivo identificar, em nível regional, as cidades de origem de estudantes que realizam algum tipo de curso superior na cidade de Mossoró, tendo como destino às Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta desse tipo de serviços nos lugares de origem. Para tal feito, realizou-se uma pesquisa secundária nas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e *e-MEC* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Com base no encaminhando do trabalho, para atender o objetivo geral, optou-se por se debruçar diante a mobilidade realizada pelos estudantes dentro da escala regional influenciada por Mossoró entre o lapso temporal de 2010 a 2021.

30 O presente trabalho resultou da dissertação de mestrado apresentada para finalização de curso, intitulada como o título: “A mobilidade pendular de estudantes de ensino superior como indicador da centralidade urbana de Mossoró-RN”, produzida em 2022. Disponível em: <https://www.uern.br/controldepaginas/ppgeo-dissertacoes/arquivos/3645dissertaa%C2%A7a%C2%A3o_rodrigo_emanuel_de_sousa_almeida.pdf>

Para identificar as principais cidades de origem que partem o fluxo de estudantes de graduação para Mossoró e sua área de influência regional, buscou-se coletar, por meio da pesquisa das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), de onde partem os deslocamentos e suas respectivas intensidades migratórias. Além disso, também foi possível por intermédio desta verificar a centralidade de ensino superior no Rio Grande do Norte e o nível de Mossoró em nível estadual.

Para finalizar, utilizou-se das variáveis V0629 (estudante e curso que a pessoa frequenta) e V6364 (município em que a pessoa frequentava escola ou creche), filtradas pela página do Banco Multidimensional de Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BMG/IBGE), para detectar o quantitativo de pessoas envolvidas nesse fenômeno.

Para identificar as instituições que ofertam o ensino superior na modalidade presencial em Mossoró foi utilizada a plataforma *e-MEC* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Assim, o trabalho está dividido em seis momentos: introdução, discussão sobre conceitos e tipologias da mobilidade espacial da população, discussão sobre a mobilidade da população regional para Mossoró, procedimentos metodológicos, discussão a respeito dos resultados obtidos frente a centralização urbana das IES e a mobilidade de estudantes e considerações finais.

A mobilidade espacial da população: conceitos e tipologias

A mobilidade espacial da população não é um fenômeno novo na sociedade, já que desde as primeiras populações nômades o ato de mover-se sobre o espaço foi concebido como forma de sobrevivência em busca de novos lugares para realizarem suas atividades, pela busca de alimentos e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida, quando essa não é mais possível no lugar anterior.

Becker (1997, p. 341, grifos da autora) indica que:

A mobilidade desempenhou funções diferentes em diferentes modos de produção. Nas sociedades primitivas, a mobilidade representava uma forma de sobrevivência para as populações itinerantes que precisavam se deslocar para encontrar alimentos e terras férteis para seus cultivos comunitários. Na sociedade capitalista, a mobilidade representa um meio para a reprodução, uma vez que uma força de trabalho “livre” e “móvel” torna-se essencial para o processo de acumulação.

A passagem do texto acima faz referência a dois momentos temporais que também modificaram o sentido de mover-se para além da sobrevivência e consolidando-se no sistema capitalista dentro da lógica do trabalho. Segundo Gaudemar (1976), o que interessa aos estudiosos

a respeito desse fenômeno são as causas motivadoras pelas quais este se realiza, identificando a abrangência dos fluxos, suas origens e seus destinos

Provavelmente o fenômeno em questão é tratado em alguns trabalhos como migração, sendo que “A migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre o seu ambiente físico” (BECKER, 1997, p. 323).

Mas, é preciso indagar que nem toda mobilidade espacial da população deve ser definida como migração. Para Beaujeu-Garnier (1974) a mobilidade espacial da população se refere à capacidade que o indivíduo tem em se mover espacialmente entre os lugares. Ou seja, como também elucida Becker (2011), a mobilidade pode ocorrer de maneira sazonal, mensal, semanal e diária, sem que o indivíduo precise estabelecer moradia permanente no lugar de destino.

Courgeau (1988), ao diferenciar a migração da mobilidade, alega que a migração seria apenas uma parte visível de um “*iceberg*”. Partindo do preceito de que o ser humano não é externo ao espaço e ao tempo, é importante considerar que a mobilidade espacial da população não está detida apenas ao movimento realizado pelo homem no espaço, mas sim por fatores que, para além dele, influenciam nas suas ações.

Aranha (2005, p. 96) acrescenta esse olhar sobre a mobilidade inferindo que se deve: “Mensurar volume, sentido e direção desses deslocamentos é indicativo não apenas das trajetórias que as pessoas realizam no espaço, mas também das oportunidades e/ou obstáculos existentes nas cidades”.

Assim, a mobilidade espacial da população não deve ser concebida apenas como uma ação do indivíduo sobre o espaço, devido à complexidade desse fenômeno com contextos espaciais e realidades socioeconômicas diferenciadas é preciso compreender a realidade dos lugares para incidir sobre as práticas espaciais da população.

Santos (2018), ao mencionar as condições vivenciadas pelos indivíduos a partir das possibilidades de permanência e de mobilidade para evadir-se da realidade local, afirma que:

Para certos tipos de consumos, todo indivíduo, qualquer que seja sua condição ou seu nível de renda, é prisioneiro da cidade. É o caso dos bens e serviços que, por sua natureza ou devido à frequência da demanda, exigem uma proximidade no espaço e no tempo. Para outros consumos, a capacidade de escapar da sujeição ao mercado local depende da mobilidade do indivíduo, que está em estreita ligação com sua posição na escala de rendas (SANTOS, 2018, p. 336).

As cidades projetam no modo de vida da população dimensões escalares e níveis de renda diversos sob o poder de atrair habitantes e capitais a partir dos equipamentos e dos serviços oferecidos nelas. O conjunto de funções urbanas integrada à cultura urbana é refletida na vida dos habitantes através da capacidade de se organizar pelas suas necessidades, possibili-

dades, integração e articulação entre os lugares. Sendo assim, o ambiente urbano surge como consequência do espaço produzido pela junção da ação humana e do meio físico (BEAUJEU-GARNIER, 1980).

Assim, a mobilidade reflete a luz do desenrolo ocorrido nas mudanças sociais, econômicas e técnicas da sociedade, que incide diretamente nas dinâmicas populacionais. Sendo possível o ser humano ter maior fluidez no espaço a partir do uso de transportes cada vez mais eficientes, agregando-se a isso a sua condição social e econômica para dispor dos gastos a serem realizados com a mobilidade durante os deslocamentos.

Para compreender de forma abrangente e mais incisiva o que seria a mobilidade da população, de acordo com Becker (1997), os aspectos e tipos de mobilidades espaciais da população transitam por dinâmicas seguidas por escalas de análise, condição social, infraestrutura, estrutura econômica local e regional, que colaboram para a compreensão da condição espacial que os indivíduos se encontram e diante da falta de acesso a bens e serviços.

Para Courgeau (1988), a mobilidade pode ser dividida em dois tipos, sendo que o primeiro é composto por sistemas e o segundo por formas de se realizar a mobilidade. O primeiro tipo é fragmentado em sistema familiar, sistema econômico, sistema político, sistema educacional, sistema religioso, sistema afiliado de visitas amistosas e sistema informal de reuniões.

Cada um dos sistemas já apresentados tem em sua gênese formas de realizar o deslocamento, que podem ser essas por meio de viagens longas ou curtas, locais de abastecimentos, cidades universitárias, transportes universitários, local de residência, local de trabalho ou de estudo (COURGEAU, 1988). Nesse caso, seria possível mencionar as formas de se locomover como segunda tipologia, para que a mobilidade em junção com os sistemas possa ocorrer em sua concretude.

Beaujeu-Garnier (1974), Courgeau (1988) e Becker (1997) apresentam em suas análises a periodicidade dos deslocamentos referidos as suas frequências em: sazonais, semanais e diários. Os referidos períodos são determinados previamente pelos indivíduos devido a sua relação direta ou indireta a depender dos vínculos com o lugar de destino e com o lugar de origem/residência.

A reflexão sobre a mobilidade espacial da população coloca em evidência a diferenciação das suas tipologias, ou seja, considerações a respeito das motivações dos indivíduos, resultando em ações para realizar atividades recorrentes que incidem nas suas decisões.

As decisões individuais para realizar a mobilidade e buscar o acesso às oportunidades existentes em cidades próximas e distantes fazem parte de uma realidade maior de desigualdade de ofertas e de interesses capitalistas por meio da reprodução da força de trabalho, tanto na formação profissional como no consumo realizado pela população com periodicidades diferentes conforme a sua própria condição socioeconômica e espacial.

A frequência dos deslocamentos demonstra o quão recorrente pode ser a mobilidade conforme o período para essa ser realizada, levando a períodos com maior intervalo de tempo para voltar a se deslocar entre os lugares, tida como mobilidade sazonal, durando um mês ou mais para ser realizada novamente, conforme a periodicidade de determinados eventos, sejam eles para fins turísticos, trabalhos, religiosos dentre outros. Enquanto a mobilidade semanal corresponde aos deslocamentos realizados pela população que passa a semana no lugar de destino ou origem e que, conseqüentemente, só realizam o deslocamento no período de uma vez na semana.

Com efeito, as dinâmicas regionais se tornaram recorrentes a mobilidade espacial da população não apenas voltadas para as grandes cidades, mas também nas cidades pequenas e médias com base no processo de reestruturação dos circuitos produtivos, sendo capaz de atrair e reter um contingente populacional significativo, seja devido aos processos migratórios de retorno ou por causa da capacidade dos centros urbanos de menores níveis hierárquicos em reter a sua própria população.

Se reconhecermos que, de fato, há enorme número de pessoas envolvidas nesse movimento diário, comumente realizado duas vezes por dia, poderemos restringir o uso do termo a “*commuting*” a movimentos que encerrem três características: apreciável extensão, uso de alguns meios de transportes mecânicos e certo grau de convergência (BEAUJEU-GARNIER, 1974, p. 297-8, grifo da autora).

Como indica Baeninger (1996, p. 9):

Modificaram-se as formas e os processos urbanos até então vigentes nas cidades; intensificou-se a velocidade das transformações tecnológicas; as cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional; mudaram a direção e o sentido dos fluxos migratórios.

Isso se deve tanto a dimensão política quanto econômica que atuaram no direcionamento de políticas públicas para os polos regionais, havendo, dessa maneira, implicação na densidade da rede urbana e regional, ampliação na atuação dos sistemas de transportes, impulsionando a atração de indústrias com aumento das economias regionais e incidindo na diversificação do consumo imaterial, como é o caso dos serviços de saúde, educação, viagens, manifestações culturais, eventos e feiras (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

A condição estudada por Christaller (1981) sobre a centralidade das funções de um determinado centro urbano não seria explicada unicamente por uma condição natural ou de mera localização geográfica, mas estaria diretamente consubstanciada pelas práticas de sobrevivência da população e pela capacidade da circulação material e imaterial das práticas comerciais/mercantis no território.

A distância entre as áreas administrativas, aprimoramento dos transportes, motivações e as facilidade de locomoção apresentam-se sob a perspectiva de um número maior de deslocamentos, favorecendo melhores condições de produzir a mobilidade.

Considerando o cenário supracitado, compreender a dinâmica população em que as cidades interiorizadas são acrescidas durante as últimas décadas se torna pertinente, tanto pelas funções agregadas, como pelo quantitativo de fluxos e fixos nelas existentes. No próximo momento, buscou-se analisar esse fenômeno tendo como exemplo a cidade de Mossoró, no interior do estado do Rio Grande do Norte.

A influência Mossoró em nível regional e suas centralidades para atração da população

Seguindo o cenário exposto por Moreno (2013), Justino (2018) e Andrade (2019) sobre a mobilidade de estudantes para cidades com oferta de ensino superior, principalmente destinada análise as cidades interiorizadas, e Silva (2017), indicando que Mossoró se insere nessa condição, identificando os deslocamentos diários utilizando-se de “transportes estudantis”, buscou-se utilizar dos seguintes procedimentos metodológicos: coleta de dados secundários. Após essa coleta, um questionário destinado aos estudantes para compreender a mobilidade pendular para além do próprio movimento do fluxo em si.

Mossoró, no Rio Grande do Norte, possui papel considerável no interior do estado por meio da sua ação articulada aos demais centros que envolvem a rede urbana regional e os grandes centros urbanos, sendo a única cidade do estado, ademais da Região Metropolitana de Natal (RMN), com características de cidade média e a única no estado na condição de Capital Regional Tipo C (IBGE, 2020).

Além disso, essa capital regional conta com uma estimativa populacional de 303.792 habitantes em 2021 (IBGE, 2021)³¹. No último censo realizado em 2010 a população da cidade era composta por 259.815 habitantes, conforme esse dado, a cidade concentrava um total de 91% da população vivendo na área urbana, enquanto apenas 9% estava localizada na área rural (IBGE, 2012)

Localizada na mesorregião do Oeste Potiguar, Mossoró é dotada de características geomorfológicas e climáticas importantes para o desenvolvimento econômico e social. No entanto, não somente essas características moldaram o seu desempenho na economia local e regional, mas também a junção dos processos históricos e regionais intermediados pelo desenvolvimento econômico, social e natural, fizeram com que a cidade se constituísse como um lugar propício para os investimentos públicos e privados, potencializando os setores econômicos e, principalmente, as atividades produtivas.

31 <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>. Consulta realizada em setembro de 2021.

É nesse sentido que as mudanças na organização espacial da população e na localização de empresas e nos seus interesses fortalecem a atuação tanto de Mossoró como de cidades próximas na economia do estado. A integração da região em que Mossoró desempenha papel de polo regional está em consonância direta com o setor produtivo e com a oferta de bens e serviços, estabelecendo importantes ligações com as demais cidades sob sua área de influência.

Silva (2017) destaca a importância da população para a centralidade dos bens e serviços na dinâmica local e regional, que contribui significativamente para a economia da cidade e maior fluxo monetário, além de reafirmar Mossoró como centralidade a partir da oferta de bens e serviços no setor terciário que a coloca como destaque urbano e regional:

Esse espaço urbano é central não pela sua posição geográfica, posicional ou física, mas por sua importância, face às funções que exerce, em decorrência da oferta de bens e serviços, o que termina por atrair os fluxos de pessoas que para cidade de Mossoró convergem, no sentido de atender suas demandas (SILVA, 2017, p. 147).

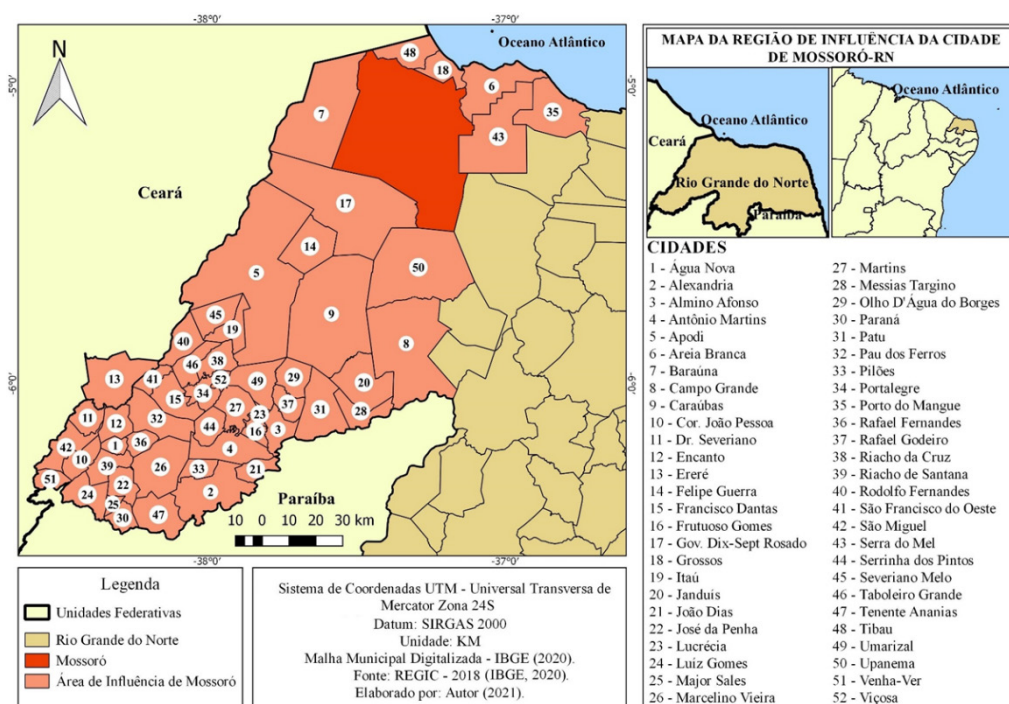
Com a instabilidade das atividades produtivas e econômicas, Mossoró se consolidou, ao passar dos anos, como centralidade regional, servindo diretamente à população de outros centros urbanos de níveis hierárquicos menores a partir do terciário local, movimentando a circulação de pessoas e capitais na cidade.

Mossoró cumpre papel regional de influência com dinamismo populacional e econômico, sendo estrategicamente dotada de infraestrutura, oferta de bens, serviços e melhor qualidade de vida para a população local e regional. Algo que ocorre com as mesmas cidades que desempenham condições de cidades médias no país, sendo que essas têm “[...], permitindo atender às expectativas de empreendedores e cidadãos, manifestados na qualidade de equipamentos urbanos e na prestação de serviços públicos, evitando as deseconomias das grandes cidades e metrópoles” (MOTTA; MATA, 2008, p. 34).

Nessa perspectiva, a cidade atua como centro articulador na rede urbana regional, podendo ser “[...], definida pelo conjunto de centros articulados entre si. Considerada como uma síntese, se não de todas, de muitas e muitas redes geográficas cujo nós e fluxos específicos se iniciam ou finalizam-se ou passam pelas cidades” (CORRÊA, 2012, p. 204).

Conforme a pesquisa das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) realizada no ano de 2018 pelo IBGE (2020), Mossoró é considerada uma Capital Regional Tipo C na hierarquia da rede urbana brasileira, integrando sob sua influência um total de 52 cidades, sendo um Centro Sub-Regional B (Pau dos Ferros), três Centros Zona B (Antônio Martins, Patu, São Miguel) e quarenta e oito Centros Locais. Apenas uma das cidades está localizada no Ceará (Ereré), enquanto as demais se encontram no Rio Grande do Norte (Mapa 1).

Mapa 1 - Área de Influência de Mossoró



Fonte: REGIC – 2018 (IBGE, 2020).

A área de influência definida pela pesquisa REGIC³² segue critérios na aplicação metodológica a partir da área polarizada que depende de forma direta de cidades com níveis de hierarquia urbana diferentes ou semelhantes no país. Mesmo que algumas cidades não apareçam diretamente sob a área de influência de Mossoró, essas conseguem estabelecer vínculos mediante às funções urbanas desenvolvidas por essa cidade em maior ou menor nível de atração.

À medida que o desenvolvimento local é ampliado por meio das funções urbanas, cresce também a presença de pessoas oriundas de cidades pertencentes a área polarizada por Mossoró. A dinâmica populacional, atraída pelo consumo local de bens e serviços, reflete na realidade aparente das diferenças de ofertas no lugar de origem da população e do lugar de destino onde realizam as suas atividades mais rotineiras. Isso ocorre em detrimento da concentração e diversidade de funções que colocam Mossoró como centralidade regional por meio da sua oferta de bens e serviços, proporcionando maior número de interações espaciais que se materializam mediante os deslocamentos da população (SILVA, 2017).

Elias e Pequeno (2010, p. 120) chamam atenção para o destaque sobre a relação entre os deslocamentos e a centralidade de Mossoró na atração da população:

32 IBGE (2020, p. 11) elenca seus critérios na hierarquia urbana “[...] a partir funções de gestão que exercem sobre outras cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresarias quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades”.

A condição de centralidade de Mossoró pode ser ainda melhor comprovada, se considerarmos as inter-relações apontadas pelos municípios sob sua influência no que se refere ao deslocamento desses para Mossoró com vistas ao uso de transportes coletivos, à realização de cursos de nível superior, à utilização de serviços de saúde especializados, à compra de insumos e à comercialização de produtos agropecuários.

Quanto maior a demanda gerada pelo consumo regional por tal bem e serviço, maior será a atuação de investimentos para a instalação de fixos que possibilitem atuarem em favor dos fluxos para sobrepor os desejos das populações e aos interesses capitalistas. O mesmo ocorre ao contrário, quando os fixos conseguem gerar novos fluxos a partir das desigualdades de ofertas entre os lugares.

A desigualdade de ofertas é visível a partir das funções desempenhadas pelas cidades e suas definições na rede urbana brasileira e regional. Isso faz com que algumas cidades tenham maior influência sobre as outras e consigam atrair maior número de indivíduos que estão propícios a realizarem os deslocamentos.

Dessa forma, principalmente a partir da centralidade exercida por Mossoró, contabiliza-se sob a sua área de influência um total de 21% da população total do Rio Grande do Norte, conforme estimativa do IBGE (2021). Como pode ser visto na tabela 1 a presença da população que não se fixa na cidade tem peso considerável para a densidade populacional local, mesmo que de forma temporária:

Tabela 1 - População fixa e móvel na área influenciada por Mossoró

Ano	Total da população (Fixa+Não fixa)	População fixa estimada	População não fixa	População regional estimada
2016	312.817	291.937	20.88	750.717
2017	317.546	295.619	21.927	756.571
2018	317.046	294.076	22.97	749.796
2019	321.391	297.378	24.013	758.017
2020	325.673	300.618	25.055	765.92
2021	329.89	303.792	26.098	753.901

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) com base nos dados de START (2019) e IBGE (2021).

Além de servir a própria população com diversos serviços, Mossoró consegue atrair uma estimativa em 2021 uma população de 26.098 pessoas pertencentes ou não a sua região de influência, dinamizando o número de fluxos para a cidade e, principalmente, para consumirem os bens e serviços prestados na cidade. No entanto, a influência urbana e regional de Mossoró ultrapassa o seu limite territorial, polarizando uma área que atende a um total de 753.901 pessoas que dependem das funções centrais exercidas pela segunda maior economia do estado.

Para compreender essa dinâmica, Silva (2017) parte de três variáveis ao analisar os deslocamentos da população oriunda de cidades que têm como destino a cidade de Mossoró. Entre essas variáveis estão: a origem dos fluxos da população, o perfil socioeconômico e a motivação dos fluxos (finalidades).

Segundo o relatório da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (FECOMÉRCIO/RN), a população pode ser classificada conforme as variáveis citadas acima como: tendo sua **origem** em cidades do Oeste Potiguar, mas também demais cidade do próprio Rio Grande do Norte, cidades do Ceará, Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Alagoas e Piauí; o **perfil socioeconômico** dessa população é, em sua maioria, composto por pessoas que recebem entre dois a cinco salários mínimos, com ensino médio completo e acima, entre 25 a 34 anos de idade, casado(a) e sendo em sua maioria homens; entre as **motivações dos fluxos** estão as compras, emprego/negócios, serviços de saúde, serviços bancários e correios, visitas a parentes, transporte de pessoas, passeio e universidades (FECOMÉRCIO/RN, 2015).

No caso do ensino superior, a população regional se destina às cidades pertencentes ao Arranjo Populacional de Natal, Mossoró, Pau dos Ferros, Assú, Caicó, Currais Novos, Patu, Santa Cruz, Caraúbas e Angicos (IBGE, 2020), além das cidades que detêm de menores indicadores tanto de oferta como de dinâmica de estudantes. A dinâmica da população estudantil para cursar o ensino superior torna os espaços urbanos e regionais das cidades supracitadas com maior índice de fluidez por meio da mobilidade realizada pelos estudantes até a localização onde as instituições se encontram instaladas.

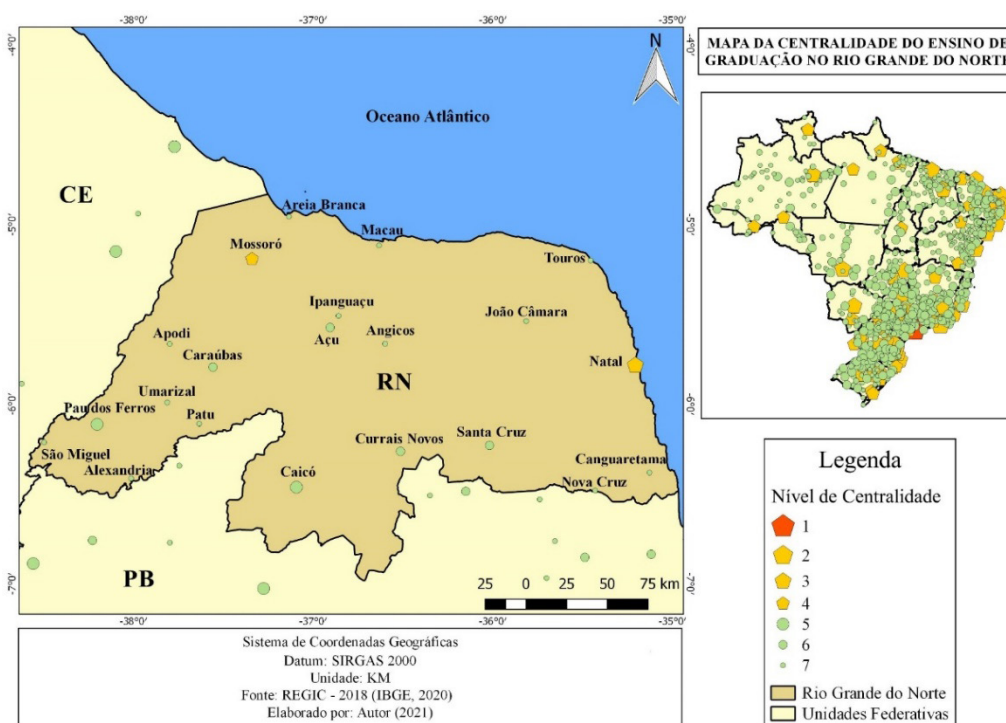
A diferença dos deslocamentos realizados pelos estudantes para as Instituições de Ensino Superior (IES), é que enquanto os demais são feitos de maneira mensal, sazonal, semanal, os deslocamentos da população estudantil são feitos de forma comumente durante os dias letivos de aula nas instituições, ou seja, da segunda-feira a sexta-feira.

A realização da mobilidade pendular de estudantes do ensino superior através dos deslocamentos diários

Partindo da premissa que os estudantes buscam em Mossoró a oferta de cursos em instituições que não existem no seu lugar de origem/residência, pretende-se exibir o quantitativo de instituições entre o lugar de origem dos deslocamentos e das IES existente na cidade de Mossoró e a oferta de cursos na modalidade presencial.

Os cursos no ensino superior ofertados pelas instituições em Mossoró compõem o nível de centralidade quatro na graduação em escala nacional. Na escala estadual, está apenas atrás de Natal, que detém o terceiro nível de centralidade (Mapa 2), enquanto que para o ensino superior em pós-graduação ocupa o sexto nível, sendo o segundo maior nível de centralidade entre três que se fazem presentes no estado.

Mapa 2 - Centralidade do Ensino de Graduação em Mossoró/RN



Fonte: Elaborado por Almeida (2022) com base na REGIC – 2018 (IBGE, 2020).

A centralidade do ensino superior está ligada ao quantitativo de cursos, instituições, matrículas e vagas. Acrescenta-se a isso os fluxos dos estudantes por meio dos deslocamentos entre o lugar de origem/residência e o lugar de destino onde estão localizadas as instituições de ensino superior.

Em Mossoró, a condição de centralidade no ensino superior exercida pela cidade é trabalhada pelos autores Elias e Pequeno (2010), Medeiros (2013), Lima (2014), Silva (2017) e Macedo (2017), que ressaltam a sua diversidade de cursos, vagas, matrículas e origem dos deslocamentos de estudantes de cidades próximas com destino às instituições localizadas em Mossoró. Conforme os autores anteriormente citados, Mossoró é responsável por atrair fluxos de estudantes e dinamizar, assim, o espaço urbano e regional no interior do Rio Grande do Norte.

Para compreender o papel de centralidade regional de Mossoró pelas instituições de ensino superior, também se faz pertinente perpassar pelo real interesse de implementar as IES em locais estratégicos para potencializar o desenvolvimento regional dessas áreas. Assim, como enfatiza Baumgartner (2015, p. 75-6):

A implementação de uma universidade ou campus de uma universidade pública afeta as dinâmicas urbanas e regionais de cidades médias e pequenas, dentro de uma estratégia governamental de promoção do desenvolvimento que, para além do impacto econômico direto através da geração de empregos públicos de alta qualificação e gastos básicos de alunos e professores, promove a melhoria dos padrões educacionais, qualificação da força de trabalho, avanço e desenvolvimento tecnológico e cultural.

Situadas de forma estratégica nas médias e pequenas cidades no interior do Rio Grande do Norte, as instituições que ofertam os cursos de nível superior também se concentram na cidade de Mossoró, beneficiando a população regional e favorecendo a lógica capitalista de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho, tanto na iniciativa privada quanto pública.

A presença de instituições em cidades que desempenham influência regional no interior dos estados brasileiros, somando-se a isso as formas de acesso ao ensino superior, favorece à possibilidade do estudante em optar pela escolha do local da IES e do curso no nível superior conforme os seus interesses e/ou as melhores probabilidades de finalizar os cursos selecionados em cidades diferentes daquelas que residem.

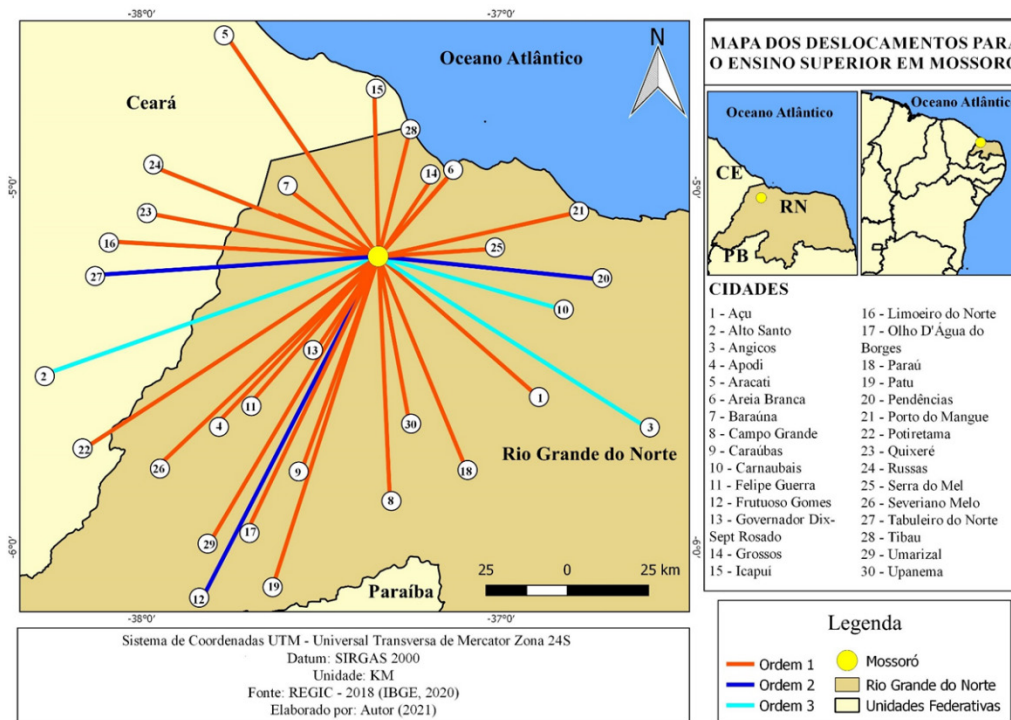
Bersot (2019, p. 1.376) menciona que “a ausência de instituições de ensino técnico e/ou superior em diversas cidades faz com que as que dispõem dessas instituições se tornem centrais na oferta de cursos, estimulando, assim, a ida de estudantes em busca dessas vagas”.

Entre as IES que oferecem cursos na modalidade presencial na cidade de Mossoró estão a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a Universidade Potiguar (UNP), a Faculdade de Enfermagem e de Medicina Nova Esperança (FACENE), a Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FCRN), a Faculdade Regional da Bahia (UNIRB), a Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU) e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Assim, Mossoró está, dentro desse quadro de análise, sobre os deslocamentos de estudantes para instituições de ensino superior e sua intensidade, apresentando-se como centro funcional capaz de atrair população regional, exercendo integração entre as cidades articuladas a sua área de polarização, da mesma forma que as ações dos indivíduos atuam dando significados aos equipamentos fixos, os quais atualmente se encontram imbuídos de “[...] conteúdo técnico” (SANTOS, 2017, p. 86), mesmo com a diminuição de deslocamentos de estudantes para as cidades como Mossoró, que em 2007 tinha fluxos irradiados de 68 cidades diferentes, entre os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (IBGE, 2008).

No mapa 3 é possível verificar os deslocamentos para Mossoró em função do ensino superior ofertado pelas IES na cidade no ano de 2018 (IBGE, 2020).

Mapa 3 - Origem de Deslocamentos para o Ensino Superior em Mossoró/RN



Fonte: Elaborado por Almeida (2022) com base na REGIC – 2018 (IBGE, 2020).

Cada ordem corresponde a intensidade que os deslocamentos são realizados, conforme a sua recorrência até o local onde os estudantes cursam o ensino superior, sendo a ordem 1 a mais intensa, a ordem 2 com média intensidade e a ordem 3 com menor intensidade. A origem do fluxo dos deslocamentos com menor distância de Mossoró é da cidade de Grossos, que fica a 31 km e é pertencente a ordem 1 de frequência dos deslocamentos.

O fluxo com maior distância é de 121 km, entre Mossoró e a cidade de Frutuoso Gomes, localizada na região do Alto Oeste Potiguar, pertencente a ordem 2, que está a 49 km de distância de Pau dos Ferros, que detém centralidade nível 5 na oferta de cursos em graduação, que corresponderia a capacidade de cada cidade atrair serviços para a área da educação em nível superior para a população, ou seja, quanto mais próximo do nível 1, maior será a atuação de determinadas cidades em ofertar esse tipo de serviço.

Assim, quanto mais próximas as cidades estão de Mossoró, maior se apresenta a frequência dos deslocamentos da população estudantil. Sejam esses deslocamentos realizados de forma diária, semanal ou sazonal, considerando-se que os estudantes pré-estabelecem a recorrência dos deslocamentos conforme as suas necessidades e o cronograma das instituições que detêm vínculos.

Dessa maneira, quanto menor for a ordem dos deslocamentos realizados, maior será a sua frequência e maior a probabilidade de os estudantes recorrerem ao deslocamento para não perderem o vínculo com o seu lugar de origem/residência.

A expressividade do contingente populacional de estudantes é refletida no último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 (2012). Os microdados do censo realizado em 2010 apresentam as cidades que os estudantes têm e o seu destino para Mossoró. No entanto, há limitações no que se refere à inconsistência de dados basilares para a estimativa do quantitativo de estudantes com origem de algumas dessas cidades, entre elas: Alto Santo, Angicos, Campo Grande, Paraú, Pendências, Porto do Mangue, Potiretama e Tabuleiro do Norte, que não são apresentadas devido à incipiência ou a não disponibilidade no BME (Quadro 1).

Quadro 1 - Quantitativo de estudantes por cidade³³

Cidades	UF	Origem
Açu	RN	250
Apodi	RN	585
Aracati	CE	276
Areia Branca	RN	389
Baraúna	RN	221
Caraúbas	RN	207
Carnaubais	RN	37
Felipe Guerra	RN	112
Frutuoso Gomes	RN	41
Governador Dix-Sept Rosado	RN	167
Grossos	RN	127
Icapuí	CE	206
Limoeiro do Norte	CE	100
Olho D'Água do Borges	RN	30
Patu	RN	54
Quixeré	CE	74
Russas	CE	304
Serra do Mel	RN	101
Severiano Melo	RN	80
Tibau	RN	52
Umarizal	RN	52
Upanema	RN	243
Total		3.708

Fonte: Microdados 2010 (IBGE, 2012).

O total de 3.708 estudantes advindos das cidades listadas acima correspondem pela expressividade dos deslocamentos existentes na dinâmica da população estudantil para Mossoró. Em algumas cidades, mesmo que detenham deslocamentos referentes à mobilidade pendular, os seus quantitativos têm apresentado baixa representatividade e não exatidão na sua quantificação. Atribuído a isso, a mobilidade ocorre de formas diferentes, com temporalidades variadas

33 Observação: Para obtenção desses dados foi utilizado Banco Multidimensional de Estatísticas (BME) a partir das variáveis V6364 (Município em que a pessoa frequentava escola ou creche, quando em município diferente daquele em que residia) e V0629 (Curso que a pessoa frequentava).

e com realidades diversas, podendo variar de acordo com cada população e a cada período.

Entre as cidades de origem dos estudantes, pode-se identificar que sete (Areia Branca, Açu, Angicos, Apodi, Caraúbas, Umarizal, Upanema) dessas cidades no Rio Grande do Norte possuem instituições que o ensino superior na modalidade presencial e cinco (Alto Santo, Aracati, Limoeiro do Norte, Russas, Tabuleiro do Norte) no Ceará também possuem a mesma oferta na modalidade presencial nas IES (*e-MEC*, 2021).

Como pondera Silva (2017), entre os deslocamentos dos estudantes realizados com maior frequência estão aqueles que acontecem diariamente entre os dias letivos de aulas, ou seja, mesmo que haja outras formas de deslocamentos da população estudantil até Mossoró para cursar o ensino superior, a que se destaca com maior interação entre as unidades espaciais de origem e destino são feitas pela mobilidade pendular. Mesmo que o quantitativo de estudantes não seja apresentado em sua totalidade pelo IBGE (2012), o número de estudantes que realizam a mobilidade pendular pelos deslocamentos diários segue impreciso nas plataformas governamentais por englobar de forma geral o fenômeno.

Os estudos realizados por Medeiros (2013) e Silva (2017) contemplam essa coleta de dados e de informações, limitando questionários aos motoristas e as temporalidades que os estudantes gastam para se locomoverem entre Mossoró e seus lugares de origem/residência.

Essa realidade está além do apenas ir e vir da população estudantil entre os lugares que frequentam. Isso porque a vivência dos estudantes é construída por intermédio das experiências que esses têm entre as unidades espaciais, além da problemática existente, que vão desde as oportunidades de acesso ao ensino e a mobilidade por meio do transporte, como também os gastos realizados, as dificuldades de deslocamentos, dentre outros acontecimentos que dificultam a permanência dos estudantes nas IES.

Assim, faz-se necessário perceber a mobilidade pendular por meio dos principais atores (estudantes, motoristas, associações dos estudantes e órgãos municipais) desse fenômeno recorrente que altera a realidade da cidade e da região de forma significativa, tanto pela desigualdade de cursos e instituições existentes na região, quanto pela circulação de transporte.

O atual cenário existente entre as cidades e Mossoró se apresenta como fator de repulsão e atração da população estudantil, o que ocasiona os fluxos da população estudantil que ultrapassam os limites territoriais da cidade e do estado, como no caso das cidades do Ceará (interestadual) e com as cidades do Rio Grande do Norte (interestadual), tendo como reflexo as interações entre essas unidades espaciais, utilizando-se de transportes públicos e privados para chegarem até Mossoró.

Considerações finais

O trabalho não teve como prerrogativa esgotar as discussões que estão intrínsecas aos fenômenos de mobilidade espacial da população e da centralidade urbana, mas dedica-se à exposição de como esses existem em Mossoró em torno dos deslocamentos realizados por estudantes em nível regional.

Mossoró atualmente exerce influência regional, polarizando diretamente 52 cidades, uma pertencente ao estado do Ceará e 51 próprias do Rio Grande do Norte, sendo todos pertencentes ao Oeste Potiguar do estado. No entanto, a origem dos estudantes que se deslocam para cursar o ensino superior são oriundos de 30 cidades diferentes, sendo 8 cidades do Ceará e 22 do Rio Grande do Norte. A influência que Mossoró exerce por meio da centralidade do ensino superior não se limita às cidades que compõem a região de influência, indo para além do próprio Oeste Potiguar.

A cidade conta com um total de 8 instituições de ensino superior, variadas entre 3 públicas (1 estadual, 2 federal) e cinco privadas, ofertando também cursos que vão desde graduação a pós-graduação. Apesar de possuir IES em algumas das cidades que os estudantes são oriundos, estes estão inseridos nos deslocamentos para cursar o ensino superior em Mossoró.

É indicado aos próximos trabalhos o aprofundamento entre a comparação dos fluxos de estudantes durante e após a expansão da educação superior no século XXI, se ocorreu alguma diminuição dos fluxos ou se os estudantes egressos conseguem se fixar nos seus lugares de origem após a finalização da sua formação, buscando a inserção dessa discussão com a implementação e/ou avaliação das políticas públicas direcionadas a esse nível de ensino. Além de identificar as motivações que contribuem para que os discentes, mesmo com IES na cidade de origem, optem por realizar os deslocamentos para cursar o ensino superior nas instituições localizadas na cidade de Mossoró.

Referências

ANDRADE, Í. L. **A mobilidade pendular como indicador na caracterização de cidades médias**. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2019.

ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 96-109, out./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v19n4/v19n4a06.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2020.

BAENINGER, R. Reestruturação urbana: características e tendências do caso brasileiro. **Documentos Docentes**, Santiago do Chile, p. 01-39, mai. 1996. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/9714>. Acesso em: 02 de dez. 2020.

BAUMGARTNER, W. H. Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: análises sobre o processo de instalação de novos campi universitários. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 73-93, jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2525>. Acesso em: 10 de set. 2021.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia de População**. Tradução: Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Editora Nacional, 1º reimp, 1974.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

BECKER, O. M. S. Mobilidade Espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319-367.

BECKER, O. M. S. Deslocamentos populacionais pendulares em áreas ligadas à indústria petrolífera no estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2000. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, p. 1-15, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820343.pdf>. Acesso em: 17 de jan. 2021.

BERSOT, I. F. Movimento pendular: o deslocamento diário dos estudantes universitários de Conceição de Macabu com destino a Campos dos Goytacazes no Norte Fluminense. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2019, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES, 2019. p. 1.367-1.384. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26607>. Acesso em: 02 de mar. 2021.

CHRISTALLER, W. **Os lugares centrais na Alemanha do Sul**. Tradução Mário Antônio Eufrásio. São Paulo: [s.n.], 1981.

CORRÊA, R. L. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 16, p. 199-218, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2378>. Acesso em: 20 de jun. 2021.

COURGÉAU, D. **Méthodes de mesure de la mobilité spatiale**: migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris: Populatio, 43e année, n° 4-5, 1988.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FECOMERCIO/RN. **Pesquisa População Flutuante de Mossoró – RN**. 2015. Disponível em: <https://fecomerciorn.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Relat%c3%b3rio-Popula%c3%a7%c3%a3o-Flutuante-Mossor%c3%b3-2015.pdf>. Acesso em: 23 de mai. 2021.

GAUDEMAR, J.-P. de. **Mobilité du travail et accumulation du capital**. Paris: Librairie François Maspero. 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2007 (REGIC)**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>. Acesso em: 09 de mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018 (REGIC)**. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/p-anorama>. Acesso em: 03 de jul. 2021.

JUSTINO, T. S. **O efeito da expansão da educação superior na pendularidade no interior do Nordeste brasileiro em 2000 e 2010**. 2018. 75 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Natal, 2018.

LIMA, L. D. **Avaliação de impacto das instituições privadas de ensino superior financiadas pelo programa FNE comércio e serviços do Banco do Nordeste: um estudo de caso no município de Mossoró no Rio Grande do Norte**. 2014. 212 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fortaleza, 2014.

MACEDO, I. M. M. D. **Desenvolvimento urbano da cidade de Mossoró – Séc XXI: aprendendo com o passado para compreender o presente e antecipar o futuro**. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão Ambiental) – Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Porto, 2017.

MEDEIROS, P. L. S. **A centralidade de Mossoró a partir da educação e da saúde**. 2013. 68 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Mossoró, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Sistema e-Mec**. 2021. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 de jan. 2021.

MORENO, B. B. **A centralidade do ensino superior e o processo de redefinição socioespacial em Dourados-MS**. 2013. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Dourados, 2013.

MOTTA, D.; MATA, D. Crescimento das cidades médias. **Boletim Regional Urbano**. Brasília: IPEA, n. 1, p. 33-38, dez. 2008. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5525/1/BRU_n1_crescimento.pdf. Acesso em: 20 de jul. 2021.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnicas e tempo, razão e emoção. 4. ed. 9. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São, 2018.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, M. V. **O terciário e a centralidade urbanorregional de Mossoró-RN. 2017**. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2017.

START. Plano Municipal de Saneamento Básico de Mossoró/RN. **Relatório Final do PMSB de Mossoró/RN**. 2019. Disponível em: <https://www.prefeiturademossoro.com.br/wp-content/uploads/2019/12/PRODUTO-K-RELAT%C3%93RIO-FINAL-PMSB-MOSSOR%C3%93-22.11.19-4.pdf>. Acesso em: 20 de mai. 2021.

A CIDADE ENQUANTO ESPAÇO DE LUTA DA JUVENTUDE ATIVISTA CLIMÁTICA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO JOVENS PELO CLIMA, MOSSORÓ (RN)

Erik Albino de Sousa

Enaira Liany Bezerra dos Santos

Heloise Almeida Luna

Introdução

O período vivenciado pela sociedade nas últimas décadas tem sido nomeado pela comunidade científica como o Antropoceno (ARTAXO, 2014), período em que as ações humanas adquirem o poder de influenciar tanto a dinâmica do planeta Terra quanto os eventos geológicos.

Com grandes magnitudes e de maneira comprovada cientificamente, as atividades antrópicas têm influenciado a aceleração das mudanças climáticas globais e outros eventos que podem ter consequências irreversíveis para o meio ambiente e a saúde global. Conforme Artaxo (2020), tais efeitos contribuem na formação de três crises emergenciais e inter-relacionadas, sendo elas a crise na saúde, na biodiversidade e a crise climática.

A questão climática tornou-se complexa, demandando diferentes reflexões e soluções, e resultando em efeitos diferentes em cada região do planeta. Tais efeitos, conforme alguns estudos, tendem a ser mais sentidos pelos países menos desenvolvidos e pela população com menor poder de resposta. Países da América do Sul, como exemplo o Brasil, podem ter populações e grupos extremamente vulneráveis às consequências das mudanças climáticas. Por isso, o termo justiça social climático emerge como uma demanda social.

Apesar da importância de movimentos jovens na representação social e na conquista de direitos já garantidos legalmente em relação à justiça climática, pouco se conhece sobre a atuação efetiva desses grupos – quais as formas de articulação, atuação, quais as lacunas e os potenciais para o alcance de uma sociedade que pense na questão climática também enquanto questão de justiça social, econômica e ambiental. Tais movimentos:

[...] têm um papel importante na ampliação e acumulação de forças e experiências. Mascam o início de um processo que tende a afetar a vida daqueles que dele participam, pelo enriquecimento que o contato com o outro propicia e que o debate estimula. Poderá reforçar ou mesmo detonar avanços políticos em direção à democratização, na medida em que traduz a ideia do sujeito coletivo, como revelação da identidade do homem, através da ação. (CARLOS, 2008, p. 87-88)

Para a autora, a cidade se configura como espaço e campo de visibilidade das manifestações plenas de luta e ação desses grupos conscientes das condições de vida diversas, que tanto se empenham pela cidadania e pelo direito a uma vida decente para todos.

Assim, o objetivo do presente artigo foi discutir a cidade de Mossoró enquanto campo e espaço de luta pela justiça climática a partir do movimento Jovens Pelo Clima. O trabalho teve como objetivos específicos: 1) mapear instrumentos legais nacionais e locais que versam sobre justiça climática; 2) analisar o alinhamento das iniciativas do movimento com os instrumentos mapeados, identificando os pontos fortes e lacunas; e 3) elencar quais as iniciativas adotadas pelo movimento Jovens Pelo Clima na cidade de Mossoró.

A metodologia do trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2002), onde foram analisados, além de outros trabalhos, legislações relacionadas à justiça e adaptação climática no Rio Grande do Norte e no Brasil e relatórios e entrevistas dadas pelos integrantes do movimento Jovens Pelo Clima Mossoró-RN. Os materiais que serviram de base para o presente estudo foram compilados e analisados com vistas a traçar um histórico do movimento e a entender as demandas e o escopo legislativo relacionado à temática.

1.1 Instrumentos legais de garantia à justiça climática

O aumento exponencial da emissão de gases de efeito estufa e a consequente aceleração da crise climática tornaram-se o principal desafio do século XXI, sendo o termo “emergência climática” o mais utilizado por especialistas e ativistas para expor o momento atual enquanto “uma situação em que é necessária uma ação urgente para reduzir ou interromper a mudança climática e evitar danos ambientais potencialmente irreversíveis.” (DICIONÁRIO OXFORD, 1990). Nesse sentido, a crise climática atravessa todas as áreas de vivência e pesquisa na atualidade e, na área jurídica, por sua vez, há diversos ordenamentos legais que garantem a integridade do meio ambiente e, por consequência, a justiça climática.

A justiça climática é aqui compreendida como um desdobramento da justiça ambiental, tratando-se do enquadramento ético, político e jurídico da questão climática, de modo a garantir equidade no combate às mudanças climáticas, especialmente nas políticas de mitigação e redução de danos dos efeitos já sentidos pelas populações.

Assim, tendo em vista o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva presente no Art. 5, inciso XXXV da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), a legislação precisa contemplar as necessidades sociais extremas que surgem diante da crise climática para garantir, além do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 1988), os direitos sociais à vida, à saúde e à moradia, entre outros que devem amparar principalmente os mais atingidos pelos efeitos das mudanças climáticas.

Destaca-se que os principais impactados pela emergência climática encontram-se nas periferias urbanas, onde há uma expansão urbana rápida e não planejada e a ausência histórica de assistência social (BÖRNER, 2021). Por isso, apesar dessa emergência atravessar vivências de todo o mundo, é necessário que a mitigação de seus efeitos seja feita de forma interseccional, para que as populações com maior grau de exposição ao risco estejam amparadas judicialmente.

Diante da abissal diferença de relações com as mudanças climáticas, a exclusão do acesso do direito ao meio ambiente torna-se factível e pode ser observada enquanto uma situação lesiva à Constituição de 1988 que, em seu capítulo VI, Artigo 225, garante o direito *erga omnes* ao meio ambiente, cujo significado é aprofundado por juristas especialistas em Direito Ambiental, como será exemplificado abaixo.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O direito ao meio ambiente equilibrado é de cada um, como pessoa humana, independentemente de sua nacionalidade, raça, sexo, idade, estado de saúde, profissão, renda ou residência. O uso do pronome indefinido – todos – alarga a abrangência da norma jurídica, pois, não particularizando quem tem direito ao meio ambiente, evita que se exclua quem quer que seja. (MACHADO, 2010).

Como já citado anteriormente, sabe-se que as mudanças climáticas afetam todas as localidades do mundo, mas seus efeitos são sentidos de forma diferente a depender de diversos fatores, como a localização geográfica e o histórico de adaptação infraestrutural. No Rio Grande do Norte, é possível afirmar que existem impactos das mudanças climáticas, os quais são principalmente o aumento do nível do mar e a erosão na zona costeira, a inundação de áreas urbanas e a desertificação, concentrada principalmente no Seridó potiguar, uma região que já sofre com escassez de recursos hídricos e degradação ambiental e apresenta uma tendência de aumento dos níveis de aridez.

Existem evidências de que as alterações ambientais em decorrência das mudanças climáticas podem ser as responsáveis por alterar o período de desova de tartarugas marinhas no litoral sul do Rio Grande do Norte (OLIVEIRA, 2018), assim como pela precipitação pluvial anômala nos municípios, onde as mudanças climáticas se somam ao mau uso do solo e ao desflorestamento dos ecossistemas, produzindo efeitos drásticos que minam a qualidade de vida da população (SANTOS, 2006). Desse modo, a adaptação à mudança do clima é uma necessidade da população potiguar para a qual a legislação e os instrumentos jurídicos podem ser uma solução.

A adaptação aos efeitos adversos é entendida como o conjunto de iniciativas e medidas que tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade de regiões, ecossistemas, populações e atividades para, desta forma, minimizar os impactos e os prejuízos advindos dos efeitos das mudanças climáticas, os atuais e os esperados. (ENAP, 2018). Diante de um cenário em que esses efeitos adversos são vivenciados diariamente, a produção legislativa deveria acompanhar

as ânsias da população.

Porém, utilizando a ferramenta do “Banco de Legislações Climáticas” do Instituto Clima de Eleição³⁴ (INSTITUTO CLIMA DE ELEIÇÃO, 2022), até janeiro de 2023 não foi encontrado nenhum registro de iniciativas legislativas para a pauta climática e temas correlatos no Rio Grande do Norte. Além disso, ao pesquisar no site oficial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte³⁵ (em 25 de janeiro de 2023), encontrou-se apenas uma lei relativa à palavra-chave “clima”, a Lei Ordinária Nº 11.292 de 2022, que ratifica a constituição de um consórcio interestadual sobre o clima. Portanto, não foi encontrada nenhuma lei específica que trate das mudanças climáticas no estado.

Tendo em vista os fatos apresentados, observa-se que a ausência de acompanhamento legislativo das mudanças climáticas e seus efeitos nas vidas dos potiguares representam uma transgressão do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, que consta no Art. 225 da Constituição Federal, especialmente no que se refere ao dever de preservá-lo para as futuras gerações, já que a tendência de agravamento das mudanças climáticas, em conjunto com a falta de projetos para a contenção de seus efeitos, minaria a qualidade de vida das futuras gerações e seu acesso a um meio ambiente sadio.

Focando no município de Mossoró/RN, onde se concentra a atuação da juventude ativista pelo clima, a ser aprofundada no tópico seguinte, destaca-se que o município é localizado em uma área de grande incidência de ondas de calor, com temperatura média anual de 27,8°C. Por fazer parte da região do semiárido nordestino, o risco de impacto para a seca, registrado historicamente desde o século XVI, tem uma tendência de aumento a partir dos efeitos das mudanças climáticas.

No período de 2012 a 2015, uma intensificação dos efeitos do fenômeno El Niño provocou a seca de maior intensidade e impacto em décadas (MARENGO; CUNHA; ALVES, 2016), assolando centenas de municípios do semiárido nordestino, incluindo Mossoró. Assim, é preciso adotar medidas urgentes de preparação e resposta ao risco da seca, incorporando as análises sobre os possíveis impactos futuros que a região pode sofrer.

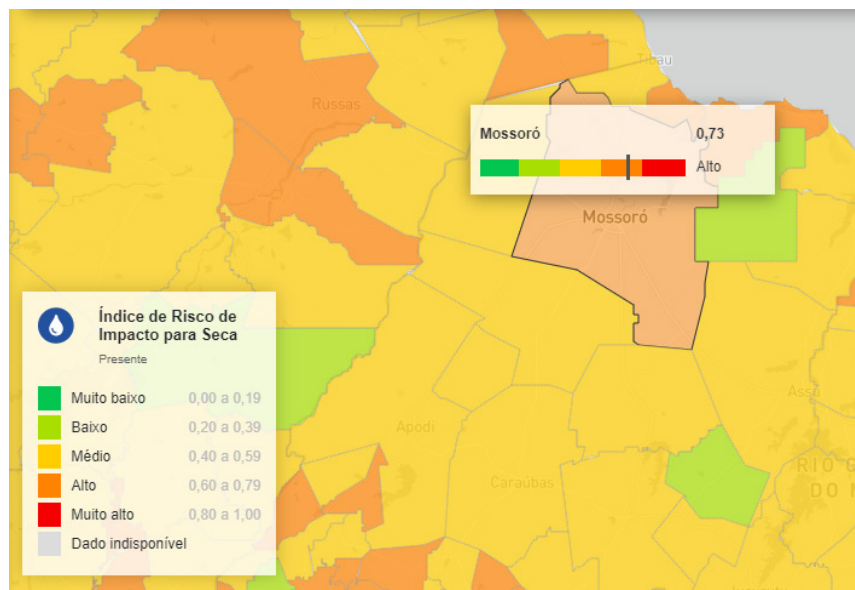
As medidas de adaptação são necessárias mesmo que o aumento da temperatura média da Terra fique estagnado abaixo de 1,5 °C, como prevê o Acordo de Paris, já que Mossoró é um município com alto risco de impacto para seca no presente (Figura 1) e que a qualidade de vida da população, especialmente a população da zona rural, está diretamente relacionada ao manejo eficiente dos recursos hídricos (SARAIVA, 2014). Mesmo no cenário otimista para 2030, o risco de impacto para a seca é elevado para a categoria “muito alto” (Figura 2), o que demonstra a urgência de medidas de mitigação de danos, para além das estratégias de redução

34 Instituto Clima de Eleição. Clima de Eleição. Banco de Legislações Climáticas. 2022. Disponível em: <https://climadeeleicao.com.br/legislacoes-climaticas/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

35 Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Legislação – Pesquisa. 2023. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/legislacao/pesquisa>. Acesso em: 25 jan. 2023.

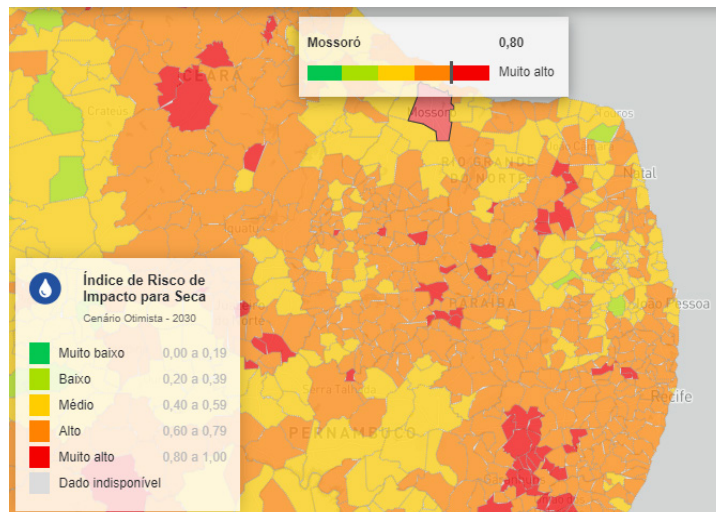
das emissões de carbono.

Figura 1 - Índice de risco de impacto para seca em Mossoró, presente



Fonte: Brasil, 2023.

Figura 2 - Índice de risco de impacto para seca em Mossoró, cenário otimista para 2030



Fonte: Brasil, 2023.

Tendo em vista que cabe ao Poder Público Municipal a tomada de medidas que garantam o direito a uma cidade sustentável e a ordenação e controle do uso do solo, buscou-se no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo do site oficial da Câmara Municipal de Mossoró matérias legislativas e normas jurídicas referentes a “clima” e “mudanças climáticas”, porém não houve nenhuma ocorrência para esses termos. Além disso, destaca-se que o último plano diretor do município data de 2006 e que a cidade teve um crescimento urbano acelerado e de-

sordenado nos últimos anos.

Tal falta de apoio legislativo demonstra a inabilidade dos entes políticos na gestão da pior crise do século XXI, a crise climática. Por isso, a pressão política para conter a crise climática e adotar medidas de adaptação para os territórios vem crescendo, principalmente a partir da juventude.

1.2 O papel do ativismo ambiental climático

Ao longo de toda a trajetória da questão ambiental, seja internacional, brasileira ou de cada município, estado ou região do país, as conquistas relacionadas ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (e demais pautas correlatas) foram estritamente ligadas ao ativismo ambiental e à pressão da sociedade civil, de instituições científicas e de organizações reconhecidas. Principalmente na sociedade atual, em que tudo envolve política e poder.

O debate sobre Desenvolvimento Sustentável pode ser separado em algumas fases, conforme Veiga (2011). Em suas fases iniciais, a partir do “Relatório de Meadows”, intitulado “Os Limites do Crescimento”, que foi divulgado em 1972, a discussão acerca do desenvolvimento sustentável teve um viés mais preservacionista e buscava, como o próprio relatório indicava, uma desaceleração do uso dos recursos naturais.

Essa visão, junto à força dos movimentos de cunho preservacionista, orientou uma série de iniciativas, tais como o aumento da criação de parques nacionais. Essa visão também gerou algumas críticas, tendo em vista que os países do norte global já estavam em boas condições de crescimento econômico e os do Sul global estavam iniciando esses processos, o que poderia resultar na manutenção da diferença econômica entre essas nações.

Após a publicação do Relatório de Brundtland em 1987, entre outros acontecimentos, a visão sobre o desenvolvimento sustentável foi alinhada também a do desenvolvimento econômico. E tais visões a nível internacional influenciam direta e indiretamente o que será produzido e acordado dentro de conferências internacionais, que por sua vez influenciam na demanda de políticas públicas para alcançar tal fim. Um exemplo disso é a discussão sobre a redução do desmatamento e a produção alimentar.

Atualmente, boa parte dos países europeus importa alimentos pensando nos impactos (analisados pelas certificações socioambientais) que eles geraram, o que influencia diretamente no padrão de produção de alimentos dentro de um país que vise comercializar para esses que exigem certificações. Tais exigências funcionam como uma pressão vinda de meios externos (tratados e exigências intergovernamentais) e internos (pressões de organizações internas).

Em 2021 aconteceu a COP-26 em Glasgow e foram cobradas medidas dos países em relação à preservação das florestas, especificamente do Brasil, que figura como um dos países

que mais desmatam florestas tropicais. Assim, o Brasil levou algumas promessas que devem ser cumpridas, e os países tenderão a pressionar para isso. Internamente, para alcançar essas metas, o país deve melhorar os instrumentos de gestão ambiental a partir da criação ou operacionalização de políticas públicas já existentes.

A direção que se dá à gestão ambiental responde aos interesses das diferentes esferas da sociedade. Dessa maneira, o debate sobre justiça climática influencia nos padrões de criação de políticas públicas, de produção e consumo e na postura geral em relação a essa questão. Na cidade de Mossoró, a organização Jovens Pelo Clima apresentou pioneirismo em termos de ser a primeira entidade focada apenas na discussão climática a buscar inserir a população civil nas decisões e a exigir do executivo e legislativo municipal, ações e medidas relacionadas à implementação de uma justiça climática.

Uma pauta comum nas ações do movimento na cidade, por exemplo, foi o cumprimento do Acordo de Paris, que desde 2015 é o principal documento intergovernamental de metas relacionadas à redução do aquecimento global. Conforme Artaxo (2020), mesmo com todas as metas do acordo sendo alcançadas, o aumento mínimo previsto é de 3,3 °C, enquanto o requerido pelo acordo é de 1,5 °C. Mesmo com essa previsão, alguns países já anunciaram que não irão cumprir suas metas. Resta à juventude e à sociedade civil pressionar para que as metas, mesmo que singelas, sejam alcançadas e que um novo acordo com maior rigidez e viabilidade seja confeccionado e ratificado.

2 A juventude ativista dos jovens pelo clima Mossoró (RN)

A juventude é diversa, por isso, do ponto de vista social, deve ser vista enquanto juventudes, no plural, pois assim abarca-se o entendimento de que os jovens não são homogêneos, mas sim um conjunto de grupos diversos que constituem a condição juvenil que prioriza as vivências e a espontaneidade, ligando-se a partir de vínculos em comum (SOARES, 2015; GROppo, 2004; DAYREL, 2003).

Há cada vez mais, entre estes grupos juvenis, aqueles que se movimentam e se mobilizam coletivamente por interesses e envolvimento das juventudes nos processos democráticos e participações políticas (SANTOS, 2020).

No mundo moderno, um dos principais gritos de protesto em comum entre os jovens diz respeito às mudanças climáticas, pois, de acordo com Sousa (2022), os jovens, somados às crianças e adolescentes, fazem parte dos grupos que estão altamente vulneráveis aos impactos causados pelas mudanças do clima e podem/devem se tornar atores do enfrentamento à crise climática.

Dessa forma, houve no mundo todo, o surgimento de grupos ativistas compostos por jovens que estão dispostos a fazer frente contra a crise climática que já está ocorrendo e que tende a se agravar, a qual o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) chamou de “caminho do desastre” (ONU, 2022).

Esses jovens lutam contra a banalização do que foi a transformação da natureza em mercadoria, fazendo frente à violenta exploração cada vez mais intensificada pelo sentimento de liberdade sem consciência socioambiental existente no neoliberalismo (BOMBARDI, 2019; HARVEY, 2014).

Entre os grupos ativistas, destacamos aqui o Fridays For Future (FFF), criado em 2018, e estando presente hoje em todos os continentes a partir de núcleos em 7.500 cidades, sendo mantido a partir de atividades de mais de 14 milhões de ativistas. Esse grupo teve como marco inicial as ações da ativista sueca Greta Thunberg, que iniciou a greve escolar pelo clima, influenciando milhares de outros jovens pelo mundo.

O movimento FFF se sustenta a partir dos seus núcleos espalhados no mundo, que fazem ações de cobrança e conscientização sobre a emergência climática. Entre essas ações, a principal se denomina “Greve Mundial pelo Clima”, na qual se escolhe um dia em específico, geralmente uma sexta-feira, para haver um protesto mundial entre os ativistas.

Fazendo parte destas 7.500 cidades no mundo, está Mossoró (RN), cidade média localizada no Oeste Potiguar, região do sertão nordestino, de clima semiárido, marcado pelo calor e longo período de seca, contendo um núcleo surgido em 2019 com um grupo de estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Desde sua fundação, o núcleo local denominado de Jovens Pelo Clima Mossoró elaborou e desenvolveu atividades com pautas locais, regionais, nacionais e globais que dizem respeito a temáticas ambientais e climáticas, como: Greves pelo Clima (figuras 3 e 4), rodas de conversa, palestras, workshops, abaixo-assinados, debates, lives, ações solidárias de distribuição de alimentos para famílias de baixa renda e álcool em gel para vendedores camelôs durante a pandemia, entre outros.

Figura 3 - Greve pelo Clima “Mossoró em Defesa da Amazônia” – 24/08/2019



Fonte: Acervo Fridays For Future Mossoró, 2019.

Figura 4 - Greve pelo Clima “Descolonize o Sistema” – 24/07/2021



Fonte: Acervo Fridays For Future Mossoró, 2021.

Vale destacar que, além das greves, o Jovens Pelo Clima Mossoró ocupa também espaços políticos da cidade através de ações como o 1º Debate Político-Ambiental entre candidatos à vereança do município em 2020 e o discurso na tribuna da Câmara Municipal denunciando os problemas do transporte público e exigindo ação climática urgente, além da entrega da carta de demandas da juventude ao prefeito de Mossoró, como visto na Figura 5.

Figura 5 - Ativistas do Jovens Pelo Clima Mossoró entregando carta de demandas da juventude ao prefeito Alysson Bezerra – 23/09/2021



Fonte: Acervo Fridays For Future Mossoró, 2022.

Como a FFF é uma rede, o núcleo Mossoró não se limita ao município, desenvolvendo construções para além das escalas locais, como a Semana do Clima, em 2021, composta por um conjunto de lives, interligando os núcleos de Mossoró, Caicó e Natal, em homenagem ao Dia Nacional de Conscientização sobre Mudanças Climáticas, apresentando problemáticas e desafios enfrentadas no estado do Rio Grande do Norte.

Além de pautas e eventos a níveis estaduais, o grupo participou da organização da 1ª Conferência Nordeste Pelo Clima, ocorrida na cidade de João Pessoa (PB), em 2021, composta por debates, palestras, manifestações e atrações culturais com jovens ativistas, políticos, cientistas, grupos sociais e demais representantes da sociedade civil de diferentes estados da região Nordeste.

Outra atuação que merece destaque é a Virada Cultural, ocorrida em 2022, em conjunto de mais outros 400 eventos que ocorreram no país em prol do projeto de lei Amazônia de Pé. Essa Virada, na cidade de Mossoró, contou com atrações culturais, falas de cientistas, feira e montagem de barraquinhas de assinaturas nas universidades públicas da cidade.

Além dos eventos citados, o grupo participa com frequência de reuniões com demais núcleos e ONGs nacionais, se articulando e auxiliando nas pautas de reivindicações dos jovens ativistas em eventos mundiais, como as Conferências do Clima da ONU.

Tais ações fizeram com que o conjunto de ativistas tivessem visibilidade para entrevistas e matérias em redes de comunicações locais e nacionais, como o Programa de televisão Fantástico, a revista Capricho, além de programas e jornais locais. Abaixo, trechos de falas de

alguns dos ativistas em entrevistas quando estes foram questionados sobre a importância da luta climática a partir do ativismo:

A maioria dos legisladores no Brasil e no mundo hoje não vai estar viva para ver os piores efeitos das mudanças climáticas, mas nós vamos. A juventude conhece a importância da pauta climática e é capaz de trazer soluções viáveis para enfrentar esse desafio, mas não podemos esperar até que possamos ocupar esses espaços institucionais de poder, porque não temos mais tempo [ativista Heloíse]. (OTTO, 2022, n. p.)

Paulo Freire diz que não é no silêncio que os indivíduos se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Então acredito que essa é a importância não só do evento, mas dos movimentos ativistas como a FFF Mossoró, pois é dessa forma que a gente conseguiu se articular e ir além da indignação. Foi dessa forma que demos visibilidade as questões ambientais e climáticas que estão cada vez mais problemáticas e, às vezes, parece que ninguém dá a verdadeira importância [ativista Erik] (ANDRADE, 2022, p. 7)

A partir das falas, observa-se que a juventude ativista, composta não só pelos Jovens Pelo Clima Mossoró, compreende que é por meio da luta social que se pode obter, com frequência, mudanças nas qualidades objetivas do espaço e do tempo (HARVEY, 2016). E é ocupando todos os tipos possíveis de locais, como as ruas, praças, parques, universidades, etc., que o movimento se fortalece, pois usa e ocupa a cidade enquanto local de encontro de interesses e necessidades distintas, acarretando em um espaço de luta (CARLOS, 2008).

Para Souza (2013), compreender as pautas e utilizar a cidade enquanto campo de luta não deve ser restrito aos especialistas de estudos urbanos, mas ser uma estratégia utilizada pelos demais indivíduos como os grupos ativistas juvenis. Sobre este aspecto, o autor escreve:

Ainda que apenas em um nível muito aproximativo e genérico, os indivíduos não versados no assunto precisam conhecer corretamente as causas dos problemas dos espaços onde vivem e as linhas gerais dos debates correntes sobre como superar os diversos problemas. Essa é a única maneira de participar mais ativamente, como cidadão, da vida da cidade, não sei deixando tutelar tão facilmente por políticos profissionais e técnicos a serviço do aparelho do Estado (SOUZA, 2013, p. 22).

Para Carlos (2008), a cidade deve ser compreendida enquanto local das batalhas, pois, enquanto construção e realização humana e social, ela é um fazer intenso, ininterrupto que acarreta na existência de movimentos sociais que nascem da consciência das condições de vida das classes sociais.

Os movimentos sociais existem nas cidades com diversas pautas, como o caso da ambiental, pois as cidades nunca foram espaços harmoniosos, sem confusão, conflitos e violência,

impulsionadas, também, a partir da mobilização social e da luta enquanto resposta da mudança de vida (HARVEY, 2013), já que “os sujeitos sociais que, em suas necessidades/desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto da sua ação” (CARLOS, 2018, p. 71).

Percebe-se que a cidade pode e deve ser utilizada como espaço de luta ambiental e climática, mas ressalta-se que também é um espaço pelo qual se luta, levando em consideração os inúmeros problemas ambientais urbanos, como a poluição do ar e dos rios, ilhas de calor, inversão térmica, enchentes, chuvas ácidas, entre outras.

Cabe, pois, diante da negligência do poder público e da ambição do capitalismo neoliberal, à luta juvenil tomar todos os espaços possíveis como locais de fala, protesto e cobrança em prol das cidades e de um mundo mais viável para a atual e as futuras gerações.

Considerações finais

O trabalho aqui apresentado demonstrou que há juventudes que estão inconformadas com os impactos ambientais causados pelo capitalismo neoliberal, como os Jovens Pelo Clima, que, de forma mais específica, luta pela justiça climática.

Esses grupos ativistas juvenis se apropriam dos espaços urbanos como campo de luta e visibilidade de suas pautas, ocupando diversos espaços como ruas, praças, escolas, universidades e parques. Transformando a cidade em seu espaço de resistência e batalha, na qual e pela qual se luta, levando em consideração os problemas ambientais urbanos que esses espaços estão sofrendo cada vez de forma mais intensa.

Escrever trabalhos sobre os grupos ativistas e as pautas ambientais se faz importante para dar visibilidade e demonstrar a cidade enquanto espaço de debate desses grupos juvenis que cobram direitos universais e inalienáveis, muitas vezes ignorados pelo próprio poder público.

Vale destacar a contribuição de trabalhos como este para o debate exposto. Assim, almeja-se que este artigo sirva para sensibilizar e conduzir novas pesquisas para uma melhor percepção da complexidade da temática.

Referências

- ANDRADE, Nara. Virada Cultural: Amazônia de Pé. **Defato.com**. Mossoró, p. 4-7, set. 2022.
- ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13-24, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279/97695>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- ARTAXO, Paulo. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 53-66, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/TRsRMLDdzxRsz85QNYFQBHs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Natureza, Ambiente e Conflito. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org.). **A necessidade da geografia**. São Paulo: Contexto, 2019.
- BÖRNER, Susanne. Vozes silenciosas sobre o nexo e as mudanças climáticas: diálogos cotidianos na periferia urbana de São Paulo. **Diálogos Socioambientais**, v. 4, n. 10, p. 12-15, 12 set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/478>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Senado Federal, 438. p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **AdaptaBrasil MCTI**. [S.l.]. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2023. Disponível em: <https://sistema.adaptabrasil.mcti.gov.br/>. Acesso em: 22 jan. 2023.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 24, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX-9gwSDty/?format=pdf>. Acesso em: 1 Jan. 2022.
- DICIONÁRIO **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. **Impactos da Mudança do Clima para a Gestão Municipal**: Módulo 3 - Adaptação. Brasília: ENAP, 2018.
- Fridays For Future Mossoró. (2022). Disponível em: <https://ffmossoro.wixsite.com/grevepe-loclima>. Acesso em: 22 jan. 2023.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GROPPO, Luís Antônio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de educação do COGEIME**, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/629> Acesso em: 15 jan. 2023.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. IN: Ermínia Maricato *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 26. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MARENGO, Jose A.; CUNHA, Ana P.; ALVES, Lincoln M. **A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico**. Climanálise: CPTEC/INPE, ed. Especial de 30 anos, p. 49-54, 2016. Disponível em: <http://climanalise.cptec.inpe.br/~reclimanl/revista/pdf/30anos/marengoetal.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

OLIVEIRA, Gabriel César dos Santos. **Evidência de retardo no pico de desova da tartaruga de pente na costa sul do Rio Grande do Norte**, 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Climático da ONU: Estamos a caminho do desastre**, alerta Guterres, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/176755-relatorio-climatico-da-onu-estamos-caminho-do-desastre-alerta-guterres>. Acesso em: 20 Jan. 2023.

OTTO, Isabella. Dia da Amazônia: “O desespero tem que ser impulso pra ação”, diz ativista. **Capricho**, São Paulo, set. 2022. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/dia-da-amazonia-o-desespero-tem-que-ser-impulso-pra-acao-diz-jovem-ativista/>. Acesso em: 25 jan. 2023

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Ordinária nº 11.292, de 13 de dezembro de 2022**. Ratifica o protocolo de intenções firmado entre os Estados do Rio Grande do Norte[...] para a constituição do consórcio interestadual sobre o clima (Consórcio Brasil Verde), com o objetivo de promover o enfrentamento aos efeitos adversos das mudanças climáticas do clima no Brasil.

Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2023/t9cquipn2re92f9mzb2cajsq-nhcjwg.pdf> Acesso: 10 Jan 2023

SANTOS, Carlos Antonio Costa dos. **Estimativas e tendências de índices de detecção de mudanças climáticas com base na precipitação diária no Rio Grande do Norte e na Paraíba**, 2006. Dissertação (Mestrado em Meteorologia) – Programa de Pós-Graduação em Me-

teorologia, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

SANTOS, Cristiano Lange dos. Participação política e ativismo: O fazer político das juventudes no século XXI. **Revista Direito e Paz**, [s. l.], v. 1, n. 42, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/68145725/Juventudes_e_participa%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica_no_Brasil_do_s%C3%A9culo_XXI_quais_horizontes. Acesso em: 10 jan. 2023.

SARAIVA, Ana Luiza Bezerra da Costa. **O clima urbano de Mossoró (RN): o subsistema termodinâmico**. Orientadora: Profa Dra. Cláudia Câmara do Vale. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SOARES, Jamilson Azevedo. **A juventude nos enredos na cidade, da cultura e do lazer: panis et circenses no ‘país de Mossoró’?** 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUSA, Marcelo Bruno Bedoni de. Ação Popular Climática no Brasil: a ponte entre o ativismo infantil, adolescente e juvenil e a busca de respostas à emergência climática. **Nuevo Derecho**, vol. Vol. 18, núm. 30, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6697/669771793007/html/> Acesso em: 12 jan. 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2011.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL E TERRITORIAL JUVENIL EM MOSSORÓ/RN³⁶

Luana Eduarda da Silva Soares

Jamilson Azevedo Soares

Introdução

No mundo contemporâneo em acelerado processo de mudanças acentuadas, o comportamento, protagonismo e atuação de alguns agentes sociais passam a ser tema de reflexão, investigação e análise na perspectiva de compreensão de como tais processos se refletem na existência desses atores em suas relações com o espaço produzido.

Nesse contexto em projeção, os jovens como categoria social ganham cada vez mais visibilidade seja na apreensão de suas experiências, de suas percepções, assim como nas formas de sociabilidade ou na construção de suas identidades em consonância com as diferentes dimensões da vida coletiva.

A juventude corresponde a uma fase da vida em que a própria ‘condição juvenil’ configura-se como elemento motivador capaz de criar as possibilidades para construção de suas identidades. Para tanto, os indivíduos por meio da sociabilidade estabelecem laços entre si na perspectiva de um sentirem aceitos em um ou mais grupos. A escolha de participar de um grupo ou ao mesmo tempo de outros proporciona maior interação e identificação entre os membros desse segmento.

Os espaços onde esses jovens estão inseridos podem proporcionar o sentimento de pertença e as primeiras interações com grupos sociais capazes de contribuir para a formação e transformação da identidade cultural. O sentimento de pertencimento a determinado território fomenta a construção da identidade cultural coletiva e individual dos jovens.

A religião é um dos caminhos capazes de contribuir para formar a identidade juvenil. Por vezes, a vivência religiosa dos jovens recebe influências dos familiares que, de certa forma, utiliza a fé em determinada divindade como uma herança cultural. Assim, a busca pelo sagrado se torna uma alternativa para ir ao encontro de respostas a tantas perguntas que causam receios e dúvidas nesse segmento.

36 O texto, em sua primeira versão, foi publicado na revista Pensar Geografia SOARES, L. E. S; SOARES, J. A. A identidade cultural em construção: território, religião e juventude. V. 04, N. 02, 2021. A versão que ora inserimos aborda a identidade territorial com a mesma ênfase que a relação entre identidade e cultura.

Como espaço para investigação do estudo proposto, a cidade de Mossoró/RN apresenta em sua população um contingente de jovens que aí vivenciam as experiências próprias dessa etapa da vida em meio às mudanças que se verificam nesse espaço em projeção em meio a um prolapado apego à sua história, tradições, valores e sentimento religioso.

Se a juventude tem diferentes possibilidades para construir sua identidade a partir da diversidade cultural e territorial, o estudo buscou respostas para o seguinte questionamento: no contexto socioespacial contemporâneo, os jovens de Mossoró identificam a religião como fator contribuinte na construção da sua identidade cultural e territorial?

A pesquisa de caráter exploratório constou da revisão da literatura que deu o suporte para a discussão teórica exposta no decorrer desse estudo. Em seguida, em meados de 2019, procedeu-se a aplicação de formulários com um universo de 27 jovens entre 15 e 29 anos que residem próximo a espaços religiosos, mas também realizado de forma *on-line* com outros nove jovens dessa faixa etária. O formulário aplicado foi direcionado aos jovens de escolaridades distintas que se propuseram a responder a pesquisa independentemente de ser ou não adeptos de alguma religião específica.

Um estudo que envolve a relação entre território e religião na perspectiva de compreensão da construção das identidades cultural e territorial dos jovens contemporâneos em cidades como Mossoró, constitui-se como uma oportunidade para ampliar o conhecimento sobre a realidade urbana em transição como expressão de períodos que passam por transformações que incidem no cotidiano e no modo de vida das cidades, de seus personagens e enredos.

Cultura e religião: construindo a identidade juvenil

A identidade de um povo é algo particular que pode ser expressa de diversas formas, – através da religião, da música, da dança, da literatura, do artesanato, da culinária tradicional, das festas etc. – ou seja, se trata da soma de todos os “[...] comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas” (CLAVAL, 2007, p. 63) que resultam na sua identidade cultural.

As sociedades contribuem para formação das identidades culturais com seus valores e características nas interações entre elas quando as possibilidades são favoráveis. Assim, podem apresentar semelhanças entre si, porém, jamais podem encontrar duas sociedades com culturas iguais, pois cada grupo dispõe de leis, crenças e padrões culturais próprios (CALDAS, 1987).

A existência da inter-relação contribui no fortalecimento das culturas e através das diferenças tornam as identidades únicas, permitindo a juventude que está em constante processo de formação identitária selecionar “[...] as experiências culturais que deseja integrar na sua vida” (ANDRADE, 2008, p. 39), apropriando-se ainda mais da história do seu povo e evitando,

assim, que se perca com o decorrer do tempo algo que é repassado de geração a geração.

A cultura, segundo Claval (2007), refere-se a uma herança que apresenta raízes profundas que surge no passado dos povos e transmite as linhagens posteriores, mas não são técnicas ou conjuntos de comportamentos imutáveis, visto que existe o contato entre os diferentes grupos e culturas que proporciona enriquecimento mútuo, embora tal contato em alguns momentos apresentem conflitos. A cultura pode ser modificada, também, com inovações que nascem em seu meio e que fortalece a pertença em seu território.

Consoante a essa realidade, Albuquerque Júnior (2013) afirma que não existe nenhum elemento cultural que de fato seja original, pois é marcado por mestiçagens, por formas de expressão e pelo fluxo multidirecional, independentemente do lugar ou época. No campo cultural características e peculiaridade não são homogêneas, mas esta constante processo de transformação a partir da soma dos saberes entre os povos, com isso contribui na continuidade das identidades dos grupos sociais.

A cultura passa por mudanças estruturais cada vez mais rápidas, constantes e permanentes, assim dificilmente as identidades culturais se mantêm intactas. Ou seja, a ideia de existir identidade cultural estável, completa e inteiramente estabilizada ou imutável é algo fantasiosa e incompreensível num mundo em transformação acelerada, acarretando em uma identidade que tende ser cada vez mais fluida e provisória (HALL, 2006).

As identidades não se sustentam com características singulares, uma vez que estão sendo moldadas de formas diferentes selecionando/reciclando/rearranjando elementos culturais comuns a todos, ou, eventualmente, o que existir acessível a elas. É a habilidade de mudança que assegura a continuidade e não a permanência em formas e ideias estabelecidas (BAUMAN, 2012).

Nesse estudo sobre a relação entre território, jovens e identidades, convém ressaltar quando a juventude emerge concretamente como categoria e objeto de pesquisa e análise, uma vez que nem sempre a juventude foi de fato objeto de atenção na sociedade e nos estudos realizados acerca da realidade social e dos seus segmentos. Somente passou a ter importância social para estudos a partir da complexificação da sociedade contemporânea como resultado dos avanços da modernização espacial capitalista: “A juventude como categoria é uma construção social que varia de acordo com as diferentes culturas e mesmo no interior de cada cultura – e nem sempre existiu como categoria socialmente visível” (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 12-3).

Em estudos sobre a juventude realizados em diferentes momentos, autores distintos fizeram referência à “naturalização” dessa fase da existência, ou seja, a juventude seria algo natural, passageiro, etapa da vida. Atualmente, construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais.

A juventude é definida, por Lopes e Silva (2009, p. 89), como “[...] um momento de vida, um período de transição [...] entre a dependência e a maturidade, trazem compreensões que corroboram, de certa forma, o recorte etário”. Tal definição pode ser desenvolvida de formas diferentes a partir de uma série de pontos: “[...] como uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração” (FREITAS, 2005, p. 6). Trata-se de uma categoria social “[...] determinada pela situação socioeconômica e cultural, a qual está em constante transição, assim sendo não há juventude, mas juventudes” (FERNANDES JÚNIOR, 2014, p. 185).

Ao nos referirmos à juventude não estamos tratando de um grupo social homogêneo, sendo preciso considerar a pluralidade da condição desse segmento: “é necessário dizer que não há apenas uma juventude e uma cultura juvenil, mas várias, que diferem segundo as condições sociais e históricas específicas” (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 11). O que existe de fato são grupos juvenis múltiplos e diversos, que constituem agregados sociais propensos às variações frequentes no seu perfil: “Os jovens na sociedade não constituem uma classe social, ou grupo homogêneo como muitas análises permitem intuir. Os jovens compõem agregados sociais com características continuamente flutuantes” (CARRANO, 2007).

O reconhecimento da pluralidade da juventude como segmento não implica em negar a existência de uma provável “condição juvenil” como resultante da criação dos próprios grupos juvenis. Groppo (2004, p. 17), salienta o significado dessa condição juvenil em seu pensamento e agir: “A condição juvenil, como relação experimental com o presente, tende a fazer com as juventudes valorizem mais as vivências do imediato e a espontaneidade”. Assim, a valorização da experiência acumulada não seria uma prioridade nessa fase da vida diante das ideologias que enfatizam as vivências e a ação imediata.

A condição juvenil então responderia por essa relação dos jovens com o presente que, a priori, dada a intensidade de suas vivências com a realidade imediata, parece configurar o presente como fase eterna para eles. Dessa constatação resultam possibilidades distintas acarretadas por essa condição que pode proporcionar a desvalorização das experiências passadas, mas também pode abrir caminhos para os questionamentos ao instituído, resultando daí à força e a fraqueza das juventudes modernas em decorrência da condição experimental com a realidade presente (GROPPO, 2004).

Em sintonia com a contemporaneidade, os jovens não podem ser vistos como recipientes vazios em que nestes tão somente se descarrega o patrimônio cultural de gerações passadas, devendo ser compreendidos como produto da complexa sociedade atual e participantes ativos no processo educativo e cultural (CARRANO, 2001).

Nessa perspectiva, Dayrell (2003), considera que a juventude constitui um processo mais amplo de constituição de sujeitos que sofrem influências do meio social e das conexões que este permite, mas que tem especificidades que pontuam a vida de cada um, constituindo

uma determinada fase que não pode ser reconhecida como apenas uma passagem datada no decorrer da existência, assumindo importância por si mesma e pelo que representa na vida desses sujeitos. Compreende, pois, uma fase da vida em que a expectativa da sociedade em relação aos jovens, a contradição e as incertezas presentes nesse contexto refletem diretamente na formação das suas identidades, fato que justificaria por que é aí que geralmente ocorrem mudanças com mais frequência e intensidade em suas existências.

Os jovens fazem parte de “[...] uma sociedade em movimento, cuja constante oscilação promove a constituição de identidades de transição” (FERNANDES, JÚNIOR, 2014, p. 182) que não se restringe a transformação, visto que “[...] a identidade é inevitavelmente móvel, fluente, provisoriamente identificada com um momento determinado da busca” (ANDRADE, 2008, p. 69).

A contínua mudança das identidades juvenis é também um produto das influências da interação social, do contato com as pessoas que o circundam (LIBERAL, 2004), ou seja, a partir do diálogo e das relações concretas “[...] entre o eu e a sociedade” (HALL, 2006, p. 11). Nessa realidade, a religião também cumpre um papel relevante visto que o fenômeno religioso se apresenta como espelho da cultura de um tempo sendo produzida por atores sociais que encontram nesse elemento maneiras de como agir no mundo (SILVA JÚNIOR, 2017).

A religião chama a atenção dos jovens mesmo que, no contemporâneo, estejam envolvidos em um universo midiático com a “[...] tendência de querer que seus problemas sejam resolvidos de forma rápida. Para isso, busca respostas e soluções, entre outros, em diversas reservas simbólicas contidas nas religiões” (ANDRADE, 2008, p.40).

Os simbolismos e rituais religiosos são vistos por uma parte das pessoas como uma “[...] experiência do sobrenatural, uma experiência independente da razão” (ROSENDAHL, 1996, p.18), pois compreendem que o contato com o sagrado é capaz de direcioná-las por caminhos que esclareçam suas dúvidas existenciais, visto que “[...] a juventude é a fase do ciclo de vida em que se concentram os maiores problemas e desafios” (CNBB, 2007, p. 23).

Além de fazer parte da (re) construção da identidade cultural juvenil, a religião pode propiciar o contato e uma possível incorporação das simbologias do território em que os jovens estão inseridos, quer seja no momento em que estes exercem a fé no sagrado através das práticas religiosas e nos rituais contidas nos cultos e missas, assim como nos encontros de grupos de oração e nos festejos em honra a Deus e aos Santos de devoção. No território, os jovens constroem sua identidade a partir do momento em que entram em contato com determinadas histórias, enredos, personagens e espaços, podendo, assim, se reconhecer de alguma forma como participantes e integrantes de um território e de uma sociedade com algumas particularidades, valores e tradições (HAESBAERT, 2007).

Os jovens podem ter seu primeiro contato com a religião por intermédio dos seus familiares e da interação social estabelecida no território em que estão inseridos. Entretanto, a busca pelo sagrado não os prende a determinadas doutrinas. O fato é que uma parte dos jovens passou a se permitir conhecer novas doutrinas religiosas com possíveis despertar de novos sentimentos de pertencimento o que, por vezes, os fazem transitar entre diferentes religiões, resultando em uma dupla pertença. Nesse sentido, Gomes e Souza (2013, p. 5) apontam que esse “trânsito religioso é uma das vertentes do pluralismo”. O ponto seguinte nesse capítulo traz a discussão acerca do pluralismo cultural e religioso relacionados às identidades juvenis.

O pluralismo cultural e religioso do território

Desde os tempos mais antigos, a humanidade elege alguma divindade para cultuar e, em algumas sociedades, até mais de um deus era escolhido para ser adorado e receber sacrifícios em nome da fé. Segundo Kuchenbecker (2004) não existe um povo – mesmo que bárbaro – que não tenha em sua cultura alguma manifestação do sagrado e da religiosidade.

As mais diversas religiões presentes na sociedade possuem símbolos e ritos que permitem ao indivíduo apropriar-se do território em que vive, manifestar sua cultura, e expressar sua fé no(s) deus(es) que acredita(m). Embora a religião sempre estivesse presente na história da humanidade, o que de fato a mantém viva é o acreditar dos fiéis em suas divindades. Dessa forma, “[...] não é a doutrina que importa, nem as regras institucionais, mas sim um improviso gerado do espontâneo, que marca e norteia a fé” (QUEIROZ, 2016, p. 200).

O território pode contribuir para a prática e o fortalecimento da fé de uma sociedade tanto de forma individual quanto coletiva ao passo que também se torna o reflexo do espaço da fé, favorecendo as relações que são estabelecidas pouco a pouco no cotidiano dos indivíduos e originando, assim, o sentimento de pertença e identidade religiosa do devoto. É no território que as identidades são construídas e reconstruídas, desta forma se compreende que tal conexão – identidade e território – não pode ser separada (ROSENDAHL, 2013).

O fato é que, além do território contribuir para favorecer a fé dos devotos, este também se constitui como o lugar onde nasce o pluralismo cultural e religioso. Contudo, estes, para as instituições religiosas, podem ser vistos “[...] muitas vezes como uma ameaça a sua identidade, na medida em que este significa uma perda do controle sobre os sentidos e os bens simbólicos produzidos em seu interior” (STEIL, 2001, p. 117-118).

Diversas sociedades apresentam inúmeras formas de manifestar sua fé no sagrado com cerimônias bem peculiares em que se evidenciam as características da localidade. A demonstração de fé dos adeptos não necessita de um templo físico, mas os fiéis adotam um território que possam realizar práticas religiosas. Dessa forma, “[...] não apenas criam espaços sagrados, como também procuram materializar seus sentimentos, imagens e pensamentos neles”

(ROSENDAHL, 1996, p. 33). Assim, a fé se torna “[...] um mediador para a criação de novos espaços de pertencas religiosas” (PAZ, 2015, p. 18).

No Brasil, historicamente o Cristianismo predomina em seu território desde os primórdios de sua ocupação, sendo a religião até mesmo um elemento central nesse processo que se propagou em meio à formação da sociedade nacional. Em meio à diversidade territorial, o Nordeste brasileiro tem uma estreita relação com o catolicismo, pois sua história é marcada pela fé em Deus e nos Santos, notadamente através de orações e promessas para superar momentos difíceis como em períodos de estiagens que afetam o sustento e a sobrevivência dos sertanejos. Nesse sentido, o território é “[...] visto como o palco de crenças” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 145). E, mesmo com tantos obstáculos, o nordestino mantém viva sua fé e festeja pelas graças recebidas, exercendo a religiosidade e a reafirmação da identidade cultural e territorial.

Assim, para manter viva a tradição de fé e religiosidade os mais velhos passam seus ensinamentos para os mais jovens em nome dos valores herdados. Porém, no tempo presente, com as transformações espaciais e urbanas em curso sob a égide da modernidade, aos jovens são postas novas possibilidades até mesmo como o contato com outras doutrinas o que os permite construir sua identidade de maneira diferente dos familiares, ou seja, “[...] as identidades religiosas estão sendo cada vez menos herdadas e cada vez mais construídas a partir das experiências pessoais dos indivíduos” (PAZ, 2015, p. 20); assim, tal fato não “[...] necessariamente faz com que se enfraqueçam laços familiares. Novos arranjos refazem modelos de famílias e também de convivência religiosa entre pais e irmãos que professam distintas religiões” (NOVAES, 2018, p. 367).

Os jovens (re) organizam a forma de pensar e vivenciar a fé da maneira que os deixem mais à vontade em relação ao contato com o sagrado e a construção da identidade individual e coletiva. Assim, não se prendem a doutrinas e a formas antigas de dogmas religiosos. Andrade afirma que, “não pertencer a uma determinada instituição religiosa, não significa dizer que o indivíduo perdeu a sua religiosidade, mesmo sabendo que a modernidade secularizada aguçou o ceticismo” (2008, p. 62).

Por sua vez, Gonçalves (2017) esclarece que a juventude transita livremente em diferentes pertencas religiosas, sem que exista uma permanência em uma determinada moldura institucional. Tal característica não os afasta da religião, da fé ou da cultura, mas proporciona o pluralismo e a dupla pertença.

O surgimento do pluralismo religioso é esclarecido por Gomes e Souza (2013), como resultado do secularismo e da laicização do Estado, permitindo aos membros da sociedade vivenciar sua fé sem restrição e norma institucionalizada. A juventude constrói sua identidade religiosa baseada no pluralismo e a, assim, compreende que não existe uma fé absoluta, doutrina e rito religioso superior a outro ou uma religião verdadeira (CAMPOS, 1997).

O fato é que, no tempo em curso as religiões tradicionais perdem espaço para outras doutrinas, tornando-se aquelas mais uma opção existente entre tantas outras com ritos e símbolos sagrados, ou seja, “[...] o pluralismo moderno minou o monopólio das instituições religiosas” (BERGER; LUCKMAN, 2004, p. 61). Mas, ao longo do tempo, cumpre ressaltar que o catolicismo estabeleceu sistemas burocráticos e hierárquicos que contribuíram para sua existência e hegemonia em territórios como o Nordeste brasileiro, sendo possivelmente uma das organizações mais duradouras e antigas que formulou o território em distintos espaços (ROSENDAHL, 1996).

No tempo presente, constata-se que a “[...] a emancipação do laico imprime novas formas religiosas e, como decorrência, novas transformações no espaço” (ROSENDAHL, 2013, p. 152). Tais transformações estão sendo realizadas por Igrejas de diversas denominações que estão se fixando, modificando e criando novos laços territoriais (NOVAES, 2018).

À medida que esses espaços são modificados pela religião, a sociedade encontra formas diferentes de apropriar-se do território que estão inseridas, visto que por se tratar de uma construção sociocultural que é constituída pelas culturas, valores, tradição, história, política e códigos, quando valorizadas fortalece a autoestima dos grupos locais, ou seja, tem na identidade sua principal característica (OLIVEIRA, PERAFÁN, 2007). Desta forma, a partir da identidade - cultural e territorial -, os grupos se adaptam as novas mudanças em seu território.

No tempo presente, para compreendermos o perfil dos segmentos juvenis em espaços urbanos como Mossoró, é preciso atentar para o que Novaes (2018) aponta no sentido de que mudanças não causam mais perplexidade, considerando o espaço e a cultura em que estão inseridos, pois vivenciam a transformação territorial e a crescente diversidade que abrange todos os movimentos sociais. A dinâmica existente nos espaços proporciona aos jovens estabelecer laços que fortaleçam suas identidades cultural e territorial.

A identidade cultural deve ser compreendida como um conjunto de “[...] relações sociais e patrimônios simbólicos historicamente compartilhados que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade” (SOUSA, 2002, p. 1). Em relação à identidade territorial, esta, é entendida como o sentimento de pertencimento dos grupos sociais no território que estão inseridos, ou seja, “[...] nasce por um processo autorreferencial colocado em ação por uma comunidade que se apropria culturalmente de um âmbito espacial predefinido” (POLLICE, 2010 p. 8-9). Como complemento, Haesbaert esclarece a relação entre a identidade cultural e territorial: “[...] toda identidade territorial é uma identidade cultural definida através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta” (2013, p. 235).

Ainda em relação à identidade territorial, Haesbaert explica que a identidade territorial é uma identidade social; entretanto, “[...] nem toda identidade social [...] toma obrigato-

riamente como um de seus referenciais centrais o território”, mas não há “[...] território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço por seus habitantes” (2013, p. 235).

Após as considerações iniciais com abordagem sobre conceitos e relações inerentes à temática central, passamos a apresentar os resultados mais significativos da pesquisa empreendida acerca da relação entre os jovens como sujeitos sociais e a construção das suas identidades cultural e territorial com base em Mossoró.

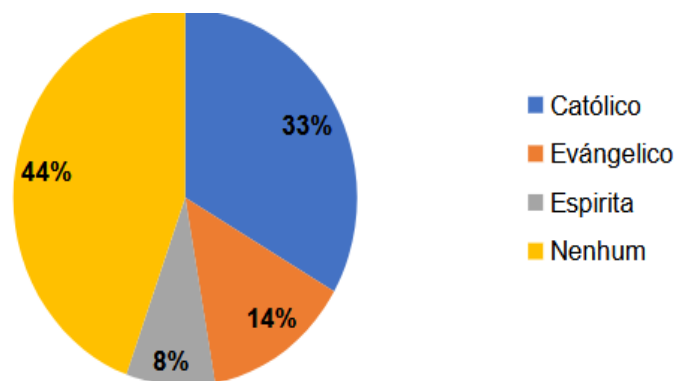
A construção da identidade cultural e territorial em Mossoró

As transformações que ocorrem no território, especialmente, no campo material e simbólico contribuem para formar a identidade cultural e territorial, como já apontado. É nessa perspectiva que realizaremos a discussão e a análise acerca da construção das identidades a partir de uma amostra de jovens da cidade.

Quando indagados sobre a filiação a alguma religião específica, a pesquisa constatou que uma parcela significativa dos jovens que responderam ao formulário declarou não ser adepto de nenhuma religião. Entre os adeptos de alguma religião, a maioria revelou ser do catolicismo com 33%, mas é perceptível a diminuição de adeptos dessa doutrina, confirmando o que já foi mencionado anteriormente em relação à busca crescente por outras religiões, destacando, assim, a religião evangélica (14%) e espírita (8%).

Evidencia-se o percentual significativo (45%) dos jovens em relação ao fato de não ser adepto a alguma religião. Porém, foi relatado pelos entrevistados que embora não participem, ainda sim, possuem fé no sagrado. Dessa forma, confirma o que foi destacado por Andrade (2008) sobre o indivíduo não perder sua religiosidade pelo simples fato de não pertencer a instituições religiosas.

GRÁFICO 1: É adepto de alguma religião?

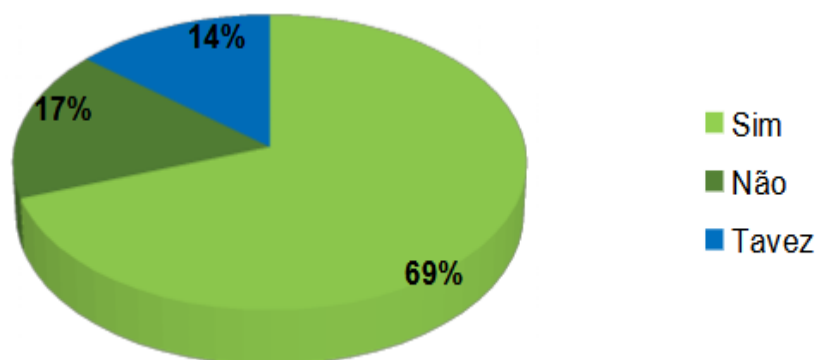


Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

A pesquisa realizada com a amostra de jovens da cidade corrobora com o último censo realizado pelo IBGE (2010) quando comparado os dados com a região Nordeste, em relação ao crescimento do número de pessoas que afirmaram não ser adepto a nenhuma religião, o crescimento pela procura da religião evangélica e espírita e, ainda a diminuição de católicos.

Outra questão relevante abordada na pesquisa, conforme a temática como objeto desse estudo, versou sobre o papel da religião na construção da identidade juvenil em Mossoró.

GRÁFICO 2: A religião tem um papel importante na construção da sua identidade?

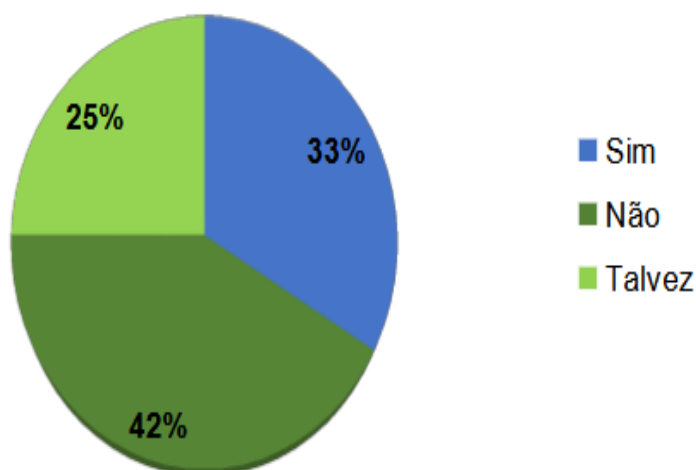


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Como já visto, os jovens podem construir sua identidade - cultural e territorial - de diferentes formas. Para a maioria dos entrevistados a religião tem um papel importante nessa formação, o que pode ser deduzido ainda como algo esperado não obstante as mudanças no espaço-tempo em curso. Cumpre ressaltar que há uma minoria que compreende existir outras maneiras para a formação identitária, não reconhecendo à religião como um elemento central nesse processo.

Quanto à questão da religiosidade presente como uma referência no contexto local a sinalizar para uma estreita relação entre o território e a religião, os jovens entrevistados se mostraram mais arredios a essa aproximação por vezes compreendida de forma consequencial e, por isso mesmo naturalizada ou banalizada.

GRÁFICO 3: A religiosidade presente no território local influencia na construção da sua identidade?



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A identidade territorial surge através da sociedade que se apropria culturalmente de um espaço definido, como mencionado por Pollice (2010). Porém, uma parcela considerável dos jovens entrevistados não reconhece a religiosidade presente no território como influenciador e/ou definidor da sua identidade, enquanto outra parte reconheceu que existe tal influência e, outros, responderam que talvez haja essa influência.

Os jovens pesquisados apresentam uma ideia bem diferente sobre a importância da religião, por vezes, contrapondo-se aos seus familiares que presam os princípios das doutrinas religiosas tradicionais. Em alguns momentos, tal postura era percebida, quando alguns jovens davam respostas que iam até além das perguntas formuladas.

Dessa forma, é perceptível que conforme a amostra dos jovens pesquisados a juventude atual parece se mostrar mais aberta para reconhecer outras possibilidades de formação identitária e, em relação à religião busca vivenciar sua fé de forma particular, independentemente da maneira como a sociedade foi moldada em relação às divindades e as crenças postas pela tradição.

Considerações finais

O campo da cultura dispõe de diversos elementos capazes de formar a identidade individual e coletiva de um povo, sendo a religião um desses componentes presentes nessa construção. Contudo, com base na pesquisa empreendida, os jovens mostram-se mais abertos nas escolhas que fazem para construir suas identidades cultural e territorial, em moldes cada vez mais “provisório” e “flutuante”.

Os jovens pesquisados vivenciam sua fé de modo bem particular e da forma que se sentem mais à vontade, presentes em religiões tradicionais ou dialogando com religiões que estão em crescimento. Porém, parte desse grupo optou por não adotar uma doutrina institucio-

nalizada, mas de crer no sagrado de maneira livre e sem normas, evidenciando, assim, a pluralidade na construção identitária existente na juventude contemporânea.

De modo geral, constata-se que a religião não expressa à mesma força na formação das identidades e na expressão do cotidiano da juventude local pesquisada, como ocorria com gerações anteriores, embora seja reconhecida ainda sua importância na construção identitária de parte expressiva dos segmentos juvenis contemporâneos. Os jovens participantes da pesquisa parecem seguir essa tendência global de redefinição de pensamentos e comportamentos em meio à realidade em transformação, apesar da imagem do território que preserva suas origens e valores ainda ser exaltada pela mídia e por parte de alguns setores sociais.

Infere-se que, mesmo em lugares em que a tradição e os valores da religião ainda ecoam com força no meio local, como é o caso de Mossoró, o fato é que a se deduzir pela pesquisa realizada, provavelmente uma parte da juventude local (re) organiza a maneira de vivenciar a fé, optando por crer no sagrado de forma particular e sem molduras institucionalizadas. Assim, as doutrinas religiosas parecem não expressar à mesma força no cotidiano desses jovens e na formação das suas identidades como ocorria em gerações passadas, sugerindo que estes ressignificam suas existências em consonância com os novos conteúdos e códigos a partir das transformações espaciais e culturais em curso que se refletem em suas vivências no território e na maneira como expressam sua visão de mundo.

Referências

ANDRADE, Fernanda M. A. dos Santos. Identidade e religião: uma análise da construção da identidade religiosa juvenil. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife. p. 11-84.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920 – 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CALDAS, Waldenyr. **O que todo cidadão precisa saber sobre cultura**. São Paulo: Global, 1987.

CAMPOS, Héber Carlos de. **O pluralismo do pós-modernismo**. 1997. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2019/02/1_O_Pluralismo_do_Pos-Modernismo_Heber_Campos.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2019.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Jovens na cidade. In: **Trabalho e sociedade**, 2001, ano I, N. 1. [HTTP://paulocarrano.wordpress.com/](http://paulocarrano.wordpress.com/) Acesso em 10.01.2018.

_____. **Juventudes: as identidades são múltiplas**. 2007. [HTTP://paulocarrano.wordpress.com/](http://paulocarrano.wordpress.com/) Acesso em 11.01.2018

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. Ed., Florianópolis: Ed. do IFSC, 2007.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. **Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais**. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção Estudos, n. 85)

DAYREL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./dez. 2003.

FERNANDES JÚNIOR, Antônio; SANTOS, Edilair José dos. Do jovem, para o jovem: estudo da identidade juvenil na Pastoral da Juventude. **Antares: Letras e Humanidades**, v 6, n 11, p. 178-195, jan./jun., 2014.

FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 6-13. Disponível em:<http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/caderno_juventude_e_adolescencia_no_brasil_0.pdf> Acesso em: 12 de março de 2019.

GOMES, Francisco Fernandes. SOUZA, Wilson Rufino de. Modernidade e Pluralismo religioso. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXIII, nº. 41, set. 2013.

GONÇALVES, Alonso S. Pluralismo religioso e diálogo inter-religioso: o lugar do sujeito nesse processo. **Revista Caminhando**, v. 22, n. 1, p. 159-178, jan./jun. 2017.

GROPPO, Luís Antônio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. In: **Revista de educação do COGEIME**, ano 13, n. 25, dez./2004.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural a essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de Et *al* (orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007, 33-56 p.

_____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Org.). **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. v II. p. 233-244.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Mossoró**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>> Acesso em: 28 de junho de 2019.

KUCHENBECKER, Valter. O fenômeno religioso. In: **O homem e o sagrado**. Ed. 8. Canoas: Ed. da ULBRA, p. 15-29, 2004.

LIBERAL, Márcia Mello Costa de. Religião, identidade e sentido de pertencimento. A questão social no novo milênio. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. **Anais da Coimbra: CES - FEUC**, 2004, p. 1-18.

LOPES, Roseli Esquerdo; SILVA, Carla Regina. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106. Disponível em:

<<http://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/100/65>> Acesso em: 28 de julho de 2019.

NOVAES, Regina. Juventude e religião, sinais do tempo experimentado. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**. Rio de Janeiro, v. 20 n. 2, p. 351-368, dez., 2018.

OLIVEIRA, Humberto; PERAFÁN, Mireya E. Valencia. **Território de identidade**. Salvador, 2007, p. 7-26. Coleção Política e Gestão Culturais.

PAZ, Eliane Moreira da Costa. Os adolescentes em crise de fé e de pertença religiosa: comparação entre católicos e evangélicos. 2015. Recife. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife. p. 9-27.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. In: **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 27, p. 7-23, jan./jun. de 2010.

QUEIROZ, Pedro Paulo Espírito Santo. Círio de Nazaré: identidade religiosa histórica e cultural do povo paraense. **REGRAD**, UNIVEM/Marília-SP, v. 9, n. 1, p. 196-207, 2016.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. 2. ed., Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

_____. Os caminhos da construção teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Geografia cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013. v. II. p. 103-118.

SILVA JÚNIOR, Isley Borges da. Espaço, cultura e religião: um olhar para o neopentecostalismo *Underground*. 2017. **Dissertação** (mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba. p. 18-42.

SOUSA, Rainer. **Identidade cultural**. 2002. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:fpirhOpiiDYJ:scholar.google.com/+conceitos+de+identidade+cultural&hl=pt-BR&as_sdt=0,5> Acesso em: 11 de julho de 2019.

STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, modernidade e tradição transformações do campo religioso. **Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 3, n. 3, p. 115-129, out. 2001.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-UERN
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS-FAFIC
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA-DGE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GEOGRAFIA DO NORDESTE

FORMULÁRIO DIRECIONADO A JOVENS QUE RESIDEM NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN

Dados Gerais:

1. Sexo:

Feminino () Masculino ()

2. Faixa Etária:

15 a 17 anos () 18 a 21 anos () 22 a 25 anos () 26 a 29 anos ()

3. Escolaridade: _____

4. É adepto de alguma religião?

Católica () Evangélica () Espirita () Outra() Qual? _____

Nenhuma ()

5. Você considera que a religião tem um papel importante entre os jovens na construção das suas identidades?

Sim () Não () Talvez ()

6. Sobre a identidade territorial: a religiosidade presente no território local (Mossoró) influencia na construção da sua identidade?

Sim () Não () Talvez ()

Esta obra, que inicialmente se propôs a fazer um périplo pelos labirintos do “país de Mossoró”, concretamente extrapola os limites da escala local uma vez que sua leitura nos induz ao debate e a reflexão ao nos proporcionar uma importante contribuição para o conhecimento sobre a produção do espaço urbano contemporâneo. O livro resgata importantes textos que são produtos da pesquisa acadêmica, evidenciando a preocupação com as tessituras do urbano por parte daqueles que movidos pela curiosidade de conhecer sobre as cidades e suas definições se voltam para as descobertas que se evidenciam no contexto de uma realidade em constante transformação. Assim, *As Faces Urbanas Contemporâneas de Mossoró/RN: interações e dinâmicas geográficas*, pela qualidade e pertinência de suas temáticas aqui apresentadas configura-se como uma oportunidade ímpar para todos os pesquisadores, estudantes e interessados em saber mais sobre os desafios, impasses, possibilidades e alternativas para os problemas do mundo urbano. Essencialmente, a leitura dessa obra é um convite para que o pensamento e a reflexão sobre a cidade, representada por Mossoró, impulse o desejo para ampliar o conhecimento sobre a realidade urbana de modo a despertar nos agentes espaciais as transformações no território pautadas não apenas pelo direito à cidade, mas que a todos seja dado o direito à sua produção capaz de promover à justiça social e espacial. E a Mossoró, de todas as faces, que se dê as condições para a construção de uma cidade plural, justa e humana.

OTONIEL FERNANDES DA SILVA JÚNIOR
JAMILSON AZEVEDO SOARES
JIONALDO PEREIRA DE OLIVERIA